

## TERÇA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2009

**PRESIDÊNCIA: Jerzy BUZEK**

*Presidente*

### 1. Abertura do período de sessões

*(A sessão tem início às 09H05)*

### 2. Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito (comunicação das propostas de resolução apresentadas): ver Acta

### 3. Preparação da Cimeira de Copenhaga sobre as alterações climáticas (debate)

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre os preparativos da Cimeira de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas.

**Andreas Carlgren**, *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a última vez que estive neste Parlamento para debater questões climáticas foi imediatamente antes de me reunir com os meus colegas, no Conselho "Ambiente", em Outubro. Nessa reunião, acordámos o mandato forte e colectivo da UE em matéria de preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, a realizar em Copenhaga. Estabelecemos, entre outras coisas, que, até 2050, as emissões da UE devem ser reduzidas em 80% a 95%, comparativamente aos níveis de 1990. Determinámos também que a UE irá reduzir as emissões em 20%, até 2020, sejam quais forem as circunstâncias, ou em 30%, caso seja alcançado um acordo suficientemente ambicioso, em Copenhaga.

Na comparação dos nossos esforços com a redução das emissões nos outros países, iremos atribuir especial importância ao objectivo de limitar o aumento da temperatura a 2° C – este deve ser o ponto de referência para compararmos a redução das nossas emissões com as reduções realizadas pelos outros países. As emissões dos transportes internacionais devem ser reduzidas. Fixámos um objectivo de redução de 10% para a aviação e de 20% para os transportes marítimos até 2020, comparativamente aos níveis de 2005. Gostaria ainda de deixar claro que a UE está, também, a exigir que os impostos sobre os transportes marítimos e a aviação sejam utilizados para financiar medidas a aplicar nos países em desenvolvimento, em particular nos países mais pobres e nos países mais duramente atingidos. É imperativo que este seja um dos resultados de Copenhaga.

A destruição das florestas tropicais deve ser reduzida para metade até 2020, e deverá pôr-se-lhe cobro até 2030. A UE irá exigir da Cimeira de Copenhaga uma decisão com vista a pôr termo à desflorestação das florestas tropicais, a apoiar a reflorestação e a criar uma silvicultura sustentável. Só assim poderemos reduzir as emissões com suficiente celeridade e alcançar um resultado satisfatório, em Copenhaga. A UE clarificou e apresentou as suas posições, em cada etapa dos preparativos, o que lhe permitiu fazer exigências e exercer pressão junto de outras partes. Muito deste sucesso foi alcançado em cooperação com o Parlamento Europeu, com o pacote "clima e energia" a servir de base às ambiciosas posições da UE.

Faltam apenas duas semanas para a Cimeira de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas. Nesta recta final, encontramos-nos, desde há meses, rodeados de muitos pessimistas. Contudo, na realidade, o que conta é a vontade política de liderar – e isso é algo que a UE tem. Para alcançarmos o resultado para que trabalhámos durante tanto tempo, temos agora de mobilizar todas as forças existentes na União Europeia. Neste sentido, o Parlamento, em particular, continuará a desempenhar um importante papel.

Assim, permitam-me deixar claro, em primeiro lugar, que o objectivo da UE de conseguir um acordo não sofreu alterações. Temos de alcançar um acordo ambicioso e amplo, em Copenhaga. O clima da Terra já esperou tempo suficiente. É hora de celebrar um acordo.

Ontem, realizámos uma reunião extraordinária do Conselho "Ambiente", com o objectivo de conjugar forças para fazer de Copenhaga o marco no combate às alterações climáticas que queremos que seja. Na decisão da UE, na perspectiva da Conferência de Copenhaga, os Chefes de Estado ou de Governo determinaram que o objectivo da UE é que o processo de Copenhaga conduza a um acordo juridicamente vinculativo, para o período com início em 1 de Janeiro de 2013, que tenha por base o Protocolo de Quioto e que contenha todos

os elementos essenciais. A UE solicita um acordo, em Copenhaga, que, no geral, permita reduzir suficientemente as emissões para que o objectivo de limitar o aumento da temperatura da Terra a 2° C seja exequível. Um acordo que abranja a totalidade dos países e que tenha como resultado o compromisso de todos os países desenvolvidos em reduzir as suas emissões totais, ou seja, um objectivo do conjunto da economia; é necessário que todos os países desenvolvidos associem os seus compromissos ao acordo de Copenhaga, incluindo os EUA. Um acordo que tenha como resultado a assunção do compromisso, pelos países desenvolvidos, de tomar medidas com vista a reduzir as emissões para níveis inferiores aos que se registariam se não tivessem sido tomadas quaisquer medidas, sobretudo nos países que fazem parte das grandes economias, assim como o fornecimento imediato de ajuda financeira, pelos países desenvolvidos, às medidas necessárias nos países em desenvolvimento, sobretudo nos países mais pobres, em 2010, 2011 e 2012. Um acordo que resulte na criação de um sistema de apoio, a longo prazo, à redução das emissões, à adaptação, à cooperação técnica e à transferência de tecnologia.

Por último, o acordo deve incluir um mecanismo de revisão, para que possam ser realizadas as adaptações que a ciência determinar necessárias para gerir as alterações climáticas.

Fala-se agora numa "solução em duas fases". Contudo, para a UE, o acordo em Copenhaga é o passo crucial. É em Copenhaga que a decisão deve ser tomada, e essa decisão deve incluir tudo o que é relevante em termos de clima. O acordo vinculativo deve ser transposto, de acordo com um calendário claro, para um texto ratificável, o que constitui, acima de tudo, um pormenor técnico, uma vez que o conteúdo deve ser estabelecido num acordo ambicioso.

Deste modo, um acordo em Copenhaga abrirá caminho para que sejam tomadas medidas imediatas, em vez de esperarmos até 2013. Com efeito, com um acordo deste tipo, poderíamos pôr em execução medidas mais rapidamente do que com os instrumentos de que dispúnhamos anteriormente. O acordo será igualmente crucial para alcançarmos o objectivo de 2° C.

A UE tem sido, em particular, um motor da célere disponibilização de fundos para medidas de adaptação e medidas destinadas a impedir a desflorestação das florestas tropicais. Urge tomar medidas para que a curva das emissões do planeta passe a registar, a curto prazo, uma tendência decrescente.

O que está actualmente em cima da mesa não é suficiente, no geral, para alcançar o objectivo de 2° C. As propostas mais ambiciosas na mesa de negociações foram apresentadas pela UE, do mesmo modo que temos sido a força motriz para que outras partes apresentem objectivos mais ambiciosos. Também isto aconteceu. Pudemos constatar que o facto de termos utilizado o nosso objectivo de 30% como um instrumento catalisador exerceu pressão sobre as outras partes. É gratificante que países desenvolvidos, como a Noruega e o Japão, tenham apresentado propostas mais significativas, assim como fez a Rússia há pouco tempo, e que países em desenvolvimento, como a Coreia do Sul, o Brasil e a Indonésia, também tenham apresentado recentemente planos ambiciosos. Continuaremos a exercer pressão neste sentido. O nosso objectivo de 30% continuará também a ser utilizado como instrumento catalisador. Aguardamos agora, em particular, as propostas dos EUA e da China.

Salientamos que o Presidente Obama afirmou que um acordo não deve conter apenas determinados elementos, nem ser uma mera declaração política. Barack Obama aceitou também que o acordo deve conter todos os elementos fundamentais, assim como as medidas que podem ser iniciadas de imediato. O acordo de Copenhaga deve abranger as emissões de todo o planeta. Sem uma proposta dos EUA e da China, só metade do mundo está abrangida. Permitam-me que diga com toda a clareza: o acordo pode depender inteiramente da apresentação de propostas suficientemente ambiciosas pelos EUA e pela China.

A UE continuará a exercer pressão para que sejam apresentadas medidas adequadas nas negociações. A duas semanas das negociações finais, continuaremos a manter a nossa liderança. Aguardo com expectativa a cooperação continuada com o Parlamento, em particular através da delegação à COP 15, que estará no terreno, em Copenhaga. Aguardo o diálogo com interesse. Com as nossas forças combinadas, trabalharemos para fazer nascer um acordo muito satisfatório, ambicioso e genuíno em Copenhaga.

**Stavros Dimas, Membro da Comissão.** – (EL) Senhor Presidente, estamos a aproximar-nos rapidamente da crucial Cimeira de Copenhaga e pouco tempo resta. Estou totalmente de acordo com o senhor Ministro Carlgren em que é necessário intensificar os nossos esforços e cooperar estreitamente para não desperdiçarmos esta oportunidade histórica que temos de alcançar em Copenhaga um acordo global, geral, ambicioso e cientificamente fundamentado em matéria de alterações climáticas. Como o senhor Ministro Carlgren afirmou, é necessário alcançar um entendimento em Copenhaga sobre todo o conteúdo, sobre toda a substância do acordo e que as formalidades legais sejam cumpridas imediatamente após a cimeira, nos meses

que se seguem, durante o primeiro semestre de 2010, para que tenhamos um acordo plenamente vinculativo em termos jurídicos, pelo qual a União Europeia tem lutado desde o início.

Gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu a sua resolução sobre a estratégia da UE para a Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas. É uma resolução ambiciosa que confirma a importância que o Parlamento Europeu atribui à questão das alterações climáticas. Conto, sinceramente, também com o apoio dos membros do Parlamento em Copenhaga. Evidentemente, gostaria ainda de salientar a importância dos nossos contactos com os parlamentos de países terceiros, com a sociedade civil e com as empresas, para darmos a conhecer as posições da União Europeia e, deste modo, persuadirmos outros países a aprovar declarações vinculativas em matéria de redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Apoio particularmente o pedido do Parlamento de que seja celebrado um acordo que reflecta o objectivo de 2º C. Para que este objectivo seja alcançado, são necessárias medidas tanto por parte dos países desenvolvidos como dos países em desenvolvimento. É positivo que, na sua resolução, o Parlamento tenha votado a favor das soluções baseadas nos mecanismos do mercado e apoie uma revisão do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, num acordo futuro. No que respeita a esta questão, como sabem, a Comissão considera que as actuais ferramentas do regime de comércio de licenças de emissão devem ser reforçadas, por meio da introdução de um mecanismo sectorial de créditos de carbono.

No que diz respeito à redução das emissões geradas pela desflorestação e degradação das florestas nos países em desenvolvimento, no quadro do programa ONU-REDD, a Comissão irá desenvolver todos os esforços possíveis para promover normas sociais e ambientais rigorosas, que tenham em conta o impacto na biodiversidade e nos ecossistemas.

Todavia, enfrentamos grandes desafios. Em Copenhaga, temos de ser ambiciosos, para alcançarmos um acordo baseado em resultados científicos. Por outras palavras, temos de ir além de 2º C. Temos também de procurar que todos os países assumam os compromissos necessários, em conformidade com o princípio da responsabilidade comum, mas diferenciada. Esperamos ainda que os Estados Unidos, oito anos após terem virado as costas a Quioto, assumam a sua quota-parte de responsabilidade.

Finalmente, temos de abordar uma série de questões pormenorizadas, como assegurar que as economias emergentes irão, de facto, dar um contributo em consonância com as suas capacidades e com o princípio da diferenciação, que já referi, e que o montante do financiamento necessário é previsível e estável. Além disso, teremos de garantir em Copenhaga o financiamento de arranque rápido, para que as medidas que têm de ser tomadas de imediato não tenham de esperar pelo período 2010-2013. Este financiamento permitirá tomar medidas imediatas e proceder às adaptações necessárias, nomeadamente em regiões muito sensíveis do planeta, como os países pobres.

A União Europeia está a ser chamada a dar um exemplo e a confirmar o seu papel de líder. Nas conversações preliminares que tiveram lugar em Copenhaga, na semana passada, realizámos uma troca de opiniões de extrema importância com muitos dos nossos parceiros internacionais. Como o senhor Ministro Carlgren disse, alguns países, como o Brasil e a Coreia do Sul, anunciaram que irão tomar medidas. Estamos a contar que outros países, como a China e a Índia, emitam declarações semelhantes, antes do início da cimeira. Esta manhã, foi noticiado que os Estados Unidos iriam apresentar a sua proposta de redução das emissões e, espero, de financiamento.

Realizámos também uma interessante troca de opiniões sobre a questão da transparência e, mais concretamente, sobre os sistemas de monitorização, comunicação de informações e verificação. Continua a ser extremamente importante garantir mais compromissos em matéria de medidas e acções específicas destinadas a possibilitar a transição para uma economia baseada em emissões de dióxido de carbono menos intensivas. Os países em desenvolvimento devem, colectivamente e consoante as suas capacidades, realizar reduções na ordem de 15% a 30%, comparativamente ao *status quo*.

No que diz respeito aos esforços dos países desenvolvidos, infelizmente, os progressos não são satisfatórios. A Espanha, a Austrália e a Noruega melhoraram os seus compromissos. Contudo, os restantes países não parecem preparados para seguir esse exemplo. Verifica-se, além disso, que os Estados Unidos, lamentavelmente, não terão condições para aprovar legislação interna até ao final do ano. Claro que isto não significa que não poderão fixar objectivos quantitativos específicos em Copenhaga. Como já disse, segundo as informações de que dispomos, é precisamente isso que irá acontecer, mas temo que sob a condição de ser aprovada legislação interna, o que não se espera que aconteça até ao final do ano, pelo que a fixação de objectivos será condicional. Um avanço positivo por parte dos Estados Unidos influenciará a posição adoptada pelos outros países e, por extensão, será fundamental para o resultado da Cimeira de Copenhaga.

Tornou-se evidente que as medidas tomadas pelos países desenvolvidos não serão, por si só, suficientes. Aconteça o que acontecer, os países em desenvolvimento terão de dar um contributo, orientado para o desenvolvimento de uma economia de baixas emissões de dióxido de carbono. Como já disse, os países em desenvolvimento devem reduzir as suas emissões em 15% a 30%, comparativamente ao *status quo*.

O nosso objectivo fundamental em Copenhaga continua a ser alcançar um acordo juridicamente vinculativo. Apesar de as negociações não terem avançado com a rapidez que seria desejável e de restar pouco tempo, não podemos abandonar este objectivo. Queremos também que este acordo seja um acordo global, que inclua todos os elementos do Plano de Acção de Bali, que incorpore os progressos realizados até à data e que contenha indicadores quantitativos para a redução das emissões e para o financiamento.

No que respeita à arquitectura do acordo, este terá de cobrir todos os elementos relacionados com a adaptação, a redução das emissões e o financiamento de arranque rápido. Teremos também de chegar a um entendimento em Copenhaga sobre os procedimentos e o calendário para a conclusão das negociações, com vista a alcançar um acordo juridicamente vinculativo com a maior brevidade possível, nos primeiros meses de 2010; a Chanceler Angela Merkel apontou o primeiro semestre de 2010.

Um acordo global e substancial dará um ímpeto político considerável ao procedimento de negociação e possibilitará a conclusão dos procedimentos jurídicos, num prazo razoável após Copenhaga. Neste quadro, o financiamento constitui um factor decisivo. Copenhaga fracassará a menos que consigamos mobilizar os recursos de investimento e financiamento necessários.

Para concluir, quero referir novamente o papel decisivo desempenhado pelo Parlamento Europeu na promoção da ambiciosa política climática da UE. O Parlamento Europeu tem estado na primeira linha, a nível da União Europeia e internacional, e ajudou a encorajar os nossos parceiros estratégicos internacionais. Esta cooperação estreita irá manter-se, na perspectiva de Copenhaga, e devo dizer que muito me apraz o facto de o Parlamento ir estar representado por uma delegação forte.

**Presidente.** – Obrigado, Senhor Comissário, por uma alocução muito interessante, em que falou dos importantes problemas com que nos confrontamos antes de Copenhaga. O Senhor Comissário alongou-se um pouco mais do que esperávamos, pelo que espero que os seus comentários sejam mais breves, no final do debate. Foi de tal modo interessante, que não era possível interrompê-lo!

**Corien Wortmann-Kool**, em nome do Grupo PPE. – (NL) O tempo urge. Estamos confrontados com o importante desafio de assegurar a conclusão, em Copenhaga, de um acordo ambicioso em matéria de alterações climáticas e agora que Dezembro se aproxima, estamos a enfrentar alguns contratempos. O Presidente Obama não dispõe ainda de condições para cumprir a sua promessa eleitoral. Não obstante, também existem sinais de esperança, como as ambições do novo Governo japonês.

Quero louvar os esforços da Presidência sueca e da Comissão Europeia, em especial do senhor Comissário Dimas. Somos seus aliados. Gostaria também de louvar os esforços que envidou para colocar os líderes europeus em sintonia, uma vez que é mais importante do que nunca, nestas negociações cruciais, que a Europa fale a uma só voz.

Em nome do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), posso dizer que partilhamos a sua esperança de que será alcançado um acordo ambicioso, que resultará em objectivos de redução vinculativos não só para a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão, mas também para países como a China, o Brasil e a Índia. É importante que partilhemos as mesmas ambições, para que possamos combater as alterações climáticas com eficácia e criar condições equitativas a nível global.

Senhor Presidente, é fundamental chegar a acordo, em Copenhaga, sobre um pacote financeiro destinado a co-financiar projectos de luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento. A Europa tem de assumir a sua quota-parte justa desta responsabilidade. Contudo, partilho a opinião de que é muito importante disponibilizar rapidamente este financiamento, uma vez que os projectos estão prontos e podem ser iniciados de imediato. Este seria um resultado palpável e visível da Cimeira de Copenhaga, um sinal encorajador. Paralelamente, é essencial concluir acordos que garantam a contribuição activa e eficaz destes fundos para mitigar as alterações climáticas, assim como acordos em matéria de transferência de tecnologia e de protecção dos direitos de propriedade intelectual.

Apenas em conjunto poderemos mobilizar os conhecimentos e as competências necessários para travar as alterações climáticas e impedir que os ecossistemas sofram danos irreparáveis. O acordo em matéria de clima tem potencial para dar um impulso importante nesse sentido, assim como para nos incentivar, a nós, europeus,

a tomar medidas para que a nossa economia social de mercado se transforme cada vez mais numa economia social de mercado sustentável.

**Jo Leinen**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos anos, o Parlamento Europeu tem sido uma força motriz no debate sobre a protecção do clima, além de ter concretizado uma grande percentagem do pacote da UE para a protecção do clima. A resolução que estamos hoje a propor contém todos os elementos para um acordo ambicioso em Copenhaga. Todavia, o que estamos a propor também é realista. É, ao mesmo tempo, ambicioso e realista, e esperamos que o Conselho e a Comissão unam forças connosco, para formarmos um lóbi único na conferência e podermos angariar mais parceiros.

A UE assumiu o papel de líder nestas questões, e queremos que assim continue em Copenhaga. Por conseguinte, temos de manter a nossa proposta de reduzir em 30% as emissões de CO<sub>2</sub>, até 2020. A ciência diz-nos que temos de efectuar reduções na margem superior da gama, compreendida entre 25% e 40%. 30% não seriam, portanto, suficientes, sabemos-lo, e é por isso que temos de propor este objectivo, pois irá fazer aumentar o nível de ambição de outros países.

Sabemos que a protecção do clima, a nível global, não é possível sem financiamento. Contrariamente ao Conselho, o Parlamento apresentou números concretos a este respeito. O quadro global é de cerca de 100 mil milhões de euros, e a Europa tem de assumir cerca de um terço desse montante. Então, porque não dizemos que vamos disponibilizar 30 mil milhões de euros em 2020? O Parlamento assumiu este compromisso e espero que o Conselho e a Comissão sejam igualmente específicos, dentro de duas semanas.

A senhora deputada Wortmann-Kool já mencionou o financiamento de arranque. Precisamos de cinco a sete mil milhões de euros, já. Em comparação com as verbas que disponibilizámos para a crise no sector da banca, estamos a falar de migalhas para superar a crise climática – e não haverá uma segunda oportunidade. Uma vez alterado, o clima estará alterado para sempre e não poderemos recuperá-lo. Por conseguinte, a protecção do clima tem de merecer um grande esforço de todos nós.

Noto também que alguns países estão a movimentar-se, mas outros não. Não podemos permitir que os dois maiores poluidores, a China e os Estados Unidos, joguem uma partida de pingue-pongue de proporções gigantescas, em que cada um acusa o outro, enquanto arrasta os próprios pés. Este comportamento seria irresponsável, e espero que os EUA, em particular, também demonstrem liderança em Copenhaga, apresentando informação específica sobre a redução das suas emissões de gases com efeito de estufa e assumindo uma quota-parte do financiamento.

Sem estes dois países e sem a Índia, não haverá acordo. Salientamos, uma vez mais, a política florestal – a desflorestação é um factor fundamental –, assim como a aviação e os transportes marítimos. Se os caminhos-de-ferro forem incluídos no regime de comércio de licenças de emissão e tiverem de pagar, não vejo qualquer motivo para a aviação e os transportes marítimos terem privilégios especiais.

O Parlamento estará, finalmente, representado no pavilhão da UE, pela primeira vez. Este é um novo começo e espero que possamos participar no *briefing* entre o Conselho e a Comissão, uma vez que, ao abrigo do Tratado de Lisboa, dispomos de competência legislativa conjunta, no que respeita ao acordo de Copenhaga.

**Corinne Lepage**, em nome do Grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, em 26 de Setembro de 2009, foram organizados 44 painéis de cidadãos, em 38 países, representativos dos vários estádios de desenvolvimento.

91% dos cidadãos inquiridos consideraram que é urgente alcançar um acordo em Copenhaga, incluindo 93% dos europeus. 89% consideraram que é preciso ir além do objectivo de 25% para a redução das emissões de gases com efeito de estufa nos países industrializados, sendo que 92% dos europeus seguem esta linha de pensamento.

Nós, os deputados que representam os povos da Europa, temos o dever de usar a nossa influência para corresponder ao pedido dos nossos cidadãos e, acima de tudo, à nossa responsabilidade, para que possamos cumprir o objectivo do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) de reduzir as emissões em 25% a 40%, até 2020.

Para esse fim, o objectivo de redução de 30% deve ser afirmado, como o senhor deputado Jo Leinen acabou de dizer, e, evidentemente, deve ser acompanhado pelos recursos financeiros necessários, que estão estimados em 100 mil milhões de euros, para 2020. Para o efeito, terá, provavelmente, de ser introduzido um imposto

sobre as transacções financeiras, assim como terão de realizar-se transferências de tecnologia verde para os países do Sul.

A liderança da Europa, nesta questão fundamental para o futuro, deve traduzir-se na celebração de um acordo, mas não de um acordo a qualquer preço, ou seja, de um acordo que fique aquém dos seus objectivos, que não inclua recursos financeiros, controlos, nem obrigações. Mais vale nada do que um compromisso vago, que coloque de lado esta questão, mas faça as pessoas acreditarem que foi resolvida.

Somos responsáveis porque contribuímos para a dívida climática, e devemos desenvolver todos os esforços possíveis para fazer ver a única solução sensata e defender incansavelmente o esforço colectivo equitativo e eficaz.

A este respeito, manter o objectivo de 30% significa dar a todos os países que já propuseram valores mínimos e máximos para as emissões os meios para visarem os valores máximos, em vez de se ficarem pelos valores mínimos.

Cada um irá responder perante a opinião pública internacional e as gerações futuras pela posição que adoptar em Copenhaga. A posição dos europeus deve ser clara, inequívoca e extremamente vigorosa.

**Satu Hassi**, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Ministro, a Cimeira de Copenhaga será a conferência mais importante da História da Humanidade. É o futuro da raça humana que está em causa. A importância da cimeira é salientada pelo facto de, à medida que se aproxima, as manobras publicitárias serem de tal ordem que até para denegrir a reputação dos climatologistas serviram.

Não há, contudo, tempo a perder: as emissões globais têm de ser reduzidas nos próximos 10 anos. Os ministros e primeiros-ministros que se reunirem em Copenhaga devem assumir seriamente a sua responsabilidade e tomar decisões que permitam garantir que a temperatura da Terra não aumentará mais de 2° C. A decisão deve abranger todas as questões principais, ser vinculativa e incluir um calendário vinculativo para a elaboração de um eventual acordo internacional.

Apraz-me que o senhor Ministro Carlgren também tenha falado numa decisão vinculativa e num acordo internacional vinculativo. O acordo deve conter objectivos de redução das emissões a longo prazo, embora seja ainda mais importante acordar limites de emissões para 2020. Os cortes nas emissões dos países industrializados devem aproximar-se mais de 40% do que do limiar de 25%.

Agora, tal como antes, a liderança da UE é extremamente importante. A melhor forma de demonstrarmos liderança é comprometendo-nos, de imediato, a reduzir as emissões em 30% até 2020 e apresentando uma proposta clara de financiamento aos países em desenvolvimento. Como foi dito pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, a quota-parte de financiamento da UE deve rondar 30 mil milhões de euros anuais, até 2020. Além disso, como o senhor Ministro Carlgren disse, a recessão levou a que seja agora mais barato reduzir as emissões. Temos de aproveitar esta oportunidade e visar mais alto.

Quero lembrar aos que põem em dúvida o próprio sentido da protecção do clima que o planeta não espera. Não podemos dizer ao planeta: "Pode dar-nos mais um ano ou dois? Estamos em recessão" ou "Os cépticos em relação às questões climáticas fizeram-nos hesitar". As alterações climáticas estão a evoluir de acordo com as leis da Física e da Química, e nós seremos responsabilizados pelas nossas decisões e, além disso, por nada termos feito.

(Aplausos)

**Miroslav Ouzký**, em nome do Grupo ECR. – (CS) Senhor Ministro e Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, estou de acordo com a maioria dos intervenientes anteriores em que a Cimeira de Copenhaga é, provavelmente, a cimeira mais importante do ano para a União Europeia e para o mundo inteiro. Quero agradecer ao senhor Comissário por se encontrar entre os políticos que salientam a importância do Parlamento Europeu para a cimeira que se aproxima, assim como para a política climática e as alterações climáticas, em si próprias. Quero agradecer-lhe também por ter realçado a importância do financiamento. Em terras checas, diz-se muitas vezes – e, em checo, isto adquire um tom bastante irónico – que o dinheiro está sempre em primeiro lugar e, neste caso, isso é duplamente verdade. Gostaria também de salientar que se a UE não surgir como uma única entidade, com um mandato forte e claro, e não conseguir chegar a acordo sobre o financiamento, a nossa posição no mundo será extremamente enfraquecida.

Vários oradores anteriores salientaram que cabe à UE um papel de liderança neste domínio e que devemos manter esse papel de líder. Quero dizer mais uma vez que ficaria muito contente se visse, na cimeira, alguém ainda mais ambicioso, alguém que estivesse à nossa frente, que dispusesse de legislação melhor e que estivesse disposto a disponibilizar mais fundos para esta questão. Não me incomodaria nem um bocadinho se perdêssemos o primeiro lugar, pois penso que está na altura de o esforço comum de redução das emissões assumir uma escala verdadeiramente global. Partilho a opinião de que sem um acordo global, todos os nossos esforços serão supérfluos. Não vale a pena estarmos constantemente a repetir a importância de Estados como os EUA, a Índia ou a China. Temo que o Presidente Obama não consiga cumprir todas as suas promessas pré-eleitorais, e isso é lamentável.

Gostaria de mencionar brevemente uma questão de que falo muitas vezes, nomeadamente a desflorestação e a gestão da água no planeta, que tendemos sempre a desvalorizar. Em todas as nossas declarações, solicitamos acordos com Estados como o Brasil, a Índia e outros, no sentido de pôr cobro ao abate de árvores nas florestas tropicais. Na minha opinião, todavia, não basta alcançar um acordo e fazer declarações. A experiência ensinou-nos que os governos relevantes muitas vezes não têm ou não exercem controlo sobre estas actividades, pelo que quero afirmar, nesta Assembleia, que chegar a acordo não basta; é necessário conceber mecanismos de controlo e ter uma visão global das políticas reais, e estou de acordo em que não devemos lançar-nos num tratado a qualquer preço.

**Bairbre de Brún**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (GA) Senhor Presidente, concordo plenamente que temos de fazer pressão para que seja alcançado um acordo juridicamente vinculativo, em Copenhaga. O acordo deve ser suficientemente forte para combater o desafio das alterações climáticas e, simultaneamente, equilibrado e equitativo em relação aos países em desenvolvimento.

Os países industrializados devem prometer uma redução de, pelo menos, 40% das emissões de gases com efeito de estufa, até 2020, e uma redução de 80% a 95%, até 2050, comparativamente aos níveis de 1990.

Até 2020, a UE deve afectar 30 mil milhões de euros por ano ao financiamento da luta contra as alterações climáticas nos países em desenvolvimento, para além da ajuda externa ao desenvolvimento.

Infelizmente, há, na Europa, pessoas muito interessadas em usar a relutância de outros países em tomar as medidas necessárias como desculpa para a UE não cumprir as suas obrigações. Este tipo de abordagem é extremamente míope.

Independentemente dos resultados das negociações de Copenhaga, a UE deve seguir em frente, fixando e aplicando objectivos eficazes de redução das emissões, desenvolvendo novas tecnologias limpas e assumindo o compromisso de defender a justiça climática, para que os países em desenvolvimento não sejam obrigados a colher o que o mundo desenvolvido semeou.

**Anna Rosbach**, em nome do Grupo EFD. – (DA) Senhor Presidente, Conselho e Comissão, falta um mês para a véspera de Natal. Tenho um grande desejo de Natal: que, quando a conferência sobre o clima terminar e todos os participantes deixarem de se comportar como administradores e técnicos, falando exclusivamente de detalhes e quotas, possamos finalmente realizar um debate político sobre o que pode, realística e praticamente, ser feito para melhorar as condições para o nosso planeta e para os seus habitantes. Se abrimos os olhos, veremos claramente que os EUA, a Rússia, a China e muitos outros países do mundo não têm realmente as alterações climáticas na agenda. Estão simplesmente a fazer bonitas declarações de intenções e promessas vazias.

**Angelika Werthmann (NI)**. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a crise económica e estrutural que ainda se faz sentir demonstrou que a comunidade internacional é capaz de disponibilizar com celeridade verbas avultadas para atenuar os efeitos de uma situação grave, ainda que a forma como o faz seja, por vezes, questionável. A crise também demonstra que os mais variados Estados são capazes de cooperar, quando estão em jogo objectivos maiores e superiores.

À semelhança da crise estrutural, os efeitos dramáticos das alterações climáticas são, em grande parte, provocados pelo ser humano. Contudo, o objectivo deve ser – e falo de um objectivo para a humanidade – gerir o nosso planeta e os seus recursos de forma sustentável e sensata. Temos de preservar a diversidade da biosfera para as gerações futuras. Se conseguirmos criar um quadro, a nível europeu, que promova a ciência, a inovação, tecnologias modernas e respeitadoras do ambiente – tecnologias verdes – e fontes de energia renováveis, nós, europeus, poderemos alcançar dois objectivos. Em primeiro lugar, estaremos todos a dar um contributo positivo para a redução das emissões de CO<sub>2</sub> prejudiciais ao clima, o que nos permitirá pôr cobro à nossa dependência excessiva dos combustíveis fósseis. Se, em segundo lugar, aumentarmos o apoio

à ciência e às tecnologias respeitadoras do ambiente, a Europa continuará a ser, no futuro, um centro de inovação. Só assim criaremos novos empregos na Europa, a longo prazo.

**Andreas Carlgren**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, devo dizer que estou muito agradecido pelo vasto apoio que a abordagem da UE recebeu de quase todos os membros do Parlamento. Este apoio é, foi e será fundamental para a força da UE em Copenhaga e no importantíssimo trabalho que teremos de realizar após a cimeira, a respeito das alterações climáticas.

Quero dizer também ao senhor Comissário Dimas que estou muito grato pelas palavras que proferiu hoje. A Comissão desempenhou um papel essencial, enquanto pilar da política climática da UE, e o senhor Comissário Dimas, em particular, foi decisivo para que a Comissão tomasse a posição que tomou. Houve momentos em que nem todos os Estados-Membros apoiavam esta política com a convicção com que hoje o fazem e, nas situações críticas, o senhor Comissário manteve-se sempre muito firme. Estou muito agradecido por isso e quero afirmá-lo aqui no Parlamento.

Quero dizer ao senhor deputado Jo Leinen, enquanto líder do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, mas também enquanto presidente da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, que também aguardo com enorme expectativa a cooperação com o Parlamento, em Copenhaga. Estou certo de que o Parlamento pode, igualmente, desempenhar um papel muito importante na aproximação aos representantes de outros países em Copenhaga.

Quero dizer a todos os oradores que mencionaram a questão do financiamento – o senhor deputado Jo Leinen, as senhoras deputadas Satu Hassi e Bairbre de Brún e outros – que os números concretos também são, evidentemente, importantes. Por esse motivo, a UE é o grupo de países desenvolvidos que até agora apresentou os números mais ambiciosos e mais detalhados. Permitam-me também dizer, a respeito das medidas rápidas – medidas para pôr cobro à desflorestação das florestas tropicais e medidas para ir buscar fundos à aviação e aos transportes marítimos, que são prejudiciais ao clima, com vista a financiar acções importantes, sobretudo nos países mais pobres da UE –, que é necessário que produzam resultados imediatamente.

Alguém fez uma pergunta sobre o lado prático. A UE tem estado na vanguarda, neste domínio. Com efeito, vamos já a meio caminho do nosso objectivo de 20%, para 2020. Cumprimos um terço do que é necessário para alcançar o objectivo de 30%. Por este motivo, na recta final, estamos a fazer pressão para que outras partes elevem os seus objectivos, ao mesmo tempo que dizemos "olhem para nós, mostrámo-los uma forma prática de reduzir as emissões".

Algumas pessoas solicitam um acréscimo de 10% ao nosso objectivo. Gostaria muito que assim fosse, mas para isso é necessário um acordo global. Caso contrário, estes 10% suplementares da UE seriam anulados por apenas dois anos de aumentos das emissões da China, e não teríamos beneficiado o clima. É por esta razão que o acordo global é tão essencial e que o papel do Parlamento é tão fundamental, uma vez que constitui uma importante base política para o desenvolvimento de esforços adicionais.

**Stavros Dimas**, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, tendo em conta o que disse, não esperava que me concedesse o uso da palavra, mas aproveitarei esta oportunidade para comentar brevemente o principal argumento que foi apresentado em defesa do objectivo de 30%.

É evidente que estou de acordo com o senhor deputado Ouzký em que precisamos de um acordo global, ou seja, que todos os países do mundo participem num acordo amplo e que todos os sectores da economia participem nas reduções. E, evidentemente, o acordo deverá fundamentar-se na ciência.

Para conseguirmos este acordo global, para convenceremos outros países a avançar, temos de continuar a fazer pressão, através do nosso exemplo, um exemplo que tem a sua importância moral. A liderança moral da Europa é importante, mas também serve de exemplo, pois demonstra que as actividades empresariais ecológicas são muito importantes para a nossa competitividade. Na edição de ontem do *"Financial Times"*, lê-se que empresas europeias – incluindo grandes empresas muito importantes na União Europeia – estão a obter ganhos com a ecologização das suas actividades e prevêem que, até 2020, os negócios ecológicos irão suplantar todas as suas outras actividades empresariais. Portanto, dispomos destas duas formas de pressionar os outros países a avançar com compromissos ambiciosos e a celebrar um acordo juridicamente vinculativo.

Relativamente à redução de 30%, tenho de acrescentar o seguinte. Em primeiro lugar, está em consonância com as recomendações dos cientistas, pelo que será sincero da nossa parte agir de acordo com os dados



científicos. Em segundo lugar, é hoje mais barato, muito mais barato do que quando debatemos o pacote "clima e energia": é agora 30% a 40% mais barato cumprir este objectivo.

Em terceiro lugar, não nos fornecerá apenas o instrumento de persuasão que o senhor Ministro Andreas Carlgren referiu anteriormente, mas também, e acima de tudo, permitir-nos-á pressionar através do exemplo; a opinião pública internacional irá reconhecer os esforços da União Europeia. Será também como ouvi uma senhora deputada dizer, muito importante para as nossas tecnologias. Evidentemente, como irá possibilitar um melhor preço para o carbono, que é hoje muito baixo, será um importante incentivo à eco-inovação e ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias.

Outro aspecto muito importante é o facto de a União Europeia estar numa posição privilegiada, uma vez que já dispomos da legislação, que os Senhores Deputados aprovaram, que dota a União Europeia e os Estados-Membros dos meios e das medidas necessários para alcançar o objectivo mais elevado, bastando para isso actualizar alguns dos limites máximos de emissão previstos na legislação.

**Karl-Heinz Florenz (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de começar por comentar as afirmações do senhor Comissário Dimas. É evidente que precisamos de um acordo vinculativo, por tudo o que diz respeito à protecção do clima, mas também pela Europa, pela nossa indústria europeia. Claro que não temos só indústria verde. Também temos indústria noutros sectores e é necessário pensarmos, igualmente, na competitividade dessa indústria, fora da Europa.

A indústria precisa de segurança no planeamento e, a este respeito, a Europa tem estado na linha da frente. Esta era a abordagem correcta a adoptar e obteve o meu apoio expresso, na altura. Agora, contudo, temos de assegurar, em Copenhaga, que o resultado positivo do ano passado é transposto para o nível de Copenhaga. Temos de ser claros e definitivos no que respeita ao limite máximo global de carbono. Isto já foi dito, mas é imperativo passar esta mensagem aos outros Estados e continentes. Assim que o tivermos conseguido – e não será fácil –, o regime de comércio de licenças de emissão terá de ser melhorado. Se esta questão permanecer um esforço exclusivamente europeu, o tempo começará a esgotar-se. Por conseguinte, peço ao senhor Comissário e ao senhor Presidente em exercício do Conselho que se empenhem em exportar esta mensagem.

Identificámos um segundo problema – que já foi referido hoje –, nomeadamente a questão da desflorestação. No Bornéu, Senhor Deputado Leinen, todos os anos é desflorestada, por meio de queimadas, uma área com o dobro da extensão do Sarre. Isto é uma catástrofe. 8% das emissões mundiais de CO<sub>2</sub> são libertadas nesse processo, e nós podemos vandalizar a nossa indústria à vontade, que ela não conseguirá atingir esse nível. Nem quero que o faça. Por conseguinte, temos de desenvolver um enfoque completamente diferente.

Estou absolutamente perplexo com a questão do financiamento – é uma competição de números. No meu entender, é importante que o poço a que vamos buscar o nosso dinheiro não seja tratado como não tendo fundo, e não estou certo de que seja esse o caso. Senhor Comissário, pode dar-me alguma garantia a este respeito? Os países em desenvolvimento devem ser incluídos, com números e objectivos adaptados. É este o meu apelo. A Europa foi séria, e essa seriedade – incluindo da Comissão e do Conselho, que fique claro – é a nossa força e é uma força que devemos continuar a trabalhar.

**Dan Jørgensen (S&D).** – (DA) Senhor Presidente, estive há alguns meses na Gronelândia. Visitei uma pequena aldeia chamada Ilulissat, a norte da qual há um glaciar. Este glaciar está a derreter e a deslocar-se a dois metros por hora – dois metros por hora! Vê-se a olho nu. E ouve-se, porque quando um grande pedaço de gelo se desprende, parece o ribombar de um trovão. A água libertada diariamente por este glaciar equivale ao consumo anual de uma cidade com as dimensões de Nova Iorque. Diariamente! Este é um indicador da urgência do assunto que estamos a tratar. Ou seja, antes de os efeitos das alterações climáticas realmente se abaterem sobre nós.

Em consequência, sinto-me na obrigação de dizer à senhora deputada Rosbach e a outros senhores deputados que disseram hoje que "temos de ser sensatos", "temos de analisar o que é politicamente possível", "temos de estudar os compromissos que podem ser alcançados": há coisas que não podem ser comprometidas em função de um acordo. Há objectivos que não podem ser comprometidos, e um deles é o objectivo de 2° C, que a UE defende. Por este motivo, Senhor Ministro Carlgren, Senhor Comissário Dimas, estou muito, muito satisfeito com os sinais que estão a enviar hoje. Não podemos ceder no objectivo de 2° C. Isto significa que todos os países industrializados do mundo têm de fazer reduções de 25% a 40%. Significa também que deve ser exercida uma enorme pressão junto dos EUA, para que apoiem este objectivo. Gostaria de ouvir, nas intervenções do senhor Ministro e do senhor Comissário, alguma indicação relativamente ao nível das reduções que os EUA devem realizar, de um ponto de vista puramente prático. Penso que isto é algo que está em falta no debate político.

Além do facto de necessitarmos de um objectivo de redução suficientemente ambicioso, a UE está a concentrar-se num plano financeiro. Os países ricos do planeta têm de ajudar a pagar a transferência do crescimento para os países mais pobres do mundo, para que não contribuamos para a perpetuação do seu nível de pobreza, mas sim para a continuidade do seu crescimento. Este crescimento, contudo, deve ser respeitador do ambiente, assentando numa substituição da tecnologia, e sustentável. Presentemente, lamento dizer que, embora a UE tenha demonstrado liderança em vários domínios, no que respeita ao financiamento, ainda não estamos em posição de avançar com os números que serão necessários. Sei que estes dois senhores não são responsáveis por isso. Infelizmente, não foi possível reunir o apoio dos Chefes de Governo da Europa. Espero sinceramente, contudo, que consigamos esse apoio antes de Copenhaga; urge consegui-lo.

Por fim, quero dizer que é extremamente importante que a Europa seja a primeira a afirmar que a luta contra as alterações climáticas não implica uma descida dos níveis de vida – nem nos países ricos, nem nos países pobres. Do mesmo modo, não provocará uma perda de competitividade das nossas indústrias. Pelo contrário, as nossas exigências tornarão as empresas europeias mais inovadoras, o que aumentará a sua competitividade a nível mundial. Se lerem os jornais, virem televisão ou estiverem atentos aos meios de comunicação social globais, constatarão que o pessimismo está na ordem do dia. Muita gente já decidiu que Copenhaga será um fiasco. Por este motivo, é mais importante do que nunca que a Europa assuma a liderança, que a UE tome as rédeas do processo. Em consequência, quero desejar-lhes as maiores felicidades para as negociações, em Copenhaga.

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, se olhar hoje pela janela, verá um dia estrasburguês bastante agreste, o que não é fora do comum. Até as inundações que estão a devastar partes da minha região, em Cockermouth e Workington, onde registámos o mais elevado índice de pluviosidade de sempre, nada têm de especial; não podem ser especificamente atribuídas às alterações climáticas, embora estejam em consonância com os dados científicos.

É difícil tomar as decisões políticas necessárias quando existem dúvidas quanto à ocorrência de alterações climáticas. Temos de dar um passo atrás; temos de reconhecer que, no espaço de uma vida, a população humana quadruplicou e o consumo de combustíveis fósseis e de energia aumentou enormemente. Uma vez que a nossa atmosfera mantém a mesma profundidade, talvez devêssemos interrogar-nos se as alterações climáticas não deveriam estar a progredir mais rapidamente.

Penso que é importante reconhecer que as alterações climáticas não são uma religião. Não são uma fé. Temos de pegar nos argumentos dos cépticos e desafiá-los. Temos de assegurar que os dados científicos são colocados em evidência. Gostava que alguns dos cépticos não tivessem tanto prazer em apresentar propostas destinadas a adiar a tomada de medidas, propostas que poderão acabar por custar milhões de vidas.

As ambições para Copenhaga têm sido minimizadas, mas se tivessem ouvido ontem o senhor Ministro Carlgren, na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, não o ouviriam fazê-lo. As ambições não podiam ter sido reforçadas com maior firmeza. Estarão presentes na cimeira 65 Chefes de Governo. É necessário que os líderes dos EUA e da China também lá estejam, mas temos uma oportunidade para tomar algumas decisões políticas de enorme relevância.

Congratulo-me com o facto de a União Europeia ter assumido a liderança. Isso dá-nos grande satisfação. A questão é: será suficiente? A situação não é nítida. Temos quatro semanas, e as negociações têm um ritmo próprio. Estaremos a dar ao Conselho e à Comissão suficiente espaço de manobra? O senhor Comissário disse que precisamos de passar de 20% para 30%. Representará isso uma alteração na nossa posição negocial? Estaremos a reforçar esta posição? Estaremos a dizer que estamos preparados para dar este passo, mesmo antes de conseguir um acordo final? Antes de o debate terminar, poderíamos ouvir o Conselho e a Comissão sobre o espaço de manobra de que dispomos para estabelecer objectivos mais ambiciosos?

**Bas Eickhout (Verts/ALE).** – (NL) Faltam duas semanas para o início da conferência, em Copenhaga: uma oportunidade crucial para alcançar um acordo ambicioso em matéria de clima.

A União Europeia afirma, correctamente, que é essencial concluir um acordo em Copenhaga; o nosso clima não tolerará atrasos. A ciência é clara. Para alcançarmos o objectivo de 2° C que a União Europeia afirma há anos querer cumprir, os países ricos têm de reduzir as suas emissões em 40%. Por conseguinte, a União Europeia deve elevar as suas próprias metas, se quiser cumprir o objectivo de 2° C. Isto é essencial para o nosso clima.

Mas a União Europeia também tem na mão a chave da participação dos EUA. Enquanto a UE não declarar claramente quanto dinheiro tenciona disponibilizar aos países em desenvolvimento, os EUA poderão

esconder-se atrás dela. Por conseguinte, apresentemos agora uma oferta clara de 30 mil milhões de euros aos países em desenvolvimento, e os Estados Unidos ver-se-ão obrigados a avançar com o seu objectivo de redução. Copenhaga pode ser um sucesso, Copenhaga tem de ser um sucesso, e a União Europeia continua a ter na mão a chave desse sucesso.

**Derk Jan Eppink (ECR).** – (NL) Senhoras e Senhores Deputados, Copenhaga fracassou mesmo antes de a conferência ter começado. Poderá chegar-se a um entendimento, mas não haverá um acordo juridicamente vinculativo.

O Presidente Obama não vai fazer aprovar um regime de comércio de licenças de emissão no Senado; a sua prioridade é o sistema de saúde e não o sistema de limitação e comércio de emissões. Isto significa que a Europa tem de optar: devemos prosseguir sozinhos ou não? Devemos ou não continuar a praticar um regime obrigatório de comércio de licenças de emissão individualmente? Temos de ponderar bem esta questão. O preço de avançar sozinhos seria muito alto: custaria à indústria europeia centenas de milhares de milhões de euros, até 2020, e resultaria na perda de centenas de milhares de empregos, na Europa.

Quero dar um exemplo. A seguir a Houston, Antuérpia tem a maior concentração de empresas químicas do mundo, dando trabalho directamente a 64 000 pessoas e indirectamente a 100 000. A indústria química de Antuérpia não sobreviveria se a Europa avançasse sozinha e talvez seja preciso um neerlandês para defender os interesses económicos desta cidade. Até 2020, a sua indústria química teria desaparecido, vítima de custos de produção excessivos.

O comércio de licenças de emissão tem também muitas desvantagens. É altamente volátil; o preço caiu de 30 euros para 8 euros. Que devemos fazer, então? Devemos assegurar o desenvolvimento sustentável de tecnologias ecológicas e a dedutibilidade fiscal dos investimentos relacionados com o ambiente, devemos promover a investigação e desenvolver tecnologias de produção respeitadoras do ambiente. Esta Assembleia precisa de ser chamada à realidade. Por vezes, tenho a impressão de estar numa comunidade religiosa e não num parlamento. A nossa salvação será a inovação tecnológica e não o comércio de ar quente.

**Kartika Tamara Liotard (GUE/NGL).** – (NL) Gostaria de apresentar uma lista, por alto, das acções que emitem CO<sub>2</sub>, que pertencia a alguém com quem me cruzei na rua, ontem.

Ela está viva (fixem esta!).

Ela tomou duche. Ela foi de carro para o trabalho. Ela comprou um ramo de flores de estufa, envolto em plástico. Ela manteve o computador ligado o dia inteiro. Ela fritou um bife enorme e delicioso e regulou o aquecimento para uma temperatura mais alta.

Depois de um dia de luxos tão agradável, como podemos exigir que uma mulher indígena, que foi obrigada a deixar o seu país em resultado da desflorestação levada a cabo para nosso luxo, reduza as suas emissões de CO<sub>2</sub>, quando tudo o que a lista dela contém é "Estou viva"?

Os países industrializados são responsáveis por elevadas emissões de CO<sub>2</sub>, pelo que têm de pagar por isso e de ajudar os países em desenvolvimento. Não podemos ficar-nos por uma ninharia patética. Temos de abandonar a tendência para agir só quando outros o fazem. Os Estados Unidos e a China têm de ser chamados, com determinação, a responder pelos seus actos, nesta matéria. A ambição é importante, mas o que realmente importa é a assunção de responsabilidades.

**Oreste Rossi (EFD).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, coloquemos um véu piedoso sobre o inacreditável montante de 30 mil milhões de euros, que a UE estaria a comprometer-se a pagar anualmente, até 2020, aos países emergentes, basicamente a fundo perdido. A nós, italianos, traz-nos à memória a famigerada *Cassa del Mezzogiorno* italiana.

As nossas alterações versam sobre três pontos. Em primeiro lugar, solicitamos compromissos juridicamente vinculativos e igualmente ambiciosos, não só para os outros países industrializados, mas também para as economias emergentes, em particular, a China, a Índia e o Brasil.

Em segundo lugar, solicitamos que quaisquer verbas europeias de que esses países beneficiem sejam condicionadas à utilização de tecnologia "Made in EU", para que as nossas empresas possam, pelo menos, ser parcialmente ressarcidas dos onerosos compromissos de redução das emissões suplementares que a UE lhes está a impor e que deverão ser suportados, na totalidade, a expensas próprias.

Em terceiro lugar, solicitamos medidas para garantir que a invenção de mecanismos financeiros inovadores – como derivados baseados no RCLE ou *debt-for-nature swaps* – não esconde, na verdade, uma nova especulação financeira semelhante à gravíssima crise de que ainda não saímos.

Por este motivo, se as nossas alterações forem rejeitadas, a nossa delegação – a delegação da Liga do Norte – votará contra esta resolução.

**Nick Griffin (NI).** – (EN) Senhor Presidente, toda a gente está de acordo em que as alterações climáticas são o maior desafio com que a humanidade está confrontada: esta é a alegação recorrente da elite política, e é uma mentira. Nem toda a gente está de acordo. Milhares de cientistas contestam a própria existência do aquecimento global antropogénico, invocando as alterações cíclicas naturais que possibilitaram a existência de vinhas no norte da Inglaterra, na época romana e que um exército sueco marchasse sobre um Báltico gelado, rumo a Copenhaga, em 1658.

Embora um exército de zelotes do aquecimento global marche até Copenhaga, a verdade é que o seu consenso orwelliano não assenta no acordo dos cientistas, mas sim na intimidação, na censura e em estatísticas fraudulentas. Nas palavras do eminente climatologista Professor Richard Lindzen, "As gerações futuras ficarão estupefactas por o mundo desenvolvido do início do século XXI ter entrado em pânico histérico devido ao aumento de algumas décimas de grau na temperatura média global e, com base em exageros grosseiros de projecções informáticas altamente incertas [...], ter ponderado reverter a era industrial".

Na verdade, não haverá estupefacção, pois o motivo desta histeria é claro. Foi concebida para servir de pretexto para o projecto político dos globalistas de substituir a democracia nacional pela governação global da nova ordem mundial. Nada tem que ver com a ciência, mas tem tudo que ver com o objectivo comum globalista de nos tributar e controlar, ganhando milhares de milhões de euros para as empresas do sector da indústria verde. Os radicais intelectuais anti-Occidente da esquerda sofreram um revés colectivo com o colapso do comunismo. As alterações climáticas são a sua nova tecnologia, uma histeria religiosa secular, a que não falta papa – Al Gore –, indulgências na forma de créditos de carbono e a perseguição dos hereges. Mas os hereges terão uma voz em Copenhaga e a verdade virá ao de cima. As alterações climáticas estão a ser usadas para impor uma utopia anti-humana tão mortífera como qualquer invenção de Estaline ou Mao Tsé-tung.

**Richard Seeber (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Albert Einstein disse, "As coisas devem ser tornadas tão simples quanto possível, mas não mais simples do que isso". Devemos ter o cuidado de não cair nesta armadilha. Estamos a iludir-nos de que determinados fenómenos meteorológicos – como as inundações na Irlanda – estão directamente relacionados com as alterações climáticas. Também dizemos que o aumento global na temperatura que indiscutivelmente ocorreu nos vários continentes está directamente relacionado com a ligeira subida nos valores de CO<sub>2</sub> na atmosfera terrestre, que foi provocada pela actividade humana.

Existem cientistas que duvidam destas relações causais e devemos ter isso em conta, na perspectiva de Copenhaga. Devemos abordar a conferência com optimismo, mas também com realismo. A Europa, recorde, é apenas responsável por 10% das emissões de CO<sub>2</sub>. Não há aqui espaço para dúvidas. Paralelamente, sabemos que os Estados Unidos, a China e os países da APEC, que são colectivamente responsáveis por dois terços das emissões mundiais de CO<sub>2</sub>, assumem uma posição muito crítica face a esta matéria.

Não se trata tanto de uma competição de números, de querer realizar cortes de 20% ou de 30%, mas antes de tornar possível um acordo global, e não apenas europeu; é necessário procurar alcançar objectivos vinculativos para todos, que possam ser controlados e, acima de tudo, cumpridos. É igualmente importante fazermos-nos acompanhar dos nossos cidadãos e das nossas empresas. Ninguém beneficia se a Europa for ameaçada com "fugas de carbono" e as empresas deslocarem a produção para fora da Europa, quando as empresas europeias produzem com o dobro da eficiência energética, comparativamente às empresas noutras regiões do planeta. Do mesmo modo, ninguém beneficia com a desflorestação das florestas tropicais em vários países do mundo – no ano passado, foram desflorestados 12 500 km<sup>2</sup> de floresta tropical, no Brasil. O senhor deputado Florenz mencionou o Bornéu.

Por conseguinte, é muito mais importante refrear esta desflorestação do que participar numa competição de números. Em consequência, peço aos negociadores que rumem a Copenhaga com realismo, mas também com grande optimismo.

**Marita Ulvskog (S&D).** – (SV) Senhor Presidente, apraz-me ver o empenho do senhor Ministro Carlgren. Contudo, está ainda praticamente sozinho. Líderes mundiais, o Conselho Europeu e até o Primeiro-Ministro

que lidera a Presidência sueca parecem estar a dar prioridade a ganhos políticos a curto prazo, a nível nacional, em detrimento de benefícios ambientais a longo prazo, à escala global. Isso é inaceitável.

Precisamos, entre outras coisas, de informação clara sobre o financiamento do esforço de protecção do clima nos países em desenvolvimento. Prometer pagar uma proporção razoável, como foi feito até agora, não é aceitável. São apenas palavras, não há um compromisso e, por conseguinte, continuarei a pedir. Pode o Senhor Ministro Carlgren comprometer-se a fornecer-nos informações claras, antes de Copenhaga?

Em segundo lugar, a propósito do financiamento, está previsto que uma grande parte do dinheiro venha do comércio de licenças de emissão. Paralelamente, arriscamo-nos a perverter o sistema, ao abrir caminho para que uma grande proporção da redução das emissões seja realizada nos países em desenvolvimento por meio de projectos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Além disso, está também a discutir-se se os países ricos devem ser autorizados a acumular licenças de emissão não utilizadas, de anos anteriores. Que medidas tencionam o Senhor Ministro Carlgren e a Presidência sueca tomar para garantir o correcto funcionamento do sistema de comércio de licenças de emissão? É de esperar que este jogo do gato e do rato que se verifica entre os países participantes na Cimeira de Copenhaga tenha um fim?

**Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE).** – (NL) Quero agradecer ao senhor Ministro Carlgren e ao senhor Comissário Dimas a substância e, em particular, o tom das suas alocações. É um tom positivo, um tom que transmite confiança em que um acordo internacional pode, realmente, ser alcançado; isto é, um acordo que contenha normas vinculativas, a nível internacional.

Senhor Presidente, pelo menos 60 Chefes de Estado ou de Governo irão deslocar-se a Copenhaga. Que as suas viagens não sejam em vão. Que tomem consciência da sua enorme responsabilidade. Que vejam além dos interesses próprios e dos interesses económicos, a curto prazo. Que dêem um grande passo em direcção à economia do futuro, uma economia baseada na mínima utilização possível de matérias-primas.

Copenhaga não será um sucesso, a menos que a Europa exerça uma liderança forte, como todos sabemos. Senhor Ministro Carlgren, Senhor Comissário Dimas, que os grandes protagonistas não fiquem à espera que outros ajam primeiro. Não há mais tempo para jogar ao "Quem consegue ficar imóvel mais tempo?". Incitemo-los a agir e guiemo-los até ao acordo juridicamente vinculativo que todos desejamos tão ardentemente.

**Yannick Jadot (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente, como sabemos – de acordo com vários estudos científicos e também com Yvo de Boer –, os países emergentes estão a desenvolver esforços pelo menos equivalentes aos da Europa, na perspectiva de 2020.

Também sabemos que, nas negociações, existe já um direito de controlo sobre as economias emergentes, que é cada vez mais exercido por meio do inventário das emissões e da comunicação das medidas adoptadas. O Instituto dos Recursos Mundiais publicou estatísticas que mostram que a China emitiu cerca de 70 toneladas *per capita*, num total cumulativo desde 1950, enquanto os Estados Unidos emitiram 810 toneladas e a UE-27 413 toneladas.

Por conseguinte, pedimos que tenham o bom senso, em primeiro lugar e acima de tudo, de utilizar a resolução do Parlamento Europeu como um mandato de negociação. Seria a melhor coisa que poderíamos fazer, tanto para o clima como para a Europa sair da crise.

Em seguida, insto o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) a ter a inteligência e a credibilidade de retirar a sua alteração que estabelece que os países emergentes devem fazer o mesmo, devem assumir os mesmos compromissos que os países ricos. Isso não é aceitável, não é sério.

**Konrad Szymański (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, em Quioto, concedemos aos países em desenvolvimento concessões e exclusões que causaram a perda de grande parte da nossa competitividade. Entretanto, em 2005, os países em desenvolvimento ultrapassaram o nível de emissões de CO<sub>2</sub> da Europa. Hoje, o Parlamento não pretende apenas sobrecarregar a economia com legislação em matéria de clima ainda mais drástica. A resolução proposta impõe um encargo aos nossos orçamentos nacionais de 30 mil milhões de euros anuais, ao longo dos próximos 10 anos, que serão utilizados para ajudar os países em desenvolvimento. No caso da Polónia, o método de cálculo das contribuições proposto poderá significar um encargo de até 40 mil milhões de euros, durante 10 anos, até 2020. Os efeitos duvidosos do Protocolo de Quioto, a posição privilegiada dos países em desenvolvimento e os custos crescentes desta política levam-nos a opor-nos a esta resolução. Somos responsáveis não só pelo clima, mas também pela prosperidade dos nossos cidadãos.

**Sabine Wils (GUE/NGL).** – (DE) Senhor Presidente, em muitas partes do mundo, as consequências das alterações climáticas são visíveis. Os cálculos mais recentes apontam para um aumento de até 4° C na temperatura global, até 2060, e de até 10° C no Ártico. As emissões de fuligem da Europa são as principais responsáveis pelo aceleramento do degelo no Ártico – são transportadas pelo vento. Os Estados industriais ricos da UE têm agora a obrigação de apoiar financeiramente os países mais pobres, para que possam ser tomadas medidas imediatas, destinadas a mitigar as consequências das alterações climáticas. Serão necessários 100 mil milhões de dólares anuais, entre 2010 e 2050. Desse montante, é justo dizer que 30 mil milhões de dólares não são demais para a União Europeia.

Além disso, a transferência de tecnologia não pode estar associada às patentes, ou parte do dinheiro retornará às empresas dos países industrializados. A UE tem a obrigação de assumir a liderança, na Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas.

**Paul Nuttall (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, ouvi há pouco um colega socialista falar da Gronelândia e do degelo naquela região.

A pergunta que gostaria de fazer a este respeito é: por que razão a Gronelândia se chama Gronelândia? Será porque já foi verde, quando o mundo estava mais quente?

Parece que o povo britânico está a par desta situação, porque uma sondagem recente do jornal "The Times" mostra claramente que os britânicos já não acreditam no chamado aquecimento global antropogénico.

O povo britânico é muito astuto e não tem dúvidas de que os políticos sabotaram a agenda ambiental. Esta está a ser cinicamente utilizada para subir os impostos, para exercer controlo e, agora, está a ser utilizada pela União Europeia para justificar a sua própria existência.

Esta semana, assistimos ao espectáculo de um dos principais centros de investigação climática do Reino Unido, que aconselha o Governo, ser apanhado a alterar dados e a abafar o debate. É uma verdadeira vergonha.

Aguardo com expectativa a Cimeira de Copenhaga, quando a classe política estiver sentada à volta da mesa, ignorando embaraçadamente o descomunal elefante na sala, ou seja, que o planeta não aqueceu nos últimos 10 anos.

**Pilar del Castillo Vera (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero reconhecer os esforços desenvolvidos e também o entusiasmo demonstrado, tanto pela Comissão como pelo Conselho, e, evidentemente, pelo Parlamento, durante tanto tempo, ao longo deste programa de combate às alterações climáticas.

Quero dizer que há uma série de certezas que devem traçar o nosso caminho. A primeira é a seguinte: é necessário que todos participem, sobretudo os países que são grandes emissores. A segunda quase certeza é: com base em toda a informação de que dispomos, afigura-se muito difícil alcançar um acordo juridicamente vinculativo, em Copenhaga, do mesmo modo que os acordos sobre a percentagem das emissões são, naturalmente, vinculativos.

Mas esta realidade não nos deve fazer desistir, porque o pessimismo resulta da recusa de admitir a realidade. Pelo contrário, o optimismo assenta no reconhecimento da realidade.

O que devemos fazer em Copenhaga, essencialmente? Desde logo, não devemos esquecer a possibilidade de alcançar esse acordo geral. Contudo, conhecendo a situação e as possibilidades que existem, penso que nos devemos concentrar em acordos sectoriais que sejam realmente viáveis e que tenham objectivos viáveis. Estou a pensar num acordo em matéria de desflorestação, num acordo em matéria de ajuda aos países emergentes e aos países em desenvolvimento, mas, mais importante ainda, num acordo em matéria de transferência de tecnologia. Penso também que seria extremamente interessante celebrar acordos com vista à promoção de programas, para que os sectores industriais que consomem mais energia, em todo o mundo, possam alcançar acordos em matéria de emissões, independentemente do país em que estão localizados. Isto beneficiaria igualmente a competitividade das nossas economias.

Para concluir, insisto em que o optimismo se baseia no realismo e a eficácia na definição de objectivos viáveis. Este deve ser sempre o nosso guia.

**Linda McAvan (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, mais uma vez, a Assembleia foi presenteada com duas intervenções do Partido Nacional Britânico e do Partido da Independência do Reino Unido e, mais uma vez,

os dois partidos estão unidos na sua crença em teorias da conspiração, o que mostra que muito pouco os distingue.

Mas em primeiro lugar, esta manhã, quero felicitar o senhor Ministro por ter mantido as suas ambições para Copenhaga e por ter permanecido firme quanto a um acordo juridicamente vinculativo.

Esta manhã, a BBC está a noticiar que a Casa Branca declarou que virá para Copenhaga com objectivos para a redução das emissões dos EUA. Os senhores deputados que reuniram com membros do Congresso norte-americano sabem que estão a ser preparadas medidas importantes, havendo uma grande probabilidade de ser aprovada nova legislação nos Estados Unidos, pelo que penso que ainda há esperança de um acordo em Copenhaga.

Porém, Copenhaga será apenas o começo, porque quando de lá regressarmos, teremos de prosseguir nos esforços para reduzir as nossas emissões. É necessário continuar a investir na eficiência energética, em fontes de energia renováveis e em tecnologia com baixas emissões de carbono. Congratulo-me por termos acordado na semana passada, como uma União Europeia, que haverá investimento em tecnologias de captura e armazenamento de carbono, por exemplo, e que uma dessas instalações ficará localizada em Hatfield, na minha circunscrição eleitoral do Yorkshire.

Senhor Comissário Dimas, quero agradecer-lhe. Não sei se esta será a última oportunidade de usar a palavra para lhe agradecer o trabalho que desenvolveu nos últimos anos, na qualidade de comissário, mas a Comissão foi extremamente eficiente em colocar a Europa na liderança, pelo que o seu trabalho deve ser louvado nesta Assembleia.

Ver-nos-emos em Copenhaga. É possível que o vejamos aqui em Janeiro, mas queria que esta frase ficasse registada na acta.

Finalmente, espero que esta Assembleia vote a favor de uma boa resolução em matéria de alterações climáticas e rejeite as alterações apresentadas pelos senhores deputados da bancada em frente, que parecem querer desvirtuar os nossos compromissos. Estes colegas querem afrouxar os nossos objectivos e compensar mais das nossas emissões. Se encaramos as alterações climáticas com seriedade, se queremos um bom acordo, temos de votar contra estas alterações.

**Fiona Hall (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, saúdo a posição positiva e determinada que está a ser tomada pela Presidência sueca e, em particular, a determinação do senhor Ministro em que o acordo de Copenhaga seja actualizável e inclua mecanismos de monitorização, para poder ser adaptado em função dos novos resultados da investigação científica.

O pacote sobre o clima da UE, aprovado em Dezembro de 2008, foi importante para mostrar a seriedade com que encaramos o nosso compromisso em matéria de alterações climáticas, assim como o foram os acordos conseguidos nos últimos meses, sob a Presidência sueca – em especial, a directiva reformulada relativa ao desempenho energético dos edifícios, que reduzirá a pegada de carbono de edifícios novos e renovados.

Contudo, há uma falha flagrante nos planos da Europa, que é o investimento. É surpreendente que os EUA, apesar de não terem aprovado legislação, tenham consagrado mais de 100 mil milhões de dólares às despesas com a energia limpa e que a China tenha prometido 200 mil milhões de dólares, no seu plano de estímulo económico, enquanto o compromisso da Europa é de pouco mais de 50 mil milhões de dólares. Devemos ter isto em conta e deixar-nos de auto-exaltações, na perspectiva de Copenhaga.

#### **PRESIDÊNCIA: Dagmar ROTH-BEHRENDT**

*Vice-Presidente*

**Claude Turmes (Verts/ALE).** – (DE) Senhora Presidente, tenho uma pergunta específica para o senhor Comissário Dimas. Se as informações de que disponho estão correctas, a situação é a seguinte. Se nós, na União Europeia, aplicarmos os objectivos que nos fixámos – 20% de energia produzida a partir de fontes renováveis, até 2020, e uma melhoria de 20% em eficiência energética, no mesmo período –, os modelos energéticos da UE mostram que este esforço, por si só, possibilitará uma redução de 18% a 21% das emissões de CO<sub>2</sub>, com base na utilização continuada de centrais alimentadas a carvão e a gás.

À luz do que precede, não compreendo por que razão estamos a perder tanto tempo a discutir o objectivo de 30%, uma vez que, se aplicarmos medidas de eficiência energética e de promoção de fontes de energia

renováveis, assim como o regime de comércio de licenças de emissão, e compensarmos algumas emissões de carbono, podemos facilmente alcançar 30% ou 35%.

Ficaria muito agradecido se o senhor, Senhor Comissário Dimas, como leal conservador, pudesse finalmente pôr cobro a esta confusão lançada pelos senhores deputados Seeber, Florenz e outros, que estão novamente a curvar-se perante as velhas indústrias.

**Ryszard Czarnecki (ECR).** – (PL) Senhora Presidente, quero apelar ao sentido das proporções. Apesar do que ouvimos aqui, estas não são as negociações mais importantes da História da Humanidade e, na verdade, o futuro da humanidade não depende destas negociações, como afirmam alguns dos nossos colegas. As decisões relativas aos limites específicos que constam do pacote sobre o clima não foram tomadas de forma precisa e detalhada.

Não podemos deixar de lamentar que já tenha sido estabelecido que, na verdade, os efeitos deste pacote, os efeitos financeiros, irão principalmente afectar os países pobres, os novos países da UE. A decisão de fazer o financiamento depender não do rendimento por habitante, mas dos valores-limite em matéria de poluição castiga as economias dos novos países da UE, incluindo do meu país, a Polónia.

**João Ferreira (GUE/NGL).** – Sra. Presidente, caros Colegas, uma abordagem consequente à problemática das alterações climáticas, mais do que o estabelecimento de metas de redução de emissões, exige uma definição realista dos meios para as alcançar.

Consideramos significativo e revelador que a maioria dos membros da Comissão do Ambiente tenha rejeitado a inclusão na proposta de resolução sobre Copenhaga de emendas defendendo – e passo a citar – uma diversificação dos instrumentos utilizados para alcançar os objectivos de redução, evitando uma dependência dos instrumentos de mercado e a necessidade de se proceder a uma avaliação da eficácia destes instrumentos de mercado, bem como das suas consequências no plano social e ambiental.

A preponderância atribuída pela União Europeia às soluções de mercado é reveladora de uma opção política e ideológica de fundo. Pretende-se montar um esquema de geração bilionária de activos financeiros fictícios ao serviço de um sistema que mostra nada ter aprendido com a crise em que se encontra mergulhado.

A experiência de implementação do esquema europeu de transacções é um desmentido cabal da virtuosidade da regulação pelo mercado e a demonstração clara da ineficácia e perversidade dos seus instrumentos.

**Timo Soini (EFD).** – (FI) Senhora Presidente, devíamos estar a proteger os trabalhadores, os pequenos empresários e a indústria. A acção ambiental só é possível numa economia saudável. Só numa economia saudável é possível investir no ambiente.

As actuais percentagens-alvo terão consequências negativas. O corrente comércio de percentagens, digo-o eu próprio, que sou católico, é o equivalente dos tempos modernos à venda de indulgências, o que não é bom. Temos de introduzir um sistema de emissões específicas, à semelhança do regime aplicável aos automóveis, que permita medir as evoluções e tirar as conclusões adequadas.

Porque não está a esquerda a defender os trabalhadores, não só na Finlândia, mas na Europa, em geral? A base de apoio da esquerda está a derreter mais depressa do que os icebergues. Existem outras opções: podem ser instituídos direitos aduaneiros sobre os produtos que excedem valores de emissão específicos. Se estabelecermos um sistema em que o *dumping* ambiental com origem nos países menos industrializados e em desenvolvimento não é possível, poderemos proteger empregos e produtos de qualidade superior, e teremos condições para continuar a fazê-lo, no futuro.

**Romana Jordan Cizelj (PPE).** – (SL) Sou uma optimista e concordo com as afirmações do senhor Ministro sueco Andreas Carlgren, de que temos de ser bem-sucedidos. Permitam-me, também, acrescentar que, para sermos bem-sucedidos, temos de agir com seriedade e procurar cumprir os nossos objectivos de forma clara e transparente.

A primeira observação que quero fazer é que a redução das emissões de gases com efeito de estufa é, simultaneamente, um objectivo europeu e global. Não reconhecamos a nós próprios o direito de fazer juízos sobre as tecnologias, apoiando umas e condenando outras. No que diz respeito às tecnologias, devemos manter-nos imparciais. Temos de abrir as portas à utilização de tecnologias com baixas emissões de carbono e ao desenvolvimento de novas tecnologias.



Não podemos permitir que os nossos esforços de combate às alterações climáticas criem uma rivalidade entre as diversas tecnologias com baixas emissões de carbono. Se queremos ser bem-sucedidos, temos de considerar seriamente a utilização de todas as tecnologias disponíveis.

Em segundo lugar, na COP 15, nós, representantes da União Europeia, temos de enviar uma mensagem clara: é necessário mais dinheiro para os países terceiros cumprirem os seus compromissos, e o desenvolvimento sustentável exige pacotes de medidas. Contudo, como explicamos aos contribuintes que nos comprometemos a financiar o desenvolvimento sustentável de países terceiros sem exigir qualquer compromisso da sua parte que sirva de garantia da utilização dos fundos para o fim a que se destinam? São necessários compromissos e é necessária supervisão.

Em terceiro lugar, num dos nossos debates, em Novembro, alertei esta Assembleia para a necessidade de enviarmos uma mensagem ao Presidente Barack Obama, solicitando a sua participação na COP 15. Esta manhã, ouvi a notícia de que o senhor Presidente Obama confirmou a sua presença em Copenhaga e irá fazer pressão no sentido de serem aprovados objectivos vinculativos para as emissões de gases com efeito de estufa. No meu entender, isto parece provar que a nossa decisão de insistir na pressão política foi acertada.

Para concluir, quero enviar uma mensagem clara. Temos de agir e de agir já. Queremos um acordo juridicamente vinculativo e queremos que os outros países tenham um comportamento responsável.

**Saïd El Khadraoui (S&D).** – (NL) Quero abordar a vertente dos transportes. Considero que, em conjunto com a questão energética, os transportes são, na realidade, o desafio mais difícil em matéria de alterações climáticas.

É difícil porque exige que reconsideremos a organização logística do nosso regime de comércio de licenças de emissão e a forma como nos deslocamos e viajamos. Evidentemente, teremos de adoptar uma combinação de medidas, para podermos cumprir os objectivos. Por exemplo, continuar a investir na investigação e desenvolvimento, impor normas técnicas mais rigorosas, consagrar em legislação e disseminar as melhores normas, aplicar a internalização dos custos externos para promover a eficiência do sistema, estabelecer condições de concorrência equitativas entre os vários modos de transporte e ainda, evidentemente, fixar objectivos vinculativos e ambiciosos a nível global. Isto é particularmente importante no caso dos sectores da aviação e dos transportes marítimos, em que ainda poderão ser realizados grandes progressos, no domínio da sustentabilidade.

A este respeito, devo dizer que os objectivos definidos pelo Conselho – redução de 10%, para a aviação, e de 20%, para os transportes marítimos, até 2020 – carecem, na verdade, de ambição suficiente. Considero que podemos ir mais longe neste domínio.

Por outro lado, noto que a resolução refere a venda em leilão de 50% das licenças de emissão. Isto não é coerente com o que propusemos há dois anos, quando fixámos o objectivo de 15%, pelo que me concentraria num acordo ambicioso. Que seja este o nosso objectivo.

**Frédérique Ries (ALDE).** – (FR) Senhora Presidente, compreendemos inteiramente a situação; o tom está dado, creio, e o senhor Ministro Carlgren até criticou o pessimismo prevalecente. Começou uma verdadeira contagem decrescente para salvar a Cimeira de Copenhaga e para que os principais países poluidores do planeta assinem um acordo ambicioso e assumam um compromisso com as gerações futuras.

Um acordo é bom. Um sucesso alcançado, evidentemente, é ainda melhor. Sabemos que este sucesso depende necessariamente do apoio dos países industrializados – sobretudo da China e dos Estados Unidos – ao que será o futuro Protocolo de Copenhaga, assim como do apoio igualmente necessário dos países em desenvolvimento. A este respeito, a Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar do Parlamento fez o seu trabalho, ao propor uma ajuda directa anual de 30 mil milhões de euros, até 2020, para ajudar os países em desenvolvimento na transição para uma economia com mais baixas emissões de carbono.

O que me leva a referir o que considero ser uma falha na nossa resolução, nomeadamente a falta de consideração pelo impacto das alterações climáticas na saúde das populações. Este impacto é crucial, se atentarmos aos apelos e às advertências da OMS.

Consequentemente, insto os senhores Deputados a aprovarem as duas alterações relativas a esta matéria, que inseri na nossa resolução.

**Caroline Lucas (Verts/ALE).** – (EN) Senhora Presidente, há um novo filme sobre as alterações climáticas intitulado "A Era da Estupidez". Passa-se em 2055 e centra-se num sobrevivente solitário da catástrofe climática. Perseguem-me algumas palavras do filme, em que o actor, evocando 2009 – o agora – diz: "Sabendo o que então sabiam, porque não agiram enquanto ainda havia tempo?".

Por outras palavras, por que razão não conseguimos galvanizar vontade política suficiente? Em parte, porque não falamos suficientemente dos benefícios da transição para um mundo pós-carbono: milhões de postos de trabalho no sector da energia verde, casas mais bem isoladas, transportes públicos melhorados. É esta a mensagem que a UE deve advogar.

Porém, até o objectivo mais ambicioso que a UE está, actualmente, a propor – um corte de 30%, até 2020 – só nos dará uma probabilidade de 50% de evitarmos o pior das alterações climáticas. Se vos dissessem, caros Colegas, que o avião em que estavam prestes a embarcar tinha uma probabilidade de 50% de se despenhar, provavelmente não embarcariam. E contudo, o que está em jogo em Copenhaga é muito mais grave. Consequentemente, a minha mensagem é: sejam mais ambiciosos. Não permitam que o epitáfio de Copenhaga seja que esta foi a Era da Estupidez.

**Paweł Robert Kowal (ECR).** – (PL) Senhora Presidente, mais uma vez, numa matéria de grande importância para a União Europeia, ouvimos constantemente a palavra mágica "sucesso". A Presidência quer ter sucesso e deseja-o acima de tudo. Entretanto, a imprensa europeia está repleta de informação no sentido de que a Cimeira de Copenhaga não será um sucesso. Analisemos a razão por que não será um sucesso. Porque os Governos entrevêm que, se tudo fosse dito claramente e se os cidadãos dos Estados-Membros da UE conhecessem as consequências, se conhecessem as razões por que queremos tomar decisões tão importantes, a incerteza dessas razões e a incerteza das consequências das nossas acções, opor-se-iam a tudo isso.

Quero dizer apenas uma coisa, que é o mais importante – a União Europeia é responsável, os Estados-Membros da UE são responsáveis pelo que acontece no mundo, mas são responsáveis, em primeiro lugar e acima de tudo, pelas suas próprias nações, Estados e cidadãos, pelas pessoas que depositam a sua esperança nas nossas acções, pelas pessoas que têm esperança num futuro melhor. Devemos ter isto em conta. Quando quisermos assumir responsabilidades por questões globais, e não entrarei em pormenores nesta matéria, essa responsabilidade deve recair equitativamente sobre todos, alguns em termos de reduções, outros em termos de protecção do ambiente e outros ainda noutros termos – é disto que precisamos, actualmente.

**David Campbell Bannerman (EFD).** – (EN) Senhora Presidente, na minha circunscrição eleitoral, em Inglaterra, descobriu-se, esta semana, que os cientistas da Universidade de East Anglia estavam, alegadamente, a manipular dados para tentar provar o aquecimento global antropogénico.

Isto diz muito! É agora evidente que o consenso científico a respeito do aquecimento global antropogénico se está a desfazer rapidamente: 30 000 cientistas cépticos na Declaração de Manhattan; 600 cientistas num relatório do Senado dos EUA; até cientistas alemães escreveram, este ano, à senhora Chanceler Angela Merkel.

Entretanto, o autor do relatório-chave das Nações Unidas sobre este assunto, Sir Nicholas Stern, pede que nos tornemos vegetarianos para acabar com a flatulência das vacas. Talvez não tenham sido só determinadas vacas a enlouquecer.

Pertença à Comissão do Comércio Internacional. Estou profundamente preocupado com as conversações da OMC, que terão início esta semana. Temo uma opção pelas tarifas verdes, justificada com base em alegações tão falaciosas. Estas novas tarifas são apenas barreiras ao comércio, castigam os pobres e não têm qualquer justificação. Isto é puro imperialismo ambiental.

**Herbert Reul (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no âmbito dos debates sobre o clima, ouvimos, neste Parlamento, uma variedade de opiniões sobre as causas e o impacto das alterações climáticas. Não irei desenvolver este assunto, mas os vários colegas que o referiram têm razão: existe um número crescente de novas vozes na comunidade científica, e gostaria que debatêssemos essas novas vozes de forma honesta.

A minha segunda observação é que o Parlamento adoptou uma posição clara face à Cimeira de Copenhaga. Existe um mandato claro em termos de objectivos. É também atribuído um mandato a todos os membros deste Parlamento para velarem pelo bem-estar dos cidadãos da União Europeia, em todos os aspectos. Nestes debates, devemos esforçar-nos por não tratar um projecto como o único projecto político importante. Por conseguinte, de vez em quando, gostava que, nos nossos objectivos para Copenhaga, tivéssemos o cuidado de nos abster de cair em ilusionismos ou em competições de números – como disse um senhor deputado –,

e que, em vez disso, nos concentrássemos no que podemos manifesta e efectivamente alcançar. O que poderemos, com inteligência, alcançar? Quais são as consequências, incluindo para a indústria europeia? É necessário termos também este aspecto em consideração. Não é o único critério, mas deve ser um dos critérios, pelo que gostaria de nos ver tentar alcançar acordos que sejam tão exequíveis quanto possível. Isto requer também equidade e a participação das outras nações industrializadas, para que este não seja só um projecto europeu.

Outro orador fez notar que a nossa contribuição é de 10%. O resto do mundo, as economias emergentes, os países em desenvolvimento devem pagar a sua quota-parte. Se não obtivermos quaisquer estipulações precisas a este respeito em Copenhaga, considero que será preferível estabelecer um consenso político e atribuir mandatos, para que sejam alcançados acordos específicos nos meses seguintes. Não nos podemos refugiar, à pressa, num qualquer compromisso formal que possa ser celebrado em Copenhaga e iludir-nos de que esse resultado pode conduzir automaticamente a reduções de 30%. Realismo e a negociação de aspectos específicos, portanto, são o que é preciso – então, iremos, provavelmente, fazer progressos.

**Teresa Riera Madurell (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, combater as alterações climáticas exige também uma mudança radical na produção e no consumo de energia. Necessitamos de um novo modelo que equilibre as seguintes três necessidades: segurança, sustentabilidade e competitividade. Com este objectivo em mente, estamos a trabalhar numa resposta comum.

2007 foi um ano decisivo, porque estabelecemos objectivos específicos. Foi uma decisão tomada para impedir que a temperatura aumentasse até um ponto sem retorno, mas foi tomada sabendo que a inacção traria outros custos para a economia mundial, enquanto o investimento na eficiência e em fontes de energia renováveis poderia ser rentável.

Para convencer os cidadãos e o mercado da nossa vontade firme de alcançar estes objectivos, precisávamos de um quadro legislativo sólido e estável, que fornecesse segurança jurídica para o investimento, e daí as seis iniciativas legislativas do "pacote verde".

O contributo da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia foi importante. Destacaria o acordo a respeito da Directiva "Fontes de Energia Renováveis" e os recentes acordos a respeito de duas directivas muito importantes: a directiva relativa ao desempenho energético dos edifícios e a directiva relativa à rotulagem energética. São medidas que implicam alterações, mas que são também um estímulo decisivo e real para o crescimento económico, através da criação de emprego. Elas representam uma economia de 50 mil milhões de euros nas importações de petróleo e de gás, mais um milhão de postos de trabalho no sector das fontes de energia renováveis e igual número no sector da eficiência energética, até 2020.

A ecoindústria representa já mais de três milhões de postos de trabalho e as tecnologias ecológicas são uma parte, cada vez maior, de um sector com um volume de negócios superior a 200 mil milhões de euros, por ano.

Fizemos muito, na Europa. Não basta. Necessitamos de acções à escala mundial. Em consequência, os socialistas da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia querem que as negociações internacionais retomem a via do entendimento, para que possa ser alcançado um acordo verdadeiramente global em Copenhaga.

*(A Presidente retira a palavra à oradora)*

**Holger Krahmer (ALDE).** – (DE) Senhora Presidente, a política climática europeia deve deixar-se de devaneios e tomar nota das realidades internacionais.

Primeiro que tudo, Quioto foi um fracasso. Foi muito simbólico, mas não resultou numa redução das emissões. Em segundo lugar, em vésperas de Copenhaga, tornou-se evidente que Estados importantes do mundo não estão preparados para aceitar objectivos vinculativos para a redução das emissões. Em terceiro lugar, os políticos devem ter em conta o debate que está a surgir na comunidade científica. Os mesmos cientistas que assinaram as conclusões do IPCC há dois anos, falam hoje de influências naturais no clima – uma possibilidade que o IPCC excluiu categoricamente há dois anos.

Quando tomamos decisões políticas, devemos conhecer antecipadamente o grau de certeza que podemos ter quanto ao que influencia as alterações climáticas. Por conseguinte, insto a uma mudança de estratégia. Primeiro que tudo, é necessário adaptarmo-nos às alterações inevitáveis no clima, ao mesmo tempo que abandonamos os debates ideológicos sobre o CO<sub>2</sub> e procuramos aliados internacionais, a fim de acelerar a investigação no domínio das novas fontes de energia e das tecnologias limpas.

**Michail Tremopoulos (Verts/ALE).** – (EL) Senhora Presidente, encontramos-nos num ponto de viragem crucial para o planeta. A comunidade científica, por meio do IPCC, está a instar a União Europeia e os Estados-Membros a assumirem o compromisso de reduzir em 40% as emissões de gases com efeito de estufa até 2020, comparativamente aos valores de 1990. Os actuais compromissos da União Europeia representam apenas 50% do compromisso mínimo absoluto solicitado nos relatórios do IPCC.

O IPCC é para as alterações climáticas o que o Fundo Monetário Internacional é para a economia. A minha pergunta é: poderia alguma vez a Comissão afastar-se em 50% de objectivos recomendados pelo Fundo Monetário Internacional como mínimos absolutos? Além disso, a União Europeia está a insistir num aumento do objectivo de redução das emissões para 30%, até 2020, mediante a condição de que outros países desenvolvidos se comprometam a realizar reduções comparáveis das emissões. Tendo em conta a actual situação, quais, de que tipo e de que dimensão são os compromissos necessários para accionar a proposta supramencionada; quais são, concretamente, os países que devem assumir esses compromissos; quais são, concretamente, as políticas climáticas que serão revistas, nessa eventualidade; e quais foram, concretamente, os preparativos efectuados nesse sentido?

**Bogusław Sonik (PPE).** – (PL) Os debates, as conversações e as negociações sobre um acordo internacional em matéria de clima em Copenhaga prosseguem ininterruptamente, desde há meses. No clamor da informação, em que alguns países licitam e competem entre si na declaração de objectivos cada vez mais ambiciosos, outros anunciam grandes aspirações e outros ainda assumem uma atitude totalmente passiva, é fácil perder de vista a principal finalidade daquele que é, muito simplesmente, um acordo histórico.

Porque estamos a falar do combate às alterações climáticas – alterações que podem conduzir a uma verdadeira catástrofe ecológica. Estamos a falar do futuro comum do planeta – o futuro de todos nós. Por este motivo, a acção educativa é também muito importante. Tenho a impressão de que as opiniões dos cidadãos europeus estão a divergir cada vez mais das opiniões da elite política. Existe o perigo de as propostas que forem apresentadas no fórum de Copenhaga poderem ser tratadas simplesmente como uma espécie de intervenção divina ou como uma invenção da elite política.

Temos de ser activos na educação dos cidadãos, e a Comissão Europeia deve assumir essa responsabilidade. O combate às alterações climáticas não pode ser tratado como um capricho de países ricos que querem impor aos outros o seu ponto de vista. Penso que a Comissão e as Representações nos Estados-Membros devem manter uma política permanente de informação e educação, nesta matéria.

Igualmente necessária é uma política determinada de apoio à procura de tecnologias eficazes de captura do dióxido de carbono produzido pelo carvão utilizado como fonte de energia. Deve ser atribuída a esta tecnologia um estatuto político equivalente ao das outras fontes de energia renováveis. Esta deve ser uma prioridade nos trabalhos do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia, que estabelecemos recentemente em Budapeste.

Por último, os custos da criação de um fundo especial de apoio à luta contra as alterações climáticas devem ser distribuídos equitativamente pelos Estados-Membros, dependendo do seu nível de riqueza.

**Edite Estrela (S&D).** - Senhora Presidente, a poucos dias de Copenhaga, parece mais difícil chegar-se a um texto juridicamente vinculativo. Vamos ter aquilo a que já alguém chamou um acordo a dois tempos, mas isso não pode reduzir a nossa ambição. A União Europeia deve continuar a liderar as negociações e a pressionar os outros parceiros.

De Copenhaga não pode sair uma mera declaração de intenções. De Copenhaga devem sair, pelo menos, os compromissos políticos vinculativos e o calendário que permita, em Junho de 2010, em Bona, a aprovação de um acordo pós-Quioto. Os Estados Unidos, o Japão e os países BRIC e muitos outros devem assumir compromissos comparáveis aos da União Europeia, uma vez que o esforço isolado da UE de pouco servirá para se alcançar o objectivo de limitar o aumento da temperatura em 2°.

O financiamento à adaptação dos países em desenvolvimento não pode pôr em causa os Objectivos do Milénio, sobretudo nos países africanos, que são quem mais sofre com as alterações climáticas.

Copenhaga também deve contribuir para a mudança do paradigma energético mundial, valorizando as energias renováveis e a eficiência energética. Esta é a via do futuro, não só para combater as alterações climáticas, mas também para criar emprego.

**Vladko Todorov Panayotov (ALDE).** – (BG) Há dois anos, a Europa tomou a iniciativa de liderar a batalha contra as alterações climáticas. Existe um quadro jurídico, a nível europeu, e as iniciativas que se destinam a desenvolver a plataforma tecnológica necessária têm de ser promovidas, o que facilitará a transição para

uma economia hipocarbónica. Os líderes europeus têm grandes ambições para as negociações em Copenhaga. Embora as condições para um acordo definitivo ainda não estejam estabelecidas, é importante que sejam lançadas as fundações de um consenso global quanto a um acordo satisfatório. Na sequência da minha inclusão na delegação parlamentar que viajou até Washington, em razão das negociações em Copenhaga, compreendi que a eficácia económica das medidas previstas para combater as alterações climáticas tem de ser debatida. Assim que todos os participantes nas negociações estiverem convencidos de que as medidas de combate às alterações climáticas terão efeitos económicos benéficos e de que as suas economias não ficarão mais vulneráveis, será alcançada uma estratégia global.

**Françoise Grossetête (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, toda a gente espera e reza, hoje, por um acordo ambicioso em Copenhaga, mas é preciso dizer que as ambições da Cimeira de Copenhaga foram, na verdade, reduzidas ao longo das últimas semanas, particularmente devido às reservas dos Estados Unidos e da China.

Para evitar que a temperatura do planeta aumente mais de 2° C até ao final do século, todos os países têm de estar dispostos a aceitar as mesmas obrigações, e obrigações vinculativas. Contudo, assistimos, nos nossos debates, a uma competição de números, a uma competição de financiamento. O que peço é que a Europa não seja ingénua e que seja um negociador realista e firme com os seus parceiros que não tenham desenvolvido esforços de redução das emissões significativos.

Seria inaceitável que os esforços dos países mais ambiciosos fossem comprometidos pelas fugas de carbono que resultariam, muito simplesmente, da inexistência ou ausência de acção por parte de alguns.

A Europa não deve ser ingénua em relação à China e à Índia. O Brasil e a Coreia já decidiram comprometer-se, é certo, mas se a Europa quer dar o exemplo, não o pode fazer a qualquer preço, e muito menos ao preço da sua desindustrialização.

As negociações devem constituir uma oportunidade para estimular o desenvolvimento de novas tecnologias, para permitir que fundos consideráveis sejam investidos na investigação e no desenvolvimento. Existe, com efeito, o risco de haver uma fuga definitiva do conhecimento europeu para os países beneficiários da transferência de tecnologia. Por conseguinte, em Copenhaga, é imperativo criarmos as condições para um intercâmbio duradouro entre os países, fundado nos interesses comuns, sem deixar de proteger os investimentos em investigação e desenvolvimento realizados pelas empresas europeias.

O êxito consistirá em promover a disseminação das tecnologias nos países em desenvolvimento, em troca do reconhecimento dos direitos de propriedade intelectual e da abertura dos mercados a essas tecnologias.

Temos, enfim, uma oportunidade inacreditável na Europa, que é a de combater as alterações climáticas e, simultaneamente, lançar um verdadeiro programa tecnológico para incentivar a inovação e, desse modo, criar novos empregos.

**Gilles Pargneaux (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Comissário, permitam-me abordar alguns aspectos importantes, no quadro da nossa resolução, mas também do debate que iremos realizar nas próximas semanas em Copenhaga.

Em primeiro lugar, a luta contra o aumento da temperatura. Ouvi, ainda agora, alguns senhores deputados minimizarem a importância do aquecimento global. É preciso não esquecer, contudo, que muitas centenas de milhões de seres humanos irão tornar-se o que poderemos chamar vítimas das alterações climáticas, em resultado deste aumento. Copenhaga tem de travar o aumento da temperatura.

Em segundo lugar, é necessário munirmo-nos de um acordo vinculativo que estabeleça que as emissões de gases com efeito de estufa têm de ser reduzidas em 30% até 2020 e em 80% até 2050.

Devemos também tomar medidas para garantir alguma clareza no financiamento. Na nossa resolução, é proposto que sejam concedidos aos países mais pobres 300 mil milhões de euros, nos próximos 20 anos. É preciso ir mais longe. Já se falou no montante de 500 mil milhões de euros e, também neste domínio, nós, União Europeia, temos de dar o exemplo.

Além disso, devemos introduzir um imposto universal sobre o carbono, com a possibilidade de ser instituído um imposto sobre as transacções financeiras. Para concluir, estou muito surpreendido com a linguagem dúplice dos colegas do grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) a respeito do que ouvi no meu país, França, do Presidente da República, e novamente esta manhã, do senhor Ministro Borloo.

**Werner Kuhn (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apesar de todos os nobres objectivos para a Conferência de Copenhaga, quando está em causa a protecção do clima, não devemos esquecer, evidentemente, que a nossa Europa, as suas companhias e empresas estão diariamente em concorrência com os principais mercados económicos e comerciais da América do Norte e do Sudeste Asiático. Isto aplica-se tanto à produção industrial e de energia como, de uma forma especial, aos transportes.

Muitas empresas de transporte são também actores globais. Para serem competitivas, todas as empresas que operam neste sector devem ter as mesmas oportunidades. O que isto significa é que a protecção do clima custa dinheiro. Nós, na Europa, somos, de facto, os pioneiros na redução das emissões de gases com efeito de estufa no sector dos transportes. Gostaria apenas de lembrar a este respeito que nesta Assembleia acordámos que nos iríamos comprometer a incluir a aviação, em particular, mas também os transportes marítimos, no regime de comércio de licenças de emissão.

O transporte ferroviário foi referido. O transporte ferroviário, por meio do imposto ambiental sobre a produção de energia, foi, sem dúvida, incluído nas medidas de redução das emissões de CO<sub>2</sub>, enquanto o transporte rodoviário está incluído por meio das várias taxas de circulação existentes. Além disso, é necessário cumprir os requisitos técnicos da União Europeia no que se refere aos catalisadores, por meio das normas Euro reforçadas Euro 4 e Euro 5. Para sermos bem-sucedidos nos sectores dos transportes marítimos e da aviação, contudo, é necessário intensificar as negociações com os vinte Estados constantes do Anexo I. As alterações introduzidas no sector da aviação, pela Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), não produziram quaisquer resultados até ao momento. Temos de levar por diante as nossas actividades neste domínio. Será muito importante que a aviação seja debatida na Conferência de Copenhaga, e o mesmo se aplica aos transportes marítimos que – considerando o consumo específico de energia por tonelada e por quilómetro – são também muito respeitadores do ambiente. Neste processo, é necessário, porém, chegar a acordo com a Organização Marítima Internacional (IMO), no que se refere a conceitos comuns.

**Andres Perello Rodriguez (S&D).** – (ES) Senhora Presidente, quero felicitar os membros da Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar e o seu presidente, senhor deputado Jo Leinen, pelo trabalho que realizaram para que tivéssemos uma resolução como esta, que devemos aprovar sem reservas. Não nos podemos contentar com dizer que acordos sectoriais são suficientes, porque falar num acordo de “sobras” é admitir um fracasso parcial.

Temos de aprovar esta resolução, que tem três aspirações nobres. A primeira é mais óbvia: evitar as alterações climáticas, com propostas concretas de redução das emissões e um compromisso de financiamento, com vista a um acordo vinculativo e não a um acordo de “sobras”. Existem também duas aspirações latentes: a primeira é começar a trabalhar numa política energética comum, com a maior brevidade possível, do mesmo modo que, no passado, nos munimos de uma política agrícola comum, porque precisávamos dela. E, evidentemente, a aspiração de reconquistar a confiança dos cidadãos na política e nos políticos, que se encontra num nível relativamente baixo, na Europa.

O sucesso da Cimeira consistirá, portanto, no sucesso das três aspirações. Consequentemente, insto o senhor Presidente em exercício do Conselho a conservar o seu optimismo, assim como a pressionar e a negociar o máximo possível, a fim de chamar os outros países a este sucesso.

Não sei se os líderes deste mundo multipolar querem ser julgados pela História por não terem sido capazes de alcançar um acordo vinculativo, mas penso que eu, enquanto deputado ao PE, e todos os representantes do povo não deveríamos ser julgados pela História por não termos sido capazes de assumir, em Copenhaga, o compromisso vinculativo que temos com a humanidade de evitar as alterações climáticas.

**Anne Delvaux (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, em primeiro lugar, quero saudar os esforços da Presidência sueca para alcançar um acordo ambicioso em Copenhaga, apesar do fortíssimo vento de pessimismo que sopra sobre as negociações que se aproximam.

Pessoalmente, considero que não é realista admitir, nesta fase, que a Cimeira de Copenhaga está destinada ao fracasso ou que não irá resultar num acordo conclusivo, a ser ratificado por todas as partes.

Não cedamos demasiado depressa ao pessimismo. Apelo a que não reduzamos as nossas ambições, quer em termos de objectivos quer em termos de prazos. É necessário continuar a acreditar num acordo político global completo, ambicioso e vinculativo, que abra caminho à conclusão de um tratado jurídico, com a maior brevidade possível. É ainda muito cedo para apontar como prazo a COP 16, em Dezembro de 2010.

Devemos agora traduzir a nossa retórica em vontade política real. Temos de clarificar o nosso compromisso no que se refere ao financiamento e à ajuda aos países em desenvolvimento, nomeadamente através de transferências de tecnologia. Nesta fase, um compromisso total e colectivo da União Europeia é indispensável.

Além disso, tomo nota, por escrito, do recente mas exemplar elã conferido às negociações pelo Brasil, pela Coreia do Sul, pela Indonésia e pela Noruega, em particular, que quantificaram as suas ambições para a redução das respectivas emissões poluentes.

Embora possamos compreender a flexibilidade solicitada pelos Estados Unidos, que só agora começam a ter em consideração a questão climática, teremos, mesmo assim, de conseguir compromissos vinculativos e ambiciosos, a curto, médio e longo prazos, dos grandes poluidores, como os Estados Unidos e a China. Sem esses compromissos, caminhamos a passos largos para uma catástrofe climática, política e moral.

**Vittorio Prodi (S&D).** – (IT) Senhora Presidente, Senhor Ministro Carlgren, Senhor Comissário Dimas, Senhoras e Senhores Deputados, esta manhã, quero falar de um missionário de 84 anos de idade, Padre Ettore Turrini, que passou 59 anos no noroeste da Amazónia. Ettore Turrini combateu sempre em defesa do povo indígena e da sua floresta, enfrentando quem quer que a tentasse destruir, em nome de interesses a curto prazo.

Nas suas deslocações na floresta, o Padre Ettore sofreu sete acidentes aéreos, mas não desistiu e recolheu dezenas de milhares de assinaturas, que irá entregar ao senhor Presidente Lula, a muitos ministros e ao Presidente italiano, Giorgio Napolitano. O Padre Ettore tem sido incansável.

Encontrámo-nos no passado domingo, e disse-lhe que partilho plenamente a sua posição, mas que talvez o mundo esteja a ganhar bom senso e a chegar à conclusão de que estas florestas são essenciais, como pulmão do mundo, para o clima local e também para a captura e o armazenamento de carbono.

Disse-lhe que, em Copenhaga, iremos encontrar recursos para compensar os países que mantiveram as florestas intactas. Disse-lhe que estamos a preparar instrumentos de monitorização – GPS e INSPIRE – para medir o comportamento dos Governos, e que, até 2030, poremos cobro à desflorestação.

Em Copenhaga, poderemos fazer tudo isto, e participarei na cimeira também em nome do senhor Padre Turrini.

**Christine De Veyrac (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, todos conhecemos e todos afirmámos a importância das negociações de Copenhaga, mas, embora todos esperemos um acordo, não podemos aceitar um acordo a qualquer preço.

Se as condições para um acordo ambicioso não forem reunidas, espero sinceramente que a União Europeia seja capaz de dizer não e se recuse a assinar um acordo de pacotilha. As populações europeias que representamos, neste Parlamento, esperam um acordo que permita lutar com eficácia contra o conjunto dos distúrbios climáticos que observamos todos os dias à nossa volta. Os europeus não se contentarão com manobras publicitárias, com declarações de intenções não quantificadas, com objectivos não vinculativos que podem ser desobedecidos, assim que deixarem de estar no centro das atenções dos meios de comunicação social.

Em Copenhaga, os Estados deverão comprometer-se!

A União Europeia, único continente que viu as suas emissões de CO<sub>2</sub> descerem desde 1990, único continente a definir compromissos precisos, vinculativos e ambiciosos para o futuro, não pode assumir sozinha os encargos do esforço. Por este motivo, se os outros países industrializados e emergentes não quiserem assumir a sua quota-parte da responsabilidade, terão de aceitar as consequências, ou seja, a introdução de um imposto nas fronteiras da UE, com vista a proteger a indústria europeia da concorrência dos que decidirem não fazer parte de um acordo global.

Nós, europeus, todos os dias pedimos um pouco mais aos nossos fabricantes. A prová-lo está o pacote sobre as alterações climáticas, que foi assinado sob a Presidência francesa. Referiria também as iniciativas nacionais que, à semelhança do imposto sobre o carbono, que o senhor deputado Pargneaux saudou ainda agora – e congratulo-me por isso –, incentivam a introdução de uma tributação ambiental.

O sector dos transportes, que é um dos maiores emissores de CO<sub>2</sub> – ainda que alguns modos de transporte, como os aviões, emitam menos gases com efeito de estufa –, está a contribuir cada vez mais para a luta contra as alterações climáticas. Contudo, este sector foi muito afectado pelas consequências da crise. Se, como

espero, os transportes marítimos e aéreos forem incluídos nas negociações de Copenhaga, asseguremo-nos de que o que é pedido às indústrias europeias o seja também às indústrias dos outros países industrializados.

Em Copenhaga, a opinião pública terá os olhos cravados na sua classe dirigente. Dizemos-lhe, hoje: "Não nos decepcionem".

**Åsa Westlund (S&D).** – (SV) Senhora Presidente, o senhor Ministro Carlgren avisou-nos de que estamos rodeados de muitos pessimistas. É verdade, e apraz-me que o senhor Ministro Carlgren não seja um deles. Porém, o Primeiro-Ministro sueco, que preside ao Conselho, e o Primeiro-Ministro dinamarquês, que é o anfitrião da Cimeira de Copenhaga, contam-se, infelizmente, entre esses pessimistas. Estes dois líderes conservadores, por razões político-partidárias a curto prazo, minimizaram as expectativas, na perspectiva de Copenhaga, tornando mais difícil alcançar um bom acordo. Isto é embaraçoso e profundamente irresponsável, uma vez que nunca haverá uma oportunidade melhor, como disse o senhor Ministro Carlgren.

É em Copenhaga que três pontos, em particular, têm de ser claramente especificados e transformados em acordos juridicamente vinculativos:

1. A percentagem em que cada país desenvolvido tenciona limitar as suas emissões, até 2020. De acordo com estimativas científicas, as reduções devem rondar 40%, o que não só é alcançável, como também resultará no reforço da nossa competitividade e na criação de mais empregos verdes.
2. As medidas que os países em desenvolvimento têm de tomar para limitar as suas emissões, o que se aplica à China e à Índia, em particular.
3. Qual o montante do financiamento, a curto prazo, a ser fornecido aos países em desenvolvimento pelas nações ricas e em que forma. Este financiamento deve acrescentar-se aos recursos que as nações ricas já afectaram à luta contra a pobreza. Neste sentido, é importante que a Presidência sueca esteja também preparada para alterar o seu ponto de vista e para lutar no sentido de impedir que os mais afectados pelas alterações climáticas sejam ainda mais afligidos pela fome.

**Eija-Riitta Korhola (PPE).** – (FI) Senhora Presidente, na semana passada, foram divulgadas informações: a Comissão tinha começado a preparar uma iniciativa, em segredo e em colaboração com alguns Estados-Membros, para avançar de imediato para uma redução de 30% das emissões. O argumento é que o preço do dióxido de carbono poderia ser mantido a um nível razoável – que é o mesmo que dizer a um nível que incentivaria medidas de redução das emissões – se a redução fosse de 30%. Os grandes produtores de electricidade, cujo lóbi tem estado muito activo, estão encantados com o plano, que aumentaria os lucros das grandes empresas energéticas cotadas em bolsa e, simultaneamente, tornaria a indústria europeia vulnerável à fuga de carbono.

Lembro, contudo, à Comissão que, ao abrigo da directiva relativa ao regime de comércio de licenças de emissão, o objectivo da UE de realizar reduções de 20% só passará a 30% se os outros países industrializados realizarem esforços de redução comparáveis e se os países em desenvolvimento avançados tiverem as mesmas obrigações. Alcançar um acordo político em Copenhaga não será suficiente. No entanto, um acordo juridicamente vinculativo também não será suficiente até que todos os países o ratifiquem. Só após a ratificação a UE poderá dizer se a condição que impôs, no que se refere a esforços de redução comparáveis, foi satisfeita.

Transformar o consenso político num acordo vinculativo não é tarefa fácil, do ponto de vista técnico. Um acordo jurídico em matéria de política climática global teria de ser redigido com precisão e de abordar centenas de questões, com rubricas como "objectivos quantitativos para a redução das emissões nos países industrializados, até 2020 e para além desta data", "objectivos específicos em matéria de emissões para os países em desenvolvimento, até 2020 e para além desta data", "ajuda financeira aos países em desenvolvimento pelos países industrializados", "desenvolvimento e transferência de tecnologia" e "amortizações e normas contabilísticas aplicáveis". Existem dúzias de questões específicas relacionadas com todas estas vertentes, sobre as quais os países terão de chegar a acordo.

A principal consideração, contudo, é que só através de uma redução sincronizada das emissões podemos garantir uma redução global, em vez de nos limitarmos a deslocar as emissões de um local para outro, contribuindo para o aumento das emissões totais. É por este motivo que uma política ambientalmente responsável faz depender as reduções na UE dos esforços dos outros. Caso contrário, a nefasta previsão do senhor deputado Verheugen, de que só estaremos a exportar poluição e a importar desemprego, poderá tornar-se realidade.

(Aplausos)



**Maria Da Graça Carvalho (PPE).** - Senhora Presidente, Senhor Ministro, Senhor Comissário, da Conferência de Copenhaga é fundamental que saia um acordo politicamente vinculativo. Este deverá conter elementos operacionais que podem ter efeito imediato e um calendário que possibilite um acordo sobre um texto juridicamente vinculativo durante 2010.

O acordo deve envolver todos os países signatários da Convenção, e é importante que os compromissos, quer em termos de redução de emissões quer em termos de financiamento, sejam claramente identificados.

Se, por um lado, os países industrializados devem assumir a liderança da redução das emissões de gases com efeito de estufa, os países em desenvolvimento economicamente mais avançados também têm um papel a desempenhar, contribuindo de acordo com as suas responsabilidades e respectivas capacidades. Os países industrializados e os países emergentes com economias mais avançadas deverão ser sujeitos a esforços comparáveis. Só assim será possível reduzir as distorções na concorrência internacional.

O novo acordo deverá prever a criação de planos de baixo carbono a nível nacional suportados por actos legislativos. Por sua vez, os compromissos contidos nos planos nacionais deverão ser registados internacionalmente, garantindo uma maior transparência de todos os processos. Estes planos deverão ser obrigatórios para todos os países, à excepção dos menos desenvolvidos. Mas para que esta estratégia conduza a uma verdadeira terceira revolução industrial de baixo carbono, é necessária uma abordagem holística que cubra todos os sectores responsáveis pelas emissões.

É também fundamental definir a arquitectura do financiamento para que este seja sustentável a médio e longo prazo. O financiamento deve ter origem no sector privado, no mercado de carbono e no sector público dos países industrializados, mas também dos países em desenvolvimento economicamente mais avançados.

Em relação à aplicação do financiamento, deve ser dada prioridade à capacitação e à adaptação, com especial atenção aos países menos desenvolvidos.

Para concluir, gostaria de registar o excelente trabalho do Comissário Dimas na liderança deste dossiê.

**Iva Zanicchi (PPE).** – (IT) Senhora Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, dentro de algumas semanas, terei a honra de fazer parte da delegação oficial que este Parlamento irá enviar a Copenhaga, à Conferência das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

Na sequência das fundamentais etapas de Rio de Janeiro, em 1992, e de Quioto, em 1997, em 7 de Dezembro, terão início os trabalhos de uma nova conferência global sobre o clima, que poderá revelar-se histórica no seu alcance. Senhora Presidente, eu disse "poderá" porque, nos últimos dias da Cimeira da APEC, os Estados Unidos e a China parecem ter decidido alterar o alcance da Conferência de Copenhaga.

Contudo, ainda há tempo antes da cimeira, e todos os participantes beneficiarão se se apresentarem com objectivos e programas concretos, de modo a não desiludir as grandes expectativas quanto à realização de progressos no combate às alterações climáticas.

O princípio do poluidor-pagador deve aplicar-se a todos. A Europa assumiu, desde sempre, um papel de liderança e o pacote "clima e energia" da anterior legislatura é um claro exemplo disso. Já o dissemos em muitas ocasiões: os Estados Unidos, a China, a Índia, a Rússia e o Brasil também têm de assumir as suas responsabilidades, enquanto grandes poluidores. Se isso não acontecer, teremos de impor custos desnecessários às empresas europeias e, acima de tudo, sem contributos destes países, também Copenhaga se arrisca a ser uma oportunidade perdida.

Para concluir, a luta contra as alterações climáticas é também uma condição necessária para o cumprimento – ou talvez deva dizer para nos aproximarmos – dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Temos de combater a desertificação, os distúrbios climáticos e os fenómenos naturais violentos se queremos reduzir para metade a pobreza extrema, combater as epidemias e garantir o acesso de todos à água, que é uma necessidade essencial.

**Elie Hoarau (GUE/NGL).** – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Cimeira de Copenhaga é uma oportunidade histórica para alterar o destino do planeta.

É necessário alcançar decisões que sejam ainda mais vinculativas do que as decisões tomadas em Quioto. Por conseguinte, temos de instar os nossos líderes a criarem uma organização internacional, comparável à OMC, que seja responsável por regular as questões relacionadas com as alterações climáticas e o ambiente; a criarem um fundo de ajustamento às alterações climáticas – para além, evidentemente, da ajuda oficial ao

desenvolvimento; e a introduzirem um imposto sobre o carbono, aplicável ao transporte marítimo e aéreo, que deve ser, também, instituído sobre as transacções financeiras.

Podemos constatar claramente a necessidade urgente de regulamentação internacional em matéria de ambiente, assim como de mercados financeiros e de Internet. Temos uma oportunidade de dar este passo histórico para com o ambiente. Façamo-lo à imagem das mais elevadas inspirações humanas, sem as quais pareceremos decisores sem qualquer entendimento da realidade das coisas.

**Rachida Dati (PPE).** – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, a menos de duas semanas da Cimeira de Copenhaga, as preocupações aumentam quanto ao sucesso das negociações sobre as alterações climáticas. Há quem já diga, aliás, que a cimeira será um fracasso.

Algumas grandes potências mundiais estão ainda relutantes em demonstrar toda a ambição que a emergência climática nos exige. Ao aprovarmos, amanhã, a proposta de resolução sobre a estratégia da UE para a Conferência de Copenhaga sobre as Alterações Climáticas, nós, deputados ao PE, devemos mostrar, em primeiro lugar, que a nossa determinação é total e que é imperativo que a cimeira culmine num acordo – um acordo específico, certamente, mas, acima de tudo, vinculativo.

Além disso, não deve ser possível suprimir ou pôr em causa o carácter vinculativo do acordo que será alcançado. Não podemos adiar para sempre as decisões, senão será tarde demais; daí a necessidade de criar uma organização mundial do ambiente, que hoje não só parece necessária, como também urgente, uma vez que o seu papel, sob a égide da ONU, será supervisionar a aplicação dos compromissos assumidos em Copenhaga.

A começar em Copenhaga, devemos poder esperar mais lucidez e mais responsabilidade das grandes potências mundiais.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Os Estados-Membros da UE da Europa Central apoiam convictamente os objectivos da União Europeia em matéria de política climática. A razão por que o fazem é simples: sem o seu contributo, a União Europeia não conseguiria cumprir os seus objectivos de política climática. Com efeito, entre 1990 e 2005, estes Estados-Membros limitaram excepcionalmente a sua produção industrial. Por este motivo, os novos Estados-Membros consideram fundamental continuarem a desempenhar um papel razoável a este respeito, também no futuro. Em consequência, assumiram responsabilidades económicas e sociais extremamente pesadas. No acordo global sobre a redução das emissões, deve ter-se em consideração o peso económico e a avaliação global das necessidades dos novos Estados-Membros. É também muito importante que estes Estados-Membros não percam as ferramentas para aplicar investimentos verdes e desenvolver fontes de energia renováveis.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE).** – (RO) A Comissão Europeia e os Estados-Membros financiaram um estudo publicado recentemente, que critica as políticas climáticas da União Europeia por se limitarem à redução das emissões industriais de gases com efeito de estufa, sem atribuir importância à capacidade natural de captura de dióxido de carbono. Por outro lado, o estudo indica que o método de produção agrícola intensivo desenvolvido pela União Europeia é, em grande medida, responsável pelas alterações climáticas.

Na verdade, este estudo é uma acusação contra a agricultura europeia. No meu entender, para falarmos de agricultura, neste contexto, temos de referir também outros domínios. Por exemplo, a agricultura europeia é detentora de um recorde extraordinário no que toca ao seu contributo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, ao ter realizado uma redução de 20%, no período 1990-2006. Tendo em conta que a média geral, neste período, foi de uns meros 6%, considero errado colocarmos a agricultura no banco dos réus, a duas semanas da Conferência de Copenhaga.

**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhora Presidente, ouvi falar muito da indústria neste debate e gostaria que Copenhaga não cometesse o erro de esquecer a agricultura.

No seguimento dos comentários do senhor deputado Niculescu, quero, evidentemente, confirmá-los dizendo que a agricultura não deve ser vista como uma limitação, mas sim como uma potencial ferramenta de combate ao aquecimento global, no futuro.

Esta actividade não pode ser marginalizada nem pode sequer ser ignorada, uma vez que – talvez deva lembrar – ocupa a maior parte do território europeu e pode ser extremamente útil no combate ao aquecimento global. A agricultura deve estar, portanto, no centro do debate, em Copenhaga, e espero que os membros do Conselho e da Comissão não o esqueçam e sejam os nossos porta-vozes em Copenhaga, em Dezembro.

**Catherine Greze (Verts/ALE).** – (FR) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a protecção dos povos indígenas desempenha um papel vital na luta contra as alterações climáticas. Em termos de ambiente, de pobreza e de saúde, os povos indígenas são os primeiros a ser afectados pelas alterações climáticas.

Além da desflorestação e da indústria mineira, os povos indígenas sofrem com as falsas soluções propostas pelos países industrializados. Os biocombustíveis não são uma alternativa limpa. Danificam as terras das populações indígenas e obrigam à deslocação destas.

De igual modo, quando promovemos tecnologias limpas, as multinacionais apropriam-se de tecnologias ancestrais, para as venderem a um preço elevado às populações que as inventaram. Lamento que não tenho sido feita referência à Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas na resolução apresentada hoje.

Deveríamos ter feito referência também à biopirataria e ao direito de propriedade autónoma dos povos indígenas, como ferramentas fundamentais para combater as alterações climáticas. Levantarei estas questões quando debatermos futuras resoluções. Não é só o carbono que está em causa na questão das florestas, mas também vidas humanas.

Por último, para concluir, quero agradecer à senhora deputada Dati a sua determinação e, se a compreendi correctamente...

*(A Presidente retira a palavra à oradora)*

**Zoltán Balczó (NI).** – (HU) A União Europeia tem amplos fundamentos morais para tomar medidas decisivas, com vista a alcançar uma redução das emissões pelos Estados Unidos e pela China. Isto porque a União Europeia e os seus 27 Estados-Membros cumpriram os compromissos assumidos no Protocolo de Quioto. Os países ex-socialistas contribuíram de forma significativa para esse sucesso, mediante grande sacrifício. O colapso da nossa indústria pesada resultou numa redução considerável das emissões de dióxido de carbono, mas pagámos um preço social por isso. Por conseguinte, é razoável que, quando forem assumidos compromissos internacionais e atribuídos fundos, este facto, ou seja, o desenvolvimento económico, seja tido em consideração. Por outro lado, deve ser possível – o que seria razoável – que as quotas que não foram utilizadas transitem para períodos subsequentes, se puderem ser usadas para efeitos de protecção do ambiente.

**Elżbieta Katarzyna Łukacijewska (PPE).** – (PL) Senhora Presidente, a resolução relativa à estratégia da UE para a conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas é um documento muito importante e ambicioso, mas se não existir um consenso global a cimeira será um fracasso. Sabemos que os Estados Unidos estão a tentar combinar pormenores com os negociadores internacionais e fixar o nível máximo de limites relativos às emissões, mas há muitas indicações de que não conseguirão chegar a uma decisão final antes da cimeira. Diz-se igualmente que, mesmo que os limites sejam negociados, é possível que não sejam aceites pelo Congresso americano.

O papel de liderança da União Europeia é muito importante, mas tenho a impressão de que é apenas a UE que está a ser ambiciosa. Assim, levanta-se a questão do que aconteceria se os Estados Unidos não apoiassem um limite de 30%, caso este fosse fixado. Que mecanismos vamos usar para garantir que todas as partes cumprem os compromissos que assumirem? Em última análise, não ficaremos numa posição de guerreiro solitário, que fará um esforço imenso com um custo enorme, mas que não terá qualquer efeito sobre as alterações climáticas ou sobre a limitação das emissões de dióxido de carbono?

**David-Maria Sassoli (S&D).** – (IT) Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados, estamos a preparar-nos para a conferência de Copenhaga com uma resolução que mostra que temos consciência de que para abordar políticas de combate às alterações climáticas é necessário que todas as regiões geográficas do mundo estejam envolvidas. Além disso, os países industrializados são responsáveis por, em conjunto com os países em desenvolvimento, fixarem não só as metas a atingir mas também os recursos a utilizar para esse efeito.

Neste aspecto, o Parlamento fez um bom trabalho. A resolução apresenta instrumentos específicos e é importante que tenhamos quantificado as acções. O montante de 30 mil milhões de euros que propusemos, de agora a 2020, pode ser considerado um montante importante, apesar de ser um valor mínimo, para apoiar as iniciativas dos países em desenvolvimento. Ontem, o senhor De Boer, o negociador das Nações Unidas, pediu um montante de 10 mil milhões de dólares, de agora a 2012.

Depois das escolhas feitas pelos Estados Unidos e pela China, cabe à Europa assumir novas responsabilidades e liderar a luta contra as alterações climáticas.

**Seán Kelly (PPE).** – (GA) Senhora Presidente, o debate desta manhã foi muito positivo e houve muito a aprender com as intervenções de todos os oradores.

(EN) Gostaria apenas de fazer três observações. Em primeiro lugar, se não se chegar a um acordo vinculativo em Copenhaga, este Parlamento e a União Europeia deverão usar a sua influência para nomear, envergonhar e subjugar os países responsáveis, para que lhes possam ser impostas sanções que os obriguem a cumprir os limites.

Em segundo lugar, é necessário um programa educativo para os cidadãos, dado que muitos deles podem estar dispostos a reduzir as suas emissões de carbono mas talvez não tenham os conhecimentos ou os meios económicos para o fazer.

Por último, a questão do financiamento foi mencionada várias vezes esta manhã. A questão do financiamento é simples. Não se trata de “podemos permitir-nos fazê-lo?” mas sim de “podemos permitir-nos não o fazer?” O tempo está a passar e não haverá uma segunda oportunidade. É agora que tem de ser.

**Mairead McGuinness (PPE).** – (EN) Senhora Presidente, embora as nossas expectativas em relação a Copenhaga, nesta fase, estejam a diminuir, é também verdade que as nossas ambições não podem ser diminuídas. Como outros deputados afirmaram, se pudéssemos realçar os aspectos positivos, tanto para as economias como para os cidadãos, a nível do debate sobre as alterações climáticas, é possível que houvesse maior força de tracção – porque este debate tem aspectos positivos. Embora seja possível que não se chegue a um acordo vinculativo em Copenhaga, creio não haver dúvida de que há vontade de mudar e temos de nos certificar de que essa vontade não se perde.

No que respeita à questão da utilização dos solos – agricultura e utilização dos solos – trata-se de um dos principais pontos que suscitam reservas. É evidente que a agricultura não é apenas uma parte do problema, é também uma parte importante da solução. Temos de ligar este debate às nossas preocupações com a segurança alimentar a nível mundial: a solução é desenvolver sistemas de produção sustentáveis, que consigam proteger o clima e que nos garantam igualmente a segurança alimentar. Trata-se de um aspecto importante e que nos preocupa.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhora Presidente, a protecção do clima e o desenvolvimento sustentável são assuntos que – devemos acreditar nisso – nos afectam a todos. Contudo, não é possível haver progressos satisfatórios sem uma estreita colaboração, em especial entre os intervenientes mundiais. Enquanto os Estados Unidos e a China se recusarem a estabelecer metas comuns e vinculativas de redução das emissões de gases com efeitos de estufa, tudo o que pode ser adoptado em Copenhaga – como observou, de forma reveladora, o principal representante das Nações Unidas para o clima – são resoluções moralmente vinculativas ou, por outras palavras, vãs.

Permitam-me fazer uma observação sobre a energia nuclear. A energia nuclear não é, definitivamente, a solução para o problema. As vantagens são mínimas, os custos são enormes e os riscos são extremamente elevados. Assim, apoio uma resolução que foi elaborada pelo delegado contra a energia nuclear da minha região natal da Alta Áustria, que apela a que a UE introduza uma taxa sobre a energia nuclear. Esta ideia faz sentido, porque significaria que o comércio de licenças de emissão não seria favorável à energia nuclear.

**Jolanta Emilia Hibner (PPE).** (PL) Senhora Presidente, dentro de poucos dias, os líderes mundiais, incluindo representantes do Parlamento Europeu, irão reunir-se em Copenhaga para debater a questão das alterações climáticas. Sem dúvida, uma dos aspectos de grande importância é a redução das emissões de gases com efeitos de estufa, contudo, a protecção da indústria europeia é igualmente importante. Não podemos permitir uma situação em que as empresas europeias sejam destruídas e em que a indústria seja transferida para outros países que não impõem limites às emissões de dióxido de carbono.

Não podemos também esquecer que devemos proteger a nossa tecnologia e propriedade intelectual, e, por isso, durante a Cimeira de Copenhaga, a União Europeia tem de assumir um papel de liderança, mas não deve fixar metas irrealistas para si ou para outros países. O objectivo de redução das emissões de dióxido de carbono em 30% até 2020, comparativamente a 1990, sem o apoio dos maiores poluentes, como os EUA, a Índia e a China, parece difícil de atingir. O mesmo acontece com as disposições do projecto de resolução, que visam atingir uma redução das emissões de gases com efeito de estufa em 80% até 2050. Uma redução das emissões de gases com efeito de estufa em 20% até 2020 permitirá...

(A Presidente retira a palavra ao orador)

**Liisa Jaakonsaari (S&D).** – (FI) Senhora Presidente, este debate foi muito interessante, e parece que o Parlamento Europeu está muito empenhado em apoiar a conferência de Copenhaga sobre alterações climáticas.

A importância da agricultura foi igualmente salientada como uma solução para o problema. Pessoalmente, gostaria de salientar a grande importância da política florestal e das florestas, dado que as florestas são sumidouros de carbono que absorvem dióxido de carbono. Ao que parece, os Estados Unidos da América vão trazer boas notícias para Copenhaga, o que constituiu um avanço muito significativo.

Agora precisamos igualmente de começar a falar seriamente sobre como vai ser paga a factura de impedir as alterações climáticas. Neste caso, a questão da distribuição dos rendimentos é extremamente importante, dado que também não podemos obrigar as pessoas pobres da Europa a pagar a factura.

**Axel Voss (PPE).** – (DE) Senhora Presidente, gostaria de incentivar o responsável pelas negociações em Copenhaga a lutar por um resultado de sucesso. As metas ambiciosas são positivas e, em última análise, os esforços que estamos a fazer hoje representarão igualmente um contributo para o futuro, tendo em conta as consequências e os danos futuros sob a forma de migração, de danos às zonas costeiras e também, talvez, pelo facto de regiões estáveis se tornarem mais instáveis em resultado das mudanças climáticas.

Devemos igualmente dar o exemplo. Contudo, se outros Estados, e, em especial, os Estados verdadeiramente importantes, não envidarem esforços no mesmo sentido, apenas devemos fazê-lo de forma proporcional. Tendo isso em conta, gostaria de salientar que as nossas empresas já estão, na sua maioria, a ter encargos bastante elevados.

Há mais uma observação que gostaria de fazer e que é que estamos igualmente a lutar pela credibilidade global da UE, para provar à nova geração o argumento de que a UE é necessária.

**Andreas Carlgren, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhora Presidente, gostaria de agradecer sinceramente ao Parlamento pelo debate longo e intenso e, igualmente, pelo forte e amplo compromisso que se tornou evidente durante o debate. Foi dito que o optimismo que demonstramos tem de assentar no realismo. Contudo, atrevo-me a ir mais longe e a afirmar que, na verdade, assenta em experiências reais. A UE conseguiu reduzir as emissões. Reduzimo-las para metade da meta que temos de atingir, aconteça o que acontecer, até 2020, e para um terço se visarmos aquilo que todos esperamos que seja o resultado do acordo de Copenhaga, ou seja, uma redução de 30% das emissões por parte da UE. Isto deve-se, em especial, ao facto de termos criado regras comuns estabelecidas por um acordo internacionalmente vinculativo – o Protocolo de Quioto. É por isso que temos estado tão fortemente empenhados em garantir que o processo de Copenhaga resulte neste acordo juridicamente vinculativo. Isso não acontecerá imediatamente em Copenhaga. Teremos de chegar a um consenso sobre a totalidade do conteúdo do acordo. Depois, seguir-se-á a parte técnica, que inclui a transposição do acordo para um texto juridicamente vinculativo. No que respeita à UE, pretendemos que isto aconteça alguns meses depois da conferência de Copenhaga.

Gostaria igualmente de dizer que a crise financeira mundial não teve, com toda a certeza, nada que ver com o facto de se gastar demasiado para salvar o clima. Pelo contrário, os grandes investimentos ecológicos fazem igualmente parte das mudanças económicas, por outras palavras, do avanço para uma economia “mais verde”, que conduzirá os países – ricos e pobres – para fora da crise económica. Os mercados de dióxido de carbono proporcionam, efectivamente, uma forma de criar margem suficiente para o investimento. Garantem que o poluidor tem de pagar, que fixamos um limite para as emissões e que o dinheiro que o poluidor paga pelas emissões pode igualmente ser transferido para os países em desenvolvimento, para que neles se façam investimentos ecológicos. Por vezes, isto é posto em questão. Algumas pessoas interrogam-se sobre por que devemos investir no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), mas, contudo, é precisamente disso que se trata, nomeadamente, o pagamento pelo poluidor de investimentos ecológicos nos países em desenvolvimento. Creio que isso é positivo e é importante, mas temos também de reformular estas regras para que os efeitos ambientais sejam ainda maiores e mais visíveis e para que possamos estar ainda mais certos de que isto também chega aos que são mais pobres.

Irá igualmente ser necessário um acordo para evitar a fuga de carbono. A preocupação demonstrada tem, assim, de ser transformada num empenho ainda mais forte para transformar o acordo em realidade.

Por último, creio que deve ser dito, inequivocamente, que se um acordo em Copenhaga não for suficiente para permitir que a UE aumente a meta até 30%, por outras palavras, se obtivermos um resultado tão fraco que a UE, por motivos de conveniência, simplesmente não possa aumentar a meta até 30%, então terá sido um fracasso. Assim, deve igualmente dizer-se, inequivocamente, que há uma coisa pior que não haver acordo e que é haver um acordo de fraca qualidade. É por isso que a UE colocou a fasquia tão alta. É por isso que

estamos a trabalhar tão arduamente agora no que respeita ao conteúdo. É igualmente porque, quando falamos da meta dos dois graus, estamos conscientes do facto de que é o nível mais elevado que precisamos de atingir. Sabemos que, na verdade, já estamos a constatar resultados inaceitáveis actualmente. Converse-se com o Governo das Maldivas, por exemplo, que recentemente realizou a reunião do conselho de ministros debaixo de água para mostrar as consequências que serão praticamente inevitáveis em algumas regiões do mundo. Assim, seria cínico não tomar medidas extremamente enérgicas. O mundo já esperou o suficiente. É tempo de chegarmos ao acordo necessário em Copenhaga, para bem do planeta. É também por isso que o empenho do Parlamento e de toda a UE é tão importante.

**Stavros Dimas, Membro da Comissão.**— (EL) Senhora Presidente, foi um debate muito interessante, com algumas intervenções excepcionais e construtivas. Foram ouvidas diversas opiniões sobre vários assuntos. Muito provavelmente, algumas pessoas não concordam. Por exemplo, não consigo perceber por que é que alguém se oporia a indústrias limpas, ecológicas e não poluentes, baseadas em novas tecnologias que funcionam bem. E, contudo, até isso ouvi hoje. Não consigo perceber por que é que alguém preferiria indústrias poluentes e que utilizam tecnologia ultrapassada, quando, se têm lucros, é porque não pagam o custo da poluição; contudo, esses lucros serão de curta duração porque estas indústrias não serão competitivas. No entanto, numa democracia e num parlamento democrático, são ouvidas todas as opiniões.

Gostaria igualmente de fazer um comentário sobre a Organização Mundial do Ambiente. Esta organização, para cuja criação sei que a França, em especial, envidou grandes esforços, era realmente uma das nossas ambições e espero que se venha a tornar realidade nos próximos anos. Sem dúvida, é necessária uma organização deste tipo, para que haja uma organização ambiental a nível internacional que promova as questões ambientais da mesma forma que as questões económicas ou sociais, e que também proporcione uma melhor coordenação entre os acordos ambientais internacionais. Isto pode ser conseguido de forma relativamente fácil actualizando o actual programa ambiental das Nações Unidas e, efectivamente, estão a desenvolver-se esforços nesse sentido.

Gostaria igualmente de falar sobre o Protocolo de Quioto, que foi mencionado várias vezes. Estou satisfeito com o desempenho da União Europeia, porque os 15 países que têm o objectivo colectivo de reduzir as emissões de dióxido de carbono em 8% no período de 2008-2012 vão atingir essa meta, mas a UE dos 27, com os 10 novos países que têm uma meta, e Chipre e Malta, que não a têm, também atingirão a meta. Assim, a União Europeia tem o argumento moral de que cumpre a palavra dada e isto foi conseguido, sem dúvida, com as medidas que tomámos quer a nível nacional quer a nível europeu, que incluem o regime de comércio de licenças de emissão de dióxido de carbono.

Devo salientar, como afirmou o Senhor Presidente Carlgren, que, com base nas nossas previsões e paralelamente ao crescimento económico, a União Europeia conseguirá atingir uma redução ainda maior que aquela que nos comprometemos inicialmente a atingir. Citarei apenas uma estatística: entre 1990 e 2007, o período relativamente ao qual dispomos de estatísticas, o crescimento económico ascendeu a 44% e a redução das emissões de dióxido de carbono atingiu 5% para os 15 países e 9% para os 27. É evidente que as previsões indicam que, em 2012, teremos ultrapassado grandemente a meta, o que tornará mais fácil atingir a meta de redução de 30% até 2020.

Deve ter-se em atenção que, em 2008, também tínhamos uma redução significativa de 1,6% nos gases com efeitos de estufa na União Europeia, a par de um crescimento económico contínuo, e que apenas no fim de 2008 fomos atingidos pela crise económica, que também teve impacto sobre a questão dos gases com efeitos de estufa.

Faltam apenas alguns dias e rogo-vos que alarguem os vossos esforços e contactos bilaterais. Na sequência de consultas realizadas pelo Conselho ECOFIN, pelo Conselho Ambiente e pelo Conselho Europeu, dispomos agora de instruções claras para promover propostas específicas para fontes de financiamento, para estruturas operacionais e para os critérios que têm de ser usados para definir contributos sérios por parte de todos. Tentemos, no tempo que nos resta, utilizar estes meios da forma mais eficaz possível.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de envidar esforços à escala mundial para atingir a meta dos 2º Celsius. Há uma convicção generalizada de que as bases essenciais para um acordo sobre o clima para o período posterior a 2012 têm de ser definidas em Copenhaga. Essas bases são, sobretudo, compromissos ambiciosos por parte dos países desenvolvidos, incluindo os Estados Unidos, para reduzir as emissões, medidas adequadas por parte dos países em desenvolvimento para reduzirem os respectivos aumentos de emissões, e ajuda financeira aos países em desenvolvimento para que moderem as emissões e se adaptem às alterações climáticas.

Estamos a aproximar-nos rapidamente da meta. Façamos o melhor uso possível de Copenhaga e fixemos os principais compromissos de todos os países naquilo que será um acordo histórico. Aquilo que temos de conseguir em Copenhaga é um acordo considerável relativamente a todos os elementos do Plano de Acção de Bali. Todos estes elementos têm de ser acordados em Copenhaga, de forma vinculativa, e, imediatamente a seguir – no período de três a seis meses seguintes, no máximo – as ilegalidades têm de ser processadas para que disponhamos do acordo vinculativo que a União Europeia tem defendido e que irá salvaguardar a meta de limitação do efeito de estufa a 2° Celsius.

Escusado será dizer que os membros do Parlamento Europeu ajudarão aos esforços envidados ao longo destes dias, sobretudo nas reuniões essenciais em Copenhaga, e gostaria de vos agradecer por isso e, uma vez mais, por todos os esforços que realizaram.

**Presidente.** – Volto a relembrar aos senhores deputados que o sistema de cartão azul criado pelo grupo de trabalho sobre a reforma do Parlamento não se aplica à Comissão e ao Conselho, mas apenas a debates entre deputados desta Assembleia.

Uma proposta de resolução para encerrar este debate foi apresentada pela Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar<sup>(1)</sup>.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã.

**Luís Paulo Alves (S&D), por escrito.** – Ninguém pode hoje ignorar a extrema urgência da conclusão de um acordo internacional pós-Quito com vista à redução substancial das emissões de CO<sub>2</sub>.

Temos de garantir que a Terra não aquece mais de 2 graus. Para isso as emissões globais têm de diminuir pelo menos 30% nos próximos 10 anos. Temos o futuro da humanidade em jogo e vamos tendo cada vez menos tempo. Só assim se poderão amenizar as consequências das alterações climáticas cujos efeitos já se fazem sentir, mas que podem vir a constituir o mais grave problema do século XXI.

Sendo os que menos contribuem para estas alterações, nós, os que vivemos em ilhas, estamos seriamente preocupados com isso.

A União Europeia tem de continuar a ter um papel de liderança e a falar a uma só voz em matéria ambiental. Terá de utilizar todo o seu peso político para conseguir que um acordo firme seja concluído pelas maiores potências mundiais na próxima cimeira de Copenhaga. É fundamental dar passos concretos, mudar o padrão energético mundial – tal como Portugal e os Açores já fizeram – com uma aposta nas energias renováveis e na eficiência energética.

**Nessa Childers (S&D), por escrito.** – Ao longo dos últimos dias, a Irlanda foi atingida por inundações graves que provocaram devastação em famílias comuns, pequenas empresas e agricultores de toda a ilha. As inundações causadas pelo rio Barrow, o segundo maior rio da Irlanda, levaram a que grande parte da região de Carlow ficasse submersa durante mais de quatro dias! As cheias na região vizinha de Kilkenny são as piores dos últimos 60 anos! Embora as inundações sejam um dado adquirido na Irlanda, a sua cada vez maior frequência e gravidade constituem mais um aviso real sobre os efeitos das alterações climáticas provocadas pelo abuso inconsciente do nosso ambiente. Independentemente do que acontecer na conferência das Nações Unidas sobre o clima, que terá lugar daqui a menos de duas semanas em Copenhaga, as condições climáticas extremas, como as inundações na Irlanda, tornar-se-ão mais frequentes. Temos de aumentar a nossa resistência aos efeitos das alterações climáticas. Senhora Presidente, apelo ao Governo irlandês para que se candidate imediatamente ao financiamento para auxílio em caso de catástrofes naturais, ao abrigo do Fundo Europeu de Solidariedade. Recentemente, o povo irlandês expressou o seu compromisso para com a UE ao votar fortemente a favor do Tratado de Lisboa. A UE tem de demonstrar o seu compromisso para com o povo irlandês, incluindo os habitantes de Carlow e Kilkenny, disponibilizando com celeridade este financiamento de auxílio.

**Diogo Feio (PPE), por escrito.** – Um acordo político em Copenhaga é fundamental, mas é necessário que seja global. Colocar a indústria europeia numa situação de enorme desproporcionalidade relativamente às outras economias desenvolvidas seria economicamente errado e ecologicamente pouco útil. O esforço europeu deve ser dirigido à busca de um acordo que obrigue todos.

---

(1) Ver Acta

Também na questão do financiamento, a Europa deve procurar soluções eficazes e razoáveis. O que deixa de fora a ideia de um imposto sobre as transacções financeiras internacionais (taxa Tobin) para financiar a adaptação às alterações climáticas dos países em desenvolvimento.

Esse apoio, necessário, não deve ser feito sacrificando a economia, as trocas comerciais, a criação de riqueza.

O custo que tal imposto teria para a sociedade em geral (aumento da carga fiscal com reflexo sobre todos os contribuintes e consumidores) e o seu impacto no mercado financeiro (diminuição da necessária liquidez e fluxo de crédito para as empresas e famílias) não podem ser ignorados.

Acresce que a execução de um imposto global levanta problemas técnicos e administrativos complicados. O caminho, numa altura de crise, não pode passar por mais e novos impostos difíceis de cobrar. A ideia deste novo imposto tem que ser travada.

**José Manuel Fernandes (PPE)**, *por escrito*. – A UE deve manter um papel liderante e exemplar no combate às alterações climáticas. Note-se que a UE foi além das metas traçadas em Quioto.

Defendo que o acordo de Copenhaga, para reduzir as emissões globais, seja vinculativo. Nesse sentido apresentei uma emenda à resolução do Parlamento sobre esta matéria, solicitando um regime sancionatório internacional que consta do texto final.

Considero que o acordo deve ser global, de execução calendarizada e exigente. Se não formos ambiciosos, iremos criar um instrumentozinho sem garra que será ainda menos eficaz do que o Protocolo de Quioto, que já prevê sanções internacionais. Espera-se por isso que se crie um controlo eficaz e que o acordo incorpore uma cláusula de revisão de forma a ser facilmente actualizado.

Temos igualmente que enviar um sinal claro às indústrias emergentes da Ásia. A China e a Índia não podem ser desresponsabilizadas quando contribuem para uma larga percentagem das emissões mundiais, enquanto as nossas indústrias fazem esforços tremendos para as reduzir.

Os EUA têm uma forte responsabilidade no sucesso desta cimeira. Espero que o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, demonstre que mereceu o Prémio Nobel da Paz, porque o combate às alterações climáticas contribuirá para a paz e felicidade de todos os povos!

**Adam Gierek (S&D)**, *por escrito*. – (PL) O clima está a mudar. Isto já aconteceu muitas vezes no passado. Somos mais de 6 mil milhões e aquilo que, em tempos, foi um fenómeno extremo e que passava despercebido é, hoje, evidente. Ainda mais importante – infra-estruturas de construção elaborada, para produção e abastecimento de energia, por exemplo, falham com frequência, e os efeitos dessas falhas incluem interrupções do fornecimento de energia eléctrica e colapsos das redes de TI. Há também o problema da desertificação de vastas áreas da Terra. Isto está a provocar uma catástrofe humanitária e económica. Os primeiros sinais disto são os tumultos na Somália e as previsões de futuros conflitos em relação à água. A vaga de migração está a aumentar. Serão estes problemas resolvidos através de limitações restritivas das emissões de dióxido de carbono? Não.

Em primeiro lugar, ninguém provou que as emissões de dióxido de carbono são a causa das alterações climáticas. Em segundo lugar, os efeitos destas limitações às emissões de dióxido de carbono só podem esperar-se no final do século. Em terceiro lugar, as restrições a nível das emissões de dióxido de carbono apenas irão enfraquecer a humanidade em termos económicos e, assim, irão piorar a catástrofe. No que respeita ao comércio de licenças de emissão, trata-se de uma proposta anti-social, e os seus custos serão assumidos pelas pessoas comuns. Os lucros, contudo, serão arrecadados pelo mundo financeiro, incluindo o mundo da especulação. Deste modo, por razões humanitárias e sociais, a questão mais importante não é combater as causas extremamente improváveis das alterações climáticas, mas sim combater os resultados das alterações climáticas. Não se trata de adaptação às alterações climáticas, mas sim de acção proactiva. No meu país, por exemplo, a segurança do abastecimento de água é já uma questão importante.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) O aquecimento global suscita actualmente dois grandes problemas para a humanidade: por um lado, a necessidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, e, por outro lado, a necessidade de adaptação aos efeitos das alterações climáticas. Tendo em conta que enfrentamos um fenómeno global e que a UE é responsável por apenas 10% das emissões produzidas pelos gases com efeito de estufa a nível mundial, é importante que cheguemos a um acordo jurídica e mundialmente vinculativo em Copenhaga, daqui a duas semanas. Congratulo-me com a presença do senhor Presidente Obama em Copenhaga, com um mandato que inclui metas claras para a redução das emissões, que os Estados Unidos se comprometerão a cumprir. Para nos adaptarmos aos efeitos das alterações climáticas, precisamos de um



mecanismo de financiamento que forneça números exactos para as quantias que têm de ser investidas em tecnologias ecológicas que criem novos postos de trabalho, algo que é extremamente necessário durante este período de crise.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D)**, *por escrito*. – (RO) O objectivo da conferência internacional sobre o clima que tem início em Copenhaga em 7 de Dezembro é elaborar um acordo pós-Quito que obrigue os países do mundo a reduzir as emissões poluentes. A UE comprometeu-se unilateralmente a reduzir os níveis de emissões poluentes em 20%, comparativamente aos níveis de 2005, bem como a garantir que 20% da energia consumida provém de fontes renováveis. Contudo, estes esforços têm de ser coordenados com os esforços de todos os países desenvolvidos ou em desenvolvimento. O consumo de energia e as emissões poluentes podem ser reduzidos de forma rápida e barata através do aumento da eficiência energética à escala mundial. É por isso que a UE e os Estados-Membros têm de aumentar a eficiência energética, em especial nos sectores da construção e dos transportes. Para que a UE possa reduzir as emissões poluentes produzidas por indústrias que consomem muita energia, de acordo com os compromissos assumidos, é necessário fornecer recursos financeiros para modernizar as empresas europeias. Só deste modo poderemos manter a produção e, por extensão, os postos de trabalho na União Europeia. Durante a revisão orçamental da UE, temos de garantir que são disponibilizados recursos financeiros suficientes para adoptar medidas de protecção contra as alterações climáticas e para a adaptação aos seus efeitos. O desenvolvimento de uma economia global ecologicamente eficiente irá gerar novos investimentos, criar novos empregos e melhorar as condições de vida.

(A sessão, suspensa às 11H50 para o período de votação, é reiniciada às 12H00)

#### **PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS**

*Vice-Presidente*

### **4. Período de votação**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o período de votação.

(Resultados pormenorizados das votações: ver Acta)

#### **4.1. Redes e serviços de comunicações electrónicas (A7-0070/2009, Catherine Trautmann) (votação)**

#### **4.2. Estatísticas sobre pesticidas (A7-0063/2009, Bart Staes) (votação)**

- Antes da votação:

**Bart Staes, relator.** – (NL) A título meramente explicativo, este é o terceiro de uma tríade de relatórios sobre o uso de pesticidas.

No início do ano, na última reunião do Parlamento, adoptámos um regulamento relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado. Nessa altura, adoptámos igualmente uma directiva sobre o uso sustentável de pesticidas, de que o presente regulamento relativo às estatísticas sobre pesticidas é o terceiro elemento.

Esta proposta teve de ser tratada pelo Comité de Conciliação, dado que algo correu mal na última legislatura. Um grande número de deputados não estava presente e, na segunda leitura, não houve *quórum* para que pudessemos proceder à sua votação.

Neste contexto, quis usar da palavra para agradecer à Presidência sueca e, em especial, à Presidência checa, dado que poderiam ter destruído completamente a segunda leitura: podiam ter-se recusado a recorrer à conciliação. Graças às boas relações que mantêm com o Parlamento, e também graças aos presidentes dos grupos políticos, que me acompanharam na escrita de uma carta à Presidência imediatamente após as eleições, foi possível salvar este relatório e, através do processo de conciliação, assegurar que podemos hoje votar o texto sob a forma acordada em segunda leitura. Gostaria de agradecer a todos os envolvidos.

**4.3. Apoio financeiro comunitário no domínio das redes transeuropeias (codificação) (A7-0057/2009, Lidia Joanna Geringer de Oedenberg) (votação)**

**4.4. Protecção da confidencialidade das informações da Europol (A7-0065/2009, Timothy Kirkhope) (votação)**

**4.5. Disposições de execução que regulam as relações da Europol com os seus parceiros (A7-0064/2009, Sophia in 't Veld) (votação)**

**4.6. Lista de países terceiros e organizações com os quais a Europol deve celebrar acordos (A7-0069/2009, Jan Philipp Albrecht) (votação)**

**4.7. sobre uma proposta de decisão do Conselho que aprova as regras de execução aplicáveis aos ficheiros de análise da Europol (A7-0068/2009, Agustín Díaz de Mera García Consuegra) (votação)**

**4.8. Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade (REPC) (A7-0072/2009, Sonia Alfano) (votação)**

**4.9. Acreditação das actividades dos laboratórios forenses (A7-0071/2009, Timothy Kirkhope) (votação)**

**4.10. Assistência macrofinanceira à Geórgia (A7-0060/2009, Vital Moreira) (votação)**

**4.11. Assistência macrofinanceira à Arménia (A7-0059/2009, Vital Moreira) (votação)**

**4.12. Assistência macrofinanceira à Sérvia (A7-0061/2009, Miloslav Ransdorf) (votação)**

**4.13. Assistência macrofinanceira à Bósnia-Herzegovina (A7-0067/2009, Iuliu Winkler) (votação)**

**4.14. Sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado (A7-0055/2009, Udo Bullmann) (votação)**

**4.15. Alterações ao anexo II e ao anexo III da Convenção OSPAR no que respeita à armazenagem de fluxos de dióxido de carbono em formações geológicas (A7-0051/2009, Anna Rosbach) (votação)**

**4.16. Acordo CE-Dinamarca sobre a citação e notificação dos actos judiciais e extrajudiciais em matérias civil e comercial (A7-0058/2009, Lidia Joanna Geringer de Oedenberg) (votação)**

**4.17. Acordo CE-Dinamarca relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial (A7-0056/2009, Lidia Joanna Geringer de Oedenberg) (votação)**

**4.18. Plano de recuperação do alabote da Gronelândia (A7-0046/2009, Carmen Fraga Estévez) (votação)**

**4.19. Acordo de Adesão da Comunidade Europeia à COTIF (A7-0053/2009, Dieter-Lebrecht Koch) (votação)**

**4.20. Protocolo sobre a lei aplicável às obrigações alimentares (A7-0062/2009, Diana Wallis) (votação)**

**4.21. Imunidade de Tobias Pflüger (A7-0054/2009, Tadeusz Zwiefka) (votação)**

**4.22. Adaptação ao procedimento de regulamentação com controlo - Quinta Parte (A7-0036/2009, József Szájer) (votação)**

- Antes da votação do projecto de resolução legislativa:

**Stavros Dimas**, Membro da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, creio que não iremos retirar a proposta.

(O Parlamento decidiu reenviar a proposta ao comité)

**4.23. Utilização da informática no domínio aduaneiro (A7-0052/2009, Alexander Alvaro) (votação)**

- Antes da votação:

**Petru Constantin Luhan (PPE)**. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de lhe solicitar, em nome do Grupo PPE, a votação separada da alteração 27. Trata-se de conceder à Eurojust e à Europol pleno acesso à base de dados. Gostaria de pedir a todos os senhores deputados que não votem a favor.

(O Parlamento rejeita a proposta.)

## **5. Declarações de voto**

### **Declarações de voto orais**

**- Relatório: Catherine Trautmann (A7-0070/2009)**

**Zuzana Roithová (PPE)**. – (CS) Enquanto uma das relatoras-sombra do pacote das telecomunicações, gostaria de dizer, na sequência do êxito da votação, que me congratulo por esta importante alteração aos regulamentos do mercado interno no âmbito das comunicações electrónicas, em especial, dar azo a mais um processo justo no que respeita às desactivações da Internet. Apraz-me que o Conselho tenha finalmente concordado com as nossas propostas. As nossas garantias irão assegurar que as desactivações da Internet se aplicarão exclusivamente a criminosos reais, como os terroristas ou os distribuidores de pornografia infantil, e não aos utilizadores comuns.

**Hannu Takkula (ALDE)**. – (FI) Senhor Presidente, em minha opinião, esta legislação é necessária, dado que estamos a avançar para um mercado único de comunicações electrónicas. Foi já decidido, nos termos do Tratado de Lisboa, que é esta a direcção a seguir.

Estou, contudo, muito preocupado com a importância de garantir os direitos básicos dos utilizadores da Internet e o livre acesso à mesma. Uma das preocupações é o uso ilegal e o abuso da utilização, sendo como sabemos a pirataria uma das principais questões e problemas actuais. A pirataria aumenta constantemente e uma das principais áreas em que opera é a Internet.

Espero que, no futuro, possamos investir no sentido de garantir que aqueles que produzem trabalho criativo são adequadamente remunerados e que a pirataria não põe em risco o seu modo de subsistência, como acontece normalmente agora na Internet quando os ficheiros são descarregados ilegalmente. Trata-se do passo e da direcção certos, apesar de, futuramente, devermos ter especial atenção aos direitos dos artistas criativos e impedir a pirataria.

**- Relatório: Timothy Kirkhope (A7-0065/2009)**

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, veja quão sub-repticiamente, quão furtivamente, com quantos pequenos passos, quão insidiosamente e injustamente avançamos para a criação de uma força policial federal pan-europeia.

Quando a Europol foi criada, no início da década de 1990, foi apresentada como um centro de intercâmbio – uma sucursal regional da Interpol, se preferir. Desde então, a pouco e pouco, foram-lhe atribuídos poderes executivos e de policiamento.

Primeiro, estes poderes foram apresentados como sendo muito restritos ao âmbito das actividades contra-terroristas transfronteiriças. Foi, evidentemente, assim que o FBI começou, e, a pouco e pouco, acabou por alargar as suas competências e por aglomerar poderes, até se ter tornado num força policial federal pan-continental.

Um processo semelhante está agora a ocorrer com a Europol, que alargou gradualmente as suas competências de modo a cobrir uma série de crimes que, por natureza, são nacionais – mas com um lapso bastante surpreendente, que é o facto de o seu pessoal continuar a ter imunidade diplomática; por outras palavras, não pode ser responsabilizado por abuso dos poderes policiais.

Quando é que votámos a favor disto? Quando concordámos criar um sistema pan-europeu de justiça criminal com o seu próprio mandado de detenção, a sua própria força policial, a sua própria magistratura penal e o seu próprio Ministério Público pan-europeu?

Creio que devíamos ter a cortesia de perguntar ao nosso povo, aos nossos eleitores, se estão de acordo.

**- Relatório: Vital Moreira (A7-0060/2009)**

**Daniel Hannan (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, o melhor que podíamos fazer pelas repúblicas dos Balcãs e do Cáucaso é admiti-las incondicionalmente numa união aduaneira, é abrir os nossos mercados aos seus produtos. Trata-se de países com um posicionamento ideal para se incluírem no mercado. Têm mão-de-obra instruída e laboriosa mas têm custos relativamente baixos e, portanto, exportações competitivas.

Em vez de fazermos isso, estamos a congelar os seus produtos em vários domínios cruciais, e, depois, para aliviarmos as nossas consciências, damos-lhes assistência financeira de governo para governo. Ao fazê-lo, evidentemente, tornamo-los dependentes; transformamo-los em satrapias. Não são apenas os russos que consideram estes países como o seu “estrangeiro próximo”. É uma expressão que parece igualmente aplicar-se, por vezes, em Bruxelas.

Arrastamos os seus políticos e os seus decisores para um sistema de redistribuição massiva da riqueza e, deste modo, europeizamo-los antecipadamente porque estão a aprender aquilo que nesta Assembleia já sabemos demasiado bem e que é que a principal função da União Europeia, actualmente, é agir como um dispositivo massivo de tirar dinheiro aos contribuintes e dá-lo às pessoas que têm a sorte de trabalhar dentro do sistema.

**- Relatório: Alexander Alvaro (A7-0052/2009)**

**Zuzana Roithová (PPE).** – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, é minha firme convicção de que necessitamos de um sistema avançado de informação para a administração civil, que faça a ligação entre as autoridades aduaneiras e policiais dos Estados-Membros. Temos o dever, para com os cidadãos da União, de combater mais eficazmente as importações para o nosso mercado de produtos de contrafacção e também perigosos provenientes de países terceiros. Contrariamente à maioria dos Estados-Membros, acredito que a proposta da Comissão irá assegurar maior protecção dos dados pessoais e, simultaneamente, um combate mais eficaz contra o crime organizado. Assim, não votei a favor das 90 propostas de alteração do comité nem da globalidade do relatório.

Gostaria, evidentemente, de apelar à Comissão para que negociasse um sistema de alerta rápido semelhante ao RAPEX – China, igualmente com outros Estados, nomeadamente, a Índia, o Vietname, a Rússia ou a Turquia, para que os produtos perigosos ou contrafeitos possam ser apreendidos antes de entrarem nos países europeus. Constato que, desde 2006, é possível celebrar acordos internacionais com países terceiros no que respeita à cooperação de órgãos de supervisão no domínio da protecção do consumidor e estou muito desiludida por a Comissão, até à data, não ter recorrido a essa opção.

## Declarações de voto por escrito

### - Relatório: Catherine Trautmann (A7-0070/2009)

**Maria Da Graça Carvalho (PPE)**, *por escrito*. – Congratulo-me pelo facto do Parlamento Europeu ter aprovado o Pacote Telecomunicações, reforçando, desta forma, os direitos dos consumidores e contribuindo para um maior acesso à informação e à liberdade de expressão. A fim de atingir os objectivos da Agenda de Lisboa, é necessário conceder incentivos adequados em matéria de investimento em novas redes de alta velocidade, de modo a apoiar a inovação em serviços de Internet com conteúdo e a reforçar a competitividade da União Europeia a nível internacional. É fundamental promover o investimento sustentável no desenvolvimento dessas redes, salvaguardando simultaneamente a concorrência e aumentando a escolha do consumidor. A fim de garantir o investimento em novas tecnologias nas regiões pouco desenvolvidas, a regulação das comunicações electrónicas deverá ser coerente com outras políticas, como a política de auxílios estatais, a política de coesão ou os objectivos de uma política industrial mais vasta.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Apoio o Pacote Telecomunicações por considerar que a Internet é um meio essencial para a educação e para o exercício da nossa liberdade de expressão e de acesso à informação. Com esta iniciativa, fica consagrado que o acesso/uso Internet faz parte dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus. Felicito a Deputada Regina Bastos, que foi a única Deputada portuguesa nesta conciliação. Defendo uma Internet livre sem que isso signifique isenta de qualquer regulamentação. Tal como no mundo real, o mundo virtual da Internet é palco de actividades ilícitas e ilegais desde carregamentos de ficheiros vídeos/musicais ao incentivo do terrorismo, à pornografia infantil, ... O Parlamento Europeu, contra muitos governos nacionais, conseguiu que todos os utilizadores beneficiem dos direitos e garantias previstos na Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais (CEDH). Assim qualquer restrição aos direitos e liberdades fundamentais dos utilizadores da Internet, como por exemplo um corte do acesso, deverá respeitar a CEDH e os princípios gerais de Direito e, nomeadamente, ser previamente autorizada por uma decisão judicial, salvaguardando as garantias processuais, a presunção de inocência e o direito à privacidade, sem prejuízo de mecanismos específicos nos casos de urgência justificados pela segurança de Estado.

**Marielle De Sarnez (ALDE)**, *por escrito*. – (FR) Autorização prévia do tribunal: era isso que pretendíamos obter. Com este compromisso conseguimos, pelo menos, garantir a melhor protecção jurídica possível nesta fase. A mensagem da UE é agora clara: o acesso à Internet é um direito fundamental, e terão de ser cumpridos procedimentos precisos e vinculativos para garantir que os utilizadores da Internet podem, efectivamente, ser condenados por violação dos direitos de autor. Depende agora dos juizes nacionais e dos juizes do Tribunal de Justiça Europeu aplicar o direito de todos os utilizadores da Internet a usufruírem de um “procedimento prévio, justo e imparcial”. A ausência de clareza de muitas das disposições exigirá uma estreita vigilância durante o processo de transposição e aplicação desta importante legislação. Com o Tratado de Lisboa agora ratificado, o Parlamento Europeu poderá, como co-legislador, continuar a defender a neutralidade da Internet. A votação de hoje é apenas uma fase de um processo longo. Teremos de continuar a defender os direitos dos utilizadores da Internet e, em especial, defini-los melhor. Teremos igualmente de abordar com urgência a questão crucial dos direitos de autor relativos à Internet.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório de Catherine Trautmann por considerar que o actual acordo vai muito além daquilo que tinha sido possível nas fases anteriores do processo, designadamente, no que diz respeito aos direitos dos consumidores. Considero fundamental a introdução de medidas que assegurem direitos e garantias em matéria de liberdade de expressão e de informação aos utilizadores de telefone fixo e móvel e utilizadores da Internet. É importante harmonizar o mercado interno de telecomunicações promovendo a concorrência entre as empresas ao mesmo tempo que se reforça a independência das entidades reguladoras nacionais em relação aos seus Governos. Foi igualmente importante assegurar uma gestão mais moderna do espectro radioeléctrico criando mecanismos para mais facilmente disponibilizar estes serviços em zonas rurais.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Congratulo-me com o compromisso conseguido entre o Parlamento e o Conselho para introduzir na directiva-quadro uma adequada protecção dos utilizadores no caso de restrição ao acesso aos serviços e aplicações através de redes de comunicações electrónicas.

Considero que o Estado de Direito impõe que a ninguém possa ser condicionado o acesso à informação e à utilização de redes de comunicações electrónicas sem que tal seja feito no estrito respeito pelo princípio da presunção de inocência, devendo a restrição ao acesso ser obrigatoriamente precedida de um procedimento

prévio, justo e imparcial que garanta o direito de audiência dos interessados e o direito a uma tutela jurisdiccional efectiva.

Para além disso, considero particularmente importante reforçar os mecanismos de independência das autoridades reguladoras nacionais, por forma a que estas possam ser eficazes reguladores do mercado, promovendo a concorrência leal entre operadores, bem como os mecanismos de cooperação entre os vários reguladores europeus, para que se crie um mercado mais transparente e mais competitivo, o que significará um ganho para os utilizadores na qualidade dos serviços prestados.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – No fim de Outubro passado, o Conselho adoptou a maioria dos textos negociados com o Parlamento Europeu sobre o chamado pacote das telecomunicações, com algumas excepções incluídas no relatório Trautmann.

Assim, continuou a negociação deste texto no Comité de Conciliação, onde foi aceite o texto que agora esteve em votação.

Ora, é verdade que o texto acordado contém algumas das propostas que o nosso Grupo apresentou na defesa dos direitos dos utilizadores. No entanto, é insuficiente, dado permitir excepções das garantias processuais em casos de urgência, embora devam ser fundamentados e estar em conformidade com a Convenção Europeia para a protecção dos direitos humanos e liberdades fundamentais.

Mas o problema principal do texto é o âmbito, dado que se refere apenas a limitações impostas pelos Estados-Membros, e não a limitações impostas por empresas privadas.

Na verdade, a União Europeia parece mais interessada em criar o mercado interno das telecomunicações, apenas para servir os interesses dos grupos económicos que dominam o sector, do que em defender os direitos e liberdades fundamentais dos utilizadores finais, o que só pode merecer a nossa discordância.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Absteve-me de votar nesta versão final do pacote das telecomunicações por considerar que é insatisfatória. É, contudo, melhor que nada. Não protege os utilizadores da Internet dos abusos de leis que destroem a liberdade, como acontece com a primeira versão da Lei Hadopi em França, nem da fúria de autoridades administrativas devidamente autorizadas a levar a cabo esses abusos. No entanto, proporciona aos utilizadores da Internet meios jurídicos para se defenderem. Lamentavelmente, é alarmante que a situação tenha tido de chegar a este ponto: que seja necessário dependermos da União Europeia – que não poderia preocupar-se menos com o que os cidadãos pensam e cuja grande maioria das medidas se destinam sobretudo a satisfazer os interesses de grupos de pressão de todos os tipos – para proporcionar aos europeus um nível mínimo de liberdade de informação e de expressão.

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Embora o sector das telecomunicações esteja a atravessar um período de desenvolvimento sem precedentes, era crucial apoiar o relatório elaborado pela senhora deputada Trautmann, já que significará que os consumidores terão acesso a melhores serviços a preços mais justos.

Saúdo o facto de este texto ir aumentar os direitos dos utilizadores a serviços universais, através de contratos mais claros, de um número de telefone de emergência mais acessível, de uma linha directa para crianças desaparecidas, maior consideração pelos direitos das pessoas com deficiência e da garantia da portabilidade do número. Possibilitará igualmente proteger melhor a privacidade e combater as práticas ilegais na Internet através do aumento da segurança e da integridade das redes de comunicação electrónica.

Por último, é gratificante ter conseguido uma solução juridicamente sólida que proporciona aos cidadãos europeus salvaguardas processuais, nomeadamente a observância do princípio *inter partes*, a presunção de inocência e o direito a ser ouvido, e que obriga os Estados-Membros a cumprir essas salvaguardas antes de tomarem quaisquer medidas destinadas a restringir o acesso à Internet.

**Małgorzata Handzlik (PPE)**, *por escrito*. – (PL) A adopção do relatório Trautmann significa que as disposições do pacote das telecomunicações entrarão em vigor dentro em breve. Isto são boas notícias para os consumidores, cujos direitos são consolidados por esta legislação. A possibilidade de transferir um número de telefone para outra rede no espaço de um dia, o aumento da transparência das tarifas e a consolidação da protecção de dados pessoais são alguns dos muitos resultados positivos deste pacote.

Ainda mais importante, o Parlamento Europeu teve em conta os receios dos cidadãos europeus no que respeita à possibilidade de impedir o acesso dos utilizadores à Internet. O Parlamento Europeu defendeu a opinião de que o acesso à Internet é um direito que assiste a todos os cidadãos. No que a isto respeita, apenas será possível impedir que um cidadão aceda à Internet em casos justificados, respeitando os princípios da

inocência e o direito à privacidade, e na sequência de um julgamento justo e imparcial. Esta solução irá certamente agradar aos apoiantes do livre acesso à Internet.

**Jacky Hénin (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Devo dizer que o compromisso proposto, entre o Conselho e o Parlamento, não oferece salvaguardas jurídicas adequadas aos utilizadores.

Embora o texto afirme que os Estados-Membros não podem impor restrições aos utilizadores finais da Internet, abre efectivamente caminho à restrição do acesso dos consumidores por parte dos prestadores de acesso, sem qualquer decisão prévia por um órgão judicial.

Esta situação prejudica os direitos das pessoas.

As alterações propostas pelo nosso grupo, que visavam defender os direitos dos cidadãos, não foram adoptadas.

Por último, o pacote está sujeito à “lei” do mercado interno. Por conseguinte, é o Tribunal de Justiça Europeu que decidirá sobre os “conflitos de interesse”. A liberdade de expressão será, deste modo e com toda a probabilidade, sujeita à lei do mercado interno, como demonstram demasiados exemplos recentes.

Graças à forte pressão dos utilizadores e dos cidadãos, conseguiram-se salvaguardas para os utilizadores, mas, na opinião da esquerda, continuam a ser inadequadas. Não podemos aceitar compromissos desonestos no que respeita à liberdade de expressão dos cidadãos.

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – Votei a favor do pacote de compromisso relativo às telecomunicações. Embora, como é da natureza dos compromissos, o pacote não seja perfeito, acredito que constituiu um passo na direcção certa e que resultará num aumento dos direitos dos consumidores.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A votação expressa justifica-se, nomeadamente, pelo facto de a nova legislação europeia para o sector das telecomunicações reforçar os direitos dos utilizadores de telefone fixo e móvel, dos internautas, e impulsionar a concorrência.

O mais relevante destas novas regras será o reforço dos direitos dos consumidores, as garantias de acesso à Internet e a protecção dos dados pessoais, tendo em conta que a UE é cada vez mais um espaço de direitos e liberdades.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (ES) Votei contra a Directiva-Quadro relativa às redes e serviços de comunicações electrónicas porque penso que representa um ataque à liberdade de expressão e aos direitos civis dos cidadãos. Ao adoptar esta directiva, o Parlamento Europeu está a permitir o corte dos serviços de Internet sem necessidade de uma ordem judicial. Enquanto defensor dos direitos civis, tenho de me opor a esta decisão. Confere a empresas privadas poderes para introduzirem restrições à utilização da Internet, e é mais um exemplo da liberalização do mercado europeu das telecomunicações.

Além disso, o facto de órgãos não judiciais (cuja natureza e composição não foi especificada) poderem decidir cortar o acesso aos serviços de Internet devido a alegadas práticas ilegais (que também não foram determinadas) constitui uma violação do princípio de que os cidadãos são inocentes até prova em contrário, e abre a porta para que sejam os operadores a restringir os direitos dos utilizadores, a criar filtros de conteúdos e a tornar algumas páginas mais rápidas em detrimento de outras, o que significaria o fim real da neutralidade da Rede.

**Rareş-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) Votei a favor deste pacote devido à sua inegável utilidade. Contudo, tenho a noção de que não é claro no que respeita ao que um procedimento justo e imparcial significará na prática em termos de possíveis situações de restrição do acesso à Internet. Creio que teria sido preferível ter tornado obrigatória uma decisão judicial prévia.

**Teresa Riera Madurell (S&D)**, *por escrito*. – (ES) Votei a favor de um relatório que é o culminar de todo o trabalho desenvolvido em torno do “pacote das telecomunicações”, de duas directivas e de um regulamento que representam um avanço fundamental no desenvolvimento da sociedade da informação e da protecção dos direitos dos utilizadores.

Esta nova legislação também proporciona regras claras e a certeza jurídica necessária para incentivar novos investimentos, que, por seu lado, possibilitarão a oferta de novos serviços e o desenvolvimento de novas actividades económicas. Consequentemente, estas disposições terão um grande impacto económico. O texto que foi por fim adoptado garante igualmente um maior respeito pelos direitos e liberdades fundamentais dos consumidores para acederem à Internet, ao providenciar a certeza jurídica na alteração 138.

O compromisso alcançado diz respeito à Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, enquanto a alteração 138 optou pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Esta última opção tem uma clara desvantagem: o Reino Unido, a Polónia e, agora, a República Checa, introduziram um protocolo de derrogação que impede que o Tribunal de Justiça Europeu e os respectivos tribunais nacionais actuem em caso de violação, enquanto todos os Estados-Membros são signatários da Convenção e não há interferência com estruturas jurídicas nacionais.

**Georgios Toussas (GUE/NGL), por escrito. – (EL)** As forças políticas de centro-esquerda e de centro-direita do Parlamento Europeu votaram a favor do "pacote" legislativo relativo às telecomunicações e à Internet com base nos critérios de concorrência e de segurança, por outras palavras, para garantir os lucros dos monopólios e para restringir as liberdades e os direitos dos trabalhadores. As mesmas forças políticas, apesar de se referirem em termos demagogicamente bombásticos aos direitos dos utilizadores e ao livre acesso à Internet face ao despotismo de grupos empresariais monopolistas, apoiaram as propostas reaccionárias da Comissão, contribuindo desse modo para promover os interesses do capital.

A decisão do Parlamento Europeu promove reestruturações capitalistas que possibilitarão que as empresas atinjam proporções gigantescas e desenvolvam a "economia verde", de modo a que possam reinar com supremacia a nível europeu e mundial, multiplicando assim os seus lucros em detrimento dos trabalhadores e dos utilizadores dos serviços que prestam.

Estão a ser dados aos monopólios direitos jurídicos de controlarem e restringirem o acesso dos utilizadores à Internet. Ao mesmo tempo, os seus lucros estão a ser assegurados graças à harmonização do espectro de rádio e à "clivagem operacional" entre serviços de rede terrestre e de Internet e a infra-estrutura necessária. Votámos contra a proposta de resolução do Conselho e do Parlamento Europeu e apoiamos os trabalhadores e utilizadores de comunicações electrónicas que continuam a exigir os seus direitos e liberdades contra a política reaccionária da UE e dos partidos do capital.

#### **- Relatório: Bart Staes (A7-0063/2009)**

**David Casa (PPE), por escrito. –** Neste caso, a proposta visa criar um quadro que preveja a harmonização de regras relativas à recolha e divulgação de estatísticas no que respeita ao uso e à venda de pesticidas. Foram apresentados vários esclarecimentos e definições importantes e, por isso, decidi votar a favor deste relatório.

**Edite Estrela (S&D), por escrito. –** Congratulo-me com o acordo alcançado sobre o projecto comum, aprovado pelo Comité de Conciliação, de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas sobre pesticidas, que permitirá criar um quadro legal e definir regras harmonizadas para a recolha e divulgação de estatísticas sobre a venda e a utilização de pesticidas, tendo em vista a utilização sustentável dos mesmos.

**Peter Jahr (PPE), por escrito. – (DE)** Congratulo-me pelo facto de o regulamento relativo às estatísticas sobre produtos fitofarmacêuticos vir completar o pacote legislativo da política fitossanitária europeia que pode, depois, entrar em vigor. De modo a minimizar os riscos para as pessoas e para o ambiente, envolvidos no uso de produtos fitofarmacêuticos, precisamos de harmonizar os indicadores de risco com base em dados comparáveis e fiáveis de todos os Estados-Membros. É exactamente isso que será agora possível. Contudo, a recolha destes dados não deve conduzir a um aumento da burocracia e, consequentemente, a maiores encargos para os nossos agricultores e administrações. Sempre que possível, deverão ser usados os dados já existentes e não deve haver nova recolha de dados. Será nossa responsabilidade garantir, aquando do controlo da aplicação do regulamento, que as despesas burocráticas são mantidas no mínimo estritamente necessário. Por outro lado, teria preferido que o termo "produtos para protecção de plantas", usado inicialmente no regulamento, tivesse sido mantido. Em alemão, o termo "pesticidas" tem conotações totalmente negativas e, regra geral, refere-se ao uso incorrecto de produtos para protecção de plantas. Lamentavelmente, o regulamento irá agora contribuir para esta interpretação incorrecta.

**Elisabeth Köstinger (PPE), por escrito. – (DE)** Congratulo-me vivamente pelo facto de o regulamento relativo às estatísticas sobre produtos para protecção de plantas garantir que existe agora um quadro jurídico comum para a recolha e distribuição de dados sobre a comercialização e o uso de produtos fitofarmacêuticos. Não há dúvida de que a minimização dos riscos para a saúde humana e a protecção ambiental são prioritárias. A existência de indicadores de risco harmonizados e de dados fiáveis de todos os Estados-Membros tornarão agora isso possível. Dito isto, gostaria de salientar categoricamente que quaisquer despesas administrativas adicionais com a recolha de dados não podem ser um custo suportado pelos nossos agricultores. Ao



abstermo-nos de voltar a recolher dados que já foram recolhidos, podemos explorar sinergias que conduzirão a uma redução da burocracia e de custos adicionais.

**Miroslav Mikolášik (PPE)**, *por escrito*. – (SK) Os produtos fitofarmacêuticos, sobretudo os pesticidas usados na agricultura, têm um impacto importante na saúde dos seres humanos e no ambiente e deve, portanto, haver reduções significativas no que respeita à sua utilização. A grande experiência com a recolha de dados sobre a venda e o uso de pesticidas mostrou a necessidade de métodos harmonizados de recolha de dados estatísticos, não só a nível nacional mas também a nível comunitário. Este regulamento cria, em conformidade com o princípio da subsidiariedade e da proporcionalidade, um quadro comum para a criação sistemática de estatísticas comunitárias sobre a comercialização e o uso de pesticidas.

Assim, considero que o texto conjunto do regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre as estatísticas relativas aos produtos fitofarmacêuticos, que foi aprovado pelo Comité de Conciliação, é uma medida adequada que, em última análise, contribuirá para o uso sustentável de pesticidas e para uma enorme redução global dos riscos para a saúde e para o ambiente, bem como para a adequada protecção das culturas.

**Rovana Plumb (S&D)**, *por escrito*. – (RO) Gostaria de salientar que os produtos fitofarmacêuticos têm de ser usados de uma forma mais viável, que acarrete igualmente uma redução global significativa dos riscos envolvidos. Os pesticidas têm igualmente de ser usados de uma forma compatível com a necessidade de proteger as colheitas. Contudo, os pesticidas apenas podem ser usados sem um estrito controlo tanto da qualidade como da quantidade se estiver disponível uma base de dados fiável. A existência e o uso de estatísticas comunitárias harmonizadas e comparáveis sobre as vendas de produtos fitofarmacêuticos desempenha um papel importante na elaboração e no controlo da legislação e de políticas comunitárias no contexto da Estratégia Temática para uma Utilização Sustentável dos Pesticidas. Estas estatísticas são necessárias para avaliar as políticas de desenvolvimento sustentável da União Europeia e para calcular os indicadores significativos relativos aos riscos para a saúde e para o ambiente associados ao uso de pesticidas. Foi por isso que votei a favor deste relatório.

**Oldřich Vlasák (ECR)**, *por escrito*. – (CS) Votei a favor do projecto de resolução legislativa do Parlamento Europeu sobre a proposta de regulamento conjunta do Parlamento Europeu e do Conselho relativamente às estatísticas sobre produtos fitofarmacêuticos, que foi aprovada pelo Comité de Conciliação, porque, em minha opinião, trará benefícios significativos. Harmoniza e, em especial, simplifica a legislação no âmbito das estatísticas sobre pesticidas. Harmoniza os inquéritos estatísticos e, desse modo, permite uma maior comparabilidade dos dados, possibilitando uma melhor e mais ampla utilização do recurso administrativo de dados recolhidos, o que reduzirá os custos e os encargos administrativos para os agricultores e outras entidades do sector agrícola. A proposta também irá proporcionar maior protecção dos dados confidenciais. Além disso, esta norma conduzirá, em última análise, a uma maior sensibilidade a respeito dos produtos fitofarmacêuticos e do seu impacto sobre a saúde pública, que, pessoalmente, considero ser uma questão crucial.

#### **- Relatório: Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (A7-0057/2009)**

**Jean-Pierre Audy (PPE)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor da resolução legislativa sobre a codificação da proposta de regulamento de 1995 do Parlamento Europeu e do Conselho que determina as regras gerais para a concessão de apoio financeiro comunitário no domínio das redes transeuropeias. Lamento que, face ao desenvolvimento e à complexidade dos textos, a Comissão não tenha revisto a posição que assumiu em 1 de Abril de 1987, que consistiu em instruir os seus funcionários no sentido de todos os actos legislativos deverem ser codificados depois de sujeitos a não mais de 10 alterações, salientando que isso é um requisito mínimo e que os serviços deviam esforçar-se por proceder à codificação a intervalos ainda menores no caso dos textos pelos quais são responsáveis. Neste caso específico, estamos a consolidar os regulamentos de 1999, dois regulamentos de 2004 de um regulamento de 2005. Considero que a política de consolidação da legislação comunitária deve ser uma das prioridades da Comissão Europeia e que a actual situação é insatisfatória, em especial no que respeita aos Estados-Membros, aos cidadãos e, de forma mais geral, aos utilizadores do sistema jurídico: magistrados, advogados, consultores, autoridades, etc.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Votei a favor da proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que determina as regras gerais para a concessão de apoio financeiro comunitário no domínio das redes transeuropeias. Estas redes são muito importantes para o desenvolvimento da infra-estrutura de tráfego da Europa. O novo regulamento irá regulamentar de forma clara as condições e procedimentos para a concessão de apoio financeiro comunitário, o que proporcionará a certeza jurídica correspondente, em especial para os Estados-Membros e regiões que planeiam esse tipo de projectos.

**- Relatório: Timothy Kirkhope (A7-0065/2009)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, convidando o Conselho a retirar a sua proposta.

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Votámos contra a rejeição desta série de relatórios elaborados pela Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, não devido ao conteúdo das propostas regulamentares em questão, que dizem respeito à Europol e a outras actividades da polícia criminal, mas por uma questão de forma. Na verdade, a única razão para a maioria desta Assembleia querer devolver estes relatórios à comissão é para poder aguardar que o Tratado de Lisboa entre em vigor. Com este tratado, estas questões passarão a ser da responsabilidade do processo legislativo ordinário, o que significa igualdade entre o Parlamento e o Conselho em termos legislativos, direito de iniciativa exclusivo para a Comissão Europeia e, pior ainda, jurisdição para o Tribunal de Justiça Europeu.

Em nossa opinião, isto é inaceitável. No mundo sem fronteiras que criaram, e do qual criminosos, imigrantes ilegais e traficantes se aproveitam ao máximo, a cooperação policial é essencial. Contudo, é fundamental que se mantenha no domínio da cooperação intergovernamental.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Trata-se de uma matéria de extrema relevância, terceiro pilar, para a segurança do espaço europeu, daí que concorde que este tema deva ser avaliado ao abrigo do Tratado de Lisboa, tendo em conta os efeitos que este vai ter na política de cooperação.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Em princípio, uma estreita cooperação entre as várias autoridades, no sentido de combater o crime, é uma coisa desejável. Contudo, há uma total inexistência de qualquer regulamentação de protecção de dados no acesso sem restrições planeado para todas as autoridades e nem sequer é claro que direitos de investigação assistirão efectivamente ao funcionário responsável pela protecção de dados proposto. O acordo SWIFT levanta igualmente grandes preocupações no que respeita à protecção de dados. O Parlamento Europeu tem de ter oportunidade para resolver este fiasco relativo à protecção de dados, em nome dos cidadãos da Europa. Assim, votei a favor do relatório.

**- Relatório: Sophia in 't Veld (A7-0064/2009)**

**Vilija Blinkevičiūtė (S&D)**, *por escrito*. – (LT) Apoio a opinião do relator e concordo que a legislação relativa à EUROPOL deve ser analisada de comum acordo, conjuntamente com o Parlamento Europeu e o Conselho. Deve ser dada especial atenção à questão da protecção de dados. Na verdade, não é suficientemente claro se existem sólidas salvaguardas de protecção no que respeita à transferência de dados pessoais para terceiros. Não viola isto os direitos dos cidadãos à privacidade e podem as pessoas acreditar na protecção dos seus dados? Esta questão deve ser rigorosamente investigada. Assim, o Conselho deve apresentar uma nova proposta após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, convidando o Conselho a retirar a sua proposta.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Não descurando a importância do Serviço Europeu de Polícia (Europol), e sem prejuízo do apoio geral de que este deve beneficiar, trata-se de uma matéria de extrema relevância, terceiro pilar, para a segurança do espaço europeu.

Daí que concorde que este tema deva ser avaliado ao abrigo do Tratado de Lisboa, dados os efeitos deste na política de cooperação.

**- Relatório: Jan Philipp Albrecht (A7-0069/2009)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, convidando o Conselho a retirar a sua proposta.

**Petru Constantin Luhan (PPE)**, *por escrito*. – RO) O Relatório Albrecht traz para o debate a lista de países terceiros e de organizações com os quais a Europol pretende celebrar acordos. A lista de países terceiros também inclui, por exemplo, a República da Moldávia, enquanto a lista de organizações com as quais a Europol pretende celebrar acordos deverá também incluir o Centro Regional de Combate ao Crime Transfronteiriço, com sede em Bucareste, que se encontra em negociações com a Europol tendo em vista a celebração de um acordo de cooperação. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) decidiu votar contra este relatório, enquanto grupo, nesta sessão plenária, para que possa rever o processo após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. É, precisamente, por este ser um tema tão importante que decidimos consagrar-lhe grande atenção e debatê-lo-emos a partir do próximo ano numa base de co-decisão com o Conselho.

**- Relatório: Agustín Díaz de Mera García Consuegra (A7-0068/2009)**

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – Foram-nos apresentadas, no quadro da Europol, quatro iniciativas visando introduzir novas regras em matéria de confidencialidade das informações; execução no que respeita a regular as relações da Europol com os seus parceiros, incluindo o intercâmbio de dados pessoais e informações classificadas; determinação da lista de países terceiros e organizações com as quais deve celebrar acordos; e execução aplicável aos ficheiros de análise.

Dado que a entrada em vigor do Tratado de Lisboa é uma questão de dias e deverá conferir ao PE novas prerrogativas no domínio da cooperação policial, os quatro Relatores solicitaram a rejeição das propostas, invocando a base jurídica. Apoio, assim, a sua posição de não se pronunciarem em relação à substância destas propostas, rejeitando-as e solicitando à Comissão ou ao Conselho que façam uma declaração em Plenário comprometendo-se a apresentar, num prazo de 6 meses após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, uma nova Decisão. Em termos práticos, convém relembrar que em relação às actuais iniciativas, sendo uma mera consulta ao PE, o Conselho poderá de qualquer forma tomar uma posição antes do fim do ano, uma vez que se trata de quatro medidas de implementação que deverão entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2010.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, convidando a Comissão a retirar a sua proposta.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – Não descurando a importância do Serviço Europeu de Polícia (Europol), e sem prejuízo do apoio geral de que este deve beneficiar, trata-se de uma matéria de extrema relevância, terceiro pilar, para a segurança do espaço europeu.

Daí que concorde que este tema deva ser avaliado ao abrigo do Tratado de Lisboa, dados os efeitos que este vai ter na política de cooperação. Portanto, enquanto o mesmo não entrar em vigor, considero prematura qualquer decisão sobre esta sensível matéria, pois falamos da segurança do espaço europeu.

#### - Relatório: Sofia Alfano (A7-0072/2009)

**Elena Oana Antonescu (PPE)**, *por escrito*. – (RO) A criminalidade está em contínua progressão na União Europeia. Enfrentamos um considerável número de redes de criminalidade organizada, bem como a cibercriminalidade, que se está a tornar cada vez mais difundida. Como consequência, a política europeia de prevenção da criminalidade deve ser consolidada e reforçada, ao mesmo tempo que os Estados-Membros carecem de cooperar melhor e mais estreitamente entre si, com base numa sólida estratégia comum nesta matéria. O progresso conseguido pela rede de prevenção da criminalidade nos últimos anos foi bastante limitado. De facto, o seu potencial está, até agora, longe de ser realizado. Alargar as responsabilidades da rede, estabelecer uma clara, simples e efectiva estrutura administrativa, bem como garantir o envolvimento da sociedade civil, universidades e ONG são condições-chave para o sucesso da actividade de tal rede.

O Parlamento está em vias de adquirir poder legislativo adequado e será capaz, de par com o Conselho, de adoptar medidas, no âmbito do procedimento de co-decisão, tendo em vista encorajar e apoiar as acções dos Estados-Membros em matéria de prevenção da criminalidade. Consequentemente, apoio a proposta do relator no sentido de rejeitar a iniciativa e de debater este importante assunto após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

**David Casa (PPE)**, *por escrito*. (EN) O relatório em causa propõe que as alterações ao actual regime da Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade sejam rejeitadas. Acredito, concordando com o relator, que há um determinado número de matérias que carecem de aperfeiçoamento, mesmo no que diz respeito à proposta. No entanto, as medidas provisórias não prejudicam a realização de alterações importantes logo que isso seja possível. Por estas razões, decidi votar contra este relatório.

**Carlos Coelho (PPE)**, *por escrito*. – A Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade foi criada em 2001, mas até ao presente momento ainda não produziu resultados muito positivos, devido a inúmeras falhas ao nível de organização que têm impedido um efectivo desenvolvimento das suas potencialidades, tendo sido já sujeita a uma revisão interna em duas ocasiões. A presente iniciativa pretende revogar essa Decisão de 2001, propondo uma reestruturação da Rede, que em minha opinião se afigura bastante limitada e notoriamente insuficiente para resolver os problemas existentes.

É, deste modo, fundamental proceder a uma reforma mais séria e estruturalmente mais ambiciosa desta rede. Por essa razão, é inaceitável a insistência da Presidência sueca em que o PE tome uma decisão antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Não só porque se trata de uma iniciativa fraca, mas também porque pede ao PE que renuncie a prerrogativas institucionais que o Tratado de Lisboa lhe confere no domínio da prevenção do crime, por uma questão de dias que nos separam da entrada em vigor do novo Tratado.

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em

matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, solicitando ao Conselho que não adote formalmente a iniciativa antes da iminente entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – A rede europeia de prevenção (REPC) foi criada em 2001 por haver uma necessidade de identificar medidas e obter acções de intercâmbio na prevenção da criminalidade, bem como reforçar a rede de autoridades nacionais competentes para a prevenção da criminalidade.

Passados sete anos, e após uma avaliação externa da REPC, chegou-se à conclusão que havia muitos aspectos a melhorar no que respeita ao funcionamento desta instituição.

É de extrema importância para a segurança do espaço europeu o desenvolvimento de diferentes aspectos da prevenção da criminalidade ao nível da UE e, ao mesmo tempo, apoiar a prevenção e combate dos fenómenos da criminalidade nacional e local.

Face à sensibilidade das matérias abordadas neste relatório, concordo com a decisão de solicitar ao Conselho uma nova proposta, em co-decisão, nos termos do Tratado de Lisboa.

#### **- Relatório: Timothy Kirkhope (A7-0071/2009)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Enquanto eurodeputado que sempre deu particular atenção às questões relativas à prevenção da criminalidade, segurança e cooperação policial, reconheço a importância fundamental da Europol para a criação de um espaço europeu de segurança e para a prevenção da criminalidade transeuropeia, bem como a necessidade que existe do seu reforço a vários níveis, incluindo aqueles que aqui se discutem.

Porém, a questão principal que se debate hoje é a de saber se deve o Parlamento Europeu, a menos de uma semana da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, renunciar às suas novas prerrogativas institucionais em matéria de prevenção da criminalidade e cooperação policial e, assim, abdicar da possibilidade de intervir na decisão de todas estas questões ao abrigo do procedimento de co-decisão.

É meu entendimento que assim não deve ser e que este Parlamento deverá assumir, plenamente, as suas novas atribuições nestas matérias. Por isso, voto favoravelmente este relatório, convidando o Reino da Suécia e o Reino de Espanha a retirarem a sua iniciativa.

**Pacote Europol (Timothy Kirkhope (A7-0065/2009), Sophia in 't Veld (A7-0064/2009), Jan Philipp Albrecht (A7-0069/2009), Agustín Díaz de Mera García Consuegra (A7-0068/2009), Sofia Alfano (A7-0072/2009), Timothy Kirkhope (A7-0071/2009))**

**Sylvie Guillaume (S&D)**, *por escrito*. – (FR) Votei a favor do relatório in 't Veld, dos relatórios Kirkhope, Albrecht e Díaz de Mera García Consuegra sobre um pacote de medidas relativas à Europol, e do relatório Alfano sobre a Rede Europeia de Prevenção da Criminalidade, apelando à rejeição das propostas do Conselho a respeito destas matérias. O objectivo da rejeição das propostas era defender as prerrogativas do Parlamento Europeu relativamente a questões tão sensíveis como a cooperação policial e judiciária em matéria criminal. Foi pedido ao Parlamento Europeu que apresentasse o seu veredicto num prazo especialmente curto sobre aquilo que são, apesar de tudo, matérias muito sensíveis. Contudo, nada justifica uma acção tão precipitada, a menos que, depois de 1 de Dezembro, os procedimentos realizados no âmbito do terceiro pilar prescrevam e tenham de ser objecto de um novo procedimento no âmbito do “processo legislativo” ordinário. Estamos a rejeitar estas propostas para transmitir uma mensagem forte ao Conselho de que estamos descontentes com a pressão que está a ser exercida sobre os deputados e com o desejo evidente de contornar os novos procedimentos que incluem o Parlamento Europeu no debate legislativo.

**Ian Hughton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Em sintonia com a recomendação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, votei contra o projecto de decisão. Estando iminente a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, quaisquer decisões neste âmbito devem ser tomadas de acordo com os novos procedimentos legislativos.

**Jörg Leichtfried (S&D)**, *por escrito*. – (DE) Voto contra a adopção do pacote EUROPOL. Votei pela rejeição do pacote como um todo, pois acho escandaloso que a Comissão e o Conselho continuem a tentar a todo o custo que o pacote seja aprovado antes mesmo da entrada em vigor do Tratado de Lisboa.

**- Relatório: Vital Moreira (A7-0060/2009)**

**David Casa (PPE)**, *por escrito*. – (EN) A Geórgia registou um acentuado declínio, em especial na sequência do conflito com a Rússia em 2008. Dada a importância estratégica da Geórgia, entre outras razões, a Comissão propôs facultar à Geórgia auxílio macro-financeiro. Apesar de concordar que o Parlamento exija mais informação sobre a matéria, decidi secundar a recomendação do relator e, por isso, votar a favor do relatório.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – Sempre defendemos a necessidade de a UE atribuir uma ajuda solidária aos países que dela necessitam e que essa ajuda deve ser dirigida a projectos de verdadeiro interesse das suas populações.

A ajuda da UE tem revelado, no entanto, pouca solidariedade. Os interesses do grande capital económico e financeiro e das grandes potências sobrepõe-se quase sempre à solidariedade.

Este é também o caso da ajuda à Geórgia que acabámos de votar. A assistência financeira destina-se sobretudo a financiar as recomendações do FMI e a sua política de ajustamentos estruturais, ou seja, a insistência nas mesmas políticas neoliberais que levaram à crise económica e financeira que este país enfrenta.

Estas mesmas razões justificam igualmente a nossa abstenção nos restantes relatórios. A juntar a isso, não existem garantias de que as verbas decididas não vão apoiar, ainda que de forma indirecta, o rearmamento da Geórgia, depois do ataque que as suas tropas efectuaram contra as populações das províncias da Ossétia do Sul e na Abecásia, que conduziu à guerra com a Rússia.

Não pudemos pactuar com uma decisão que poderá conduzir a uma maior militarização das relações entre os países da região do Cáucaso, cuja riqueza energética e geoestratégica mobiliza as vontades da UE e dos seus monopólios.

**Jacek Olgierd Kurski (ECR)**, *por escrito*. – (PL) A Geórgia foi brutalmente atacada em Agosto de 2008 pelos exércitos da Federação Russa e, para além de sofrer prejuízos materiais em larga escala e inúmeras baixas, a sua situação económica registou igualmente uma grave deterioração. A União Europeia não pode ficar impassível face aos problemas económicos da Geórgia e deve preparar-se para proporcionar à Geórgia um auxílio macro-financeiro especial que permita a reconstrução do país depois da invasão russa de há um ano. Esse auxílio financeiro por parte de Bruxelas ajudará também a Geórgia a combater os efeitos da crise económica e financeira mundial. Tendo em conta as circunstâncias acima referidas, bem como a importância estratégica da Geórgia para a União Europeia no quadro da Política Europeia de Vizinhança e da recentemente estabelecida Parceria Oriental, aprovei a resolução sobre uma decisão do Conselho relativa à concessão de auxílio macro-financeiro à Geórgia.

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O programa de assistência macrofinanceira é muito importante para ajudar ao equilíbrio financeiro de nações europeias recentemente saídas de conflitos armados e que por tais vicissitudes se deparam com dificuldades financeiras ao nível do seu défice orçamental e da sua balança de pagamentos.

Esta ajuda é importante para que o processo de reconstrução dessas mesmas nações se faça de forma pacífica, o que só será possível com a ajuda internacional. Tal ajuda permite também que essas zonas de instabilidade não comprometam a segurança e a paz no espaço europeu, nomeadamente devido aos refugiados/deslocados que esses conflitos provocam.

A UE deve ser assim um espaço de solidariedade, enquadrando-se este apoio à Geórgia nos aspectos relevantes supracitados.

**- Relatório: Vital Moreira (A7-0059/2009)**

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O programa de assistência macrofinanceira é também muito importante para ajudar ao equilíbrio financeiro de nações europeias que atravessaram a recente crise mundial e que foram prejudicadas pelas consequências dessa crise nos seus principais parceiros comerciais, nomeadamente a Rússia no caso concreto da Arménia. Os desequilíbrios financeiros são de ordem orçamental e da balança de pagamentos.

Esta ajuda é importante para que a Arménia enfrente a crise de forma mais consistente e para que não haja instabilidade social que possa provocar saídas maciças de emigrantes, que poderão levantar problemas no espaço europeu.

A UE deve ser assim um espaço de solidariedade, enquadrando-se este apoio à Arménia nos aspectos relevantes supracitados.

**- Relatório: Miloslav Ransdorf (A7-0061/2009)**

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – No caso específico da Sérvia, o programa de assistência macrofinanceira é muito importante para ajudar ao seu equilíbrio financeiro, pois este país, para além da crise mundial, saiu também de um conflito armado cujos efeitos ainda se fazem sentir.

Esta ajuda é um importante instrumento para o equilíbrio financeiro da Sérvia, e para o reforço da estabilização da situação em toda a região dos Balcãs. A Sérvia e a sua economia desempenham um papel da máxima importância no processo de integração regional e a sua participação na integração europeia também é essencial.

A UE deve ser assim um espaço de solidariedade, enquadrando-se este apoio à Sérvia nos aspectos relevantes supracitados.

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) No próximo ano, está previsto que a Sérvia receba até um total de 200 milhões de euros de auxílio macro-financeiro sob a forma de empréstimo. Pretende-se que tal quantia apoie a estabilização económica do país, financie as suas necessidades externas em termos de balança de pagamentos e o ajude a enfrentar os efeitos da crise económica e financeira global. Considero o auxílio macro-financeiro à Sérvia, que apoiará o plano de estabilização económica do país na crise actual, um importante instrumento para promover a estabilização em toda a região balcânica. A Sérvia e a sua economia desempenham um papel-chave na integração regional, sendo também da maior importância a participação da Sérvia na integração europeia. Por estas razões, votei favoravelmente o relatório do senhor deputado Ransdorf e, portanto, a favor da concessão de auxílio macro-financeiro à Sérvia.

**- Relatório: Iuliu Winkler (A7-0067/2009)**

**Nuno Melo (PPE)**, *por escrito*. – O programa de assistência macrofinanceira é muito importante para ajudar ao equilíbrio financeiro da Bósnia-Herzegovina face aos efeitos nocivos que a crise mundial teve na sua economia. A ajuda vai reflectir-se num melhor desempenho da sua economia ao nível do défice orçamental e da sua balança de pagamentos.

A Bósnia também se encontra numa região sensível, pelo que é importante a sua estabilidade económica e financeira, contribuindo assim para a estabilização da situação em toda a região dos Balcãs.

A UE deve ser assim um espaço de solidariedade, enquadrando-se este apoio à Bósnia nos aspectos relevantes supracitados.

**- Auxílio macro-financeiro**

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (FR) Não aceitamos a sujeição de empréstimos e subsídios europeus a restrições impostas pelo FMI. Votaremos contra os AMF (auxílios macro-financeiros) hoje apresentados ao Parlamento Europeu. Podem constatar os tipos de condições que estão aqui envolvidas: prazos impossíveis de cumprir, falta de informação... Qualquer que seja o ponto de vista, isto representa um desafio às exigências democráticas que devem caracterizar a União Europeia.

No entanto, continuamos a apoiar os povos da Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Arménia e Geórgia. Não queremos que eles sofram mais do que já sofrem com as consequências do obsoleto e perigoso sistema neoliberal que o FMI quer perpetuar.

**- Relatório: Udo Bullmann (A7-0055/2009)**

**Diogo Feio (PPE)**, *por escrito*. – Considero que este relatório, relativo à proposta da Comissão que visa alterar o sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado, como um meio que poderá possibilitar uma maior simplificação e harmonização. De facto, reunindo numa só proposta alguns aspectos relativos ao IVA aplicável ao fornecimento de gás natural, de electricidade e de calor e/ou frio; ao tratamento fiscal das empresas comuns criadas em conformidade com o artigo 171.º do Tratado CE; às determinações de certas consequências do alargamento da União; e às condições de exercício do direito à dedução do IVA pago a montante, poder-se-á caminhar para uma maior eficácia na aplicação do IVA.

**Ilda Figueiredo (GUE/NGL)**, *por escrito*. – A presente proposta do Conselho pretende: clarificar algumas disposições relativas à importação e ao lugar de tributação dos fornecimentos de gás e de electricidade, incluir no âmbito da Directiva as derrogações acordadas para a Bulgária e a Roménia aquando da sua adesão à UE e clarificar e reforçar a regra de base de direito à dedução que estabelece que este apenas surge na medida em que os bens e serviços sejam utilizados por um sujeito passivo e para as necessidades da sua actividade profissional.

No entanto, o texto hoje aprovado não responde a certas especificidades dos mercados nacionais, como é o caso do uso de gás butano e propano. Em Portugal, tal como noutros países europeus em que os cidadãos auferem baixos rendimentos e cuja inserção nas redes europeias de gás natural é relativamente nova e extremamente onerosa, a utilização do gás butano e propano para uso doméstico e em micro e pequenas empresas é uma realidade incontornável.

Acresce que, por norma, os cidadãos que recorrem a este tipo de energia são os mais carenciados, pelo que a directiva do IVA discrimina negativamente esta população relativamente àqueles com maiores rendimentos.

Por outro lado, as alterações do relatório parecem limitar o âmbito de actuação dos Estados-Membros.

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Abstive-me na votação do relatório Bullmann. Apesar de entender que o Conselho tem o dever de escutar as opiniões desta casa, que é a única instituição da União Europeia directamente eleita, não creio que deva haver harmonização dos regimes de IVA. O princípio da subsidiariedade determina que a matéria fiscal deve ser deixada, com vantagem, ao cuidado de cada um dos Estados-Membros.

#### **- Relatório: Anna Rosbach (A7-0051/2009)**

**Luís Paulo Alves (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório sobre a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste, no que respeita à armazenagem de fluxos de dióxido de carbono em formações geológicas, pois considero que a existência de um quadro regulamentar e de orientações sobre a armazenagem de fluxos de dióxido de carbono em formações geológicas contribuirá para a protecção, a curto e a longo prazo, da zona marítima, caso se destinem a reter permanentemente o dióxido de carbono nessas formações e não tenham efeitos adversos significativos para o ambiente marinho, a saúde humana e outras utilizações legítimas das zonas marítimas europeias, nomeadamente as portuguesas e, em particular, as açorianas.

**Edite Estrela (S&D)**, *por escrito*. – Votei favoravelmente o relatório Rosbach sobre uma proposta de decisão do Conselho relativa à aprovação, em nome da Comunidade Europeia, das alterações ao anexo II e ao anexo III da Convenção para a Protecção do Meio Marinho do Atlântico Nordeste (Convenção OSPAR) no que respeita à armazenagem de fluxos de dióxido de carbono em formações geológicas. Importa, no entanto, salvaguardar que a tecnologia de captura e armazenamento geológico de dióxido de carbono, ainda pouco testada, seja aplicada de acordo com as mais rigorosas normas de segurança, previstas na Directiva sobre esta matéria.

**João Ferreira (GUE/NGL)**, *por escrito*. – O armazenamento geológico de dióxido de carbono tem sido apontado como uma possível solução para mitigar os efeitos sobre o clima de um aumento das concentrações deste gás na atmosfera, com origem antropogénica. Não obstante esta solução suscitar um conjunto de reservas relativamente à sua aplicabilidade futura - nomeadamente tendo em conta o estágio ainda precoce de desenvolvimento das técnicas utilizadas, o seu previsível elevado custo e possíveis riscos associados - importa prosseguir os estudos que têm sido desenvolvidos neste domínio, tendo em conta que alguns dos resultados até agora obtidos fornecem indicações positivas a este respeito.

Todavia, importa referir que o prosseguimento dos estudos em torno desta possibilidade, bem como a sua eventual aplicação futura, não podem, em caso algum, comprometer a necessária mudança de paradigma energético, que vise uma diminuição significativa da dependência hoje existente face aos combustíveis fósseis. Por outro lado, deverão ser rigorosamente avaliados quer os impactos ambientais quer a segurança das tecnologias associadas ao armazenamento. A resolução aprovada salvaguarda estes aspectos. Daí o nosso voto a favor.

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente o relatório Rosbach. A captura e armazenamento de carbono podem contribuir significativamente para o esforço de combate ao aquecimento global e o meu próprio país, a Escócia, desempenhará um importante papel no desenvolvimento da tecnologia necessária. Esta alteração à Convenção OSPAR significa que a União Europeia e a Escócia podem assumir a liderança nesta matéria.



**- Relatório: Geringer de Oedenberg (A7-0058/2009)**

**Bruno Gollnisch (NI)**, *por escrito*. – (FR) Devo reconhecer que aprendi algo de novo nestes dois relatórios da senhora deputada Geringer de Oedenberg: aprendi que, apesar de tudo, também aqueles países que optaram por não participar na cooperação judicial em matéria civil tinham perdido a sua soberania.

De facto, a Dinamarca, que foi capaz de negociar uma isenção, mas que também procurou, como país soberano, celebrar um tratado com a Comunidade para participar em certos aspectos desta cooperação, vê-se, presentemente, forçada a pedir a autorização à Comissão para concluir novos acordos internacionais deste tipo com terceiros! Por outras palavras, perdeu o seu direito a decidir, em total independência, numa determinada matéria das suas relações externas.

Embora, de um ponto de vista intelectual, possa compreender que é necessário coerência, dentro e fora da Comunidade, para estabelecer esta cooperação, tenho mais dificuldade em aceitar a competência exclusiva da Comissão para este tipo de tratados internacionais, que ela tutele, mesmo parcialmente, a capacidade de um Estado para celebrar tratados e, mais ainda, o primado do direito europeu sobre os direitos nacionais.

Só votámos favoravelmente estes relatórios porque não há razão para impedir a Dinamarca de celebrar os acordos que deseje, havendo poucas oportunidades para proceder de modo distinto nas actuais circunstâncias.

**- Relatório: Carmen Fraga Estévez (A7-0046/2009)**

**Ian Hudghton (Verts/ALE)**, *por escrito*. – (EN) Votei favoravelmente este relatório relativo a mudanças no plano de recuperação da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico. As organizações internacionais de pescarias são essenciais para a gestão dos recursos marinhos globais. Todavia, considero incorrecto que seja a União Europeia a negociar com os nossos vizinhos do Atlântico Norte. Apesar de o Tratado de Lisboa ter consagrado este princípio, continuo a considerar que a competência relativa à gestão das pescarias deve ser devolvida às nações pesqueiras e às regiões marítimas.

**- Relatório: Dieter-Lebrecht Koch (A7-0053/2009)**

**Andreas Mölzer (NI)**, *por escrito*. – (DE) Quando se trata, especificamente, do transporte ferroviário de mercadorias de longa distância, os últimos anos registaram alguma mudança para melhor. No entanto, o transporte internacional de passageiros não pode ser esquecido. Não basta a previsão de indemnizações por atrasos nos serviços ferroviários internacionais. Temos de assegurar que, no afã de globalizar, o transporte regional não seja completamente marginalizado, deixando isoladas regiões inteiras.

Do mesmo modo, temos de assegurar que a ênfase delirante nas privatizações, que se tem verificado até à data, não dará lugar a atrasos maciços e a falhas de segurança bem ao estilo do Reino Unido. É importante remover obstáculos e dificuldades técnicas que se colocam ao tráfego ferroviário transfronteiriço e não apenas por razões ambientais. Por estas razões, votei favoravelmente o presente relatório.

**- Relatório: Diana Wallis (A7-0062/2009)**

**Miroslav Mikolášik (PPE)**, *por escrito*. – (SK) Saúdo a decisão da Comunidade de assinar o Protocolo de Haia, de 23 de Novembro de 2007, sobre a lei aplicável às obrigações alimentares, porque o protocolo contém uma clarificação, há muito esperada e de aguda necessidade, das regras que determinam o direito aplicável, que são complementadas pela Convenção de Haia, de 23 de Novembro de 2007, sobre a Cobrança Internacional de Alimentos em benefício dos Filhos e de outros Membros da Família.

A harmonização das regras proporcionará segurança jurídica às pessoas titulares do direito a alimentos e a possibilidade de estas apresentarem acções judiciais sem, com isso, ficarem sujeitas à disciplina de diferentes regimes jurídicos. Graças às regras especiais, limitará igualmente a fuga às obrigações alimentares, nos casos em que os credores de alimentos não vêem o seu direito garantido com fundamento na lei do país no qual habitualmente residem. A possibilidade de recusar o exercício de um direito estabelecido com base no protocolo é apenas restrita àqueles casos em que os efeitos derivados de tal exercício claramente violariam o princípio da ordem pública no país do tribunal em questão. Gostaria também de manifestar o meu profundo pesar pelo facto de o Reino Unido não participar na decisão do Conselho relativa à assinatura do protocolo por parte da Comunidade.

**- Relatório: Tadeusz Zwiefka (A7-0054/2009)**

**Sabine Lösing (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Em 9 de Novembro de 2009, o relatório sobre o pedido de defesa da imunidade e privilégios de Tobias Pflüger (A7-0054/2009) foi votado e adoptado na Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu.

O relatório baseia-se em factos incorrectos.

O ponto fulcral é que o relatório cita uma sentença de primeira instância que foi anulada. A sentença é inválida porque o tribunal regional de Munique julgou improcedente uma acção contra Tobias Pflüger em 21 de Julho de 2009, em segunda e última instância. Ele não foi condenado. Por isso, qualquer censura é insubsistente.

É politicamente inaceitável que este relatório, que contém factos incorrectos, tenha sido votado em Plenário hoje (24 de Novembro de 2009).

Tentámos que este incompleto e, por isso, incorrecto relatório fosse retirado da agenda, infelizmente sem sucesso.

Este tipo de procedimento levado a cabo pelo Parlamento Europeu transmite a impressão de apoiar a perseguição de pessoas politicamente activas, no caso o Ministério Público de Munique II contra um ex-membro do Parlamento Europeu.

**Jean-Luc Mélenchon (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Em 9 de Novembro de 2009, o relatório sobre o pedido de defesa da imunidade e privilégios de Tobias Pflüger (A7-0054/2009) foi votado e adoptado na Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu.

O relatório baseia-se em factos incorrectos.

O ponto fulcral é que o relatório cita uma sentença de primeira instância que foi anulada. A sentença é inválida porque o tribunal regional de Munique julgou improcedente a acção contra Tobias Pflüger em 21 de Julho de 2009, em segunda e última instância. Ele não foi condenado. Por isso, qualquer censura é insubsistente.

É politicamente inaceitável que este relatório, que contém factos incorrectos, tenha sido votado em Plenário hoje (24 de Novembro de 2009).

Tentámos que este incompleto e, por isso, incorrecto relatório fosse retirado da agenda, infelizmente sem sucesso.

Este tipo de procedimento levado a cabo pelo Parlamento Europeu transmite a impressão de apoiar a perseguição de pessoas politicamente activas, neste caso o Ministério Público de Munique II contra um ex-membro do Parlamento Europeu, Tobias Pflüger.

**Willy Meyer (GUE/NGL)**, *por escrito*. – (EN) Em 9 de Novembro de 2009, o relatório sobre o pedido de defesa dos privilégios e imunidades de Tobias Pflüger foi votado e aprovado na Comissão dos Assuntos Jurídicos (JURI) do Parlamento Europeu. O relatório baseia-se em factos incorrectos. O ponto fulcral é: o relatório cita uma sentença de primeira instância que foi entretanto anulada. A sentença é inválida porque o tribunal regional de Munique julgou improcedente a acção contra Tobias Pflüger em 21 de Julho de 2009, em segunda e última instância. Ele não foi condenado. Por isso, qualquer censura é insubsistente. É politicamente inaceitável que este relatório, que contém factos incorrectos, tenha sido votado em Plenário hoje (24 de Novembro de 2009). Tentámos que este incompleto e, por isso, incorrecto relatório fosse retirado da agenda, infelizmente sem sucesso. Este tipo de procedimento levado a cabo pelo Parlamento Europeu transmite a impressão de apoiar a perseguição de pessoas politicamente activas, neste caso o Ministério Público de Munique II contra um ex-membro do Parlamento Europeu, Tobias Pflüger.

**- Relatório: József Szájer (A7-0036/2009)**

**Peter Skinner (S&D)**, *por escrito*. – (EN) Considero que o papel do Parlamento só será efectivo se for capaz de encorajar a eficácia da legislação. Neste contexto, a aplicação da regra “procedimento de regulamentação com controlo” permite a prévia análise de propostas de lei. Este relatório aviva o papel do Parlamento e realça a nossa capacidade para controlar e fiscalizar a execução da legislação nos Estados-Membros.

## 6. Correções e intenções de voto: ver Acta

(A sessão, suspensa às 12.30, é reiniciada às 15.10)

**PRESIDÊNCIA: J. BUZEK**

*Presidente*

## 7. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

## 8. Período de perguntas ao Presidente da Comissão

**Presidente.** – O próximo ponto é o período de perguntas com o senhor Presidente da Comissão.

*Perguntas diversas*

**Joseph Daul**, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, terá a Europa de enfrentar uma nova crise do gás este Inverno? Lembremos o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, cujas consequências atingiram milhões de europeus. Saúdo o acordo de 19 de Novembro em Yalta. No entanto, sabemos que a Ucrânia teve grandes dificuldades em pagar a sua factura de gás à Rússia no mês passado. Também sabemos que o contexto político será particularmente difícil em Janeiro com a organização das eleições presidenciais.

Que medidas preventivas podem ser propostas pela Comissão e postas em prática ao nível europeu para proteger os nossos concidadãos dos efeitos de uma eventual nova crise e que lições foram extraídas dos acontecimentos verificados no Inverno de 2009?

O acordo concluído em 16 de Novembro último entre a União Europeia e a Rússia sobre um mecanismo de alerta precoce e o projecto de regulamento relativo a medidas destinadas a garantir a segurança do aprovisionamento de gás, que saúdo, serão suficientes?

**José Manuel Barroso**, Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente Daul, agradeço a sua pergunta. Como o Senhor, desejo evitar a repetição da crise do ano passado.

Trabalhámos em estreita colaboração – eu próprio trabalhei bastante – com o senhor Presidente Yushchenko, a senhora Primeira-Ministra Tymoshenko e as autoridades russas, bem como com as instituições financeiras internacionais, para apoiar a Ucrânia.

Que mais é possível fazer?

A curto prazo, o mecanismo de alerta precoce, no qual acordámos a semana passada com a Rússia, deverá ajudar-nos a identificar os problemas a tempo. De facto, posso dizer-lhe que uma excelente atmosfera presidiu a esta cimeira com a Rússia, na presença do senhor Presidente Medvedev, bem melhor do que noutras ocasiões.

Também estamos a trabalhar com o Grupo de Coordenação do Gás – um grupo que inclui os Estados-Membros e a indústria – sobre o armazenamento do gás. Continuamos a trabalhar com as instituições financeiras internacionais sobre a reforma e a modernização do sector do gás na Ucrânia. Contudo, como acentuou, a situação interna da Ucrânia não é fácil. Em todo o caso, estarei em Kiev na próxima semana com o senhor Presidente do Conselho Reinfeldt para mais uma vez mostrar a importância que damos à reforma deste sector na Ucrânia.

**Martin Schulz**, em nome do grupo S&D. – (DE) Gostaria de lhe perguntar se, no passado, teve alguma dificuldade com o Governo búlgaro do senhor Sergei Stanishev ou com o senhor Ivaylo Kalfin enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros do país. Teve alguma razão para duvidar da legitimidade democrática do senhor Primeiro-Ministro Stanishev ou do senhor Ministro Kalfin ou da respectiva lealdade às instituições da União Europeia?

Se não, como avalia as declarações do actual Primeiro-Ministro búlgaro, senhor Borisov, que disse que o Partido Socialista búlgaro tem de ser proibido? O senhor Primeiro-Ministro Borisov disse que eles – referindo-se aos delegados ao Congresso do Partido Socialista búlgaro – são um bando de gente descarada.

Em terceiro lugar, temos a declaração desta semana do senhor Primeiro-Ministro Borisov de que “todos os que odeiam os socialistas na Bulgária devem apoiar-nos.” Como avalia esta opinião expressa por um membro do Conselho Europeu?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (FR) Agradeço a sua pergunta, Senhor Deputado Schulz. No entanto, compreenderá que eu use da devida reserva ao comentar as afirmações dos vários Chefes de Estado e de Governo no contexto da respectiva política interna. Não me compete aqui e agora envolver-me nesta disputa interna.

O que posso dizer, para responder concretamente à sua pergunta, é que a minha relação com o Governo búlgaro, quando o senhor Sergei Stanishev era primeiro-ministro, foi sempre pautada por uma cooperação de extrema lealdade. Posso também dizer aqui, como, aliás, já o disse a ele pessoalmente, que o senhor Primeiro-Ministro Stanishev foi sempre um parceiro muito leal da Comissão e de todas as instituições responsáveis pelo avanço do projecto europeu. Não é pelo facto de ele já não estar no poder que esquecerei a sua cooperação leal e o seu empenho no projecto europeu.

**Martin Schulz (S&D)**, - (DE) Compreendo que não queira interferir nos assuntos políticos internos da Bulgária. Estou de acordo consigo. Posso interpretar a sua resposta como significando que acredita que não existe qualquer necessidade de o Partido Socialista búlgaro – cujo presidente é Sergei Stanishev, por quem nos expressou a sua alta consideração pessoal no que respeita ao trabalho que ele desenvolveu – ser proibido?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Deputado Martin Schulz, é claro que acredito que todos os partidos democráticos têm lugar nos regimes democráticos. Sendo a Bulgária, como todos sabemos, um país democrático, todos os partidos democráticos búlgaros têm lugar no sistema democrático.

Isto aplica-se a todos os partidos na Bulgária que respeitam, bem entendido, as regras da nossa Comunidade.

**Guy Verhofstadt**, *em nome do grupo ALDE*. – (FR) Senhor Presidente, far-lhe-ei uma pergunta sobre a estrutura da Comissão, o que é normal, dado que muito em breve teremos uma nova Comissão.

Primeiro, tenho algumas dúvidas sobre a antevista divisão da pasta do ambiente em três subáreas: alteração climática, energia e ambiente. Tenho algumas dúvidas a este respeito e queria chamar a atenção para esta questão.

Contudo, a questão mais importante que lhe queria colocar tem a ver com os direitos fundamentais e a luta contra a discriminação. Creio que se acordou em que haveria um comissário responsável por este assunto. A questão que, agora, se põe é a de garantir que não haja uma pasta de “assuntos internos” que abranja a temática “asilo e imigração”, porque “asilo e imigração” passaria a ser uma questão de segurança e já não de assuntos internos.

O senhor Comissário Barrot propôs a criação de três lugares de comissário: direitos fundamentais, assuntos internos e segurança, e asilo e imigração separados. A minha pergunta é simples: como encara esta questão?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (FR) Primeiro, quanto à questão das alterações climáticas, ou melhor, quanto à pasta “acção no domínio das alterações climáticas”, considero tal responsabilidade muito importante. É uma responsabilidade transversal, uma dimensão a integrar em todas as políticas da União. O comissário responsável pelas alterações climáticas terá, é claro, a incumbência de dar seguimento ao trabalho feito em Copenhaga, com o que tudo isso implica tanto interna como externamente.

No que respeita à pasta justiça e assuntos internos, sim, decidi também dividi-la em duas. Uma delas será consagrada à justiça e aos direitos fundamentais e a outra aos assuntos internos. Aliás, esta divisão é prática corrente em muitos dos nossos Estados-Membros, onde existe um ministro da justiça e um ministro do interior.

Obviamente, desejo discutir a exacta delimitação de funções com os comissários em causa, mas, para já, posso dizer-lhe que gostaria que o comissário responsável pela justiça e direitos fundamentais prestasse particular atenção à eliminação dos obstáculos que os cidadãos europeus encontram ao exercício dos seus direitos.

**Daniel Cohn-Bendit**, *em nome do grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhor Presidente, gostaria de prosseguir com o mesmo tipo de questões colocadas pelo senhor deputado Verhofstadt, visto que a Comissão está a ser formada.

Lemos e escutamos rumores muito perigosos. Pensa que é o Senhor, que é o Presidente da Comissão, eleito e confirmado como tal, que constitui a mesma, que a organiza e define as competências dos comissários ou, pelo contrário, são os países da União e os países maiores que lhe impõem ou não a si uma determinada posição?

Acho inadmissível – mas posso estar enganado – ler nos jornais que a França quer uma coisa, o Reino Unido outra, a Chanceler Merkel outra ainda. O Presidente Sarkozy e a Chanceler Merkel nomearam-no a si, não têm nada mais a dizer, o Senhor tem que formar a sua própria Comissão!

É esta a sua concepção do papel de Presidente da Comissão ou tem alguma outra, eventualmente semelhante à da Chanceler Merkel e do Presidente Sarkozy?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (FR) A minha concepção é muito simples: respeitar o Tratado de Lisboa e o actual tratado, nesta matéria. A partir de 1 de Dezembro, o mesmo Tratado de Lisboa afirma, muito claramente - tenho comigo a versão inglesa, especificamente o artigo 17.º -, que é o Presidente da Comissão que decide da organização interna da mesma e é, obviamente, isso que eu vou fazer, incluindo em matéria de atribuição de pastas.

Sejamos claros, há sempre pressões, como sabe. Não há ninguém que não seja solicitado. Mas, no fim de contas, sou o único responsável pela composição da Comissão e acredito que esta Comissão também receberá um apoio muito forte ao nível do Parlamento Europeu.

Trabalhei muito para obter um consenso muito amplo. Aliás, tenho boas notícias – bem como palavras de agradecimento – a dar-vos hoje: a nova Comissão contará com nove mulheres, portanto mais uma do que actualmente. Há uma semana, apenas três mulheres se perfilavam como candidatas. Muitos de vós ajudaram-me a fazer compreender aos Estados-Membros a importância deste pedido para a nomeação de mais mulheres. Eis aqui um exemplo concreto que mostra o meu empenho para formar um colégio capaz de recolher o apoio do vosso Parlamento.

**Daniel Cohn-Bendit (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente Barroso, já que fala na Comissão e em mulheres, não acha que seria mais fácil para um Presidente da Comissão, a longo prazo, se cada país lhe propusesse dois comissários, lhe apresentasse dois candidatos: um homem e uma mulher?

Desse modo, o Senhor seria capaz de formar uma Comissão equilibrada, não com nove mulheres, mas constituída metade por mulheres e metade por homens.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (FR) O senhor tem toda a razão. Eu gostaria muito de alcançar esse objectivo. Infelizmente, ele não está previsto no Tratado.

Concordo com o seu colega, senhor deputado Verhofstadt.

A questão fundamental é a seguinte: esta obrigação não está prevista no Tratado. Como o senhor sabe, até tornei pública uma carta em que apelava aos Estados-Membros para que me ajudassem neste assunto do equilíbrio entre homens e mulheres. O ideal seria termos uma Comissão ainda mais equilibrada.

Em qualquer caso, congratulo-me com a situação a que chegámos no final e gostaria de agradecer a todos os que, no Parlamento, me ajudaram nesta tarefa.

**Michał Tomasz Kamiński, em nome do grupo ECR.** – (PL) Senhor Presidente Barroso, quero agradecer-lhe calorosamente por estar hoje connosco e começaria por dizer que, ao que parece, devemos incentivar mais os nossos colegas a participar neste debates com a sua presença, porque alguns deputados estão mais interessados noutras atracções de Estrasburgo do que na possibilidade de reunir com o Senhor Presidente.

A minha pergunta diz respeito à Estratégia de Lisboa, que, para os Conservadores e Reformistas Europeus, sempre foi muito importante. Esta ideia aplica-se em particular a um aspecto que o senhor referiu não há muito tempo, quando o apresentou como parte da sua estratégia: um novo começo para o mercado comum. Acreditamos verdadeiramente que a Europa necessita de um mercado comum. O Tratado de Lisboa, recentemente adoptado, confere maior autoridade às instituições europeias num sentido político, e parece-me que começa a existir uma certa clivagem entre a integração política, que tem evoluído, e a integração económica. Senhor Presidente Barroso, gostaria muito que dedicasse alguma atenção ao tema do arranque do novo mercado desde o início do seu novo mandato.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Tenho boas notícias para dar ao senhor deputado Kamiński: hoje, na reunião da Comissão aqui em Estrasburgo, adoptámos um documento de trabalho da

Comissão que lança o processo de consulta sobre a estratégia a que chamo “Europa 2020”, a sucessora da Estratégia de Lisboa, que se destina, naturalmente, a ouvir o Parlamento e as sociedades e os governos europeus em geral.

O documento de trabalho atribui grande relevo à necessidade de aprofundar o mercado interno, e eu pedi mesmo ao Sr. Mario Monti, uma conhecida figura europeia, que me enviasse um relatório sobre como podemos abordar as ligações em falta no mercado interno. Espero que o primeiro projecto deste relatório esteja pronto antes do Conselho Europeu em Março, no qual, a propósito, a Presidência espanhola do Conselho pretende contribuir para esta evolução e imprimir-lhe carácter de urgência.

O desenvolvimento do mercado interno é uma das formas de encontrarmos novas fontes de crescimento a fim de responder aos desafios da competitividade de outras partes do mundo.

**Lothar Bisky**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (DE) O que me agradou na cimeira especial foi o facto de existir equilíbrio entre homens e mulheres. Gostaríamos de prestar homenagem a essa conquista. Eu acrescentaria também que vamos continuar a apoiá-lo se o senhor mantiver este equilíbrio entre os géneros.

Temos agora duas novas figuras de proa na União Europeia, e todos os quadrantes políticos afirmaram que elas ainda terão de se adaptar aos seus cargos. Isso acontecerá sempre, como é evidente. Fala-se também de pesos-ligeiros e de pesos-pesados. Encaro a situação da seguinte forma: os pesos-ligeiros de hoje são os pesos-pesados de amanhã, e vice-versa. Muitos pesos-pesados passam a pesos-ligeiros de um dia para o outro.

Não obstante esse facto, temos também uma séria crise económica para ultrapassar. As suas consequências sociais, em especial, estão a obrigar-nos a muito trabalho. Na Europa, dezenas de milhões de pessoas são afectadas pelo desemprego, pela pobreza e pela exclusão social. O número de vítimas da crise sobe em flecha. No mundo em desenvolvimento, as consequências são muito mais graves.

Está disposto, Senhor Presidente Barroso, em conjunto com a nova Comissão, a retirar os ensinamentos dos caminhos errados seguidos por políticas radicais em prol do mercado livre? Está preparado para promover uma alteração de política, urgentemente necessária, que coloque as pessoas acima dos lucros e os interesses sociais acima das vantagens competitivas?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Na nova estratégia da União Europeia para 2020 que anunciei há pouco, é dedicada especial atenção às questões sociais que acabou de mencionar, Senhor Deputado Bisky. Entendo que temos agora uma situação urgente no que respeita aos problemas sociais, particularmente tendo em conta o desemprego crescente. Corremos o risco de viver uma década de baixo crescimento e de desemprego elevado, o que exerceria uma forte pressão sobre os nossos modelos sociais e os nossos níveis de vida. É por isso que considero importante trabalhar em questões relativas à inclusão social.

Temos igualmente de assegurar que a nossa população disponha de competências adequadas para ter sucesso neste novo modelo económico. Consequentemente, um dos domínios prioritários da estratégia “União Europeia 2020” será capacitar as pessoas. Deve colocar-se a tónica na educação e nas competências, na aprendizagem ao longo da vida, na mobilidade dos trabalhadores, no apoio ao espírito empreendedor e ao auto-emprego, mas também no combate à exclusão e à pobreza. Penso que nós, enquanto União Europeia, temos o dever de assumir a luta contra a exclusão e a pobreza como uma das nossas prioridades.

**Rolandas Paksas**, *em nome do Grupo EFD*. – (LT) Senhor Presidente, em Setembro, questioneei-o acerca da continuação das operações na central nuclear de Ignalina. Pela sua resposta, fiquei com a impressão de que a Comissão desconhece a verdadeira situação, não está informada ou pretende colocar os eurodeputados à margem.

Por conseguinte, Senhor Presidente da Comissão, penso que sabe que não foram construídos depósitos de combustível nuclear e que as barras de combustível gastas serão mantidas no reactor, reduzindo a segurança nuclear na região. Esse é o primeiro aspecto. Em segundo lugar, saberá que serão construídos geradores de substituição apenas daqui a três anos e que a Lituânia terá escassez de electricidade. Esse é o segundo aspecto. Em terceiro lugar, julgo que compreende que as circunstâncias que mencionei permitem a continuação das operações da central nuclear, que ainda não está pronta para ser encerrada.

A minha pergunta, Senhor Presidente da Comissão, é a seguinte: quem assumirá a responsabilidade pela menor segurança nuclear nesta região e pelo risco acrescido para os cidadãos europeus?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) No que se refere à pergunta sobre Ignalina, como o senhor sabe, trata-se de uma questão relativa ao Tratado de Adesão da Lituânia. Temos de respeitar esse Tratado de Adesão, que foi assinado por todos os Estados-Membros, incluindo a Lituânia.

O que fazemos agora é olhar não apenas para os aspectos económicos, mas também para os aspectos de segurança. Creio que todos estes elementos são tomados em conta na nossa decisão e que podemos trabalhar com as autoridades lituanas a fim de garantir a segurança da situação nuclear naquela zona.

A propósito, na minha recente reunião com o senhor Presidente Medvedev, levantei novamente a questão do abastecimento de energia assegurado pela Rússia à Lituânia. Perguntei-lhe por que não procurava ser mais cooperante no âmbito do gasoduto de Druzhba. Assim, estamos a trabalhar activamente com os nossos amigos lituanos e também com outros parceiros importantes em prol da segurança do abastecimento de energia à Lituânia.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Senhor Presidente da Comissão, o problema da continuidade das fábricas da Opel preocupa o público europeu e foi também um tema fundamental da campanha para as eleições federais alemãs. Muito antes das eleições, era já evidente que estava planeada uma venda ao consórcio liderado pela Magna, mas só em 16 de Outubro a Comissão deu a entender que tinha algumas reservas.

Porque é que o senhor esperou pelo final das eleições alemãs? Essa decisão teve, na verdade, um impacto importante nos resultados das eleições na Alemanha. Como pode refutar a suspeita de que tudo se deveu a considerações de natureza política, particularmente tendo em conta que a sua relação próxima com a Chanceler Merkel é bem conhecida? Está disposto a revelar ao público os seus contactos escritos e orais sobre a questão da Opel antes das eleições federais alemãs de 27 de Setembro?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Começando pela sua última pergunta, é claro que terei todo o gosto em lhe fornecer toda a minha correspondência com a Chanceler Merkel. Não há aí qualquer problema.

Dito isto, nós organizámos duas reuniões antes das eleições alemãs com todos os países com participações na General Motors/Opel, e ontem realizámos a terceira. Foi a terceira reunião ministerial referente à Opel organizada pela Comissão e a primeira desde que a General Motors decidiu não vender a Opel.

Além de actuar como facilitadora, sobretudo assegurando que todas as partes interessadas disponham das mesmas informações, a Comissão vai continuar a zelar pelo respeito das regras relativas ao mercado interno e aos auxílios estatais. Este facto é muito importante para evitar uma corrida ruinosa às subvenções entre Estados-Membros que, no final, não beneficiaria ninguém.

Contudo, a bola está claramente do lado da GM. De facto, só depois de conhecido o plano de actividades da GM, e de os nossos Estados-Membros se disponibilizarem para prestar auxílio estatal, é que a Comissão pode determinar se as regras de concorrência estão a ser respeitadas. Não podemos agir com base em suposições. Apenas quando tivermos acesso aos planos de actividades podemos afirmar se são ou não compatíveis com as nossas regras comunitárias.

**Hans-Peter Martin (NI).** – (DE) Agradeço sinceramente a sua oferta, Senhor Presidente, e terei todo o prazer em aceitá-la. Todavia, os seus contactos verbais também estão aqui em causa, naturalmente. Estou certo de que podemos chegar a acordo a este respeito. Na segunda parte da sua resposta, mencionou uma questão absolutamente fundamental, nomeadamente a existência não apenas de uma corrida para realizar um “dumping” salarial, mas também de uma corrida às subvenções. Foi muito inteligente convocar ontem a cimeira. Que conclusões retirou da reunião? Como podemos, no futuro, combater o perigo emergente de uma corrida às subvenções, como as que vivemos repetidamente entre vários Estados-Membros à custa dos contribuintes europeus, ao mesmo tempo que, evidentemente, intervimos na dinâmica deste processo económico?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Devemos realizar esse combate precisamente através da aplicação estrita das regras em matéria de auxílios estatais, e este caso é, com efeito, um exemplo muito interessante para todos nós – com excepção das partes envolvidas – porque, como a sua pergunta sugere, se cada Estado-Membro começar a concorrer com os outros na atribuição de fundos às empresas, teremos uma situação negativa para os Estados-Membros, que não é boa para os consumidores nem para os contribuintes.

A garantia que vos posso dar é que a Comissão será rigorosa na aplicação das regras relativas ao auxílio estatal, não porque sejamos fundamentalistas no que respeita às regras do mercado ou da concorrência, mas porque acreditamos que é importante adoptar uma abordagem comunitária exigente e promover igualdade

de condições de concorrência para todas as empresas e todos os Estados-Membros – pequenos e grandes, mais ricos e menos ricos. Essa é a melhor forma de assegurar que continuamos a ser justos na nossa União.

*Seguimento do Conselho Europeu de 19 de Novembro de 2009*

**Kinga Gál (PPE).** – (EN) Senhor Presidente Barroso, saúdo calorosamente o que acabou de dizer, nomeadamente que pretende a criação de uma pasta na Comissão para os direitos fundamentais.

Eu acrescentaria uma pergunta neste contexto. Como o senhor bem sabe, reside na UE um número significativo de minorias nacionais e minorias linguísticas autóctones – 15 milhões de pessoas, 10% da população; tenciona incorporar a questão destas comunidades, destas minorias nacionais e linguísticas, na pasta da Comissão responsável pelos direitos fundamentais?

Penso que, em especial após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa e da Carta dos Direitos Fundamentais, a UE deve aprofundar a sua abordagem em relação a estas comunidades.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) A resposta é clara: sim. A minha intenção é precisamente colocar os assuntos relativos à não discriminação – incluindo, naturalmente, as questões das minorias – sob a responsabilidade do Comissário responsável pelos direitos fundamentais.

**Glenis Willmott (S&D).** – (EN) Eu ia também fazer uma pergunta sobre o equilíbrio entre os géneros na Comissão e aproveitaria, portanto, esta oportunidade, para felicitar a senhora Comissária Cathy Ashton pela sua nomeação. Concorde certamente comigo se eu afirmar que é uma mulher de grande talento. Regozijo-me com o facto de o primeiro mandato do Alto Representante ser cumprido por uma pessoa da Grã-Bretanha, e agrada-me particularmente que se trate de uma mulher britânica. É algo a que nós, mulheres do Grupo Socialista, apelámos há muito tempo.

A senhora Comissária Cathy Ashton presidia à Câmara dos Lordes no Reino Unido quando o Tratado de Lisboa foi confirmado – não foi nada fácil. Possui grandes competências políticas e tem-se desempenhado muito bem desde que assumiu o cargo de Comissária. A sua diplomacia discreta, em nada semelhante a um “ego com pernas”, assegurou acordos onde outros falharam e em matérias que se revelaram difíceis no passado. Eu diria à senhora Comissária Cathy Ashton que não está no cargo para interromper o trânsito, mas para criar, de facto, o sistema de tráfego. Tenho a certeza de que vai realizar um trabalho fantástico.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Estou extremamente orgulhoso e feliz com o facto de a senhora Catherine Ashton ter sido nomeada primeira Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante. Trata-se de uma nomeação que apoiei convictamente durante o Conselho Europeu. É claro que todos a conhecemos bem como uma pessoa que dispõe da competência política e do sentido de orientação necessários para assumir o exigente papel de Alta Representante e de Vice-Presidente da Comissão.

Todos sabemos que se trata de uma inovação. Será necessário algum tempo para todos aprendermos a utilizar as novas disposições a fim de podermos apresentar os melhores resultados no quadro do papel cada vez mais importante da União Europeia no mundo. Como é evidente, só o conseguiremos através de uma verdadeira parceria entre as instituições. É isso que se pretende da dupla liderança e que, estou certo, a Comissão vai proporcionar: a melhor posição possível no mundo.

Regozijo-me, naturalmente, com a circunstância de a senhora Alta Representante ser britânica – penso que é essencial que a Grã-Bretanha continue no centro da União Europeia – e também por ser uma mulher porque, como os senhores sabem, estou muito empenhado no equilíbrio entre homens e mulheres. Assim, por todos estes motivos, e ainda por se tratar de uma colega da Comissão, fiquei – como podem imaginar – extremamente satisfeito com essa decisão.

**Andrey Kovatchev (PPE).** – (BG) Em primeiro lugar, quero esclarecer o senhor deputado Schulz. O Primeiro-Ministro búlgaro nunca apelou à interdição do Partido Socialista da Bulgária. Passo agora à minha pergunta ao senhor Presidente Barroso. Depois de 19 de Novembro, estão definidos os domínios da política externa que continuarão a fazer parte das competências da Comissão e os que serão transferidos para o Serviço Europeu de Acção Externa nomeadamente o alargamento, o comércio ou a ajuda a países em desenvolvimento?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Sim, a Alta Representante será, ao mesmo tempo, Vice-Presidente da Comissão, o que cria uma excelente oportunidade para reunir as competências em matéria de PESC – que pertencem à Alta Representante – e as competências tradicionais da Comunidade nas relações externas. Explicando de forma mais simples, temos a mesma pessoa a exercer as funções de Javier Solana e



de Benita Ferrero-Waldner. Essa pessoa vai trabalhar enquanto Vice-Presidente da Comissão, mas também na qualidade de Presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros. Julgo que é extremamente importante adoptar este conceito a esse nível.

Em geral, ao nível dos Chefes de Estado ou de Governo, como estipula muito claramente o Tratado de Lisboa, cabe ao Presidente daquele Conselho representar a União nas matérias do âmbito da PESC a esse nível, e à Comissão representar a União Europeia em todos os outros assuntos externos, nos termos do artigo 17.º do Tratado de Lisboa.

**Derek Vaughan (S&D).** – (EN) Senhor Presidente Barroso, o senhor pode ou não querer comentar o texto de revisão do orçamento recentemente vindo a público, mas estará ciente, sem dúvida, de que ele provocou grande preocupação em muitas regiões da Europa. Com efeito, o Primeiro-Ministro para o País de Gales, Rhodri Morgan, enviou-lhe há pouco tempo uma carta em que exprimia as suas preocupações.

Neste contexto, posso perguntar-lhe se irá apresentar novas propostas que assegurem às regiões da Europa o acesso a fundos estruturais após 2013? E, caso tencione apresentar essas propostas, fá-lo-á no mandato da Comissão actual ou da nova Comissão, quando esta for nomeada?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Posso dizer-lhe que li a carta do Primeiro-Ministro para o País de Gales, mas nunca li o documento mencionado.

Existem alguns documentos de trabalho na Comissão, elaborados por todos os seus serviços, mas que não reflectem as opiniões da Comissão. Apenas o Colégio de Comissários toma posições que vinculam a Comissão. Estamos numa fase de trabalho preparatório. Posso afirmar-lhe que, pessoalmente, estou extremamente empenhado, como o senhor sabe, na coesão social, económica e territorial e em manter a política regional como forte prioridade da próxima Comissão.

No que toca à revisão do orçamento, decidi, com o acordo do Parlamento – na pessoa do presidente da Comissão dos Orçamentos – apresentá-la numa data posterior. Faz sentido alcançar primeiro um acordo sobre as linhas gerais da estratégia “União Europeia 2020”, sendo depois a revisão do orçamento apresentada pela nova Comissão a fim de que o novo Colégio tenha total responsabilidade por essa proposta e possa trabalhar convosco muito estreitamente nas futuras perspectivas financeiras.

**Sarah Ludford (ALDE).** – (EN) Chris Patten afirmou que o perigo nos Balcãs reside em que os países fingem reformar-se e a UE finge acreditar neles.

Parece ser esse o caso na Bósnia, que resvala de forma alarmante para a disfunção, senão mesmo para a destruição. A comunidade internacional e a UE são vistas, na Bósnia, como entidades que não insistem nas reformas e não enfrentam Milorad Dodik, o líder da Republika Srpska. O gabinete do Alto Representante, enquanto subsiste, está comprometido e a autoridade da comunidade internacional está enfraquecida.

Como responderia à acusação de que a UE está a pôr em prática uma agenda nos Balcãs Ocidentais que beneficia os sérvios em Belgrado e em Bagna Luca, em detrimento dos bósnios?

O senhor pode tentar convencer a nova Alta Representante e, depois de empossada, Vice-Presidente da Comissão, senhora Cathy Ashton, a fazer da Bósnia uma prioridade absoluta? Como tenciona assegurar que o representante especial da UE tenha verdadeira influência, um mandato claro e o apoio unido da UE?

**Presidente.** – Gostaria de abordar um ponto que é muito sério. Estamos a falar do resultado da última reunião do Conselho, em 19 de Novembro 2009. Sei que pode ter sido dito, ou pode ter acontecido, quase tudo durante esse encontro, mas esta questão não estava certamente em cima da mesa na reunião do Conselho, e por isso peço que continuem a debater o mesmo tema, porque é necessário que assim seja.

**Sarah Ludford (ALDE).** – (EN) Fiz uma pergunta sobre a senhora Alta Representante Cathy Ashton, nomeada na semana que passou. Isso insere-se perfeitamente no “seguimento do Conselho Europeu”.

**Presidente.** – Muito bem, aceito a pergunta se o senhor Presidente Barroso quiser responder, mas peço-vos, caros Colegas, que continuem a debater o mesmo tema, que foi muito claramente definido.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Em primeiro lugar, permita-me que lhe diga que partilho inteiramente das preocupações manifestadas a propósito da situação na Bósnia. De facto, está a tornar-se uma questão extremamente difícil. Vamos discuti-la com as autoridades bósnias e com todas as partes interessadas, dentro da Europa e fora dela.

É claro que a minha resposta é positiva, espero que a senhora Comissária Cathy Ashton dedique grande atenção a este tema, em conjunto com o Comissário responsável pelo alargamento, porque a Bósnia, como a senhora sabe, situa-se na zona de potencial alargamento da União Europeia. Temos, naturalmente, de envidar todos os esforços para que o país se imponha autonomamente e consolide a sua existência como um Estado de pleno direito, um Estado democrático, com aspirações a aderir um dia à nossa União.

**Elisabeth Schroedter (Verts/ALE).** – (DE) O senhor acabou de referir que abriu agora as consultas para o processo pós-Lisboa. Este processo será, portanto, tratado colectivamente pela nova Comissão.

Existe muita irritação pelo facto de o processo de consulta ter tardado a começar. Há também um receio sério de que seja apenas uma formalidade e de que os resultados das consultas não tenham influência real no processo pós-Lisboa.

Como se propõe integrar todas as partes interessadas, bem como uma análise cabal do processo de consulta nestas diligências e nos documentos da Comissão? A que Comissários irá atribuir a responsabilidade de garantir o processo de consulta e qual é a sua própria responsabilidade a este respeito?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) A minha responsabilidade é a coordenação geral da Comissão e da estratégia, mas trabalharei com vários Comissários porque, como a senhora sabe, esta “União Europeia 2020” é, por natureza, uma estratégia transversal, que abrange sectores muito importantes, da competitividade económica à sustentabilidade – ou seja, o ambiente –, bem como aspectos de inclusão social. Trata-se, pois, de um conjunto de competências muito amplo.

No que respeita ao atraso, a senhora tem razão: há alguma demora. Infelizmente, isto deve-se ao facto de o Conselho Europeu não ter tomado a sua decisão mais cedo, o que nos impede de ter a Comissão em funções.

Por conseguinte, vamos lançar hoje o documento de trabalho para que tudo possa estar pronto para o Conselho Europeu da Primavera, em Março, porque já devíamos ter uma nova Comissão e não temos. Espero tê-la até ao final de Janeiro.

De qualquer forma, recebi apenas hoje – e esta é outra notícia que vos quero dar – a lista final dos 27 Comissários indigitados. Apenas hoje. Por isso estamos um pouco atrasados, mas penso que devemos aproveitar ao máximo o período de consulta para podermos ter um debate sério sobre a futura estratégia “União Europeia 2020”.

**Isabelle Durant (Verts/ALE).** – (FR) Senhor Presidente Barroso, gostaria de regressar à pergunta que a minha colega lhe fez há pouco. O calendário que nos apresenta é extremamente apertado. Como podemos definir um plano daqui até 2020 em três meses? Temos de elaborar uma estratégia para o conjunto da União Europeia sobre matérias sociais, económicas e ambientais, e são-nos concedidos três meses e um período de consulta que se inicia hoje.

Gostaria, portanto, de chamar a sua atenção, Senhor Presidente Barroso, para o facto de termos de aguardar pela formação da própria Comissão para lhe podermos colocar as nossas questões, mas, acima de tudo, para a necessidade de dispormos de tempo para criar um verdadeiro projecto. Não podemos definir um projecto para a União Europeia em três meses.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (FR) Partilho da sua preocupação sobre este tema. É por isso, aliás, que decidimos iniciar este processo agora e não deixá-lo para data posterior. Desta forma, os senhores terão mais tempo. Se aguardarmos pela tomada de posse da nova Comissão, provavelmente terão todos de esperar até ao final de Janeiro, e por isso actuamos já. Os pormenores serão publicados hoje na Internet, se é que ainda não o foram. Conto igualmente com o vosso empenho neste ponto. Pela minha parte, estou pronto a assumir um compromisso.

Em qualquer caso, o Conselho Europeu da Primavera assinala o início, não o fim, do processo. Contudo, a Presidência rotativa do Conselho – que o Tratado de Lisboa mantém, como os senhores sabem –, a Presidência espanhola, instou-nos a elaborar um documento inicial que servirá de base para a discussão. Foi por esse motivo que o quis apresentar agora. Farei tudo o que estiver ao meu alcance para assegurar que todos os intervenientes a que esta questão diz respeito possam participar e dar um contributo para a revisão do que é, como salientou a própria senhora deputada, uma estratégia muito importante.

**Ryszard Czarnecki (ECR).** – (PL) Senhor Presidente Barroso, se olharmos para os principais cargos executivos no topo da União Europeia, na comparação entre a nova UE e a antiga UE, o resultado é de 3-0 para a antiga UE. A partir de 1 de Janeiro de 2012, quando teremos um novo Presidente do Parlamento Europeu, não

haverá ninguém no topo da União Europeia que represente os 12 novos Estados-Membros. Como defenderia esta decisão?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Em primeiro lugar, o Presidente do Conselho e a Alta Representante não representam uma parte da Europa: representam toda a Europa.

Permita-me que diga que me regozizei também com a nomeação do senhor Presidente Herman Van Rompuy. Quando o senhor Primeiro-Ministro Reinfeldt sugeriu o seu nome, percebemos claramente que esta era a personalidade que poderia assegurar o consenso na mesa. E o facto de ser proveniente da Bélgica, trazendo consigo um apoio natural ao método comunitário e sendo instintivamente pré-europeu, representa também um excelente tributo à Bélgica.

Dito isto, no que se refere à importância dos novos Estados-Membros, penso que os senhores já deixaram bem clara a sua importância através da eleição do senhor Buzek para Presidente do Parlamento Europeu: uma personalidade de um novo Estado-Membro, alguém que muito contribuiu para a reunificação da Europa.

Assim, no desempenho destes cargos, não representamos um país ou uma região: representamos toda a Europa.

**Miguel Portas** (GUE/NGL). - Senhor Presidente, na semana passada o Conselho tomou conhecimento do acordo entre as Instituições relativo ao orçamento para 2010. Desse acordo ou desse compromisso não constam, nem podiam constar, as consequências das decisões de Copenhaga. Essas deverão ser objecto de um orçamento rectificativo.

A pergunta que lhe faço é muito simples: tendo em conta as dificuldades que existiram para financiar a segunda tranche do plano de recuperação económica já para este orçamento, onde é que a Comissão tenciona ir encontrar os recursos para financiar o primeiro ano do combate às alterações climáticas, que ficará em, pelo menos, dois mil milhões de euros? E este valor será todos os anos crescente e, portanto, aonde é que ele se vai buscar?

**José Manuel Barroso**, *Pt Commission*. – Miguel Portas, obrigado pela sua questão. É verdade que foi extremamente difícil conseguir o acordo do Parlamento para aprovar um orçamento específico para algumas das acções relativas à eficiência energética, à segurança energética e também em relação à luta contra as alterações climáticas, e estou muito satisfeito por isso. Quero agradecer a todos aqueles que tornaram possível a aprovação desse orçamento.

Se, como eu espero, chegarmos a um acordo em Copenhaga, teremos então de trabalhar para encontrar no orçamento fundos necessários para a implementação desse mesmo acordo.

Ainda não estamos aí, ainda não chegámos aí, mas eu estou absolutamente convencido de que, se os Estados-Membros chegaram a um acordo quanto ao futuro do financiamento das acções de mitigação necessárias aos países em vias de desenvolvimento, então também terão depois que chegar a um acordo quanto aos meios que devemos pôr à disposição para atingir esse objectivo.

**Lena Kolarska-Bobińska** (PPE). – (PL) Senhor Presidente Barroso, a nomeação da senhora Comissária Ashton e do senhor Presidente Van Rompuy e o próprio Tratado de Lisboa vão provocar alterações no modo como a Comissão funciona. Algumas mudanças estão previstas no Tratado de Lisboa, mas outras são imprecisas e pouco claras e serão moldadas por determinadas práticas e decisões. Gostaria de perguntar que alterações prevê no trabalho e na função da Comissão Europeia no futuro imediato e nos próximos anos. Este é um bom momento para introduzir essas alterações e, como referi, existem actualmente possibilidades que não estão totalmente especificadas no Tratado de Lisboa. O senhor falou da nomeação de alguns Comissários. Eu estou a falar de políticas e de acções que não se limitam apenas à nomeação e à repartição de funções dos novos Comissários.

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Concordo com o seu argumento geral de que as instituições resultam também da forma como são moldadas. Foi por isso que me regozizei com a nomeação da senhora Comissária Cathy Ashton e do senhor Presidente Herman Van Rompuy, porque sei que ambos estão empenhados num verdadeiro espírito europeu e nos assuntos europeus.

Quanto às questões práticas, Cathy Ashton será Alta Representante e Vice-Presidente da Comissão, em virtude da Decisão do Conselho Europeu de 1 de Dezembro. No mesmo dia, assumirá a responsabilidade pela pasta das relações externas enquanto Vice-Presidente da Comissão. Nessa qualidade, presta contas ao Parlamento, e esta instituição sabe como a senhora Comissária Cathy Ashton se empenha na democracia

parlamentar. Sei que ela está ansiosa por se encontrar o mais rapidamente possível com a Comissão dos Assuntos Externos para poder iniciar da melhor forma as suas novas funções.

No que respeita ao próximo Colégio de Comissários, a senhora Comissária Catherine Ashton participará igualmente numa audição com os outros Comissários indigitados e irá submeter-se à vossa votação colectiva do futuro Colégio.

**Mitro Repo (S&D).** – (FI) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a propósito da reunião da semana passada, gostaria de lhe perguntar se aprova o processo de selecção que conduziu ao preenchimento de dois cargos fundamentais, ou se também concorda em que alguns processos decisórios ainda necessitam de uma grande dose de transparência e de democracia?

Pergunto-lhe se o método de selecção aplicado, em que os candidatos parecem surgir do nada, foi uma maneira de confirmar a autoridade da UE e se reforçou a confiança no processo decisório da UE? Devem os grandes grupos políticos pensar seriamente que tipo de candidatos vão apresentar no futuro para cargos de topo, se é possível rever e melhorar de alguma forma o processo de selecção e quem o deve assumir? Essa tarefa caberia, presumivelmente, ao Parlamento Europeu e aos seus deputados. Nesta ocasião, a Finlândia tinha candidatos altamente qualificados, o que deve ser para nós motivo de regozijo.

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Em primeiro lugar, como o senhor sabe, as disposições do Tratado de Lisboa foram inteiramente respeitadas e eu, naturalmente, apoio a aplicação dos Tratados. Temos de respeitar o Estado de direito na União Europeia.

No que respeita às pessoas escolhidas, penso sinceramente que temos de as respeitar, porque o senhor Presidente van Rompuy é Primeiro-Ministro da Bélgica e a senhora Ashton é membro da Comissão. Entendo, pois, que têm qualidades para cumprirem com as suas responsabilidades.

Relativamente às instituições, é importante notar que o Presidente do Conselho tem de ser seleccionado pelos Chefes de Estado ou de Governo. Não se trata de uma eleição como a do Presidente de França ou do Presidente de Portugal. Está em causa o Presidente do Conselho Europeu, e essa personalidade é escolhida pelos Chefes de Estado ou de Governo. É diferente do Presidente da Comissão, que foi nomeado pelos Chefes de Estado ou de Governo e eleito por este Parlamento. Por conseguinte, temos de respeitar as diferentes lógicas das várias instituições.

**Jens Rohde (ALDE).** – (DA) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, neste ponto, tem-se verificado um grande debate sobre a composição da Comissão e sobre as pastas que vão ser atribuídas aos Comissários. Um aspecto que nos preocupa bastante, no Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, é a pasta que o novo Comissário responsável pelo clima vai receber, visto que isso determinará se tudo não passará de palavras ocas ou se vamos ter um Comissário que possa realmente fazer a diferença no que toca às alterações climáticas – salvaguardando, ao mesmo tempo, a competitividade da Europa.

Gostaria, pois, de perguntar que medidas tomou e tenciona tomar o Presidente da Comissão para assegurar que o cargo de Comissário responsável pelo clima tenha o peso que o Presidente da Comissão indicou que deve ter. A este respeito, tenho duas perguntas específicas: o Comissário responsável pelo clima terá sob a sua alçada o domínio da energia e disporá de uma direcção autónoma?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Antes de mais, penso que é justo saudar o facto de passarmos a ter um Comissário responsável pelas questões climáticas. Até agora, esse cargo não existia. É precisamente porque há muito a fazer e porque eu quero atribuir peso, para utilizar sua expressão, a esta função que decidi e anunciei ao Parlamento a criação do cargo de Comissário responsável pelas questões climáticas. Esse Comissário vai assumir muitas responsabilidades. Terá de simplificar as acções relativas ao clima, porque elas estão relacionadas com a energia, mas também com o ambiente, a investigação, a agricultura e a indústria. Este é, portanto, um papel muito importante de coordenação das acções relativas ao clima, a nível interno e externo.

É perfeitamente evidente que Copenhaga não será o final do processo. Espero que alcancemos um acordo operacional em Copenhaga, mas haverá ainda muito a fazer depois de Copenhaga, incluindo o trabalho com os nossos principais parceiros.

A Comissária responsável pelas questões climáticas terá, por isso, um papel muito importante, externa e internamente, no cumprimento de todas as nossas expectativas de uma política climática forte na União Europeia.

**John Bufton (EFD).** – (EN) Senhor Presidente Barroso, após a nomeação do novo Presidente, senhor Herman van Rompuy, tem havido muita especulação sobre se irão ser introduzidos impostos directos da UE. Pode dizer-me, por favor, com honestidade, se assim é e, em caso afirmativo, como tenciona colectar esses impostos?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) Antes de mais, não vejo qual é a relação entre impostos e o senhor Presidente Herman Van Rompuy, porque não compete ao Conselho propor impostos. Essa é uma competência da Comissão.

A minha resposta é a seguinte. Em primeiro lugar, dou sempre respostas honestas; o senhor não tem de me pedir uma resposta honesta. Em segundo lugar, tenciono analisar todas as questões relativas à tributação na União Europeia. Temos de as examinar. Temos de avaliar os recursos próprios da União Europeia. Prometemo-lo ao Parlamento. O programa com que fui eleito previa uma análise a possíveis recursos próprios, e esta medida consta do programa que foi adoptado por este Parlamento Europeu.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) A Comissão insiste nas negociações de adesão com a Turquia de uma forma muito pouco crítica. Nesse processo, quase ignora a sensibilidade dos Estados-Membros e dos seus residentes. A nomeação do senhor Van Rompuy como Presidente do Conselho Europeu é a nomeação de um claro opositor à adesão da Turquia, que passo a citar: “A Turquia não é Europa e nunca o será. Os valores universais predominantes na Europa, que são também os valores fundamentais do Cristianismo, perderiam vigor com a adesão de um grande país islâmico como a Turquia.”

Pergunto, pois, qual é a posição da Comissão sobre esta afirmação inequívoca? Além disso, se as preocupações do público a este respeito não devem ser levadas a sério, o que dizer das inquietações do Presidente do Conselho Europeu?

**José Manuel Barroso, Presidente da Comissão.** – (EN) A Comissão respeita a posição adoptada pelos Estados-Membros, e os Estados-Membros decidiram por unanimidade abrir negociações com a Turquia. Estamos a cumprir o mandato que recebemos para negociar em nome dos Estados-Membros com a Turquia e com outros países candidatos.

É importante saber que esta foi uma decisão unânime dos Estados-Membros. Não foi inventada pela Comissão. Houve uma decisão unânime dos Estados-Membros para negociar com a Turquia, e com outros países, a possibilidade da sua adesão.

É bastante claro que a Turquia não está preparada para a adesão – nem nós estamos preparados para ela – mas devemos continuar a negociar de boa fé com todos os países candidatos.

Quanto às observações do senhor Presidente Van Rompuy, não tenho por hábito comentar comentários. Enquanto Presidente do Conselho, ele deixou bem claro que também vai respeitar o mandato que recebeu dos Estados-Membros.

**Cristina Gutiérrez-Cortines (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, vou falar sobre dois conceitos, nomeadamente a coordenação e a flexibilidade.

Detectou-se um problema em todas as questões discutidas no Conselho. Nos últimos anos, tem-se verificado uma extraordinária falta de coordenação entre as diferentes direcções-gerais na Comissão. A política relativa às alterações climáticas tem sido abordada muitas vezes à margem do conhecimento científico da Direcção-Geral da Investigação. A sua orientação ignora também a utilização do solo, por exemplo, que está relacionada com as alterações climáticas.

A minha primeira pergunta é a seguinte. O senhor está disposto a organizar e a reforçar a coordenação interna de tal forma que, quando nomearmos os nossos Comissários, possamos estar certos de que essa coordenação está assegurada?

A segunda pergunta está relacionada com o facto de falarmos sobre competitividade, sobre uma crise económica. Está a Comissão disposta também a ser mais flexível em algumas questões, como o REACH e a sua aplicação, que irão provocar danos enormes à nossa competitividade? Está disposta a ser mais flexível?

A última ideia que pretendo expor a propósito desta política de coerência é a circunstância de não podermos abordar a economia e a recuperação sem falar na abertura dos mercados da energia. Há países que não têm um mercado da energia, como a Espanha no caso do gás. Isto significa o aumento dos preços e a impossibilidade de desenvolvimento.

**José Manuel Barroso, Pt Commission.** – Farei tudo o que estiver ao meu alcance para melhorar a coordenação interna na Comissão, mas deixe-me que lhe diga que eu acho que tem havido uma boa coordenação. A prova é que as decisões da Comissão têm sido tomadas sempre por consenso.

Agora com certeza que é natural que, quando falamos com diferentes Comissários, cada um tente pôr em prioridade aquilo que é a sua preocupação mais directa. É natural que o Comissário do Ambiente mostre um interesse pelas questões ambientais maior do que o Comissário da Indústria, que mostrará um interesse maior pelas questões de desenvolvimento industrial. Mas o que conta é a decisão do Colégio, e aí tem havido uma eficiente coordenação.

E nós queremos desenvolver uma política ambiental avançada, ao mesmo tempo que queremos garantir a competitividade das nossas empresas. E penso que as propostas apresentadas pela Comissão garantem que há soluções adequadas no caso de outros países não subscreverem os mesmos altos níveis de ambição que nós temos em protecção ambiental. Nós não queremos exportar os postos de trabalho da Europa para países que não tenham o mesmo nível de requisitos ambientais que nós temos.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, Senhor Presidente Barroso, queria que o senhor manifestasse claramente o seu ponto de vista sobre dois temas associados à composição da próxima Comissão.

Em primeiro lugar, ouvi-o dizer nesta Assembleia que planeava subdividir a pasta da Justiça e Assuntos Internos em duas pastas separadas: uma para os direitos fundamentais e Justiça e outra para a segurança e a imigração. Contudo, esta tarde, ouvi as suas declarações sobre uma pasta dos direitos fundamentais e justiça e outra pasta para os assuntos internos, que penso ser uma combinação muito melhor, porque significa que a imigração deixará de ser encarada como uma ameaça à segurança ou como uma questão que está subordinada à segurança. Na minha opinião, colocar essa tónica na imigração é não apenas um erro, mas também perigoso.

Gostaria de saber se esta abordagem será adoptada e se afectará as estruturas das direcções-gerais – actualmente a Direcção-Geral da Justiça e Assuntos Internos. Gostaria também que manifestasse um compromisso com o programa legislativo que o Programa de Estocolmo vai executar nos domínios da justiça, da segurança e da liberdade. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento será decisivo desde o início, e eu pretendo que o senhor se comprometa claramente a associar esta Assembleia ao desenvolvimento do programa legislativo resultante do Programa de Estocolmo.

**José Manuel Barroso, Pt Commission.** – Senhor Deputado López Aguilar, em relação à segunda questão, sim, queremos associar estreitamente o Parlamento, e é por isso que vai ser uma das prioridades da próxima Comissão, já com ela devidamente constituída, até porque o Parlamento vai ter poderes reforçados de decisão nessa matéria.

Em relação à questão do *portfolio*, deixe-me dizer o seguinte: vai haver um Comissário da Justiça e Direitos Fundamentais, haverá um Comissário para Assuntos Internos.

Quanto às questões de imigração, há uma parte que é uma parte de segurança. Por exemplo, a agência FRONTEX tem de ficar sob a responsabilidade do Comissário dos Assuntos Internos. Não faz sentido pô-la sob a responsabilidade de outro Comissário. Mas a parte de inclusão, a parte de integração, a minha ideia é pô-la sob a responsabilidade do Comissário dos Assuntos Sociais.

Porque, precisamente como o Sr. Deputado López Aguilar, eu penso que não devemos ter uma perspectiva securitária da imigração. Há uma parte que é de luta contra a imigração ilegal, contra as redes de tráfico ilegais. A FRONTEX faz isso. Tem de ser sob a responsabilidade do Comissário que trata esses assuntos. Mas há toda a parte da imigração como integração/inclusão que vou colocar sob a autoridade do Comissário dos Assuntos Sociais, porque é uma questão social de inclusão.

**Reimer Böge (PPE).** – (DE) O Conselho Europeu manifestou a esperança de que seja alcançado um acordo relativamente à estrutura do Serviço Europeu de Acção Externa, se possível até ao final de Abril. A Comissão tem de aprovar estas propostas e eu perguntar-lhe-ia, Senhor Presidente Barroso, se a Comissão, antes de as aprovar, vai apresentar outras propostas adequadas e inclui-las nas negociações, especificamente no que respeita à adaptação do planeamento financeiro plurianual, a adaptação do acordo interinstitucional sobre o orçamento e – sempre que existam transferências de responsabilidade por programas de política externa – a adaptação e a renegociação destes programas, que já estão, evidentemente, em processo de co-decisão. É necessário que o faça porque, a não ser que sejam resolvidas as questões que mencionei, o Serviço Europeu de Acção Externa ficará incompleto sem as condições orçamentais necessárias e sem as capacidades essenciais

para determinar o conteúdo. Como tenciona a Comissão cumprir estas tarefas com o Parlamento nos próximos meses?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (EN) Obrigado, Senhor Deputado Böge, pela sua pergunta. Conheço o seu empenho nas regras do orçamento e as competências do Parlamento.

A minha resposta é positiva, naturalmente que vamos apresentar, no momento certo, propostas que permitam a este Parlamento adoptar os ajustes necessários para que esta nova entidade, o Serviço Europeu de Acção Externa, possa ter os meios, nomeadamente os meios orçamentais, de que precisa para executar todas as suas acções.

Como referi anteriormente, queremos que este seja um dos grandes êxitos do Tratado de Lisboa. Penso que é uma inovação muito importante e, evidentemente, com base na proposta que será apresentada pela senhora Vice-Presidente Ashton, na qualidade de Alta Representante, trabalharemos nesta matéria em conjunto com o Parlamento.

**Malika Benarab-Attou (Verts/ALE)**. – (FR) Senhor Presidente Barroso, quero informá-lo de que, daqui a alguns dias, vamos assinalar o Dia Internacional da Solidariedade com o Povo Palestino.

A situação da população palestina subjugada, colonizada, ferida e assassinada não pode continuar.

Nós, europeus, através dos nossos valores de solidariedade e de fraternidade, temos o dever de encontrar rapidamente uma solução antes que haja um banho de sangue.

O Governo israelita prossegue as suas colonizações em marcha forçada, e isto depois de ter cometido crimes de guerra no início deste ano. Os símbolos e as lágrimas já não são suficientes. Hoje, a única solução para pôr fim a esta política mortífera do Governo israelita é o reconhecimento e, acima de tudo, a existência do Estado palestino.

A população palestina, como outras populações, tem direito a uma existência digna e de acordo com as suas aspirações.

Enquanto Presidente da Comissão Europeia, e em conjunto com a Alta Representante Ashton, tomará medidas neste contexto e, em caso afirmativo, como?

**José Manuel Barroso**, *Presidente da Comissão*. – (FR) Em primeiro lugar, gostaria de subscrever as observações em que a senhora manifesta solidariedade para com a população palestina, a quem é desrespeitado, efectivamente, o direito à auto-determinação.

No que respeita à pergunta específica que me fez, cabe aos Estados-Membros decidir se reconhecem ou não outro Estado.

A nossa posição – a posição que a Comissão sempre defendeu – consiste no apoio à coexistência de dois Estados: o direito do Estado de Israel a existir livremente e sem a sua segurança ameaçada e, em paralelo, o direito da população palestina a construir o seu próprio Estado.

Pretendemos que a coexistência destes dois Estados possa criar uma nova realidade, não só para a população israelita e para a população palestina, mas também para toda a região, dado que a situação naquela zona é de facto muito grave. Ela compromete, além da esperança da população palestina, a paz na região e a paz no mundo.

**Presidente**. – Obrigado, Senhor Presidente da Comissão. Progredimos bastante mais do que no último debate, há um mês. Muito obrigado também por ter cumprido perfeitamente o tempo que lhe estava atribuído. Sabemos que nem sempre é fácil responder a algumas perguntas complicadas em apenas um minuto.

Penso que é muito útil para todos, nas duas instituições, que nos entendamos. Esta é uma atitude muito responsável e constitui um sinal muito importante para os nossos cidadãos de que as duas instituições podem discutir questões e comunicar entre si.

Voltamos a encontrar-nos no período de perguntas do próximo mês.

(Aplausos)

**PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS***Vice-Presidente***9. Programa plurianual 2010-2014 respeitante ao Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça (Programa de Estocolmo) (debate)**

**Presidente.** – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre o programa plurianual 2010-2014 para um espaço de liberdade, de segurança e de justiça ao serviço do cidadão (Programa de Estocolmo).

**Beatrice Ask,** *Presidente em exercício do Conselho.* – (SV) Senhor Presidente, Senhores Presidentes das comissões, Senhoras e Senhores Deputados, no Conselho Europeu de 10-11 de Dezembro, será adoptado um novo programa para os domínios da liberdade, da segurança e da justiça. Este documento visa substituir o actual Programa de Haia, de 2004. O novo programa foi antecedido de um longo processo preparatório que foi iniciado há mais de dois anos pelos grupos do futuro.

O programa vai basear-se na Comunicação da Comissão, mas também nos muitos pareceres apresentados pelos parlamentos nacionais, pela sociedade civil e por vários organismos e agências da UE durante o processo. O texto resulta também, naturalmente, de um contacto intenso e de negociações aprofundadas com os Estados-Membros da UE e também com o Parlamento Europeu. A atitude desta Assembleia em relação à cooperação futura é importante, particularmente tendo em conta o papel mais importante que o Parlamento terá em resultado do Tratado de Lisboa.

Com base nos anteriores Programas de Tampere e de Haia, a UE alcançou progressos significativos nos domínios da liberdade, da segurança e da justiça. Contudo, a Europa ainda enfrenta desafios que temos de procurar resolver em conjunto a nível europeu. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa vai proporcionar-nos mais oportunidades para o fazer e o novo programa de trabalho plurianual – o Programa de Estocolmo – assentará, portanto, nas novas possibilidades criadas pelo Tratado de Lisboa.

A visão do Programa de Estocolmo é a de uma Europa mais segura e mais aberta onde os direitos dos indivíduos são protegidos. As necessidades dos cidadãos, dos indivíduos, constituirão a base da cooperação futura neste domínio, de uma forma que é muito mais clara do que era anteriormente. Trabalhamos em nome dos cidadãos, que devem sentir que a cooperação futura na UE é importante para todos. Essa abordagem deve basear-se, pois, em problemas reais, colocar questões pertinentes e centrar-se em medidas específicas que acrescentem valor à vida quotidiana das pessoas.

A cooperação futura neste domínio deve igualmente assentar num melhor equilíbrio entre medidas destinadas a criar uma Europa estável e segura e medidas que visem proteger os direitos dos indivíduos.

Do ponto de vista dos cidadãos, combater a criminalidade é importante. Os cidadãos esperam cooperação da UE que facilite a prevenção da criminalidade transfronteiras, mas também contam com liberdade e justiça. Como salientei anteriormente junto do Parlamento Europeu, as medidas destinadas a proporcionar maior segurança e as medidas para garantir segurança jurídica e os direitos dos indivíduos complementam-se e, naturalmente, é possível alcançar este equilíbrio.

No que respeita ao combate da criminalidade transfronteiras, os desafios são grandes. O tráfico de droga, o tráfico de pessoas e o terrorismo são realidades no nosso continente, enquanto, ao mesmo tempo, temos novos tipos de criminalidade, em resultado da Internet, por exemplo. Não podemos permitir que fronteiras nacionais ou administrativas impeçam as autoridades responsáveis pelo combate ao crime de cumprirem eficazmente o seu trabalho.

A cooperação em matéria de combate à criminalidade transfronteiras foi desenvolvida, mas temos ainda muito por fazer para conseguir uma solidariedade europeia eficaz a nível da polícia e do direito criminal. Necessitamos de soluções comuns para problemas comuns. Uma cooperação policial bem estruturada, um intercâmbio eficiente de informações e de experiências e métodos de trabalho bem elaborados são fundamentais para enfrentar estes problemas.

Um elemento essencial do combate à criminalidade é, como se percebe, um intercâmbio eficiente de informações, adaptado às nossas necessidades. A nível europeu devemos, em certos casos, normalizar o intercâmbio de dados, adaptá-lo às nossas necessidades e torná-lo mais eficiente. Ao mesmo tempo, é extremamente importante assegurar que este intercâmbio cumpra os requisitos básicos da protecção de



dados e da protecção da privacidade que devemos impor e que não sejam recolhidas nem armazenadas mais informações do que as necessárias para o objectivo em questão. Temos de criar uma Europa segura em que a criminalidade transfronteiras seja combatida com eficácia e em que, ao mesmo tempo, a privacidade dos indivíduos seja respeitada. É perfeitamente possível e absolutamente necessário fazer as duas coisas. O que está em causa é encontrar o equilíbrio correcto entre as várias medidas.

O princípio do reconhecimento mútuo deve continuar a ser um princípio fundamental na nossa cooperação jurídica. Uma condição essencial para que os Estados-Membros reconheçam e façam aplicar as sentenças e decisões dos outros Estados é a existência de confiança mútua nos respectivos sistemas jurídicos. É também uma questão de confiança entre as nossas autoridades nacionais, e os cidadãos devem confiar nas medidas decididas. Uma forma de aumentar a confiança é aumentar o nosso conhecimento dos sistemas jurídicos dos outros países. Podem ser necessários planos de formação, programas de intercâmbio, o reforço das redes existentes e o desenvolvimento correcto de mecanismos de avaliação.

Contudo, talvez a medida mais importante para desenvolver confiança seja assegurar alguns direitos mínimos independentemente do local onde as pessoas se encontrem na União Europeia. Trata-se de aspectos simples, como conseguir perceber, numa língua que entendamos, de que somos acusados e quais são os nossos direitos enquanto suspeitos ou vítimas num processo jurídico. É muito gratificante que, no seio do Conselho, tenhamos chegado a acordo sobre um roteiro que define o modo como os direitos processuais de suspeitos e arguidos devem ser tratados e aplicados, passo a passo. Seria desejável que o roteiro incluísse o Programa de Estocolmo e acredito que assim acontecerá.

O Programa de Estocolmo deve também assumir claramente a perspectiva das vítimas da criminalidade. Os cidadãos que se tornam vítimas de crimes no seu próprio país ou noutro Estado-Membro devem receber informações pertinentes numa língua que compreendam e obter ajuda, informação e protecção adequadas, antes, durante e depois das acções penais. As vítimas devem igualmente ter direito a uma compensação justa pelos danos ou lesões que sofreram.

Finalmente, gostaria de dizer algumas palavras sobre as questões de direito civil que, em grande medida, afectam as vidas quotidianas dos indivíduos. Um assunto específico é a revisão do Regulamento Bruxelas I relativo ao reconhecimento e à execução de sentenças de outros Estados-Membros. Podem parecer questões bastante técnicas, mas são muito importantes para os cidadãos individuais.

Um dos temas mais importantes é a abolição do processo *exequatur*. Actualmente, qualquer pessoa que pretenda ver executada uma sentença noutro Estado-Membro tem primeiro de solicitar e obter a execução por parte de um tribunal nesse país. Este método demora algum tempo e impõe custos ao indivíduo. Notámos que existe um elevado nível de apoio à abolição do processo *exequatur*, mas este deve ser compatível com garantias processuais e regras em matéria de escolha da lei aplicável.

Estas são algumas das questões essenciais e importantes que foram realçadas pela Suécia e por muitos Estados-Membros. Agradeço sinceramente a vossa atenção e terei todo o gosto em ouvir as vossas observações e responder às vossas perguntas. Todavia, antes disso, passarei a palavra ao meu colega, senhor Ministro Billström, que é responsável por alguns dos temas relativos ao asilo e à imigração que serão importantes no próximo Programa de Estocolmo, para que ele os apresente.

**Tobias Billström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, começaria por agradecer ao Parlamento Europeu pela sua cooperação muito construtiva a respeito do Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo. Existem ainda algumas formalidades a aperfeiçoar, mas serão criadas brevemente condições para que este gabinete seja instituído. O Conselho tem uma opinião muito positiva sobre a cooperação com o Parlamento Europeu, que nos permitiu alcançar este resultado. É um bom prenúncio para a cooperação reforçada que teremos quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor. O facto de termos sido capazes de chegar a uma decisão rápida no que toca ao Gabinete de Apoio é um bom exemplo de um processo de co-decisão eficiente e funcional.

O que vamos debater aqui hoje é, naturalmente, o próximo programa para cinco anos relativo ao trabalho na justiça e nos assuntos internos. Começarei por dizer que muito aconteceu na UE no domínio do asilo e da migração ao longo dos últimos anos. Por exemplo, tomámos decisões em matéria de legislação comum no que respeita aos primeiros fundamentos de uma política comum de imigração e de um sistema comum de asilo. A propósito, esse é um objectivo que foi estipulado nos dois anteriores programas de trabalho, os de Tampere e de Haia. Quando o Conselho Europeu adoptou o Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo no ano passado, este domínio estratégico adquiriu uma nova força política. Agora, é chegado o momento de definir o caminho do desenvolvimento contínuo da nossa política neste domínio. A premissa fundamental

do nosso trabalho é que uma migração bem gerida pode ser positiva para todas as partes interessadas, não apenas para cada Estado-Membro e para a UE no seu conjunto, mas também para os países de origem e para os migrantes individualmente. Se pretendemos cumprir os objectivos da Estratégia de Lisboa, tornando a UE numa economia dinâmica e competitiva, temos de permitir a imigração de trabalhadores numa escala maior do que a actual, particularmente tendo em conta o desafio demográfico com que nos confrontamos.

A fim de salientar a dimensão internacional da migração, o tema da cooperação com os países de origem e de trânsito no quadro da abordagem global da migração e do desenvolvimento deve ter como ponto de partida o Programa de Estocolmo. Os instrumentos que foram criados, como a parceria para a mobilidade, devem continuar a ser desenvolvidos e consolidados de forma estratégica. A ligação entre a migração e o desenvolvimento tem de ser mais bem utilizada e é necessário intensificar medidas adequadas para tirar melhor partido dos efeitos positivos da migração no desenvolvimento.

Durante o trabalho dedicado ao Programa de Estocolmo, verificou-se que existe acordo sobre a necessidade de os Estados-Membros prevenirem a imigração ilegal com destino à UE de modo comum e coordenado. A promoção de uma política de repatriamento eficaz constitui um elemento importante deste trabalho. Não há dúvidas de que a Frontex tem um papel importante a desempenhar nesta matéria, e é notório que os Estados-Membros querem ver a agência reforçada. Aumentar a cooperação com os países de origem e de trânsito reveste-se também de grande interesse. Contudo, eu gostaria de salientar que, no trabalho destinado a prevenir a imigração ilegal, é importante mantermos um equilíbrio, para que as medidas de segurança não sejam aplicadas de uma forma que complique a imigração legal para a UE ou dificulte o recurso ao processo de asilo a requerentes de asilo. Os riscos que correm os grupos vulneráveis, por exemplo, crianças que viajam sozinhas, devem igualmente ser minimizados. A Comissão vai elaborar um plano de acção com medidas que tomam em conta os superiores interesses das crianças.

A questão da solidariedade e da divisão de responsabilidades será tratada no Programa de Estocolmo. Não há soluções simples. O nosso ponto de partida deverá ser a procura de soluções amplas e sustentáveis, baseadas na abordagem global da migração e na consciência de que a cooperação com países terceiros é um factor crucial. É essencial desenvolver algum tipo de mecanismo de solidariedade para podermos ajudar os Estados-Membros que se encontram sob uma pressão mais intensa e que recebem um número desproporcionado de requerentes de asilo. Os Estados-Membros devem igualmente receber apoio para reforçar as suas capacidades. Importa fortalecer a Frontex e atribuir-lhe um papel mais importante no repatriamento. O objectivo passa por conseguirmos demonstrar melhor a nossa solidariedade para com os Estados-Membros e os países terceiros que estão sujeitos a uma maior pressão migratória. Ao mesmo tempo, temos de deixar bem claro que necessitamos de uma abordagem completa que seja sustentável a curto e a longo prazo.

É importante declarar no Programa de Estocolmo que ainda se mantém o objectivo anteriormente definido de criar um sistema comum europeu de asilo até 2012, o mais tardar. A pedra angular do sistema comum de asilo deve consistir em que um requerente individual de asilo seja recebido sempre da mesma forma e veja o seu pedido de asilo ser avaliado de acordo com os mesmos critérios, independentemente do Estado-Membro a que chega. Uma cooperação prática bem delineada é fundamental para podermos alcançar esta meta. Neste quadro, o Gabinete de Apoio em matéria de Asilo terá um papel importante a desempenhar.

Outro elemento importante do sistema comum de asilo é a chamada “dimensão externa”. Estou a pensar essencialmente na reinstalação de refugiados de países terceiros. A Comissão apresentou recentemente uma proposta para um programa conjunto da UE em matéria de reinstalação. Este é um aspecto que a maioria dos Estados-Membros gostaria de ver reflectido no Programa de Estocolmo.

Para podermos cumprir o objectivo de um sistema comum de asilo até 2012, necessitamos de cooperação estreita entre o Conselho e o Parlamento. Há um conjunto de propostas de actos legislativos em cima da mesa. Precisamos, antes de mais nada, de evoluir neste contexto.

A ligação entre o trabalho interno da UE em matéria de justiça e assuntos internos e as relações externas da União tornou-se cada vez mais importante para permitir progressos, e não apenas no âmbito da política de asilo e de imigração. O papel da UE como actor global neste domínio deve, portanto, ser reforçado, e é conveniente colocar uma tónica especial na parceria e na cooperação com países terceiros. É necessário desenvolver a perspectiva da justiça e dos assuntos internos nas relações externas da UE.

Este é o ponto principal do projecto de Programa de Estocolmo elaborado pela Presidência. Estamos agora no final de um período muito intenso de negociações e o programa, assim o esperamos, será adoptado dentro de algumas semanas.

Finalmente, queria dizer algumas palavras sobre o Tratado de Lisboa. O novo Tratado vai provocar alterações muito significativas nos domínios da liberdade, da segurança e da justiça em resultado da introdução de um conjunto de novas bases jurídicas. O processo legislativo ordinário que está a ser introduzido significará que o Parlamento Europeu assuma um papel maior no processo legislativo em vários domínios. A senhora Ministra Ask e eu próprio aguardamos com expectativa uma cooperação reforçada com o Parlamento Europeu. Entendo igualmente que as novas funções atribuídas aos parlamentos nacionais serão importantes para reforçar o controlo democrático sobre este domínio político. Muito obrigado pela vossa atenção. Como referiu a minha colega, senhora Ministra Ask, teremos agora o prazer de ouvir as vossas opiniões.

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, após os excelentes testemunhos da senhora Ministra Ask e do senhor Ministro Billström, vou centrar-me nas questões principais.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Presidência por ter preservado o espírito do Programa de Estocolmo e por ter colocado os europeus no centro da actividade na sua comunicação. Esperamos que o texto, que deve ser adoptado até ao próximo Conselho JAI e depois apresentado no Conselho Europeu de Dezembro, seja ambicioso e equilibrado e reflecta claramente o novo equilíbrio institucional.

Os senhores passarão agora a ser co-legisladores em praticamente todos os domínios da justiça e dos assuntos internos, e é verdade, portanto, que esta “parlamentarização” da União Europeia representa poderes acrescidos para o Parlamento Europeu no processo decisório, mas também um maior controlo por parte dos parlamentos nacionais e dos respectivos governos. Esta intervenção dos parlamentos constitui uma oportunidade para estes domínios fundamentais da segurança, da justiça e da liberdade.

Passo agora às prioridades salientadas no vosso projecto de resolução. Os senhores chamam a atenção para o respeito dos direitos fundamentais. Têm razão quando realçam a liberdade de circulação, que representa um trunfo importante que não pode, evidentemente, ser questionado.

No que toca aos direitos fundamentais, obtivemos duas grandes conquistas com o Tratado de Lisboa: a Carta dos Direitos Fundamentais tornou-se vinculativa e abriu-se caminho para que a União adira à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Como indica a vossa resolução, temos de criar um sistema completo de protecção de dados que incorpore as inovações tecnológicas. A Comissão irá apresentar uma comunicação sobre este tema em 2010. Também considero que teremos de abranger todas as políticas da União com este sistema completo de protecção de dados.

Os senhores destacam a protecção das crianças. Com a Presidência sueca, comemorámos mais uma vez a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, que cumpre o seu 20.º ano. A União tem de continuar na linha da frente a respeito desta questão. Por isso iremos apresentar um plano de acção sobre menores não acompanhados no início de 2010.

Em geral, a Comissão e o Parlamento partilham das mesmas ideias no que se refere ao combate a todas as formas de discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. Saúdo o facto de o Parlamento e a Comissão adoptarem a mesma abordagem, que consiste em colocar os europeus no centro da sua acção no que respeita à liberdade de circulação, direitos eleitorais, protecção consular, entre outros aspectos. Poderemos agora colocar tudo isto em prática. O Tratado de Lisboa autoriza o processo de iniciativa dos cidadãos, e a Comissão acabou de publicar um livro verde sobre esta matéria. Será apresentada uma proposta em 2010 com base no resultado das consultas realizadas.

Como acabou de explicar, e muito bem, a senhora Ministra Ask, temos de envidar esforços para que os juízes dos nossos Estados-Membros partilhem uma cultura judicial comum europeia. Este aspecto assenta na formação. Assumimos um compromisso no Programa de Estocolmo: pelo menos metade dos juízes e dos procuradores públicos da União deverão ter no seu currículo formação europeia ou participação num intercâmbio com outro Estado-Membro.

Os senhores sublinham também a necessidade de facilitar o acesso à justiça e de apoiar o bom funcionamento da economia. Salientam a protecção das vítimas – vítimas de violência doméstica e vítimas de terrorismo. A Comissão irá também apresentar propostas nesta matéria, tirando partido das oportunidades oferecidas pelo Tratado de Lisboa.

Quanto ao aspecto da segurança e da protecção, o vosso documento evidencia a ausência de uma estratégia abrangente em termos de arquitectura de segurança e gestão de fronteiras. É por isso que, como explicou muito correctamente a senhora Ministra Ask, o Programa de Estocolmo contém uma verdadeira estratégia de segurança interna – uma estratégia que respeita, naturalmente, os direitos fundamentais e que complementa a estratégia de segurança externa.

Este plano abrangente em matéria de segurança interna assenta na cooperação policial e judicial e na gestão do acesso ao território europeu.

Como há pouco assinalou, e bem, o senhor Ministro Billström, a política de imigração deve fazer parte de uma visão a longo prazo para otimizar o contributo que os migrantes prestam ao desenvolvimento económico e social. Temos de atribuir aos imigrantes legais um estatuto claro e comum. Devemos igualmente prevenir e reduzir a imigração ilegal demonstrando, em simultâneo, respeito pelos direitos humanos e pela dignidade humana. Eu acrescentaria que realçámos nesta parte os elementos da abordagem global que permitirá associar o desenvolvimento à migração.

No que diz respeito ao asilo, subscrevo o vosso apelo a uma solidariedade genuína entre os Estados-Membros. A União tem de se transformar num verdadeiro espaço comum e único de protecção, baseado no cumprimento dos direitos fundamentais e de elevados níveis de protecção, e é necessário conceder asilo, como afirmou o senhor Ministro Billström, em conformidade com os mesmos critérios em toda a Europa. A solidariedade entre Estados-Membros e, em particular, para com os países que recebem os maiores números de refugiados, deve ser plenamente demonstrada.

É claro que este espaço de liberdade, segurança e justiça exige uma forte dimensão externa que seja consistente com a política externa da União. Os senhores mencionam em várias ocasiões, na vossa resolução, a importância do controlo, da realização de avaliações. Partilhamos da vossa opinião também neste ponto. Temos de reduzir a distância considerável entre as normas e políticas adoptadas a nível europeu e a sua aplicação a nível nacional. Devemos também analisar o possível impacto de propostas legislativas nos cidadãos e melhorar o modo como é utilizada a avaliação dos instrumentos adoptados.

Para concluir, a Comissão está plenamente empenhada em negociar o Programa de Estocolmo. Afirmei que estava bastante satisfeito com a nossa cooperação com a Presidência sueca, com a qual realizámos um trabalho minucioso e sério. Naturalmente, a opinião do Parlamento é muito importante para nós, nomeadamente nestes momentos finais antes de o Programa de Estocolmo ser adoptado pelo Conselho Europeu. É por isso que vos agradeço com toda a sinceridade e que, pela minha parte, vos ouvirei muito atentamente. Obrigado ao Parlamento.

**Manfred Weber**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhores Ministros, Senhoras e Senhores Deputados, estou no Parlamento há cinco anos e trabalho no domínio dos assuntos internos e da legislação. Por conseguinte, este é para mim um dia de grande regozijo, por termos a oportunidade de debater os programas para os próximos cinco anos, por podermos tomar decisões sobre este futuro enquanto Parlamento Europeu em igualdade de circunstâncias do ponto de vista legislativo.

Estamos a discutir um dossiê, um tema, que preocupa o público, em que o público espera respostas da nossa parte, em que os cidadãos afirmam que necessitamos de mais Europa. Não acontece o mesmo com todos os assuntos, mas verifica-se neste caso. As pessoas fazem-nos exigências. Pedem-nos respostas. Consequentemente, quero descrever muito sucintamente a alteração que resultará da nova base de trabalho e destes temas.

O primeiro ponto é o trabalho com o Conselho. Temos sempre connosco representantes do Conselho, que nos dizem constantemente, nessa qualidade, que o Parlamento é muito importante e que temos de trabalhar em conjunto. Todavia, quando abandonam os seus cargos, esse entendimento dissipa-se muitas vezes. Será nosso dever, enquanto parlamentares, exigir ao Conselho que não permita que isso aconteça nem crie precedentes – como acontece no caso do acordo SWIFT, por exemplo –, apesar de não estarmos integrados, aqui no Parlamento, no processo de aprovação. Essa situação é inadmissível, agora e no futuro. Foi um mau exemplo de desrespeito entre instituições.

O segundo ponto que quero referir é o facto de devermos ser criadores de ideias. O novo Tratado oferece-nos a oportunidade de apresentar iniciativas legislativas. Se pretendemos reforçar a Frontex, não podemos simplesmente pedir que as coisas aconteçam e apenas apresentar propostas, temos também de colocar legislação em cima da mesa. No futuro, teremos a possibilidade de o fazer.

O meu terceiro argumento é o facto de precisarmos igualmente de ser um parceiro sério, que não se limita a redigir listas de desejos. Se, por exemplo, estivermos a abordar o combate à migração ilegal, não podemos apenas assumir as posições das ONG, temos de ser um parceiro leal. Finalmente, é necessário que o Parlamento Europeu tome a sério a subsidiariedade. Se tivermos competências para esse efeito, devemos também analisar os temas que seriam mais adequadamente tratados a nível nacional ou regional.

Estes são quatro temas que considero importantes para os próximos anos. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) preferia que as propostas para o Programa de Estocolmo fossem muito mais ambiciosas, mas este é um dia para nos congratularmos por abirmos esta nova fase, e apenas resta dizer que devemos continuar a trabalhar!

**Monika Flašíková Beňová**, *em nome do Grupo S&D*. – (SK) A introdução do Tratado de Lisboa dará um importante contributo para o sucesso de toda esta iniciativa.

O processo instituído pelo Tratado vai reforçar a União internamente e num contexto global, estando também muito estreitamente associado ao reforço da cooperação no domínio do actual terceiro pilar. A União será mais aberta, mais eficaz e mais democrática. O principal desafio e a maior prioridade consistem em assegurar os direitos e liberdades fundamentais, bem como a integridade e a segurança na Europa, apoiando plenamente a aplicação efectiva, o cumprimento suficiente e a melhoria dos instrumentos jurídicos existentes, tomando em conta, ao mesmo tempo, a protecção dos direitos humanos e das liberdades cívicas.

O Programa de Estocolmo salienta a reivindicação destes direitos, em especial nos domínios da justiça e da segurança. Temos de dar primazia a mecanismos que facilitem o acesso dos cidadãos aos tribunais para que os seus direitos e legítimos interesses possam ser aplicados em toda a União. Devemos também adoptar uma estratégia destinada a reforçar a cooperação policial e a fazer valer estes direitos, bem como melhorar a segurança na Europa.

Gostaria igualmente de aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os relatores pelas suas conclusões e a si, Senhor Presidente, pelo tempo que me concedeu.

**Jeanine Hennis-Plasschaert**, *em nome do Grupo ALDE*. – (EN) Senhor Presidente, oficialmente, eu poderia agora resumir as secções da nossa resolução de 27 páginas que são mais relevantes para os outros grupos, mas não o farei. Quero antes partilhar convosco a seguinte história.

Num voo da British Airways proveniente de Joanesburgo, uma senhora sul-africana branca, em boa situação financeira, de meia-idade, viu-se sentada junto a um homem negro. Chamou a hospedeira para se queixar do seu lugar. “Qual é o problema, minha senhora?”, “Bem, não vê?”, disse ela, “não posso, de maneira alguma, sentar-me ao lado de um homem tão repugnante. Procure-me outro lugar!”. Alguns minutos depois, a hospedeira regressou. “Minha senhora, infelizmente, como eu previa, a classe económica está cheia. Falei com o director dos serviços da cabina, e o Club também está cheio. No entanto, temos um lugar em primeira classe.” Antes de a senhora sul-africana conseguir responder, a hospedeira continuou: “É bastante excepcional fazer este tipo de transferência para um lugar melhor, mas dadas as circunstâncias, o comandante achou que seria indigno que alguém fosse obrigado a ficar ao lado de uma pessoa tão repulsiva.” Voltou-se então para o homem negro sentado junto da senhora sul-africana e disse “Se o senhor não se importar de trazer as suas coisas, tenho um lugar pronto para si em primeira classe, mesmo à frente”. Os passageiros em volta aplaudiram de pé enquanto o homem negro se encaminhava para a primeira classe.

Bom, em que é que isto nos diz respeito? Consideramos os outros inferiores? A senhora sul-africana branca chocar-nos-ia a todos. No entanto, este foi um exemplo extremo, naturalmente. Ainda assim, penso que alguns dos nossos colegas, no PPE em particular, mas também no Conselho, compreendem perfeitamente o que pretendo dizer. O outro grupo, o meu grupo, acredita firmemente numa Europa que as pessoas possam entender e em que possam confiar e acreditar. Essa Europa tem de assentar nos direitos humanos, nas liberdades fundamentais, na democracia, no Estado de direito e, de facto, numa verdadeira igualdade para todos. É chegado o momento de enfrentar todas as formas de discriminação, sejam quais forem os seus motivos, incluindo a orientação sexual.

**Jan Philipp Albrecht**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, nós, no Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, já nos questionamos frequentemente sobre como podemos estar a tomar decisões acerca de uma resolução relativa a um programa que já está desactualizado? Ainda ontem, a Presidência sueca apresentou uma proposta nova e bastante alterada para o Programa de Estocolmo. Eu vou presumir que a grande maioria dos deputados desta estimada Assembleia ainda não teve oportunidade de ler a proposta em causa. Na minha opinião, trata-se de uma situação inaceitável para este assunto muito delicado.

Além disso, o procedimento do Parlamento que conduziu a esta resolução foi, em grande medida, opaco e, por vezes, caótico. Os grupos mais pequenos foram excluídos o mais possível do processo de elaboração do documento, e o elevado número de alterações aos procedimentos dos comités mistos colocou obstáculos significativos a uma tomada de decisão democrática. Neste contexto, acedam, por favor, aos nossos pedidos

relativos a um conjunto de votações por partes. O Parlamento tem de pensar seriamente sobre como pretende abordar estas condições, no que respeita tanto ao Conselho como aos seus próprios deputados.

Passo agora ao conteúdo do Programa de Estocolmo. Algumas secções deste documento devem, sem dúvida, ser encaradas como progressos. No que se refere à justiça e à construção comum de disposições de direito civil, também nós, os Verdes, vemos inícios positivos para os próximos anos. Contudo, no que toca à relação dos cidadãos com o

Estado, o programa é uma manifestação de um quadro muito mal construído. Relativamente à política em matéria de migração e asilo, direitos civis e protecção de dados, a necessidade de segurança foi privilegiada em relação aos direitos humanos e à liberdade. Sugere-se abertamente que mais liberdade conduziria automaticamente a menos segurança.

Pergunto-lhe, o que aconteceu ao mito fundador da ideia europeia, neste caso? O medo está aqui a ser alimentado, não – como diz o programa – um receio justificado do crime organizado e do terrorismo, mas medo de seres humanos como nós aqui na Europa, medo de quem pretende vir para Europa e, acima de tudo, medo de tudo o que seja, de alguma forma, estrangeiro.

O Programa de Estocolmo, e lamentavelmente também a proposta de resolução, continuam a associar a política interna à política externa de modo a facilitar o controlo de todos na Europa e a privar as pessoas dos seus direitos nas fronteiras externas da Europa, através da Frontex. A Europa tem finalmente de abandonar esta tendência e analisar com atenção as acções erradas dos últimos anos.

Neste contexto, é importante também que as pessoas resistam conscientemente e defendam aquilo em que acreditam. Esta ideia aplica-se, por exemplo, aos nossos debates sobre o acordo SWIFT. Não entendo porque cedemos mais uma vez à política dos EUA no que respeita a questões de política de segurança – como no caso do acordo SWIFT – sem justificação e sem realizar, mais uma vez, um amplo debate sobre o tema nessa Assembleia. Porque é que nós, como Parlamento, permitimos ao Conselho assumir sempre preponderância sobre nós? Enquanto Parlamento, temos mesmo de actuar nessa matéria. Enviem aqui uma mensagem a favor dos direitos humanos e a favor da liberdade – incluindo aos vossos governos – e votem a favor de todas as nossas alterações. Nós, os Verdes, não podemos votar “sim” à resolução tal como está.

**Timothy Kirkhope**, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, a proposta de resolução que está em causa neste debate é um exemplo perfeito, devo dizer, do pior no Parlamento Europeu. Embora reconheça o trabalho árduo dos relatores e, sem dúvida, as suas nobres intenções, procurando incluir tudo no texto de 27 páginas, a proposta é confusa e, do meu ponto de vista, muito menos valiosa do que a proposta que a Agenda de Estocolmo e a Presidência sueca mereciam.

Permitam-se que saliente que também nós queremos ver maior cooperação na procura de soluções e pretendemos solidariedade em matéria de imigração e no combate à corrupção, bem como no intercâmbio de informações, mas esse reforço não deve acontecer necessariamente à custa da soberania nacional nem deve ser excessivamente prescritivo.

Aplicar a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951 em toda a Europa de forma adequada ainda constitui a melhor maneira de tratar as questões relacionadas com o asilo. Apoiamos o intercâmbio de informações a fim de assegurar uma verdadeira abordagem de utilização de dados elaborada pelo JAI, sustentada numa forte protecção dos dados, assente em princípios de proporcionalidade, necessidade e transparência.

Apoiamos também o princípio do reconhecimento mútuo, e devem ser assegurados direitos de livre circulação aos cidadãos europeus, mas os abusos desses direitos têm de ser limitados através de fortes controlos nas fronteiras e utilizando o peso da UE para garantir regressos mais céleres e através do desenvolvimento da actividade da Frontex na protecção das fronteiras externas da UE. O intercâmbio de informações ajuda a combater o terrorismo.

Apoiamos igualmente a estratégia da UE contra formas graves de criminalidade organizada, centrando-se em quadrilhas que traficam pessoas, armas e cães, confiscando lucros obtidos ilicitamente e trabalhando com organizações europeias nas fronteiras da UE. Contudo, não podemos aprovar pontos que encaramos como violações flagrantes da soberania, a não ser que, em si mesmas, conduzam a uma maior cooperação. Há seguramente uma certa ironia no facto de o texto apelar a uma solidariedade obrigatória e irrevogável: a solidariedade é, por certo, algo que se oferece e que não é obrigatório.

No essencial, penso que a Presidência sueca, e mesmo a proposta em si, têm boas ideias mas, infelizmente, como é hábito, continuamos a iludir-nos com enormes elementos decorativos que, na realidade, nos permitem alcançar muito pouco.

**Cornelia Ernst**, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde não vai dar o seu apoio à resolução. O Programa de Estocolmo não aborda os desafios reais da actualidade. O seu principal erro é criar uma Europa de direitos a que terão acesso os cidadãos da UE, mas não outras pessoas que vivam na Europa. Essas pessoas não vão beneficiar dos mesmos direitos humanos e civis.

A UE pretende aderir à Convenção Europeia dos Direitos do Homem – o que saudamos – mas, ao mesmo tempo, determina que os migrantes sejam separados de acordo com o princípio de “legal ou ilegal”. A Frontex é, portanto, instrumentalizada para fazer guerra à chamada imigração ilegal, eclipsando totalmente a ideia de uma política de imigração sem preconceitos. É aqui que Estocolmo falha.

Um outro problema é o completo desequilíbrio entre liberdade e segurança. É verdade que não existe liberdade sem segurança, mas também que não existe segurança sem liberdade. A liberdade não é algo que possa ser negociado, é um direito universal de todos os seres humanos. Estocolmo, em contraste, simboliza a ânsia obsessiva da UE pela segurança, que prevê a criação de gigantescas bases de dados supranacionais sem oportunidades adequadas de controlo, que vão depois combinar dados dos serviços secretos e da polícia numa base pan-europeia. Isto significará a aniquilação do direito das pessoas à auto-determinação no que respeita aos seus dados e implicará que a visão de um ser humano transparente vai mesmo ser uma realidade.

Permitam-me que conclua, como eurodeputada proveniente da Alemanha Oriental, afirmando que considero intolerável o facto de, 20 anos após a queda do Muro de Berlim, a Europa se assemelhar cada vez mais a uma fortaleza.

**Mario Borghezio**, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, o documento relativo ao Programa de Estocolmo é redutor quando comparado com as conclusões do Conselho e não inclui, por exemplo, pedidos significativos do Governo italiano sobre assuntos específicos. De facto, o documento não aborda um conjunto de estratégias europeias para atacar os activos da criminalidade organizada.

Hoje, ouvi dizer muitas coisas – e já as ouvi em ocasiões anteriores – sobre vários aspectos preocupantes da criminalidade. Temos de passar das palavras aos actos. A Europa deve agir como a Itália, que dá o exemplo a toda a Europa visando os activos da máfia, graças ao senhor Ministro Maroni. A Europa não parece querer seguir o mesmo caminho.

Precisamos de criar um sistema jurídico único na Europa se pretendemos combater, a nível europeu, a criminalidade que passou a ser internacional e alterna facilmente entre bancos, paraísos fiscais, mercados financeiros e mercados mobiliários e imobiliários.

Além disso, é dedicada pouca atenção à luta contra a imigração na fronteira meridional da Europa, onde, por exemplo o acordo com a Líbia, que já está a funcionar no que diz respeito à Itália, pode encontrar dificuldades. Seria esse o caso se a União Europeia deixasse de estar empenhada em co-financiar o sistema de vigilância por satélite da fronteira meridional líbia, através da qual passam quantidades enormes de imigrantes ilegais.

Finalmente, no que toca ao incidente de racismo contra uma pessoa não branca, gostaria de recordar os inúmeros incidentes de racismo anti-brancos, igualmente sérios, que ocorrem nos enclaves de imigração ilegal, para não falar da “caça aos brancos” que têm lugar no reino do Presidente Mugabe e mesmo na África do Sul. As pessoas que falam tanto de racismo contra os negros deviam conhecer também o racismo anti-europeu e anti-brancos.

**Andreas Mölzer (NI)**. – (DE) Senhor Presidente, o combate ao terrorismo, à criminalidade organizada e à imigração ilegal constitui certamente uma preocupação importante para a Europa. É preciso dizer, no entanto, que o Programa de Estocolmo, lamentavelmente, é um prolongamento coerente do caminho de degradação constante e de interferência em direitos humanos, direitos civis e liberdades garantidas que temos levado a cabo desde o 11 de Setembro de 2001. As preocupações sobre a legislação relativa à protecção de dados são simplesmente postas de lado na luta contra o suposto terrorismo.

Quando isto acontece, são os cidadãos individuais, os mesmos que a UE coloca permanentemente no topo da agenda, que vêm os seus dados registados e recolhidos, mesmo quando não existem suspeitas de actividade criminal, e cujos dados são depois potencialmente sujeitos a utilização abusiva. Oficialmente, o objectivo

em causa é combater a criminalidade organizada. Essa meta é positiva, mas já existem primeiros sinais e tendências, opiniões expressas, que não correspondem ao consenso sobre o que se convencionou chamar correcção política, tendentes a limitar, proibir e, quem sabe, mais cedo ou mais tarde, punir. George Orwell alertou-nos para este perigo – e nós temos de evitar que isso aconteça.

**Carlo Casini (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, a que tenho a honra de presidir, atribui-me a função de relator neste documento, a par dos relatores da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos e da Comissão dos Assuntos Jurídicos, em sede conjunta.

Esta foi a primeira vez que se aplicou o artigo 51.º do Regimento, e tenho de dizer que, na minha opinião, o resultado foi muito satisfatório no que respeita à cooperação entre os três relatores durante o seu trabalho.

Houve, de facto, problemas, alguns dos quais sérios, no que toca ao calendário e, acima de tudo, na participação dos relatores-sombra e na tradução atempada das alterações, que totalizavam quase 500. Todavia, nada disso se deve ao artigo 51.º em si mesmo, mas aos prazos muito curtos que definimos para termos um documento que pudéssemos apresentar na cimeira do Conselho marcada para 10 de Dezembro. Era inevitável, portanto, que existissem problemas associados ao ritmo de trabalho. Quanto ao resto, entendo que devemos reconhecer que o artigo 51.º, aplicado pela primeira vez, é útil.

O documento em apreciação neste Parlamento não pode ser explicado nos poucos segundos de que ainda disponho. Contudo, devo manifestar a minha satisfação com o facto de o sistema de co-decisão ter sido ampliado de modo a transformar-se no sistema normal de legislação, de a imigração ser agora entendida como uma questão europeia – e espero que assim seja interpretada pela Comissão e pelo Conselho – e não um problema dos Estados-Membros agindo em solidariedade uns com os outros, de a perspectiva adoptada relativamente à cooperação com os parlamentos nacionais não os considerar como guardiães que impõem limites, mas como colaboradores positivos no processo legislativo e, finalmente, de existir a referência aos direitos humanos, que é extremamente importante e representa o espírito da União Europeia.

Entendo, pois, tendo em conta que não se pretendia pormenorizar os mais pequenos detalhes da aplicação do Programa de Estocolmo, mas apenas traçar contornos gerais, que este documento constitui seguramente uma evolução positiva. Teremos mais tempo e utilizaremos outro método para o ampliar e para incluir mais pormenores.

**Juan Fernando López Aguilar (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, começaria por reconhecer o trabalho realizado pela Presidência sueca do Conselho e pela Comissão com vista a impulsionar o programa plurianual para os próximos cinco anos nos domínios da liberdade, da segurança e da justiça.

No entanto, acima de tudo, gostaria de realçar o trabalho deste Parlamento, porque três comissões, a Comissão dos Assuntos Jurídicos, a Comissão dos Assuntos Constitucionais e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, trabalharam pela primeira vez lado a lado de acordo com o procedimento previsto no artigo 51.º, que utilizámos para terminarmos a tempo. Tomámos esta atitude porque é importante, muito importante, impulsionar os domínios da liberdade, da justiça e da segurança, tendo em mente que o Tratado de Lisboa irá entrar em vigor, o que representa um grande passo em frente. Trata-se de um passo em frente porque vai reforçar o Parlamento, que passará a ser co-legislador e decisor em todo um contexto que, até ao momento, pertencia ao domínio da cooperação intergovernamental, mas também porque a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e o mandato para ratificar a Convenção Europeia dos Direitos do Homem entram em vigor, reforçando a relação harmoniosa entre liberdade e segurança.

A segurança não está subordinada à liberdade nem a coloca em risco. A segurança é um direito dos cidadãos, tal como a liberdade. Este princípio consta de muitas das constituições dos Estados-Membros, que devem unir-se num esforço comum para abranger o estatuto de cidadãos europeu, os direitos fundamentais dos cidadãos, a imigração, o asilo, o refúgio, a gestão das fronteiras externas da UE e a cooperação judicial. Essa união é necessária para reforçar a confiança mútua, o reconhecimento mútuo dos nossos direitos civis, do direito contratual, que impulsiona o crescimento económico e a criação de postos de trabalho e, acima de tudo, a cooperação policial e a cooperação judicial penal a fim de lutar em conjunto contra os verdadeiros inimigos: a criminalidade organizada e o terrorismo.

O Parlamento trabalhou arduamente e melhorou o documento elaborado pelo Conselho. Melhorou-o reforçando a cláusula anti-discriminação, em particular no que se refere a mulheres e crianças, e existe um compromisso de combate à violência de género reforçando a cláusula de solidariedade em matéria de asilo.



Este facto demonstra que nem a imigração nem o asilo são problemas que afectem apenas um Estado-Membro, antes exigem cooperação entre todos os Estados-Membros, sob pena de não os conseguirmos enfrentar.

O Parlamento aperfeiçoou também o texto sublinhando a importância da formação de profissionais da justiça para cooperarmos e para aproximarmos as nossas estruturas jurídicas através de reconhecimento e de confiança mútuos, de modo a podermos integrar os instrumentos de resposta para tornar a União Europeia num verdadeiro espaço de liberdade, de justiça e de segurança.

Por isso considero que vale a pena o Parlamento enviar uma mensagem clara aos cidadãos que olharem para nós quando votarmos amanhã o relatório parlamentar que as três comissões elaboraram conjuntamente. A mensagem é de que os seus direitos fundamentais e a sua liberdade nos interessam, que é importante para nós trabalhar em conjunto para combater a criminalidade organizada transnacional, a violência transnacional e o terrorismo e proteger todos os alvos destes tipos de crime, em especial as vítimas do terrorismo.

Não creio que os cidadãos aceitassem que os desiludíssemos nesta matéria. Peço, portanto, o mais amplo apoio possível desta Assembleia ao relatório que iremos apresentar amanhã e que tem de ser votado neste período de sessões.

### **PRESIDÊNCIA: MARTÍNEZ MARTÍNEZ**

*Vice-Presidente*

**Sophia in 't Veld (ALDE).** – (NL) Em primeiro lugar, saúdo as palavras calorosas que o Conselho utilizou para falar sobre a cooperação com o Parlamento, mas preferia que adoptasse as recomendações desta Assembleia. Afinal, como o senhor deputado Albrecht, noto que o Conselho, na verdade, faz ouvidos de mercador, em certa medida, e prossegue o seu caminho enquanto o Parlamento trabalha arduamente para tomar uma posição sem que esta seja posteriormente incluída no programa do Conselho.

O segundo ponto que pretendo referir foi muito bem ilustrado pela minha colega, senhora deputada Hennis-Plasschaert. Gostaria de recordar ao Parlamento, principalmente aos dois maiores grupos, que a igualdade é indivisível. Não podemos dar um pouco de igualdade a alguns grupos e não a outros. No passado, o Estado interferia na escolha das pessoas relativamente ao seu parceiro e proibia os casamentos entre indivíduos de determinadas religiões e entre pessoas de diferentes raças. Felizmente, tudo isso acabou; assim, na minha opinião, nenhum Estado-Membro da União Europeia deve deixar de reconhecer um casamento celebrado legalmente noutro Estado-Membro, incluindo casamentos entre duas pessoas do mesmo sexo. Por conseguinte, eu apelaria aos dois maiores grupos para que retirem o compromisso com que pretendem enfraquecer os direitos dos casais homossexuais. Neste caso, olho em particular para os nossos amigos do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu.

Estamos no século XXI, e eu acredito que todos os cidadãos europeus, independentemente da sua origem racial, religião, idade ou orientação sexual, merecem a nossa protecção. É chegado o momento de o Parlamento reconhecer isto de uma vez por todas.

**Rui Tavares (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, eu creio que seria bem-vindo por parte desta Casa um Programa de Estocolmo que fosse concreto, que fosse preciso e que avançasse realmente no sentido de uma Europa de cidadãos.

Infelizmente, eu creio que ficamos um pouco aquém daquilo que poderíamos ter. Há no Programa de Estocolmo, infelizmente, uma certa tendência para o vago, para o inconclusivo e para as generalidades, e devo dizer que a falta de controlo democrático ou a falta de intervenção, de uma real intervenção por parte do Parlamento que modifique e tenha efeitos práticos é uma parte, faz parte deste problema de um programa inconclusivo e demasiado generalista.

Devo dar um exemplo concreto no caso das políticas de imigração. Todos nós seguimos com muito interesse a implementação do EASO, mas creio que há pouquíssimos passos dados no caso, por exemplo, da abertura de canais legais de imigração, que seriam absolutamente necessários, ou da directiva, por exemplo, dos imigrantes sazonais, pela qual esperamos há tanto tempo e que não se encontra ainda contemplada pelo Programa de Estocolmo.

**Gerard Batten (EFD).** – (EN) Senhor Presidente, o Programa de Estocolmo insere-se na criação de um sistema jurídico e judiciário comum a toda a União Europeia. O documento fala em “Facilitar a vida dos cidadãos: uma Europa do direito e da justiça”.

Permitam-me que vos diga o que o vosso sistema jurídico comum provocou na vida de uma pessoa. Andrew Symeou, um homem londrino de 20 anos, foi extraditado para a Grécia este Verão acusado de homicídio doloso. Este cidadão sofre agora numa prisão grega a aguardar julgamento. As provas apresentadas contra ele não resistiam cinco minutos se fossem examinadas por um tribunal britânico. As provas de identificação são contraditórias. Todos os depoimentos das testemunhas apresentam sinais de terem sido escritos pela polícia. Duas testemunhas afirmam ter sido agredidas e maltratadas e obrigadas a assinar depoimentos que mais tarde retiraram.

O tribunal de recurso em Londres sabia perfeitamente que não havia provas reais contra o Sr. Symeou, mas foi obrigado a extraditá-lo porque, nos termos do mandado de detenção europeu, não tinha poder para o evitar. Os tribunais da Grã-Bretanha não podem agora proteger cidadãos britânicos contra detenções e prisões injustas ordenadas por tribunais estrangeiros.

Tínhamos um óptimo espaço de liberdade, de segurança e de justiça na Grã-Bretanha antes de aderirmos à União Europeia. A União Europeia aniquila as protecções jurídicas de que beneficiávamos em Inglaterra há vários séculos. Neste processo, vai destruir as vidas das pessoas. O Programa de Estocolmo pode abordar legislação, mas não aborda a justiça. Para preservar as suas liberdades, a população britânica tem de abandonar a União Europeia.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) Senhor Presidente, o Programa de Estocolmo inclui, sem dúvida, um conjunto de iniciativas úteis, e eu sou favorável a que se insista no combate à pornografia infantil e às redes terroristas na Internet. Medidas contra imigrantes ilegais e contra a criminalidade organizada também têm o meu apoio. O acesso ilimitado dos serviços de segurança à base de dados de impressões digitais da UE justifica-se neste âmbito. Todavia, o controlo não pode ir longe demais e permitir que a UE se transforme num Estado de vigilância que depois transfere os seus dados para os Estados Unidos.

É necessário, portanto, assegurar que os dados recolhidos não sejam alvo de abusos. Em última análise, está em causa o importante direito fundamental de cada cidadão da UE à protecção da sua privacidade e, neste contexto, temos de respeitar o facto de liberdade significar liberdade em relação ao Estado e não liberdade através do Estado.

Quero abordar também a harmonização das leis da UE em matéria de asilo. Esta estratégia é, decididamente, a mais correcta. Todavia, é essencial deixar perfeitamente claro que sem a harmonização das condições económicas nos diferentes países, esta medida não vai funcionar, porque as pessoas, naturalmente, deslocam-se para onde encontram a melhor segurança social, os rendimentos mais elevados, as ruas mais limpas e as cidades mais seguras. O que é certo é que devemos efectivamente ter a harmonização, mas a Europa não se pode transformar num território com uma política de asilo à discrição.

**Simon Busuttil (PPE).** – (MT) Consideramos a questão da justiça, da liberdade e da segurança como o próximo grande projecto da União Europeia. Eu diria que este desafio tem de ser enfrentado da mesma forma que enfrentámos o grande desafio do mercado interno da União Europeia. Precisamos de criar um espaço de justiça, de liberdade e de segurança para todos os cidadãos europeus.

Como conseguiremos lá chegar? Alcançaremos esse objectivo através do Programa de Estocolmo, que é um programa de trabalho para cinco anos. Trata-se de um documento de grande alcance que abrange vários domínios no âmbito da justiça, da liberdade e da segurança. A resolução do Parlamento define as prioridades políticas do Parlamento Europeu neste sector. Por exemplo, as nossas prioridades no domínio da imigração residem no combate à imigração ilegal, bem como numa política comum de asilo construída sobre uma solidariedade verdadeira e obrigatória. Devo acrescentar igualmente que o Parlamento Europeu tem um papel muito significativo e construtivo a desempenhar através dos poderes de co-decisão que lhe serão conferidos quando o Tratado de Lisboa entrar em vigor.

Existem também algumas diferenças políticas na dimensão interna deste Parlamento. Porque não? Há diferentes grupos políticos com visões políticas divergentes. Contudo, quero dizer, referindo-me particularmente à minha colega, senhora deputada Jeanine Hennis-Plasschaert, por quem tenho muito respeito, que os direitos humanos são uma prioridade política também para o Grupo do Partido Popular Europeu e não são exclusivos do Grupo Liberal nesta Assembleia. Não podemos aceitar que o Grupo Liberal se ache no direito de monopolizar o princípio da não discriminação. Acreditamos neste princípio; contudo, acreditamos igualmente no princípio da subsidiariedade, que significa que também estamos obrigados a respeitar as sensibilidades nacionais nos Estados-Membros da União Europeia. Não podemos esquecer que esta União assenta na unidade na diversidade em vez da unidade na homogeneidade.

**Luigi Berlinguer (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, caros Colegas, foram introduzidas duas inovações pelo Programa de Estocolmo em comparação com o Programa de Haia: um equilíbrio justo entre direitos e segurança, e protecção jurídica nos domínios penal e civil.

A segurança é um direito: implica que as pessoas não sejam atacadas no seu local de trabalho e percorram as ruas sem colocar a sua vida em risco, que as mulheres não sejam objecto de violência e que não estejamos expostos a actos de terrorismo.

Os Estados-Membros e a Europa têm de zelar pela segurança. Todavia, medidas de segurança que diminuem as garantias de liberdade são medidas que retiram certeza à legislação e constituem, portanto, uma fonte de insegurança e de actos bárbaros. Pensemos em Guantánamo.

A Europa é a pátria dos direitos. O Programa de Estocolmo define-os hoje em grande pormenor. Existe um equilíbrio justo entre, por um lado, a disciplina das medidas de prevenção da criminalidade e, por outro lado, a vida quotidiana dos cidadãos e as suas relações familiares, sociais, económicas, laborais e académicas, todas reguladas pelo direito civil e pelo sistema de justiça civil.

Essa é a Europa dos cidadãos. Ela deve ser construída nos Estados-Membros e nas instituições comunitárias. A sociedade europeia está mais unida e a mobilidade é mais ampla do que se normalmente se pensa. A mobilidade é agora um direito. As fronteiras entre os Estados-Membros não são barreiras impermeáveis, mas redes através das quais a sociedade se filtra diariamente. O Programa de Estocolmo constitui a pedra angular institucional que permite a cooperação judiciária e o reconhecimento mútuo, um sistema jurídico europeu (composto pelos sistemas nacionais e pelo sistema da Comunidade), a legislação nacional e comunitária, os cidadãos europeus e os tribunais europeus (nacionais e comunitários).

As regras europeias são ditadas por normas da Comunidade e pela jurisprudência dos tribunais europeus, mas também resultam da conduta dos trabalhadores, das empresas, dos estudantes e dos juízes, tanto os nacionais como os que pertencem às redes europeias entre operadores de justiça. Trata-se de um processo ascendente que o Programa de Estocolmo pretende apoiar.

O Parlamento fez um excelente trabalho com esta resolução, que, assim o espero, será aqui adoptada numa votação ampla, unânime, para a qual trabalhamos muito arduamente. O Conselho deve tomar este facto em especial consideração. O Tratado de Lisboa ainda não entrou em vigor, mas está aqui, está presente. Senhor Ministro, espero que o Conselho seja ambicioso e leve muito a sério o documento que elaborámos e as muitas exigências nele incluídas.

**Sarah Ludford (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, a Presidência sueca deve ser felicitada pela forma como insistiu na questão protelada dos direitos dos arguidos a um tratamento equitativo em toda a Europa. Este aspecto é absolutamente necessário para complementar o mandado de detenção europeu. Precisamos de assegurar que o reconhecimento mútuo possa efectivamente basear-se na confiança mútua em todos os sistemas nacionais de justiça penal. Não é esse o caso actualmente, e há fragilidades graves.

Também tenho um cidadão no meu círculo eleitoral, Andrew Symeou, que está detido na Grécia desde Julho, a quem foi recusada fiança por ser estrangeiro. O seu advogado grego apresentou uma queixa sobre abuso policial e destruição de provas. Será enviado um requerimento ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e é vergonhoso que isso seja necessário, porque está em causa o tratamento de um cidadão da UE por outro Estado-Membro. É chocante que este caso tenha de chegar a Estrasburgo.

Apoio, portanto, o mandado de detenção europeu, mas temos impreterivelmente de definir os direitos dos cidadãos nesse contexto. Se assim não for, teremos escândalos como o de Andrew Symeou, que destroem o apoio do público ao mandado de detenção europeu, como sucede no meu país.

**Kyriacos Triantaphyllides (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, há já alguns meses que referimos a necessidade de alcançar o equilíbrio adequado entre manter a segurança e defender os direitos pessoais dos cidadãos, realçando que os cidadãos têm de estar no epicentro do Programa de Estocolmo. Contudo, a União Europeia adopta e aplica medidas que perturbam o equilíbrio entre segurança e direitos, promovendo a criação de organismos destinados a controlar e a recolher todo o tipo de dados pessoais, que insultam a nossa dignidade e nos transformam a todos em suspeitos. Além disso, é inaceitável que os imigrantes sejam tratados como criminosos e possíveis terroristas. Discordamos da proposta de resolução, porque lança as bases para construirmos um Panóptico moderno na Europa em que, como na prisão concebida por Jeremy Bentham, as acções de todos são constantemente controladas sem que os detidos conheçam a dimensão da vigilância, proporcionando-lhes uma falsa sensação de privacidade.

**Tadeusz Zwiefka (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, não hesito em afirmar que no domínio da justiça na União Europeia, o Programa de Estocolmo constitui a iniciativa mais ambiciosa dos últimos anos. Congratulo-me ainda mais pelo facto de uma das ideias fundamentais do programa consistir em facilitar a vida aos residentes da União Europeia. É claro que uma execução adequada do Programa de Estocolmo no domínio da justiça vai depender da promoção de uma verdadeira cultura judiciária europeia, de alterações na abordagem prática do lançamento de nova legislação e também do bom funcionamento do portal electrónico da justiça.

O princípio do reconhecimento mútuo, que é, para mim, fundamental, exige confiança mútua, mas também confiança nos sistemas jurídicos de outros países, como já foi aqui referido hoje. Estes valores só podem existir com reconhecimento e entendimento mútuos, que, por sua vez, darão origem a uma cultura judiciária europeia. Mesmo o conhecimento e entendimento mútuos apenas podem concretizar-se em resultado de uma política activa e favorável, que inclua intercâmbio de experiências, visitas, partilha de informações e formação das pessoas que trabalham no sistema jurídico, principalmente de juízes de tribunais de primeira instância. Essa política inclui também uma modernização completa, e este ponto é extremamente importante, dos programas de estudos universitários na União Europeia.

Noutro âmbito, importa realçar o significado do portal electrónico multilingue da justiça. O portal deve ter acesso a bases de dados jurídicas e a vias de recurso electrónicas judiciais e não judiciais. É igualmente importante que proporcione acesso a sistemas inteligentes desenvolvidos como ajudas para os cidadãos que procuram formas de resolver problemas jurídicos ou que utilizam registos extensos, listas de pessoas que trabalham no sistema jurídico ou apenas guias simples do sistema jurídico de cada Estado-Membro. Por esse motivo, saúdo o facto de a senhora Ministra Ask e o senhor Presidente Barroso terem mencionado este ponto.

Gostaria ainda de salientar a necessidade de desenvolver legislação europeia de qualidade muito elevada no domínio da cooperação judiciária em processos civis, que assentaria em avaliações de impacto realizadas de modo adequado, a fim de proporcionar aos cidadãos instrumentos eficazes que lhes permitam resolver vários problemas jurídicos no mercado interno.

Num período de cepticismo crescente em muitos Estados-Membros da UE, o Programa de Estocolmo oferece-nos a oportunidade de mostrar aos cidadãos que as instituições da UE conseguem responder às suas necessidades actuais.

**Zita Gurmai (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, dirijo um agradecimento especial aos três secretariados que conseguiram preparar a resolução para esta sessão plenária.

O Programa de Estocolmo pode ser encarado como um plano de acção pragmático para uma Europa mais segura e aberta, assente em valores, princípios e acções comuns. O documento contribui para uma cooperação prática entre instituições competentes para a aplicação da lei, tribunais e serviços de imigração. Equilibra medidas, apoia a segurança comum, o Estado de direito e os direitos do indivíduo. Contudo, é também uma questão extremamente complexa.

Quero salientar a introdução do princípio da convergência. Trata-se de mais um passo na construção do Estado da UE. Não é mais do que a partilha da soberania. Baseia-se no princípio da disponibilidade de todos os dados, informações e elementos secretos detidos por todas as agências da União Europeia.

A interoperabilidade dos sistemas de informação da UE deve ser alcançada a fim de permitir a todas as agências aceder aos dados umas das outras. O Parlamento acrescenta valor à proposta da Comissão. Todos os domínios relativos a questões de igualdade, género e discriminação são mencionados e correctamente descritos no documento.

Depois de o Tratado de Lisboa entrar em vigor, poderemos aproveitar o momento histórico para criar um espaço vital e forte de liberdade, de segurança e de justiça. O Parlamento sublinha, e bem, o seu novo papel de co-legislador em igualdade de circunstâncias com o Conselho após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Congratulo-me por ver incluídos no texto vários valores comuns europeus, como: liberdade, justiça, direitos fundamentais, democracia, qualidade e, neste contexto, privacidade.

Sei que estes valores têm significados diferentes em função do clima político geral, mas esta resolução encontrou o equilíbrio correcto entre eles. Gostaria de fazer uma reflexão sobre a campanha do PSE intitulada “As crianças em primeiro lugar”. Registo com agrado os parágrafos do documento relativos às crianças e à família. A minha intenção política é assegurar igualdade de direitos e empenhamento de todos os cidadãos na União Europeia.

Os nossos cidadãos precisam de uma política europeia de migração que seja pragmática, orientada para o futuro e completa, baseada em valores e regras comuns, incluindo os princípios da solidariedade e da transparência.

A migração, se for bem gerida, pode ser benéfica para todas as partes interessadas e contribui para o crescimento económico da UE e dos Estados-Membros que necessitam de trabalhadores migrantes.

**Presidente.** – Obrigado, cara Colega Zita. Conseguiu falar durante dois minutos mas não sei se os intérpretes a seguiram porque eu recebia permanentemente a luz vermelha. Em qualquer caso, felicitemos os intérpretes se a conseguiram acompanhar.

**Pascale Gruny (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, Senhores Ministros, Senhor Comissário, caros Colegas, não vou repetir todos os argumentos fundamentais apresentados pelos meus colegas em relação à justiça e à imigração, mas queria, de facto, assinalar que só é possível criar um espaço judiciário europeu reforçando a confiança mútua entre Estados-Membros, pois isso permitirá melhorar o princípio do reconhecimento mútuo, a pedra angular da Europa da justiça.

Realizaram-se progressos consideráveis nos últimos 15 anos, mas ainda há muitas fragilidades. Congratulo-me com o facto de o Tratado de Lisboa ter sido finalmente ratificado por todos os Estados-Membros durante a negociação do presente texto. O Parlamento Europeu poderá fazer-se ouvir da mesma forma que o Conselho em matérias relacionadas com a justiça e os assuntos internos; a legitimidade democrática será aumentada em benefício dos cidadãos.

Enquanto relator de parecer do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) em nome da Comissão das Petições, gostaria de salientar que são apresentadas à nossa comissão demasiadas queixas relativas a obstáculos à liberdade de circulação dos cidadãos na própria União Europeia.

Recordo também os problemas associados ao reconhecimento mútuo de qualificações e ao direito a prestações sociais, bem como os problemas de discriminação. Por outro lado, o reconhecimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo é um assunto da jurisdição dos Estados-Membros. A União tem de respeitar esta competência nacional.

Apelo à Comissão Europeia para que publique as suas orientações o mais rapidamente possível a fim de ajudar as autoridades dos Estados-Membros a combaterem eficazmente violações ao princípio da liberdade de circulação. Os cidadãos devem poder circular livremente e usufruir plenamente dos seus direitos neste espaço sem fronteiras internas.

Regozijo-me com o facto de, na resolução, a estratégia da União Europeia em matéria de combate à droga estar presente na criação deste espaço judiciário europeu. Contudo, espero que a União Europeia demonstre mais iniciativa a este respeito. Porque não se equipa a União com novas armas para combater esta tendência crescente, que afecta as nossas crianças em idades cada vez mais precoces? Elas são o futuro. Que medidas tomamos para as proteger? Demonstremos finalmente algum sentido de pragmatismo nas nossas instituições! É isso que os nossos concidadãos esperam de nós.

**Claude Moraes (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, este foi um longo caminho, desde Tampere, onde vimos apenas as linhas gerais de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça – e talvez falemos demais nesta matéria – até esta extraordinária posição em que colidem Estocolmo e Lisboa. Digo respeitosamente a todos os que acreditam que não necessitamos de uma planificação para defendermos a nossa posição relativamente ao desejado espaço de liberdade, de segurança e de justiça: não desistimos quando o jogo começa. Defendemos a nossa posição progressista e, quanto ao nosso grupo, vamos lutar pelas nossas políticas progressistas.

Contudo, precisamos, em primeiro lugar, de uma planificação relativa a Estocolmo. Temos Lisboa, pelo que nós – todos os deputados presentes, independentemente do seu sentido de voto – terão de assumir a nossa responsabilidade de legislar após o Natal em questões que são importantes para nós. Esta é uma responsabilidade séria, e o meu grupo – como explicaram os nossos diligentes relatores, senhor deputado López Aguilar e senhor deputado Berlinguer – tem as suas prioridades. Teremos depois um espaço de liberdade, de segurança e de justiça numa democracia que ganhamos ou perdemos.

Relativamente às nossas prioridades em matéria de combate à discriminação, enviamos uma mensagem ao Conselho. Queremos uma directiva horizontal. Temos de lutar por esta linha progressista. No que respeita à justiça penal, dizemos o seguinte: o reconhecimento mútuo é importante para que o mandado de detenção europeu funcione verdadeiramente. Em termos de asilo, dizemos “sim” à solidariedade entre Estados-Membros

mas, para nós, uma solução progressista significa que os requerentes de asilo mais vulneráveis devem ter a melhor representação.

São estas, pois, as prioridades do nosso grupo, é este o nosso valor acrescentado no que se refere ao crime alicerçado no ódio, às alterações nas políticas de migração, à violência contra as mulheres, a um sistema europeu de protecção. Todas estas questões ilustram o modo como nós, enquanto grupo político – como todos os grupos políticos – podemos acrescentar valor ao Programa de Estocolmo e criar legislação que seja significativa.

Em última análise, vamos a jogo porque este assunto, para os nossos cidadãos, é mais do que isso. Está em causa proporcionar finalmente – e com grande atraso – os direitos que nos pedem há tanto tempo: direitos fundamentais em matéria de protecção de dados, de segurança e de combate ao terrorismo. Todos estes aspectos vão significar alguma coisa quando assumirmos nesta Assembleia a responsabilidade de legislar. Só o faremos quando votarmos favoravelmente o Programa de Estocolmo. Depois, lutaremos por um Programa de Estocolmo progressista e por legislação progressista.

**Carlos Coelho (PPE).** - Senhor Presidente, felicito vivamente o Vice-Presidente Barrot e a presidência sueca pelo Programa de Estocolmo. O Programa de Estocolmo é uma boa notícia para todos os que defendem que a Europa é muito mais do que um mercado comum.

A construção da Europa dos cidadãos reclama um verdadeiro espaço de liberdade, segurança e justiça. Aplaudo o peso equilibrado das três linhas deste triângulo, ao contrário de algumas opiniões mais radicais, as três são necessárias. A segurança sem a liberdade é a ditadura, a liberdade sem segurança é a anarquia e a justiça não é possível sem liberdade e sem segurança.

Este programa para cinco anos regressa à ambição de Tampere e visa um progresso significativo em muitas áreas. Importa, porém, assegurar que se conseguem alcançar os objectivos fixados. Tem de haver uma aplicação efectiva da legislação e dos instrumentos já adoptados. Os cidadãos europeus não nos levarão a sério se não passarmos o teste da eficácia. Não é possível, por exemplo, reclamar a criação de um sistema entry/exit (entrada/saída) convidando a Comissão a apresentar uma proposta para que este sistema inicie operações em 2015, quando nem se sabe quando é que o SIS II e o VIS vão iniciar operações, face aos enormes atrasos e ao conjunto de dificuldades encontradas.

Espero a criação de um sistema europeu comum de asilo antes de 2012 e uma política de imigração que tenha uma abordagem comum, quer no que diz respeito ao acolhimento e à integração de imigrantes, quer no combate eficaz à imigração ilegal.

Finalmente, temos muito que fazer em comum ao nível da Europa dos cidadãos. Não faz sentido perder tempo com matérias que não nos competem. Tentarmos interferir com o direito de família que é competência dos Estados-Membros não é apenas juridicamente inútil, é também politicamente perverso, porque nos desvia para uma conflitualidade inconsequente fazendo-nos afastar do essencial, e o essencial é o fundamental do Programa de Estocolmo.

**Ramón Jáuregui Atondo (S&D).** – (ES) Senhor Presidente, quero felicitar a Presidência sueca e toda a Assembleia pelo relatório que elaborámos. Gostaria, contudo de mencionar três avisos que julgo serem importantes para o futuro.

Em primeiro lugar, se não houver iniciativa legislativa, se o Conselho e a Comissão não apresentarem actos legislativos para completar o documento, é evidente que o programa não pode ter êxito.

Em segundo lugar, como os meus colegas já referiram, esta Assembleia vai ter um novo papel. Vai deixar de elaborar relatórios apenas para ser ouvida, como acontecia até agora. Irá co-legislar e fazer acordos, terá de promover esse equilíbrio, por vezes tão difícil, entre segurança e liberdade. Esta é uma nova tarefa e uma nova responsabilidade para todos os deputados do Parlamento Europeu.

Finalmente, deixaria uma advertência sobre a aplicação fundamentalista do princípio da subsidiariedade. Ouço os meus colegas falarem acerca da necessidade de os parlamentos nacionais serem respeitados, o que é verdade, mas tenho de vos alertar para o facto de uma interpretação fundamentalista da subsidiariedade não permitir a evolução do Programa de Estocolmo. Se os Estados-Membros se limitarem a uma leitura exagerada do princípio da subsidiariedade, não haverá legislação comum sobre o Programa de Estocolmo.

**Monica Luisa Macovei (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, vou abordar sucintamente a secção relativa à criminalidade económica e à corrupção do Programa de Estocolmo. O documento perdeu alguma da sua

força durante as negociações no Coreper. Por exemplo, o texto actual refere-se às normas do GRECO em matéria de combate à corrupção, sendo este um órgão do Conselho da Europa. Embora a cooperação com o GRECO e com o Conselho da Europa seja essencial, as normas anti-corrupção da União Europeia são mais rigorosas do que as do Conselho da Europa, que, como sabemos, tem 47 Estados-Membros.

Consequentemente, faço um pedido e, ao mesmo tempo, uma exortação ao Conselho para que mantenha um texto que inclua um forte compromisso anti-corrupção. Precisamos de uma política e de um mecanismo da UE para combater a corrupção e a fraude no seu território, e o Programa de Estocolmo tem de reflectir essa necessidade e esse compromisso.

**Michael Cashman (S&D).** – (EN) Senhor Presidente, felicito todas as pessoas ligadas a este relatório e a Presidência sueca. As sociedades mudam-se não com mediocridade mas com coragem, convicção e visão. Essas qualidades ficaram patentes aqui no Parlamento esta tarde.

Falamos de liberdade, de segurança e de justiça: três princípios fundamentais. Todavia, sem igualdade e sem igualdade de tratamento, nunca teremos liberdade, nunca teremos segurança e, com toda a certeza, nunca teremos justiça. Esta ideia aplica-se muito particularmente às minorias, que são tantas vezes caluniadas e mal representadas.

A igualdade e a igualdade de tratamento são os únicos pilares duradouros de qualquer sociedade civilizada. E é por isso que tenho orgulho em promover e apoiar uma Europa em que todos somos iguais, independente da nossa raça, etnia, religião, crença, idade, deficiência, género ou orientação sexual – uma Europa de iguais; uma Europa de valores fundamentais.

**Zbigniew Ziobro (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, o Programa de Estocolmo é uma resposta ao importante desafio de garantir a segurança dos cidadãos da UE. Contudo, nem sempre é uma resposta satisfatória, porque não precisamos da normalização plena do direito penal e civil. Necessitamos apenas de harmonizar estes domínios legislativos e só em aspectos claramente definidos e limitados.

A Europa necessita, acima de tudo, de boa cooperação entre forças policiais e autoridades judiciais, para que as sentenças judiciais sejam eficazmente executadas e os criminosos eficazmente acusados, independentemente das fronteiras internas da UE. O Programa de Estocolmo deve, portanto, estipular um conjunto de incentivos e deve centrar-se nestes domínios. Gostaria de chamar a atenção, hoje, para três matérias relacionadas com a coordenação da actividade dos Estados-Membros.

Em primeiro lugar, no que respeita à liberdade de circulação, que é um dos nossos grandes valores, é essencial que exista cooperação no quadro do intercâmbio de informações relativas à criminalidade que representa uma ameaça especial para a ordem pública. Estou a pensar particularmente em crimes de natureza sexual que colocam em risco os mais fracos e mais indefesos, nomeadamente as crianças, e o documento de Estocolmo realça, e bem, este problema.

É necessário começar a trabalhar, o mais rapidamente possível, na criação de um registo europeu de agressores sexuais e em especial de pessoas que cometem os crimes mais agressivos e mais perigosos contra as crianças. As pessoas e organizações interessadas devem ter o acesso mais amplo possível a estas informações. A liberdade de circulação tem de ser acompanhada por circulação de conhecimento e de informação sobre possíveis perigos, de modo a oferecer protecção adequada à sociedade, incluindo quem corre maiores riscos, neste caso as crianças.

Em segundo lugar, devemos assegurar a execução efectiva de decisões relativas à confiscação dos activos dos criminosos. Esta estratégia implica, em especial, aumentar a eficácia da luta contra a criminalidade organizada e exige que as decisões tomadas num país permitam que os activos ocultados por um criminoso noutro país sejam detectados e devidamente confiscados. Estão também em causa lucros obtidos directamente a partir da actividade criminosa, bem como lucros indirectos resultantes da criminalidade.

Em terceiro lugar, embora eu concorde que as penas não privativas da liberdade constituem uma reacção adequada a crimes menores, não podemos perder de vista o facto de uma pena de prisão, que isola os transgressores da sociedade ser, em alguns casos particularmente justificados, a única forma prática de proteger a sociedade contra os crimes mais perigosos. Consequentemente, é igualmente necessário ter em mente que este tipo de sanção é também uma resposta a crimes da maior crueldade.

Para concluir, gostaria de expressar a minha gratidão pelo documento que foi preparado e de salientar que o objectivo do programa deve ser melhorar a cooperação dos Estados-Membros mantendo, em simultâneo, o carácter nacional dos seus sistemas jurídicos.

**Presidente.** – Segue-se o período “catch-the-eye”. Cumprirei o Regimento de forma absolutamente rigorosa.

Quero dizer que cinco deputados vão tomar a palavra durante um minuto cada e que eu os interromperei quando o minuto tiver terminado. Dado que mais de quinze deputados pediram a palavra, vamos ouvir os primeiros cinco.

**Anna Maria Corazza Bildt (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, quero, em primeiro lugar, saudar o Programa de Estocolmo como o melhor caminho para uma Europa centrada nos cidadãos e agradecer à senhora Ministra Ask e ao senhor Ministro Billström pela sua visão. Finalmente, podemos voltar a casa e dizer a todos, sem distinção, que a Europa existe para eles; a Europa está com eles; a Europa somos nós.

É claro que o Programa de Estocolmo será o que fizermos dele. Vamos dar-lhe uma oportunidade. Vamos dar-lhe um apoio tão amplo quanto possível e trabalhar para o pôr em prática.

Gostaria de manifestar um agradecimento especial pela tónica colocada nas crianças, que significa que podemos finalmente trabalhar numa acção reforçada para proteger as crianças, incluindo os filhos de migrantes. É igualmente muito positivo que tenhamos uma maior possibilidade de combate a criminalidade transfronteiras respeitando, ao mesmo tempo, os direitos humanos.

*(O Presidente retira a palavra à oradora)*

**Anna Hedh (S&D).** – (SV) Senhor Presidente, congratulo-me com o facto de as questões referentes aos direitos das crianças, à violência contra as mulheres e à prevenção do tráfico de pessoas terem sido tratadas mais aprofundadamente por parte do Conselho na última versão do Programa de Estocolmo. Preocupava-me, em certa medida, que a Presidência abandonasse as suas prioridades. Agora, temos também a oportunidade de introduzir melhorias em conformidade com a votação do Parlamento.

Contudo, desilude-me que nada tenha sido mencionado sobre o desenvolvimento de uma estratégia de direitos humanos para a Europa, como propôs o Parlamento muito recentemente. Como afirmou o senhor Comissário Barrot, a União Europeia tem de continuar a defender os direitos das crianças. Quanto ao texto relativo ao tráfico de pessoas, também me desilude que a Presidência não tenha mantido a sua posição no que respeita à ligação com a compra de favores sexuais, a compra de serviços e a possibilidade de legislar neste domínio. A UE também necessita de uma base jurídica para combater a violência contra as mulheres.

**Franziska Keller (Verts/ALE).** – (EN) Senhor Presidente, abordarei apenas dois pontos que o meu grupo considera cruciais no âmbito do Programa de Estocolmo. Em primeiro lugar, entendemos que o método de equilíbrio muito frequentemente utilizado neste programa evolui um pouco na direcção errada. A segurança, para nós, é apenas um instrumento para alcançar a liberdade; não é sua adversária. Se não somos livres, não estamos seguros. Consideramos esse equilíbrio um pouco enganador.

Em segundo lugar, a respeito da Frontex, Senhor Ministro Billström, o que quer dizer efectivamente quando menciona o reforço da Frontex? O que pretende dizer com isso? É que esse aspecto não foi clarificado em nenhuma das versões do Programa de Estocolmo que eu tenha visto.

Além disso, concordará que seria extremamente importante – mais importante até – reforçar o controlo parlamentar da Frontex e impedi-la de fazer regressar pessoas que podem ter um motivo válido para pedir asilo, como a agência tem feito este ano. Eu preferia ver reforçada esta vertente. Entendo que o Programa de Estocolmo deve servir todos os residentes na UE, não apenas alguns.

**Teresa Jiménez-Becerril Barrio (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, hoje não existem dúvidas relativamente ao compromisso da União Europeia com a luta contra o terrorismo, e graças ao Programa de Estocolmo, continuaremos a progredir neste domínio essencial da liberdade, da segurança e da justiça.

Do meu ponto de vista, este combate tem assentado na confiança mútua entre os Estados-Membros, mas agora, com as possibilidades abertas pelo Tratado de Lisboa, é chegado o momento de harmonizar a legislação nacional para que não haja prescrições no julgamento de crimes terroristas, que devem ser considerados crimes contra a humanidade.

Quando isto acontecer, ninguém neste Parlamento, nem em qualquer outro, vai defender os terroristas, como aconteceu, acontece e pode continuar a acontecer, em detrimento das vítimas do terrorismo, que sofrem em silêncio enquanto vêem aqueles que mataram os seus entes queridos serem tratados como heróis.

Solicito, pois, ao Parlamento que promova ou adote uma carta europeia para os direitos das vítimas do terrorismo, baseada na defesa da memória...



(O Presidente retira a palavra à oradora)

**Sylvie Guillaume (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, as observações formuladas hoje sugerem que muitos dos oradores acreditam que o Programa de Estocolmo é merecedor de esforços tendentes a assegurar o mais amplo consenso possível e a gizar um programa ambicioso. Este será o objectivo da resolução de amanhã, que será submetida a votação.

Lamento que a referência ao direito dos residentes não comunitários a votar e a garantia de acesso a cuidados de saúde para migrantes doentes tenham ficado fora da resolução. Contudo, mencionarei a adopção de alguns pontos importantes, como o requisito da adopção de uma directiva relativa à não discriminação; a liberdade de circulação para os cidadãos europeus e para as famílias – penso que este ponto se refere a todas as famílias; o pedido de remoção de obstáculos ao exercício do direito ao reagrupamento familiar; e a proibição de deter menores não acompanhados, para citar apenas alguns.

Na minha opinião, o sucesso do Programa de Estocolmo pode ser medido pelo respeito demonstrado em relação a quatro questões: a existência de resultados concretos que beneficiem os cidadãos; o respeito escrupuloso do novo papel do Parlamento Europeu – sendo a co-decisão um elemento de valor acrescentado; a qualidade da aplicação do Programa de Estocolmo pelos parlamentos nacionais; e a consciência dos seus valores entre os cidadãos, em especial entre os jovens europeus.

De ora em diante, tem de existir tanto empenho na adopção como há na futura aplicação...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

**Presidente.** – Terminámos agora as intervenções de acordo com o procedimento “catch-the-eye”. Lamento que mais dez ou doze deputados não tenham podido intervir, mas é impossível face à hora tardia e ao Regimento que estamos obrigados a cumprir.

**Beatrice Ask, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, obrigada por todos os pontos de vista aqui expostos. Na verdade, não lamento que dez deputados não tenham usado da palavra. Regozijo-me com o empenho que os senhores demonstram relativamente a estas questões importantes.

Alguém referiu que este programa é ambicioso. Congratulo-me por ouvir essas palavras, porque o trabalho foi ambicioso, mas também prático, no sentido em que pretendíamos combinar a visão com uma abordagem pragmática de como melhorar a situação na perspectiva dos cidadãos. Enquanto ouvia as intervenções, parecia-me que muitos dos senhores deputados partilham pelo menos da ideia principal do projecto de programa que estamos hoje a debater.

Permitam-me que comente dois aspectos. O primeiro é a questão da forma. O debate de hoje foi um pouco confuso – se assim lhe posso chamar – porque algumas pessoas mencionaram o Programa de Estocolmo mas, na realidade, falaram sobre a interessante proposta de resolução que os senhores irão debater e decidir no Parlamento, por outras palavras, as vossas opiniões sobre o projecto que a Presidência apresentou.

Um orador perguntou no início do debate “porque é que estamos a discutir este projecto se já existe um novo?”. A verdade é que o Parlamento Europeu está numa fase intermédia das discussões e negociações em curso. O documento é frequentemente alterado e, na sexta-feira, ou no fim-de-semana, haverá outro projecto. No entanto, ao senhor deputado que julgava ter um documento antigo, posso dizer que apresentámos sempre o projecto mais recente no sítio Internet da Presidência. Os senhores deputados que pretendam manter-se actualizados e saber o que acontece nesta matéria e como o vosso debate afecta o resultado final devem, naturalmente, procurar obter os documentos que publicamos.

No que diz respeito à Presidência, tem sido extremamente importante trabalhar com transparência e abertura. É por isso que temos muitos debates. Os dez deputados que não têm a oportunidade de apresentar as suas opiniões aqui poderão enviar uma mensagem de correio electrónico a mim ou ao senhor Ministro Billström, que teremos todo o gosto em receber. É muito simples; o endereço é [beatrice.ask@justice.ministry.se](mailto:beatrice.ask@justice.ministry.se) e o endereço do senhor Ministro Billström segue o mesmo formato. Podem depois enviar-nos os vossos pontos de vista para que os possamos tomar em consideração. Temos de começar a trabalhar de forma moderna, e a abertura é a forma moderna para a Presidência sueca. Aguardo com expectativa a resolução e o seu desfecho, porque detecto um amplo apoio a algumas das opiniões, particularidades e prioridades que o documento contém. Iremos, naturalmente, analisá-las com todo o cuidado.

Há também algumas questões políticas que eu gostaria apenas de mencionar. Em primeiro lugar, dois deputados, um dos quais o senhor deputado Batten, referiram exemplos específicos de como os cidadãos

são afectados – porventura noutro país – e consideram que as condições não são muito boas. Trata-se de exemplos típicos de falta de confiança nos sistemas jurídicos dos outros países. Neste caso, temos duas opções: a primeira é dizer aos nossos cidadãos para ficarem em casa, porque temos sempre os melhores sistemas jurídicos no nosso país. Todavia, se acreditamos que os nossos cidadãos vão continuar a tirar partido da oportunidade que representa a livre circulação, talvez seja chegado o momento de pensar como podemos melhorar direitos processuais e outros aspectos em toda a União. É precisamente este o objectivo do Programa de Estocolmo. Por isso me regozijo com o facto de termos sido capazes de dar o primeiro passo no reforço dos direitos processuais a fim de assegurar que qualquer indivíduo que seja suspeito de um crime ou vítima de um crime e esteja envolvido num processo jurídico na Europa receba agora, de facto, ajuda na tradução e na interpretação. Este direito fundamental existe nas convenções do Conselho Europeu e noutros documentos, mas não na prática. Agora, podemos marcar a diferença e é precisamente isso que devemos fazer.

A senhora deputada Macovei referiu o tema da corrupção e da criminalidade financeira, defendendo que a redacção era demasiado fraca neste ponto. Eu diria que esta é uma secção muito clara, que faz exigências fortes. O facto de mencionarmos o Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO) não implica, de todo, que tencionemos diminuir o nosso nível de ambição devido às suas opiniões – nem é isso que afirma o Programa de Estocolmo. O que se afirma é que, a par de muitas outras tarefas, pretendemos cooperar estreitamente com este importante organismo nestas matérias, porque temos de apostar forte se queremos combater a criminalidade organizada. Creio que este aspecto é importante.

Muitas pessoas mencionaram a subsidiariedade. Penso que a proposta actualmente em discussão adopta uma posição muito clara, afirmando que a cooperação na UE nos domínios da justiça e dos assuntos internos deve acrescentar valor. Qualquer assunto que seja devidamente tratado a nível nacional deve poder manter-se nesse nível. É quando necessitamos de cooperação que temos de utilizar as instituições europeias. Não creio que estejamos a retirar direitos aos Estados-nações, antes estamos a proporcionar valor acrescentado que pode beneficiar todos os cidadãos.

Por fim, gostaria de abordar a questão da privacidade e da protecção de dados, que é um debate significativo e importante. Penso que o senhor deputado Borghezio mencionou este facto e referiu que existia uma grande inquietação sobre o Programa de Estocolmo na sua forma actual. Manifestou preocupação com o controlo e com grandes bases de dados. Também comparou o trabalho que desenvolvemos neste domínio com a situação na antiga Alemanha Oriental e nos Estados comunistas que existiam na Europa. Creio que este tipo de argumento é completamente irrelevante. Na Alemanha Oriental, não havia protecção de dados nem democracia e não existiam direitos fundamentais para os cidadãos – três factores importantes que são vitais para a nossa cooperação. No que respeita ao Programa de Estocolmo, estamos a reforçar e a tornar mais rigorosos os regulamentos sobre protecção de dados e respeito pelos direitos dos indivíduos, e ainda sobre democracia, num conjunto de diferentes aspectos. A verdade é que a estratégia de informação que esperamos que a UE elabore equilibra um intercâmbio metódico e eficaz de informações com normas rígidas em matéria de protecção da privacidade e segurança na gestão dos dados, mas também o requisito de que as informações não sejam retidas durante um período longo. Peço-vos que leiam novamente estas secções, porque são muito claras. Estas medidas representam progressos, pelos quais recebemos igualmente elogios do Provedor de Justiça da UE, que está a trabalhar nesta matéria.

Finalmente, alguém afirmou que devemos tornar o Programa de Estocolmo mais tangível. O programa contém bastantes elementos muito tangíveis e práticos, mas o verdadeiro trabalho começa agora. Alguns deputados assinalaram que a resolução teve de ser elaborada num prazo muito curto e que foi muito difícil concluir tudo a tempo. Posso dizer-vos que a situação vai ficar ainda pior. Depois de adoptarmos o Programa de Estocolmo, os senhores participarão no trabalho importante que é necessário levar a cabo para aplicar e abordar as várias propostas. Este esforço vai implicar uma grande pressão temporal e muita tensão, mas também importantes desafios e excelentes oportunidades para fazer a diferença. Muito obrigada pelas vossas opiniões e, como eu disse, utilizem, por favor, a Internet se pretenderem contactar a Presidência nos próximos dias.

**Tobias Billström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como é natural, concordo inteiramente com o que a senhora Ministra Ask acabou de dizer sobre as conclusões gerais relativas ao programa. Obrigado por todos os pontos de vista construtivos que apresentaram aqui hoje.

Gostaria também de agradecer aos presidentes das três comissões, a Comissão dos Assuntos Constitucionais, a Comissão dos Assuntos Jurídicos e a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos,

pela sua cooperação muito construtiva nestas questões. Como referi na minha intervenção inicial, isto indica realmente uma importante aceitação de responsabilidade por partes de todos os envolvidos, o que constitui, na minha opinião, motivo de orgulho para nós.

Quero salientar a importância da cooperação em todos os domínios significativos neste programa. Na sua intervenção, o senhor deputado Busuttil fez comparações com a dimensão do mercado interno, o que, na minha opinião, não está muito longe da verdade, dado que este é um projecto semelhante em termos da sua extensão e da sua importância. Uma palavra que, evidentemente, surgiu repetidamente nas conversações políticas sobre questões de asilo e migração nos últimos anos foi solidariedade. Todos os Estados-Membros concordam que é necessário aumentá-la, e não apenas a solidariedade entre Estados-Membros, mas também entre a UE e países terceiros. Essa é a mensagem que queremos enviar através do Programa de Estocolmo.

Como disse na minha introdução, entendemos que este tema complexo precisa de soluções muito amplas e sustentáveis que impregnem toda esta política. Esse é um dos motivos por que não há uma secção específica dedicada à solidariedade no Programa de Estocolmo. Ao invés, todos os pontos contêm um elemento de solidariedade.

A abordagem global da migração deve ser um dos importantes pontos de partida neste contexto. O papel da Frontex deve ser reforçado. A senhora deputada Keller mencionou esta vertente na sua intervenção. Gostaria de deixar bem claro que a Frontex, só por si, não é a resposta para este problema. A Frontex é responsável pela coordenação dos controlos nas fronteiras dos Estados-Membros, mas não tem qualquer mandato no âmbito do salvamento marítimo, por exemplo. A situação no Mediterrâneo não é primordialmente um problema de controlo nas fronteiras. É um problema que exige vários tipos diferentes de medidas. Uma maior cooperação entre os países de origem e de trânsito é fundamental. Temos igualmente de investir em cooperação para o desenvolvimento sob a forma de ajuda. Penso que é importante realçar que o Parlamento Europeu participará de modo muito significativo em todos estes aspectos, agora que o Tratado de Lisboa está em vigor e que o controlo democrático vai aumentar nestes domínios.

Com base em tudo o que foi referido aqui hoje, creio que importa ainda assinalar que o Tratado de Lisboa vai efectivamente provocar uma mudança genuína e importante. Trata-se, evidentemente, de uma grande alteração que irá substituir o processo legislativo ordinário por outro que confere ao Parlamento Europeu um papel mais forte no processo legislativo em vários domínios. Assim, não partilho de nenhuma preocupação que a senhora deputada Keller aqui expressou hoje relativamente a estas questões. Pelo contrário, penso que assistimos a enormes progressos no sentido de um maior controlo democrático nesta política.

Senhor Presidente, tal como a minha colega, senhora Ministra Ask, eu terminaria dizendo que receberemos com todo o gosto as opiniões que os senhores deputados nos enviem por correio electrónico se não tiveram oportunidade de as apresentar aqui hoje.

**Jacques Barrot, Vice-Presidente da Comissão.** – (FR) Senhor Presidente, gostaria de salientar a qualidade do trabalho realizado pelas vossas três comissões: a Comissão dos Assuntos Jurídicos – o senhor deputado Casini está presente; a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos – o senhor deputado López Aguilar está presente; e também a Comissão dos Assuntos Constitucionais. O seu trabalho é extremamente interessante e vai ajudar-nos, bem como à Presidência sueca, a apresentar uma versão definitiva deste Programa de Estocolmo.

Como afirmou o senhor deputado Busuttil, é verdade que os cidadãos têm um mercado interno, mas não têm um verdadeiro espaço de justiça, de segurança e de liberdade, ainda que, graças ao espaço Schengen, tenha sido definida a liberdade de circulação. Temos de aproveitar os seus benefícios. Eu acrescentaria que as orientações para combater abusos já foram publicadas.

Gostaria de dizer que este texto me parece bastante equilibrado. Tendo ouvido as diferentes aspirações de várias pessoas, penso que o texto consegue um certo equilíbrio. Devo dizer também que estamos a redigir o Programa de Estocolmo num mundo onde a criminalidade organizada, a criminalidade informática e o terrorismo alastram e onde necessitamos, evidentemente, de nos proteger. É aqui que a Europa pode trazer valor acrescentado.

Quero igualmente dizer que temos cidadãos, cada vez em maior número neste espaço judiciário, temos cidadãos e casais com dupla nacionalidade e, consequentemente, também aqui devem poder exercer os seus direitos nos vários Estados-Membros onde se encontrem.

Queria ainda dizer que evoluímos em matéria de garantias processuais, como explicou muito bem a senhora Ministra Ask, e este é um elemento muito importante do Programa de Estocolmo. Os senhores deram o

exemplo de um cidadão britânico na Grécia. Se houvesse procedimentos mínimos, tudo seria muito mais fácil. Além disso, repetindo uma expressão utilizada pelo senhor deputado Coelho, eu diria que foi percorrido um longo caminho desde Tampere.

Acrescento que também não podemos aceitar o termo “Europa fortaleza”. O senhor Ministro Billström abordou este ponto. Também aqui reside a garantia de uma política europeia equilibrada em matéria de migração. Se rejeitamos a imigração ilegal, clandestina, é devido a todo o tráfico e a toda a criminalidade organizada que estão por detrás desse fenómeno. Não podemos negar que isso acontece. Contudo, além disso, é verdade que conseguimos, a meu ver, apresentar uma política de asilo que é coerente com valores europeus de generosidade.

É claro que não posso responder a todas as perguntas, Senhor Presidente, porque o tempo urge. Quero apenas dizer que este Programa de Estocolmo é, como afirmou a senhora Ministra Ask, muito pragmático, o que lhe permite, assim, materializar-se num plano de acção que a Presidência espanhola vai executar, e o Parlamento, Senhoras e Senhores Deputados, será, de ora em diante, co-legislador. Vejo claramente o programa como um meio poderoso para fazer avançar este espaço de liberdade, de segurança e de justiça que os cidadãos tanto desejam.

Estou grato ao Parlamento pelo que já fez e pelo que fará no futuro, agora que vai co-legislar no domínio da justiça e da segurança.

**Presidente.** – Para concluir o debate, recebi uma proposta de resolução<sup>(2)</sup> apresentada em conformidade com o artigo 110.º, n.º 2, do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, às 12H00.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Elena Oana Antonescu (PPE), por escrito.** – (RO) A defesa e a promoção dos direitos humanos viram diminuída uma diminuição da sua importância na agenda da UE nos últimos anos, passando a segurança dos Estados-Membros a ser a prioridade política. O espaço de liberdade, de segurança e de justiça da UE entra numa fase decisiva. O Tratado de Maastricht introduziu aspectos relativos à justiça e aos assuntos internos a nível comunitário que, até então, eram tratados estritamente a nível intergovernamental. Os Programas de Tampere e de Haia deram um enorme ímpeto político para a consolidação destas políticas. Por sua vez, o Programa Plurianual de Estocolmo define prioridades para os próximos cinco anos a fim de que os benefícios de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça se tornem numa realidade para os cidadãos. O programa será aplicado após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Com a introdução dos processos de co-decisão como processos legislativos ordinários, as políticas europeias de justiça e assuntos internos e as medidas adoptadas para as cumprir serão objecto de escrutínio parlamentar.

**Kinga Gál (PPE), por escrito.** – (HU) Durante a elaboração do Programa de Estocolmo, o nosso objectivo era sensibilizar os cidadãos europeus para os benefícios tangíveis de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça. Todavia, criar uma Europa para os seus cidadãos ultrapassa largamente a simples redacção de um programa. O Tratado de Lisboa abre uma nova dimensão para os cidadãos fazerem valer os seus direitos. Os direitos, as liberdades e os princípios consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais passam a ser vinculativos. A União Europeia pode agora aderir ao acordo do Conselho da Europa sobre a protecção dos direitos humanos. Este acto jurídico tem de entrar em vigor o mais rapidamente possível. Necessitamos de um plano de execução claro para cumprir estes compromissos para atribuir um conteúdo adequado às novas estruturas jurídicas disponíveis.

Esta será a missão da próxima Presidência espanhola da UE. O processo relativo aos direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, iniciou-se com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Programa de Estocolmo vai agora convertê-los em prioridades políticas a fim de conferir substância aos planos de acção específicos previstos para os próximos anos. No contexto de todo este processo, a partir de 1 de Dezembro, não apenas aumentaram as oportunidades da União Europeia, mas também as suas responsabilidades.

**Kinga Göncz (S&D), por escrito.** – (HU) Um dos domínios prioritários do Programa de Estocolmo será a aplicação de direitos básicos. Com a atribuição de carácter vinculativo à Carta dos Direitos Fundamentais e

---

(2) Ver Acta.

a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, o dever da União Europeia é reforçar o compromisso europeu com os direitos humanos e, sensibilizar, tanto quanto possível, os cidadãos para os seus direitos.

Estas medidas são certamente úteis, visto que os princípios básicos dos direitos humanos exigem uma atenção constante, e ainda temos muito por fazer neste domínio também na UE. O crescimento da discriminação e da intolerância são problemas sociais cada vez mais sérios. As minorias nacionais e étnicas, especialmente os Roma, os homossexuais e as pessoas com deficiências, sofrem todos os dias alguma forma de discriminação. É importante, pois, que cada Estado-Membro aplique coerentemente as directivas existentes e que o Conselho alargue a protecção a todos os grupos em risco aceitando o novo e abrangente projecto de directiva.

Em consequência da crise económica, há um aumento do racismo e da xenofobia, bem como do número de crimes provocados por estes problemas. Segundo a Agência dos Direitos Fundamentais, as estatísticas não mostram um quadro fiel da situação real, dado que, na maioria dos casos, as vítimas não conhecem os seus direitos e não se dirigem às autoridades. É responsabilidade conjunta das instituições da UE e dos Estados-Membros alterar esta situação. Temos de elaborar regulamentos a nível europeu capazes de garantir que a Europa e os seus Estados-Membros continuem a proteger a diversidade e a não dar margem à violência.

**Joanna Senyszyn (S&D)**, *por escrito*. – (PL) O Programa de Estocolmo obriga a Comissão Europeia a apresentar uma proposta de adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Este é um passo importante e significativo, que nos vai permitir desenvolver um nível de protecção mínimo e uniforme dos direitos fundamentais na Europa. Graças à adesão à convenção, as instituições da UE serão sujeitas a supervisão externa e independente no que respeita à conformidade da legislação e das actividades da UE com a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Ao mesmo tempo, a UE poderá defender a sua posição junto do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Este facto eliminará a possibilidade de surgirem discrepâncias entre decisões do Tribunal de Justiça Europeu e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Em referência ao n.º 16 da proposta de resolução, apelo a um rápido início de negociações sobre a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. No contexto da resolução em debate, solicito a retirada imediata da Polónia do Protocolo relativo à aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais à Polónia e ao Reino Unido. Com a iminente entrada em vigor do Tratado de Lisboa, a Carta dos Direitos Fundamentais aplicar-se-á a todas as medidas adoptadas no âmbito do espaço comum de liberdade, de segurança e de justiça. É lamentável que as autoridades de direita na República da Polónia, cedendo à pressão da hierarquia da Igreja Católica, neguem aos polacos direitos que lhes são devidos. Os cidadãos da Polónia devem poder beneficiar destes direitos da mesma forma que os cidadãos de outros Estados-Membros. Se queremos que os polacos não sejam cidadãos de segunda na UE, a Carta dos Direitos Fundamentais tem de ser adoptada na sua totalidade.

**Csaba Sógor (PPE)**, *por escrito*. – (HU) Uma parte importante do Programa de Estocolmo diz respeito à maior protecção de grupos desfavorecidos em risco. A criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça é inconcebível sem a proibição de todas as formas de discriminação. Contudo, a proibição é insuficiente. A União Europeia tem de empreender acções específicas contra quaisquer medidas discriminatórias, porque esta é a única forma possível de servir adequadamente todos os cidadãos da Europa neste domínio. Gostaria de mencionar apenas uma destas medidas discriminatórias, que afecta as minorias nacionais tradicionais. Está actualmente em curso um genocídio linguístico em dois países da UE. É por isso que peço ao Conselho Europeu e à futura Presidência espanhola que dediquem mais tempo à prevenção de medidas discriminatórias durante a aplicação do Programa de Estocolmo. Se assim não for, este programa não vai servir os interesses de todos os cidadãos da UE, mas apenas dos membros das populações maioritárias.

#### **PRESIDÊNCIA: SCHMITT**

*Vice-Presidente*

### **10. Operações conjuntas de afastamento de imigrantes ilegais para o Afeganistão e outros países terceiros (debate)**

**Presidente**. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre operações comuns de afastamento de migrantes em situação irregular para o Afeganistão e outros países terceiros.

**Tobias Billström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por vos agradecer a oportunidade de vir aqui hoje debater esta importante questão. A

avaliar pelas perguntas que foram feitas por alguns deputados, é evidente que este é um assunto que suscita alguma preocupação. Espero poder clarificar hoje a opinião do Conselho sobre esta matéria e responder às vossas dúvidas.

O Estado de direito e o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais são princípios essenciais para a cooperação na União Europeia. Devem ser essas as linhas orientadoras da cooperação entre os Estados-Membros na União. Estes princípios são, e devem continuar a ser, o ponto de partida para a cooperação no âmbito do asilo e da migração.

A cooperação da UE no domínio da migração evoluiu rapidamente nos últimos anos e inclui um conjunto de diferentes actos legislativos e outros tipos de medidas. No que toca aos direitos dos requerentes de asilo, gostaria de chamar a vossa atenção para o objectivo essencial da cooperação em matéria de asilo. A finalidade deste trabalho é criar um sistema comum europeu de asilo que dê protecção às pessoas em conformidade com a Convenção de Genebra, relativa ao estatuto dos refugiados, e outros tratados internacionais relacionados com indivíduos que necessitam de protecção. No quadro desta cooperação, existem disposições destinadas a oferecer protecção subsidiária e disposições sobre o processo de asilo, a recepção e o regresso. Estas cláusulas abrangem todo o domínio do asilo e constituem a base do sistema comum europeu de asilo.

Os actos legislativos fundamentais no domínio do asilo são o Regulamento de Dublin, que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise de um pedido de protecção internacional, a Directiva “Acolhimento”, que estabelece normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros, a Directiva “Condições a preencher”, respeitante a normas mínimas para determinar se um nacional de um país terceiro necessita de protecção internacional, e a Directiva “Procedimento”, relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada de protecção internacional nos Estados-Membros.

Todos estes actos legislativos estão actualmente a ser revistos para se tornarem mais completos e eficientes. As alterações propostas serão avaliadas através do processo de co-decisão, o que significa que teremos uma ampla base política para o desenvolvimento do sistema comum europeu de asilo.

Gerir bem a migração implica criar oportunidades para a entrada legal na União Europeia e poder afastar quem não cumpre as condições para entrar e permanecer no território ou não tenha fundamentos para o asilo. No que respeita aos direitos fundamentais das pessoas que não têm direito a ficar na União, gostaria de aludir, em primeiro lugar, aos princípios jurídicos gerais que têm de constituir a base de todas as actividades da UE e, em segundo lugar, mais especificamente, às regras que é obrigatório aplicar ao regresso de nacionais de países terceiros que não têm direito a entrar e permanecer legalmente num Estado-Membro. Estas regras estão estipuladas na Directiva “Regresso”, que foi adoptada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho em 2008. A directiva é o primeiro passo importante para uma legislação que visa proporcionar justiça e processos transparentes a fim de se alcançar uma política mais eficaz em matéria de regresso a nível europeu. Um princípio fundamental para o trabalho relacionado com o regresso é a necessidade de ele possuir segurança jurídica e ser humano e eficiente.

O trabalho associado ao regresso inclui também disposições sobre voos comuns de afastamento. A Decisão do Conselho sobre a organização de voos comuns para o afastamento de nacionais de países terceiros a quem não foi concedido título de residência ou asilo foi adoptada em 2002 no quadro do programa de acção em matéria de regresso. A preparação de voos comuns constitui uma utilização eficiente dos recursos e ajuda a melhorar a cooperação operacional entre Estados-Membros. Contudo, gostaria de salientar que não se trata de fazer aplicar decisões colectivas de deportação. Trata-se de uma medida cooperativa concebida para utilizar mais eficazmente a capacidade dos Estados-Membros. As orientações comuns que acompanham a Decisão do Conselho estipulam que podem ser organizados voos comuns para pessoas não cumpram ou tenham deixado de cumprir as condições para entrar, permanecer ou residir no território de um Estado-Membro da União Europeia. O Estado-Membro organizador e cada um dos Estados-Membros participantes assegurarão que a situação jurídica de todas as pessoas a repatriar que estão sob a sua responsabilidade permita o seu afastamento.

O Regulamento que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia também permite a esta autoridade, designadamente a Frontex, facultar aos Estados-Membros o apoio necessário no âmbito da organização de medidas comuns de afastamento. Em Outubro deste ano, o Conselho Europeu solicitou igualmente à Frontex que examinasse a possibilidade de financiar voos comuns de afastamento.

Todas estas medidas visam assegurar que a protecção internacional esteja disponível para quem dela necessita e que o regresso de nacionais de países terceiros que estejam presentes ilegalmente na UE seja efectuado com segurança jurídica e dentro da legalidade. A utilização de voos comuns para o afastamento não implica violar o princípio de não repulsão nem contornar o requisito de os processos serem examinados numa base individual. Espera-se que os Estados-Membros tenham em conta as circunstâncias particulares de cada pessoa que é alvo de afastamento, incluindo qualquer pedido de protecção internacional. Isto também se aplica, como é evidente, a pessoas provenientes do Afeganistão.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a política comunitária em matéria de afastamento é, naturalmente, importante, mas representa apenas um componente de uma política geral de migração. O Pacto Europeu sobre a Imigração e o Asilo, que foi adoptado pelo Conselho Europeu em Setembro do ano passado, atesta os compromissos da União com a abordagem global da migração. Isto significa que as questões relativas à migração devem ser uma parte integrante das relações externas da UE e que a gestão eficiente da migração tem de ser uniforme. Esta política exige ainda uma estreita parceria entre os países de origem, de trânsito e de destino.

O Programa de Estocolmo que debatemos no início da tarde irá, evidentemente, confirmar e desenvolver esta estratégia englobante.

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, tentarei referir os princípios essenciais que comandam a nossa abordagem relativamente a estes problemas da migração e do repatriamento.

A legislação europeia vincula os Estados-Membros a assegurarem que os nacionais de países terceiros presentes nos respectivos territórios possam solicitar protecção internacional se assim o desejarem. No que diz respeito à possibilidade de estes nacionais, no caso afegãos, serem contemplados com uma ou outra forma de protecção internacional, devem os Estados-Membros examinar cada pedido de asilo mediante a aplicação dos critérios estabelecidos pela legislação europeia às circunstâncias específicas de cada requerente de asilo em particular. Os Estados-Membros devem decidir se o requerente de asilo tem direito ao estatuto de refugiado, verificando, no caso de o mesmo não preencher os requisitos exigidos para ser considerado refugiado, se pode beneficiar da chamada protecção subsidiária.

Debruçar-me-ei sobre cada um dos princípios. Em primeiro lugar, os nacionais de países terceiros não devem ser reenviados para os respectivos países se a sua segurança correr grave risco. A legislação da União Europeia, em particular a directiva relativa à qualificação, determina que os Estados-Membros devem respeitar o princípio da não-repulsão, em conformidade com as suas obrigações internacionais. Por isso, os Estados-Membros não podem fazer regressar ao Afeganistão pessoas consideradas refugiadas no sentido da Convenção de Genebra ou às quais foi concedida protecção subsidiária. Além disso, os Estados-Membros estão obrigados a assegurar que não se realizem operações de repatriamento em violação do artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, que lhes impõe o dever de garantir que ninguém será repatriado para o seu país se correr o risco de ser perseguido ou sofrer ofensas graves uma vez regressado.

Em segundo lugar, não se podem generalizar os pedidos quanto à oportunidade das operações de repatriamento para o Afeganistão. O Afeganistão é um dos principais países de origem dos requerentes de asilo presentes na União Europeia. Devo, todavia, acrescentar que a União só acolhe uma pequena fracção do número total de refugiados originários do Afeganistão, cuja maior parte se encontra nos países vizinhos, principalmente o Irão e o Paquistão.

Não é possível tirar conclusões gerais sobre a questão de saber se a imposição do regresso de afegãos ao seu país de origem infringiria o direito comunitário, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem ou a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. Compete aos Estados-Membros onde os pedidos são apresentados decidir sobre cada pedido à luz das suas circunstâncias peculiares. Ao examinarem os pedidos, os Estados-Membros devem atender às circunstâncias individuais específicas que sejam relevantes para determinar as eventuais necessidades de protecção de cada requerente.

Tal implica examinar as condições políticas e humanitárias de segurança e as condições em matéria de direitos humanos existentes no Afeganistão. Implica igualmente examinar a situação específica da zona do país de onde o interessado é originário, bem como as suas circunstâncias pessoais, como o enquadramento familiar, actividades no país de origem ou qualquer outra característica específica que o possa tornar mais vulnerável.

Não é possível tirar conclusões gerais sobre as necessidades de protecção dos requerentes de asilo afegãos, mas as estatísticas mostram que a taxa de reconhecimento relativa a este grupo aumentou nos últimos meses.

No primeiro semestre de 2009, quase 50% dos requerentes de asilo afegãos receberam protecção internacional na União Europeia, comparativamente com menos de 30% no último trimestre de 2008.

Passo agora a abordar outra questão: que condições devem ser preenchidas antes de se tomar a decisão de realizar uma operação de repatriamento? Na minha recente declaração sobre a operação conjunta de repatriamento de afegãos para Cabul conduzida pelo Reino Unido e a França, referi que, antes de repatriar alguém para um país terceiro como o Afeganistão, os Estados-Membros devem tomar três precauções.

Em primeiro lugar, devem certificar-se de que o interessado não pretende pedir protecção internacional; em segundo lugar, se tiver sido apresentado um pedido de protecção internacional, não-de certificar-se de que tal pedido foi sujeito a um exame metucioso e individual e rejeitado na sequência de um adequado procedimento de avaliação; em terceiro e último lugar, os Estados-Membros não-de certificar-se de que a vida do migrante repatriado para o seu país de origem não estará em risco aí.

A Comissão procurou obter informação mais completa sobre as circunstâncias que rodearam esta operação de repatriamento de afegãos conduzida pela França e o Reino Unido. No entanto, a Comissão não dispõe actualmente de qualquer indicação que aponte para que estas três condições não tenham sido preenchidas pelas pessoas em causa.

Que dizer das operações de regresso envolvendo uma pluralidade de pessoas repatriadas no caso em que o processo respeitante a cada uma foi objecto de uma avaliação individual?

O Protocolo n.º 4 à Convenção Europeia dos Direitos do Homem e a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia interditam as expulsões colectivas, mas não existem obstáculos jurídicos nem, aliás, qualquer objecção de princípio a que sejam conjuntamente levadas a cabo diversas medidas de regresso individualmente tomadas, cada uma das quais fundada numa decisão distinta, recorrendo, por exemplo, a um mesmo voo. Não existe igualmente qualquer obstáculo jurídico a que estas operações sejam conjuntamente organizadas por vários Estados-Membros.

O mandato actual da Frontex já prevê uma cooperação operacional no domínio das operações conjuntas de repatriamento. O Conselho Europeu solicitou que os poderes operacionais da Frontex sejam reforçados e que seja, especialmente, considerada a possibilidade de fretar regularmente aviões para executar tais operações. Estas operações conjuntas deverão aumentar a eficácia das operações de repatriamento no plano logístico e talvez também proporcionar outros benefícios desejáveis no que respeita ao repatriamento, já que se trata de uma situação sempre penosa.

Deve também notar-se que, apesar de a directiva relativa ao repatriamento de imigrantes ilegais não ter sido ainda transposta pela maioria dos Estados-Membros, a Comissão encoraja os Estados-Membros a assegurarem, desde já, a conformidade das suas decisões em matéria de repatriamento com as normas estabelecidas por essa directiva. Isto implica, em particular, que deve ser dada prioridade aos regressos voluntários, que se preveja o direito de recorrer das decisões de repatriamento e que sejam tomadas em consideração as necessidades individuais das pessoas vulneráveis. A directiva relativa ao repatriamento ainda não está em vigor. Estará em vigor em breve, tornando possível prestar algumas garantias adicionais aos interessados.

Dito isto, eis as respostas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que eu pretendi trazer, em harmonia com o direito europeu. Evidentemente, o senhor Ministro Billström também explicou que, quanto a todos estes problemas, tentamos alcançar o justo equilíbrio entre a vontade de acolher aqueles que são perseguidos por razões políticas e que verdadeiramente merecem ser protegidos e, por outro lado, simultaneamente, a necessidade de reconhecer que não se justifica a aceitação de certos pedidos. Há, portanto, aí um equilíbrio difícil de conseguir, ao qual a Comissão está atenta.

É isto o que eu queria transmitir ao Parlamento, prestando agora atenção, claro está, às intervenções que se seguem à minha exposição.

**Véronique Mathieu**, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, a União tem o dever de acolher em condições dignas as pessoas que fogem da guerra e da perseguição e de lhes oferecer modalidades de protecção internacional compatíveis com os seus valores.

No entanto, a União Europeia enfrenta, há vários anos, fluxos migratórios mistos e redes de traficantes que abusam dos sistemas de asilo nacionais para introduzir pessoas que não satisfazem as condições exigidas para se usufruir de tais sistemas.



Sendo assim, o que podemos fazer? Esta questão colocou-se em cada um dos nossos Estados-Membros. Ora, a capacidade de absorção dos Estados-Membros é limitada. As modalidades de protecção devem estar abertas às pessoas que satisfazem critérios objectivos e, se pretendemos manter a nossa tradição de acolher quem procura asilo, é essencial ser firme no que toca ao abuso destes procedimentos de asilo tendo em vista finalidades de migração económica.

É também importante sublinhar que todos os países que são alvo das redes de imigração clandestina originárias do Afeganistão ou do Iraque põem em prática medidas de regresso compulsivo. São obrigados a proceder desse modo. Basta referir um certo número de Estados-Membros da União Europeia que aplicam essas medidas e que o fazem independentemente da sua orientação política.

Já não há divergências políticas no seio da União quanto a estas questões e é este consenso que, num futuro próximo, há-de permitir realizar operações de repatriamento conjuntas financiadas pela Frontex. Esta iniciativa deve ser saudada, enquanto instrumento comum de gestão dos fluxos migratórios. Por essa razão, gostaria de salientar que as operações de repatriamento em grupo são algo totalmente distinto das expulsões colectivas no sentido da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

O Tribunal de Estrasburgo proíbe qualquer medida que obrigue estrangeiros a deixarem um país em grupos, mas autoriza os casos em que essa medida é tomada no seguimento de uma análise sensata e objectiva da situação específica de cada estrangeiro.

O direito internacional e europeu dos refugiados é muito complexo, a fim de garantir o enquadramento rigoroso destes procedimentos de expulsão e a sua condução no respeito do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana.

**Sylvie Guillaume**, em nome do grupo S&D. – (FR) Senhor Presidente, escutei as intervenções atentamente, mas gostaria de referir algumas interrogações e preocupações relativamente ao tema que abordamos e, para tanto, apoiar-me-ei inevitavelmente em dois exemplos recentes.

O primeiro respeita à deportação de 27 afegãos para Cabul, no âmbito do repatriamento colectivo organizado pela França e o Reino Unido. Gostaria de saber se a Comissão e o Conselho consideram o Afeganistão um país no qual a integridade física das pessoas deportadas está garantida.

A Comissão acaba de nos informar que não pode garantir que estas deportações tenham sido realizadas com base na verificação de que as pessoas em causa não tinham apresentado um pedido de protecção internacional ou não o haviam feito no respeito por cada uma das etapas deste procedimento de análise dos seus pedidos, no caso de existir.

O segundo exemplo diz respeito ao repatriamento pela Alemanha, a Bélgica e a Áustria de ciganos para o Kosovo, com o qual estes países celebraram acordos de readmissão, pese embora o ACNUR, nas suas directrizes de 9 de Novembro, considere que, citamos, “os ciganos, onde quer que se encontrem no Kosovo, continuam a sofrer graves restrições à sua liberdade de movimento e ao exercício dos seus direitos fundamentais [...] e há notícias de que são objecto de ameaças e violência física”.

Tendo isto presente, solicitaria a clarificação de três pontos. Por que razão é tão tibiamente posto em prática o artigo 15.º, alínea c), da directiva de 2004 relativa à qualificação, que reconhece o direito à protecção subsidiária às pessoas que são objecto de, citamos, “ameaça grave e individual [...] resultante de violência indiscriminada em situações de conflito armado internacional ou interno”?

Segunda questão: é possível considerar suficiente a ideia de que seria legítimo repatriar pessoas que se encontram em situação ilegal no território da União Europeia por não terem apresentado um pedido de protecção internacional, ainda que saibamos que, por virtude do Regulamento Dublin II, muitos potenciais requerentes de asilo não submetem os seus pedidos no Estado de primeira entrada por temerem o insucesso da sua iniciativa e dado que as condições de acolhimento se lhes afiguram deploráveis?

Por último, a terceira questão: se os Estados-Membros confirmarem a decisão do Conselho de 29 e 30 de Outubro de examinar a possibilidade de fretar voos regulares comuns de repatriamento financiados pela agência Frontex, pretendem eles, em simultâneo, acordar numa lista europeia de países seguros e agir celeremente no que toca a um regime comum de asilo que permita a harmonização a um nível superior das condições de exame, concessão e exercício do estatuto de refugiado?

**Marielle De Sarnez**, em nome do grupo ALDE. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, quero, desde já, informá-los da tristeza sentida por muitos europeus quando, em 20 de Outubro último, dois

Estados-Membros da União Europeia organizaram o regresso compulsivo de imigrantes afegãos, três deles provenientes de França e 24 do Reino Unido. Esses homens, que deixaram um país em guerra para vir para a Europa, pensando encontrar aqui asilo e protecção, foram, portanto, obrigados a regressar a um país que continua em guerra e no qual a sua segurança está claramente em risco.

Isto abala a nossa concepção dos direitos humanos. E qual não foi a minha surpresa, alguns dias mais tarde, ao ver – claro que há aí uma conexão – a cimeira europeia prever não apenas a organização de voos fretados em comum, mas também o seu financiamento – o que é uma novidade – pelo orçamento europeu!

Senhor Comissário, esta não é a Europa que amamos. A Europa não existe para legitimar práticas nacionais violadoras dos direitos fundamentais. É muito fácil assacar responsabilidades à Europa. Quando, por exemplo, ouço o ministro da Imigração francês declarar que os regressos compulsivos devem ser levados a termo sob a égide da União Europeia, digo-lhe que não foi para isso que os pais fundadores da Europa a inventaram.

O Senhor Comissário pediu a Paris e a Londres que se certificassem de que os afegãos deportados tiveram realmente a possibilidade de requerer asilo, de que as suas pretensões foram rejeitadas e de que a sua vida não corria perigo na região para a qual foram reenviados. Gostaria, pois, que confirmasse explicitamente que houve, de facto, lugar a uma análise individual de cada um dos pedidos de asilo.

Gostaria também de saber se a Comissão considera o Afeganistão um país seguro e, em caso negativo, se a mesma Comissão é de parecer que este regresso compulsivo foi levado a cabo em violação do artigo 3.º da Convenção de Genebra.

Fico muito reconhecida pelas explicações que nos puder dar.

**Hélène Flautre**, em nome do grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de dizer que me apraz registar o debate que hoje estamos a ter sobre este tema, porque é claro que os Chefes de Estado e de Governo tinham previsto que o repatriamento de migrantes em situação irregular da União Europeia para o Afeganistão se processaria sem levantar celeuma, o que não é o caso.

E não é o caso por duas razões: primeiro, porque a Comissão Europeia solicitou informações aos Governos britânico e francês, o que é louvável, e segundo, porque estamos hoje a debater este assunto.

Já foram colocadas questões. Será o Afeganistão um país seguro? Por que não perguntá-lo ao Presidente Obama, que tomou agora a decisão de enviar para lá 34 000 soldados? Nenhum exército está em condições de garantir a sobrevivência dos seus homens no Afeganistão e seríamos nós capazes de assegurar que a vida dos migrantes que obrigamos a regressar àquele país não corre perigo? Esta situação é absurda e não é tolerada pelo próprio ACNUR, que vivamente recomendou aos Estados-Membros que não levem a efeito deportações deste tipo.

Em segundo lugar, há uma ambiguidade em torno das expulsões colectivas. Toda a gente saúda – a começar por mim – o futuro carácter vinculativo da Carta dos Direitos Fundamentais. Artigo 19.º, n.º 1: “São proibidas as expulsões colectivas”.

O Senhor Comissário diz-nos que esta não é uma expulsão colectiva. O senhor Ministro Billström tem um modo cativante de se exprimir quando nos diz que se trata de uma racional mobilização de recursos. Só falta agora que os voos fretados em comum nos sejam impingidos como uma forma mais de transporte colectivo apta para fazer face ao aquecimento global. Há limites para tudo! E quais são esses limites?

Posso dizer-vos, na qualidade de representante eleita em Pas-de-Calais, onde há muitos afegãos – que, aliás, deram lugar a estes repatriamentos organizados pelo senhor Ministro Besson em França –, que, quando o Governo francês decide, por razões de comunicação, organizar uma operação de regresso colectivo e transformá-la num evento mediático, se verificam detenções em Pas-de-Calais: detenções colectivas, logo ilegais, porque discriminatórias.

Em consequência, Senhor Comissário Barrot, não podemos de todo garantir o que diz, a saber, que está em causa uma operação conjunta envolvendo pessoas que, na sequência de avaliações individuais, foram identificadas como migrantes irregulares. Trata-se, na verdade, de um caso de expulsão colectiva, porque antecedida de uma detenção colectiva.

**Marie-Christine Vergiat**, em nome do Grupo GUE/NGL – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, deveríamos estar satisfeitos com a realização deste debate. No entanto, estou consternada com

o discurso vazio de substância com que temos estado a ser iludidos. Deixemos-nos de brincar com as palavras. Sim, de facto, foram organizadas expulsões colectivas.

A União Europeia orgulha-se da sua atitude em prol da defesa dos direitos humanos. O direito de asilo é um desses direitos fundamentais. No entanto, o que hoje aqui está em causa é o repatriamento de afegãos para um país em guerra, uma guerra em que estão envolvidos muitos países europeus.

Peço desculpa, Senhor Vice-Presidente da Comissão, mas a legislação em questão é tanto europeia como nacional e, por favor, não nos remeta para cada situação nacional particular. Uma grande parte das situações que se verificam actualmente são consequência da Directiva "Regresso", a que prefiro chamar Directiva da "Vergonha", porque é vergonhosa do ponto de vista dos direitos humanos. O Senhor Vice-Presidente da Comissão sabe que o tratamento dado aos requerentes de asilo varia muito de país para país dentro da União Europeia e que é precisamente devido a essas diferenças que os afegãos não têm a possibilidade de pedir asilo em condições satisfatórias.

Por conseguinte, faço minhas todas as perguntas que foram feitas pelos meus colegas e gostaria que me garantisse que os resultados da aplicação de todas estas políticas vão ser avaliados caso a caso, se possível.

**Christine De Veyrac (PPE).** – (FR) Senhor Presidente, gostaria de manifestar o meu apoio à iniciativa conjunta dos Governos do Reino Unido e da França de repatriar imigrantes afegãos ilegais.

Na verdade, ao contrário do que foi dito por alguns intervenientes neste debate, os pedidos de asilo apresentados por estas pessoas tinham sido rejeitados, e esta iniciativa bilateral deve agora estender-se a toda a União. A pressão da migração é um desafio que temos de enfrentar em conjunto, e é essa a lógica em que assenta o Pacto sobre a Imigração e o Asilo adoptado há alguns meses durante a Presidência francesa. Precisamos agora de ir mais longe, tirando partido de recursos comuns e organizando voos de repatriamento colectivos financiados pela Frontex.

A decisão dos 27 de pedir à Comissão um estudo sobre este assunto é um primeiro passo, e espero, Senhor Vice-Presidente da Comissão, que esta proposta tenha o apoio da Comissão, pois o que os cidadãos em geral e as populações imigrantes legais em particular esperam de nós é que combatamos a imigração ilegal.

**Sari Essayah (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, no contexto da definição de refugiado estabelecida na Convenção de Genebra, a análise dos requisitos para a concessão de asilo deve ser feita separadamente para cada pessoa. Como foi dito na intervenção anterior, os pedidos de asilo foram tratados correctamente, e era possível repatriar aquelas pessoas numa operação conjunta desde que a análise dos requisitos fosse feita para cada pessoa em separado.

O que me está a preocupar, e a esta Assembleia, é que a situação no Afeganistão, em termos de segurança, é de tal forma grave que temos dúvidas de que haja condições para repatriar alguém para lá. Na Finlândia, por exemplo, esta situação tem sido resolvida através da emissão de títulos de residência temporários, mesmo quando as pessoas não preenchem as condições para a atribuição do estatuto de refugiado, não estando, portanto, a receber asilo, para evitar o seu repatriamento para um país em guerra. A situação no Afeganistão é demasiado perigosa, actualmente, para se obrigar alguém a regressar, mas mais tarde, quando os conflitos abrandarem, estas pessoas serão repatriadas.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Senhor Presidente, gostaria de começar por dizer que trabalhei durante vários anos no Ministério da Defesa Nacional da República da Polónia e que nesse contexto estive várias vezes no Afeganistão, onde prestam serviço 2 000 soldados polacos. O drama da situação reside no facto de, por um lado, haver ali pessoas que estão desesperadas, que não conseguem aguentar a difícil situação, devido aos confrontos permanentes. Por outro lado, há outras, e não hesito em afirmá-lo, que estão a fazer jogo duplo. Durante o dia apoiam aqueles que estão actualmente no poder e à noite ajudam os talibãs. Relativamente a este aspecto, a minha questão principal é a seguinte: a União Europeia tem os instrumentos e a capacidade para avaliar as verdadeiras intenções e as situações particulares dos afegãos que vêm para a Europa? Penso que alguns vêm porque não vêem outra saída, estão desesperados, mas também poderá haver casos de indivíduos com ligações aos talibãs.

**Franziska Keller (Verts/ALE).** – (EN) Senhor Presidente, considero que parte da discussão foi um pouco estranha. Porque é que as pessoas estão aqui ilegalmente? Estão aqui ilegalmente porque não podem sair do seu país, que está em guerra, legalmente. Não existe nenhuma forma de virem para aqui legalmente, portanto, não surpreende que venham ilegalmente. Todos sabemos como é difícil requerer e obter asilo, dado o rigor da Convenção de Genebra nesta matéria, e o requerente tem de provar que é pessoalmente perseguido o que,

como é evidente, é difícil quando se está a fugir da guerra. O se está a dizer aqui é que uma vez que estes pedidos de asilo não foram aceites devemos repatriar as pessoas para o Afeganistão, onde há guerra e onde elas não podem viver, não podem sobreviver nem têm forma de ganhar a vida, e onde há também, aliás, uma guerra aberta às mulheres. Na minha opinião, só por esse motivo, todas as mulheres que tentassem fugir do Afeganistão deviam receber asilo.

Exorto todos os Estados-Membros e a Comissão a lutarem contra a decisão de repatriar aquelas pessoas.

**Tobias Billström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, muito obrigado pelo vosso interessante contributo para este debate. Gostaria de começar por tentar fazer uma síntese dos aspectos mais importantes deste assunto. Começarei pelo que a senhora deputada Mathieu disse sobre fluxos de migração mistos. Existem, de facto, fluxos migratórios mistos para a União Europeia e, não tendo a UE uma capacidade ilimitada para aceitar essas pessoas, como a senhora deputada Mathieu referiu, é importante levar a cabo uma avaliação individual, segura do ponto de vista jurídico, para poder determinar quem deve receber protecção de acordo com a legislação europeia e as convenções internacionais. Este processo é supervisionado pela Comissão através das directivas que foram adoptadas unanimemente na União.

Isto leva-me, naturalmente, a abordar de seguida as opiniões expressas pelas senhoras deputadas Guillaume e de Sarnez, que questionam, nomeadamente, se é possível garantir a segurança de um indivíduo num país como o Afeganistão. Bem, é precisamente isso que se está a discutir aqui! É precisamente isso que a análise individual de cada caso visa esclarecer e assegurar. É este o objectivo do estabelecimento de um sistema europeu comum de asilo. Penso que muitas das pessoas que aqui intervieram ignoraram completamente este facto, isto é, que o que devemos esforçar-nos por conseguir fazer é uma avaliação segura do ponto de vista jurídico, com o propósito de deixar claro que "sim" significa "sim" e "não" significa "não". No caso de um "não", a pessoa deve ser enviada para o país de origem, independentemente – e volto a repetir isto, para que todos entendam exactamente quais são as intenções da Presidência – do país em causa. Se nos tivermos certificado, após análise segura da situação, de que uma pessoa não necessita de protecção especial, poderemos repatriá-la de consciência tranquila. Se isto é feito, como o senhor Vice-Presidente da Comissão referiu, de forma coordenada, num voo com várias pessoas a bordo cujos casos tenham sido analisados individualmente, ou em voos separados, é de importância secundária. É apenas uma questão de logística.

Passo a dirigir-me à senhora deputada Keller, que apresenta sempre argumentos interessantes nestas matérias. Sim, concordo consigo quando afirma que a questão do acesso é complicada. É difícil com o sistema que está actualmente em vigor, que exige que, em princípio, uma pessoa se encontre na União Europeia para apresentar o pedido de asilo, pois não será particularmente fácil, na maior parte dos casos, vir à União Europeia para o fazer. É precisamente por essa razão que, na Presidência sueca, temos impulsionado a criação de um sistema de reinstalação europeu comum, que possibilite oferecer uma via alternativa, uma passagem, no seio da União Europeia para aqueles que têm, talvez, mais necessidade de protecção, os mais vulneráveis e as pessoas que não têm recursos financeiros para viajar para a União Europeia.

Deixem-me dizer que se todos os Estados-Membros da UE pudessem proporcionar acolhimento a tantas pessoas como a Suécia está a fazer – 1 900 por ano – proporcionalmente à dimensão das suas populações, a União Europeia poderia possibilitar ao ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o acolhimento de 100 000 refugiados por ano. É um passo estratégico importante conseguirmos encerrar os piores campos de refugiados do mundo, mobilizar-nos e demonstrar a solidariedade que na Presidência acreditamos que a União Europeia deve demonstrar para com os países fora das nossas fronteiras onde, na realidade, se encontram a maior parte dos refugiados do mundo.

**Jacques Barrot**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (FR) Senhor Presidente, agradeço a todos os oradores neste debate.

A maior dificuldade com que nos estamos a confrontar está relacionada com aquilo a que a senhora deputada Mathieu chamou fluxos migratórios mistos, compostos por imigrantes que vêm para a União Europeia por razões económicas ou por causa das condições no seu país e, ao mesmo tempo, por pessoas que são perseguidas e que têm direito a protecção internacional ou subsidiária. Essa é a grande dificuldade, e é isso que temos de compreender claramente, se pretendemos encontrar uma solução para estes problemas. É muito, muito difícil.

O que pretendo fazer, em primeiro lugar, é responder. Vou dar-lhes a conhecer alguns elementos da resposta dada pelo Governo francês – não posso dar resposta a todas as questões – uma vez que me questionaram sobre este assunto. Vou ler, então, algumas passagens da resposta do Governo francês.

“As partes interessadas que não apresentaram o pedido de asilo de sua própria iniciativa foram questionadas na qualidade de imigrantes ilegais e colocadas sob detenção administrativa, sob o controlo do *“juge des libertés et de la détention”*, ou seja, o magistrado encarregado das detenções e libertações.

Todas as pessoas foram informadas, no seu idioma de origem, sobre o seu direito de recorrerem, perante o magistrado administrativo, da decisão de serem repatriadas para o Afeganistão e do seu direito de requererem asilo junto do Serviço Francês de Protecção dos Refugiados e Apátridas (OFPRA), ou de beneficiarem de uma medida de regresso voluntário executada em associação com a Organização Internacional para as Migrações.

Dos indivíduos em causa, apenas um não apresentou qualquer pedido de asilo nem qualquer recurso perante o magistrado administrativo, tendo os pedidos de asilo apresentados por dois deles sido analisados pelo OFPRA, onde foram ouvidos na presença de um intérprete. Tiveram a oportunidade, no decurso de uma audição no tribunal administrativo, com a assistência de um advogado e na presença de um intérprete, de explicar os riscos a que, na sua opinião, ficariam expostos se voltassem ao seu país de origem.

Embora o OFPRA tenha concedido o estatuto de refugiado ou protecção subsidiária a vários nacionais do Afeganistão que procuraram protecção em circunstâncias semelhantes, o serviço considerou que, no caso em questão, não havia nenhum motivo sério ou comprovado para crer que aquelas pessoas correriam um verdadeiro risco de perseguição ou que ficariam expostas a ameaças graves que pusessem em causa a sua vida ou a sua pessoa em caso de repatriamento.”

Obtivemos também uma resposta do Governo do Reino Unido. Fiz verdadeiramente o que a minha consciência e o meu dever exigiam; fizemos questão de interrogar os Estados-Membros.

Gostaria também de acrescentar, relativamente à questão de o país ser ou não seguro, que, de acordo com uma jurisprudência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, o simples facto de um indivíduo vir de um país ou região onde há problemas não é razão suficiente para justificar uma protecção absoluta contra o repatriamento ou o direito a protecção subsidiária, salvo em casos excepcionais em que o nível geral de violência é tão elevado que qualquer pessoa corre um risco real de sofrer ameaças à sua vida ou à sua pessoa pelo simples facto de se encontrar no país ou região em causa. E é verdade que estas circunstâncias excepcionais não foram evocadas no caso em questão.

Dito isto, gostaria de comentar também a questão dos voos colectivos. Faço notar que a Frontex já organizou voos colectivos e que financiou parcialmente esses voos. Penso que é importante dizê-lo. Os voos a que me refiro foram realizados em 2008 e em 2009; portanto, estes voos não são nada de novo. O que a Frontex está a tentar fazer – e penso que o Director da Frontex está a consegui-lo – é assegurar que os repatriamentos em grupo sejam realizados em condições condignas, em que o respeito pelas pessoas seja assegurado. O próprio Director da Frontex dizia-me recentemente que tinha observado que na Áustria havia um Provedor de Justiça que estava a supervisionar especificamente as condições em que eram realizados os repatriamentos.

Esperamos igualmente desenvolver a nossa competência para assegurar que, aquando do repatriamento – depois de nos termos certificado de que não são elegíveis para receber protecção internacional ou subsidiária – essas pessoas sejam admitidas no país de origem em condições aceitáveis. É este ponto que estamos a analisar, a pedido do Conselho Europeu. Na realidade, não nos limitamos a planear voos de repatriamento forçados sem qualquer garantia de respeito pelas pessoas.

Acima de tudo, gostaria de relembrar – e neste ponto devo agradecer ao senhor Presidente em exercício do Conselho e à Presidência sueca que nos têm dado uma ajuda inestimável – que, na Primavera, começámos a propor textos que irão ajudar-nos a avançar para uma Europa de asilo. Temos um texto sobre as condições de recepção e revimos – e a senhora deputada De Sarnez fez bem em levantar esta questão – o problema de Dublin; na verdade, propusemos a adaptação do Regulamento de Dublin precisamente para evitar que este ponha em causa, em determinadas circunstâncias, os interesses de pessoas vulneráveis e, em particular, de crianças, e aceitámos o princípio de introduzir certas derrogações ao Regulamento de Dublin.

Em 21 de Outubro, a Comissão aprovou dois outros textos importantes: um sobre a Directiva “Condições a preencher” e outro sobre a Directiva “Procedimento”. É neste novo projecto de directiva relativa às normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros que procuramos estabelecer critérios que sejam verdadeiramente objectivos, que sejam os mesmos em toda a parte. Necessitaremos que o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo verifique especificamente se as práticas são mais ou menos as mesmas em toda a Europa para que esta “Europa do asilo” comece finalmente a tomar forma.

Desejo agradecer à Presidência sueca. Na minha opinião, fez um bom trabalho ao apresentar todos estes textos ao Conselho, apesar de eles ainda estarem longe de ser aprovados. E temos dificuldades. Estou a fazer tudo o que está ao meu alcance para tentar pôr em marcha esta "Europa do asilo" com a ajuda da Presidência sueca, que deu o exemplo – aliás, o senhor Ministro Billström chamou a atenção para o grande exemplo que a própria Suécia deu na Europa. Também no que respeita a este problema, devo referir que os Estados-Membros se estão a revelar mais solidários em matéria de acolhimento e de garantia de protecção a estes refugiados. Todos os países têm de começar a fazê-lo. Ainda não chegámos aí; ainda há alguns países que não acolhem refugiados.

Era isto que vos queria transmitir. Estou consciente de que não respondi a todas as questões. O que posso dizer-vos é que, apesar de tudo, na Comissão temos feito tudo o que está ao nosso alcance para assegurar a aplicação da legislação europeia, e diria que temos feito ainda mais para garantir o respeito dos valores europeus.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

## 11. Quitação 2007: Orçamento Geral da UE, Conselho (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia o segundo relatório sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2007, Secção II – Conselho (C6-0417/2008 - 2008/2277(DEC)) – Comissão do Controlo Orçamental. Relator: Søren Bo Søndergaard (A7-0047/2009).

**Søren Bo Søndergaard, relator.** – (DA) Muito obrigado, Senhor Presidente. Há sete meses – em 23 de Abril para ser preciso – uma grande maioria de deputados desta Assembleia recusou-se a dar quitação ao Conselho pela execução do orçamento relativo ao exercício de 2007. Porquê? Porque a atitude do Conselho para com o Parlamento e a Comissão do Controlo Orçamental foi absolutamente inaceitável. O Conselho recusou-se a responder a perguntas escritas que lhe submetemos sobre o orçamento e a reunir-se com a Comissão do Controlo Orçamental para prestar esclarecimentos. A situação era de tal forma absurda que os representantes do Conselho abandonavam imediatamente qualquer reunião em que fossem feitas perguntas sobre o orçamento do Conselho.

Esta situação não era nova. Na realidade, já se verificava há vários anos. A novidade foi que em Abril o Parlamento decidiu pôr-lhe cobro. Creio que, em Abril, a maioria dos deputados colocaram a si próprios uma questão muito simples: como posso, enquanto membro do Parlamento Europeu, ser responsável perante os meus eleitores relativamente ao orçamento do Conselho, se o Conselho nem sequer responde às questões colocadas pelo Parlamento? Penso que foi por esta razão que a grande maioria dos deputados se recusou a dar quitação ao orçamento do Conselho. Talvez algumas pessoas tenham julgado que o Parlamento se tornaria mais dócil após as eleições de Junho ou que a sua exigência de abertura e transparência era uma promessa de período pré-eleitoral e não traduzia verdadeiramente uma mudança de atitude. Se assim foi, de facto, terão ficado desapontadas.

Mesmo após as eleições, a Comissão do Controlo Orçamental manteve-se unida em torno da sua posição, que é muito simples: se o Conselho pretende que dêmos quitação ao seu orçamento, tem de reunir-se connosco e responder às nossas perguntas. No final de Setembro, finalmente algo sucedeu. Em 24 de Setembro, realizou-se uma reunião entre o Conselho e o presidente da Comissão do Controlo Orçamental, os relatores da comissão e os coordenadores. Na mesma altura, o Conselho respondeu às perguntas da comissão – ainda que indirectamente – e as respostas foram também publicadas na página Internet do Conselho.

Sejamos claros: foi uma jogada inteligente do Conselho – uma jogada muito inteligente. É por essa razão que a Comissão do Controlo Orçamental está hoje em posição de recomendar que o Parlamento dê quitação à execução do orçamento do Conselho para o exercício de 2007. No entanto, gostaria de deixar claro que tanto a Comissão do Controlo Orçamental como o Parlamento esperam e exigem que este passo seja a expressão de uma mudança de atitude do Conselho para com o Parlamento.

Quanto ao orçamento do Conselho para o exercício de 2008, esperamos que o espectáculo absurdo de 2007 não se repita. Pelo contrário, assumimos que partiremos do ponto a que finalmente chegámos. Por outras palavras, esperamos que o Conselho apresente, sem demora injustificada, respostas escritas às perguntas apresentadas pelas comissões e os relatores parlamentares competentes. Esperamos que o Conselho se mostre disponível para reunir com as comissões competentes e para responder a perguntas.

Para assegurar que não reste qualquer dúvida a este respeito, isto está definido de forma clara no relatório que estamos hoje a discutir e que esperamos que o Parlamento aprove amanhã – se não unanimemente, pelo menos com esmagadora maioria. Ao darmos quitação ao orçamento do Conselho para o exercício de 2007, demonstrámos a nossa boa-vontade. A bola está agora no campo do Conselho.

**Cecilia Malmström**, *Presidente em exercício do Conselho*. – (SV) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, os assuntos que estamos a debater são de extrema importância. A abertura e a transparência são as ferramentas democráticas de que dispomos. A possibilidade de terem uma visão clara do processo é o que promove a confiança nos cidadãos, e isso é positivo para as actividades da União. Nesta matéria, o Parlamento e o Conselho têm os mesmos objectivos, e isto, como é evidente, aplica-se a todas as áreas e a todas as instituições.

Hoje estamos a debater a quitação da execução do orçamento do Conselho para 2007. A este propósito, gostaria, naturalmente, de sublinhar a importância da auditoria externa em geral e a da execução do orçamento em particular e, nesse contexto, destacar também o papel do Tribunal de Contas e o excelente trabalho que está na base da verificação anual das contas.

Quanto a esta questão específica do relatório sobre a quitação relativa à execução do orçamento para o exercício de 2007, gostaria de manifestar a minha satisfação pela recomendação agora feita de que seja dada quitação ao Conselho. Se analisarmos com atenção os aspectos principais, não há, de facto, razão alguma para não dar quitação. O Conselho sempre procurou actuar dentro do cumprimento das regras e praticar uma política de transparência em termos de gestão económica. E assim será, também, no futuro. Percebi que a reunião informal realizada em Setembro entre a delegação da Comissão do Controlo Orçamental e a delegação do Conselho permitiu o esclarecimento de diversos pontos e foi isto que tornou possível – como o relator referiu – a concessão de quitação ao Conselho.

Este facto demonstra claramente a importância do diálogo entre as nossas instituições também no futuro. Estou, portanto, muito satisfeita por termos encontrado uma forma de avançar nestas questões, abrindo caminho à concessão da quitação e aguardo com expectativa a sua confirmação na votação de amanhã.

**Ingeborg Gräßle**, *em nome do Grupo PPE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Ministra Malmström, Senhor Vice-Presidente da Comissão, aconteceu um milagre. Pela primeira vez em cinco anos estou a testemunhar a participação do Conselho neste debate e gostaria de apresentar as minhas sinceras felicitações à Presidência sueca do Conselho por este sinal tão importante.

(Aplausos)

Sejam bem-vindos à sessão plenária, na primeira ocasião em que o Conselho está representado no debate sobre a sua quitação.

Tudo está bem quando acaba bem, não é assim que dizemos na Alemanha? Não; neste caso, não. O processo de quitação tem-se revelado absurdo e tornou-se evidente que este assunto tem de ser colocado urgentemente na agenda interinstitucional que, além do mais, deverá incluir o Presidente do Conselho Europeu. Temos um novo interveniente no palco europeu, e não se pode nem deve manter o actual procedimento. A forma como o Parlamento tem de suplicar que lhe prestem informações e lhe forneçam parceiros de diálogo para obter resposta às suas perguntas não é digna de uma democracia parlamentar. O Conselho actua como instituição toda-poderosa e de contornos absolutistas e, enquanto cidadã da União Europeia e com responsabilidades perante os meus eleitores, sinto vergonha deste comportamento. O procedimento que tem estado em prática até aqui é simplesmente absurdo e não pode continuar no futuro.

Desejo agradecer, mais uma vez, à Presidência sueca. Os primeiros passos que demos foram muito interessantes. Em primeiro lugar, este diálogo, um marco sem precedentes, e o facto de estarem aqui presentes hoje são um sinal fantástico. A Presidência do Conselho, tal como as outras instituições da UE, tem de revelar transparência e mostrar abertura para o diálogo com o Parlamento se pretende que este dê quitação pela execução do seu orçamento, e o mesmo se aplica, agora mais do que nunca, à nova Alta Representante, enquanto responsável pelo novo Serviço Europeu para a Acção Externa. Nós, membros do Parlamento, temos de demonstrar que esta questão é muito importante para nós e que temos de a resolver em conjunto. Este assunto deverá ser objecto da máxima prioridade, e gostaria de pedir à Comissão que o inscrevesse na ordem do dia.

Não nos agrada a forma como o debate tem corrido até aqui. Incomoda-nos o facto de não termos nada, nem uma única proposta sobre a forma como se deverá proceder no futuro. Lisboa não deve tornar-se

sinónimo de uma União Europeia opaca, onde a supervisão parlamentar foi obliterada. É uma oportunidade para um novo começo, com uma forte participação dos representantes eleitos do povo, e a concessão de quitação ao futuro Presidente de Conselho Europeu é a primeira prova de fogo.

**Bogusław Liberadzki**, *em nome do Grupo S&D*. – (PL) Senhor Presidente, gostaria, em primeiro lugar, de expressar a minha gratidão ao relator, senhor deputado Søndergaard, que iniciou o seu trabalho em circunstâncias difíceis, demonstrou grande paciência e, de uma maneira geral, muito equilíbrio nas suas avaliações e pareceres.

Senhora Ministra Malmström, estou de acordo consigo quando afirma que é bom sinal que os princípios da transparência estejam a ser observados, incluindo da transparência financeira, mas também concordo com os meus colegas que defendem que é necessário algo mais. Alcançámos uma etapa crucial no que respeita à forma de funcionamento das instituições europeias. Nas vésperas da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Conselho reconhece, por assim dizer, que o Parlamento é o único órgão que é eleito, porque funciona abertamente. Para que o Parlamento e o Conselho sejam órgãos compatíveis, este último deverá também, em grande medida, trabalhar mais abertamente, e é isso exactamente o que está a acontecer neste momento. Estamos a ultrapassar a aversão do Conselho a colaborar com o Parlamento. Penso que isto vai suceder não só nesta, mas também noutras áreas de trabalho, incluindo nas comissões parlamentares.

O meu grupo político apoiará definitivamente a proposta relativa à decisão de quitação do orçamento, como, certamente, a senhora Presidente em exercício do Conselho teve a oportunidade de constatar no debate de hoje. Não vamos questionar números, não vamos apontar a coluna do lado esquerdo ou direito, receitas, despesas ou boa gestão. Não temos reservas significativas nesta matéria. No entanto, estamos satisfeitos por este debate estar a ter lugar e pela forma como está a decorrer.

**Luigi de Magistris**, *em nome do Grupo ALDE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, enquanto presidente da Comissão do Controlo Orçamental, tenho de reconhecer o importante trabalho realizado pela comissão, bem como o excelente trabalho do relator e a solidariedade política a que temos assistido.

Na origem de tudo isto está o facto de, desde o início, termos pretendido fazer passar uma mensagem muito clara: é nossa intenção trabalhar com muito rigor para garantir a transparência, a correcção e a legalidade da gestão dos fundos públicos e, por conseguinte, da auditoria à execução dos orçamentos.

Alcançaram-se progressos muito significativos com o Conselho, que, de início, não demonstrava vontade de cooperar. Gostaria de felicitar pessoalmente a Presidência sueca por isso. Propôs-se, desde o início, promover a transparência e o rigor.

Nessa perspectiva, esperamos, por conseguinte, que continuem a realizar-se progressos, porque, como é evidente, é absolutamente inaceitável, sobretudo com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, que o Parlamento não tenha acesso à informação e aos dados necessários para poder supervisionar a execução dos orçamentos e dos fundos públicos, no interesse não só da União Europeia mas também de todos os cidadãos europeus.

**Bart Staes**, *em nome do grupo Verts/ALE*. – (NL) Sejamos honestos, continuamos a estar perante um exercício difícil e congratulo-me com a presença do Senhor Presidente em exercício do Conselho. Isto representa um avanço. Com efeito, é a primeira vez que a Presidência está presente neste tipo de debate e acolho esse facto com grande satisfação. Porém, temos de admitir que continua a ser um exercício difícil.

O Conselho continua, na realidade, a esconder-se por detrás de uma espécie de acordo de cavalheiros celebrado algures no início da década de 1970 – há 40 anos – em que o Parlamento e o Conselho aceitaram não interferir nos orçamentos e não controlar as contas um do outro e deixar passar tudo, como respeitáveis cavalheiros. Ora, isso é uma coisa do passado, uma vez que o orçamento do Conselho mudou radicalmente. Há quarenta anos, era composto apenas por despesas de natureza administrativa, mas agora foram adicionadas as despesas operacionais. Por isso, temos de nos esforçar por fazer progressos.

Quebrámos temporariamente o impasse. Estamos preparados para dar quitação, mas agora temos efectivamente de ir mais longe. Afinal, os problemas não ficaram resolvidos. Temos de velar pela aplicação dos princípios da transparência e do controlo democrático ao orçamento do Conselho e também ao orçamento do nosso próprio Parlamento. Por isso, concordo com todos os oradores – o relator e os oradores dos grupos políticos – que afirmaram claramente: reparem, é um tiro de aviso, temos de ir mais longe no próximo exercício de quitação do Conselho. O relatório anual do Tribunal de Contas contém sugestões nesta matéria



e refere, uma vez mais, questões relativas ao programa SESAME. Senhora Presidente em exercício do Conselho, dentro de algum tempo a Senhora poderá já não fazer parte do Conselho, mas nós vamos continuar a insistir na transparência.

**Richard Ashworth**, *em nome do grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por aproveitar esta oportunidade para reconhecer o mérito do senhor Comissário Kallas pelos avanços reais que foram feitos no tratamento das questões e das reservas manifestadas pelo Tribunal de Contas. A meu ver, esta Comissão cessante fez progressos mais positivos do que qualquer uma das últimas Comissões e quero agradecer ao senhor Comissário os esforços que desenvolveu.

É amplamente aceite que a adopção de sistemas de contabilidade patrimonial tem sido um êxito, e que tem sido responsável por melhorias notáveis. Quero também reconhecer os progressos realizados com a política agrícola comum e, em particular, o sistema SIGC que também contribuiu de forma muito positiva.

Todavia, considero que existem dois domínios problemáticos que devem ser referidos. Em primeiro lugar, o Tribunal de Contas apresenta, no seu relatório anual, críticas reiteradas à “exactidão e fiabilidade das operações subjacentes”. Concordo e, neste aspecto, 2007 não foi diferente dos anos anteriores. A sua mensagem é perfeitamente clara: há ainda muito a fazer.

Em segundo lugar, não quero deixar de referir que o Tribunal de Contas criticou a ausência de controlos nos programas de gestão conjunta. Este Parlamento tem instado repetidamente os Estados-Membros a responderem com maior urgência às preocupações dos auditores e exortámos, em particular, os Estados-Membros a cumprirem as condições estabelecidas no acordo interinstitucional de 2006.

Por uma questão de integridade fiscal e de responsabilização pública, têm agora de mostrar mais determinação e, por estas razões, e até à constatação de progressos reais do Conselho nesta matéria, eu e os meus colegas da delegação do Partido Conservador britânico votaremos contra a quitação do orçamento geral de 2007.

**Marta Andreasen**, *em nome do grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, somos deputados eleitos ao Parlamento Europeu, mas os nossos eleitores não sabem o que está a acontecer nos bastidores. Em Abril de 2009, a Comissão do Controlo Orçamental decidiu adiar a quitação ao Conselho. Mesmo que o Tribunal de Contas não tivesse criticado as contas, a Comissão afirmava ter razões suficientes para proceder desse modo. No entanto, após a reunião desta Comissão com a Presidência sueca em Setembro, e de terem sido dadas algumas respostas por escrito às perguntas do Parlamento, o senhor deputado Søndergaard, o relator sobre a quitação ao Conselho para 2007, ainda emitiu um relatório que, mesmo com muito boa vontade, não teria permitido a concessão da quitação. No entanto, foi tomada uma decisão política destinada a conceder quitação e os parágrafos comprometedores foram diluídos.

A Comissão tenciona recomendar que não se criem expectativas para o futuro. Se as pessoas que votaram em nós em Junho soubessem: que existe um consenso para que não se agitem as águas com base num acordo de cavalheiros de 1970, que o auditor interno do Conselho não seria convidado para a Comissão do Controlo Orçamental, porque então o Conselho poderia convidar o auditor interno do Parlamento Europeu com consequências desconhecidas; e que o Tribunal de Contas, que resulta de uma nomeação política, não fez quaisquer comentários ao relatório de Abril de 2008 elaborado pelo auditor interno do Conselho, o que diriam?

Já em 2002, quando eu era chefe da contabilidade da Comissão Europeia, o então Director-Geral do Orçamento afirmou, numa carta enviada ao então auditor interno da Comissão, que o processo de quitação era um jogo interinstitucional e nada mais. Vamos continuar a evitar falar sobre algo que está à frente de todos porque receamos perder os privilégios obtidos após anos de silêncio? Podemos optar por expor e pôr cobro à hipocrisia quando votarmos a quitação do Conselho para 2007. Penso que sabem qual é a minha opção e espero que se associem a mim na recusa da quitação ao Conselho.

**Martin Ehrenhauser** (NI). – (DE) Senhor Presidente, a Política Europeia de Segurança e Defesa não é, neste momento, uma frota, mas é um navio de guerra na política internacional. Todos os anos, sempre que chega o momento de lançar este navio de guerra orçamental do Conselho, ele desaparece, subitamente, no Triângulo das Bermudas e o Parlamento Europeu parece satisfeito em aplicar a máxima “o que não está no nosso radar, não existe”.

Na Primavera passada, surgiram, de repente, contas extraorçamentais e não foi concedida a quitação ao Conselho. Foram apontadas quatro razões para tal. A primeira foi a recusa pelo Conselho de qualquer tipo de reunião formal e oficial com o Parlamento. A segunda foi a recusa pelo Conselho de fornecer respostas

escritas completas. A terceira foi o facto de o Conselho não apresentar um relatório de actividades nem uma lista completa das transferências orçamentais. A quarta razão foi a impossibilidade de determinar se as despesas incluídas no orçamento do Conselho são de natureza operacional.

Entretanto, subitamente, já amanhã, aliás – poucos meses depois – existe a vontade de dar quitação ao Conselho, assim de repente. Contudo, nenhum destes quatro fundamentos para a recusa da quitação foi resolvido ou satisfeito. Os representantes do Conselho continuam a recusar qualquer tipo de reunião formal com o Parlamento. De igual modo, não foi apresentado qualquer relatório de actividades e as contas extraorçamentais não foram fechadas ou resolvidas, tal como exigimos.

Gostaria de recordar ao relator que o seu relatório inicial apresentava um total de vinte pedidos e perguntas ao Conselho. No entanto, onde estão as respostas exactas a essas perguntas? Pode dizer-me? Não, não pode. Em vez de aumentarmos neste momento a pressão sobre o Conselho, o que fazemos? Transformamo-nos em suplicantes e essas exigências transformam-se em pedidos no novo relatório. Quem votar agora a favor da concessão de quitação ao Conselho, estará a dar o seu apoio precisamente a esta situação, em que o Parlamento adopta uma posição de submissão na sua apresentação de pedidos ao Conselho.

**Sidonia Elżbieta Jędrzejewska (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, apoio o projecto de decisão do Parlamento Europeu que concede quitação ao Secretário-Geral do Conselho relativamente à execução do orçamento geral para o exercício de 2007. Apraz-me o empenho colocado pela Presidência sueca e pelo senhor Comissário Kallas na resolução deste problema.

Gostaria de chamar a atenção para várias questões que continuam, porém, pendentes e que teremos de resolver nos próximos anos. O processo difícil e trabalhoso de concessão de quitação ao Conselho mostra o que Parlamento Europeu quer. O Parlamento Europeu quer transparência e um diálogo aberto, mas também formal com o Conselho. Estas exigências do Parlamento Europeu são persistentes e obstinadas, mas não constituem uma expressão de malícia por parte dos deputados, são uma expressão de preocupação com o dinheiro público e são, como de facto deveriam ser, uma expressão de preocupação com a transparência na utilização do dinheiro dos contribuintes.

Gostaria de salientar que o processo de concessão de quitação do Conselho também mostra a forma como o Parlamento fica a conhecer os novos domínios do trabalho do Conselho e que o Parlamento não quer ser excluído do acompanhamento e do controlo das despesas do Conselho em qualquer umas das suas áreas de actividade.

A meu ver, a concessão de quitação ao Conselho para 2007 constitui um passo na direcção certa, mas também devemos dizer claramente que continuam a existir algumas questões que ainda não foram totalmente explicadas e devemos continuar a recordar o Conselho desse facto. Espero que haja aqui um diálogo construtivo, com maior transparência e abertura, para que o dinheiro público possa ser controlado da melhor forma.

**Jens Geier (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de agradecer ao senhor deputado Søndergaard pelo seu excelente trabalho, em resultado do qual o Conselho acabou por ter em conta as preocupações do Parlamento relativamente à questão do processo de quitação. O Conselho recusou-se, durante muito tempo, a dar respostas pertinentes às questões do Parlamento, invocando o acordo de cavaleiros, um contrato de natureza informal, que aliás, já tem 40 anos. Isto parece francamente bizarro, os funcionários do Conselho, 40 anos depois, não sabem exactamente o que está estipulado no acordo de cavaleiros, uma vez que a versão fornecida pelo Parlamento Europeu contém precisamente o contrário do que foi repetidamente afirmado pelo Conselho nas negociações.

A primeira resolução do acordo de cavaleiros indicava que o Conselho não tentaria fazer qualquer alteração às despesas do Parlamento Europeu. A terceira resolução afirma que deve existir uma estreita cooperação entre as duas instituições em questões orçamentais. O Conselho considera que isso significa que cada uma das instituições não vai interferir na actividade orçamental da outra. Nesta fase, vou abster-me de tecer quaisquer comentários quanto à gravidade desta argumentação. Em vez disso, gostaria de agradecer à Presidência sueca do Conselho por ter começado a pôr cobro a esta situação indigna.

A solução é uma adenda ao acordo interinstitucional que regulamenta claramente o processo de concessão de quitação ao Conselho pelo Parlamento, tal como exigido pela proposta de resolução apresentada. Peço, portanto, à Assembleia para apoiar essa proposta.

**Jorgo Chatzimarkakis (ALDE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário Kallas, em primeiro lugar congratulo-me com a presença aqui da Presidência sueca do Conselho e gostaria também de agradecer pessoalmente à senhora Presidente em exercício do Conselho por ter tornado o processo mais transparente. Tudo o que foi afirmado pelos meus colegas é verdadeiro – o processo é mais transparente e, apesar de a senhora Malmström se ter expressado de uma forma mais cautelosa hoje, podemos afirmar que iremos dar quitação. Ainda há um longo caminho a percorrer. Exortamos o Conselho a dar seguimento a este primeiro passo com novas medidas, especialmente tendo em conta que as competências do Conselho no domínio da política externa e de segurança ficaram muito mais claramente definidas no Tratado de Lisboa. No futuro, com a senhora Baronesa Ashton, esta política passará também a ter um rosto. No entanto, os cidadãos não sabiam quem era a senhora Baronesa Ashton e continuarão, eles, os contribuintes europeus, a não saber exactamente o montante que tem à sua disposição e o que faz com ele. Temos de mudar esta situação. Isso é efectivamente uma prioridade absoluta num momento em que estamos a lutar empenhadamente por uma Europa transparente e democrática.

Gostaria de agradecer ao relator, senhor deputado Søndergaard, por ter exercido pressão em nosso nome, o Parlamento, e iremos continuar a exercer a mesma pressão.

**Ville Itälä (PPE).** – (FI) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero também agradecer ao relator, que fez um trabalho excelente. Quando estamos a debater a quitação relativa aos fundos comuns para 2007, não estamos a referir-nos ao dinheiro do Conselho ou da Comissão ou do Parlamento, mas ao dinheiro dos contribuintes. É dinheiro que pertence aos nossos cidadãos que têm o direito de saber onde está a ser gasto.

Antes de tudo, o Parlamento representa as pessoas e deve ter o direito de obter todas as informações de que necessita sempre que as solicita. Não podemos chegar ao ponto de ter de as implorar. É por isso que a abertura e a transparência são a único meio de que as instituições da UE dispõem para conquistar a confiança dos cidadãos.

Quero associar-me aos que louvaram os excelentes avanços efectuados nesta matéria e o magnífico trabalho realizado pela Presidência sueca, que nos permitiu agora conceder a quitação. Gostaria também de agradecer ao senhor Comissário Kallas, que desenvolveu um excelente trabalho nos últimos cinco anos. Foram feitos progressos nestas áreas. É o passo certo na direcção certa.

(Aplausos)

**Aldo Patriciello (PPE).** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em 23 de Abril, este Parlamento adiou a sua decisão relativa à contabilidade do Conselho porque este tinha recusado disponibilizar o seu relatório anual de actividades ao Parlamento, evitando que as suas despesas fossem controladas tal como sucede com as outras instituições.

Temos, de facto, o dever de intensificar os esforços para promover a transparência nas instituições comunitárias, aumentando a sensibilização para a utilização do orçamento comunitário e tornando as instituições europeias e, sobretudo o Conselho, mais responsáveis perante o público.

Considero que têm sido envidados muitos esforços desde o momento em que o Parlamento se recusou a dar quitação ao Conselho. Saudámos, em particular, a publicação do relatório anual de actividades do Conselho no seu sítio Web e o aumento do nível de transparência no sector da política externa e de segurança comum. Congratulámo-nos também com a reunião realizada em Setembro em que, finalmente, houve um debate construtivo entre os representantes da Comissão dos Orçamentos e da Presidência sueca. Os esforços desenvolvidos pelo Conselho para fornecer respostas adequadas às solicitações feitas pelo Parlamento em Abril são igualmente bem-vindos.

Senhor Presidente, para concluir, o texto que iremos votar constitui um avanço significativo no diálogo entre o Parlamento e o Conselho e um sinal forte que esta Câmara pretendia enviar no sentido de proteger os contribuintes através de informações claras, transparentes e oportunas sobre despesas do Conselho.

**Cecilia Malmström, Presidente em exercício do Conselho.** – (SV) Senhor Presidente, muito obrigada por debater esta questão extremamente importante. Fico satisfeita por haver um acordo entre nós relativamente à importância da abertura e da transparência. Estes aspectos constituem, como é natural, a base não só da cooperação construtiva entre nós, mas permitem também que os cidadãos confiem nas instituições europeias. Tal como o Parlamento, o Conselho está disposto a assumir a sua responsabilidade de assegurar a maior

transparência possível quando se trata do dinheiro dos contribuintes e estes problemas tornam-se ainda mais pertinentes, como é natural, com o novo Tratado, que entrará em vigor dentro de apenas uma semana.

A discussão mais alargada sobre a forma que a fiscalização da gestão financeira da União deverá assumir deve ocorrer no âmbito da revisão dos regulamentos e do processo orçamental anual da UE, revisão necessária em virtude da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. No entanto, o Conselho esforça-se e irá continuar a esforçar-se, por seguir as normas e por aplicar o princípio da abertura no que respeita à sua gestão económica. Relativamente ao Parlamento Europeu, iremos continuar a aplicar a prática estabelecida ao longo dos anos e também realizar conversações com o Parlamento a título informal no próximo ano a fim de esclarecer quaisquer questões que possam surgir sobre a execução do orçamento. Neste contexto, espero continuar o diálogo com o Parlamento Europeu sobre a questão da quitação e estou certa de que, no próximo ano travaremos também um diálogo construtivo e informal sobre o relatório do Tribunal de Contas relativo a 2008. Muito obrigada por este debate.

**Søren Bo Søndergaard, relator.** – (DA) Senhor Presidente, gostaria de agradecer a todos os que contribuíram para este debate. Gostaria particularmente de retomar o que foi afirmado pela senhora deputada Andreasen e pelo senhor deputado Ehrenhauser, e recordar que, quando demos início a este processo, não havia qualquer acordo. Quando iniciámos este processo, não obtínhamos qualquer resposta quando colocávamos perguntas e solicitávamos respostas escritas à Comissão. Quando iniciámos este processo, a Comissão abandonava as reuniões sempre que começávamos a colocar perguntas. Era nesse ponto em que estávamos quando começámos.

A nossa tarefa de hoje é decidir se fizemos progressos ou se ainda continuamos na mesma situação. A questão não é saber se conseguimos alcançar tudo o que pretendíamos. Concordo que não conseguimos alcançar tudo o que queríamos. Basta os senhores deputados lerem o meu relatório e agora o relatório da comissão para constatarem que ainda estamos insatisfeitos. Gostaria também de pedir ao Conselho para lerem o relatório muito atentamente, porque contém muitos pontos positivos que podem ser úteis para o próximo ano.

No entanto, fizemos progressos. Quando dermos início à quitação para 2008 – e estamos a fazê-lo agora mesmo – não iremos partir de uma folha em branco. Iremos avançar a partir do ponto a que chegámos este ano. Portanto, acho que é correcto defender o que conseguimos alcançar, através de uma votação a favor que permitirá continuar com esta luta, porque afinal é disso que se trata. O tempo dirá – quando virmos como as coisas correm este ano e no próximo ano e no ano seguinte – se tomámos a decisão certa. É por isso que é fundamental que nós, enquanto comissão e enquanto Parlamento, sejamos capazes de nos manter unidos e cumprir o que nos propusemos fazer.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer ao secretariado, aos relatores-sombra e a toda a comissão, incluindo ao seu presidente, por nos permitirem agir como uma frente unida. Se conseguirmos preservar esta solidariedade – nomeadamente no que se refere à quitação para 2008 – em 2008 seremos capazes de ir mais longe, para além do que conseguimos em 2007. Estaremos, então, em condições de conseguir o que todos queremos alcançar.

**Presidente.** – Está encerrado o debate. A votação terá lugar na quarta-feira, 25 de Novembro de 2009.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Georgios Stavrakakis (S&D), por escrito.** – (EL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria também de começar por felicitar o relator, que fez um trabalho excelente, levantou questões fundamentais e insistiu na necessidade que temos de obter respostas claras, antes de avançarmos para a quitação recomendada. Quero igualmente felicitar a Comissão do Controlo Orçamental, que manteve a sua posição, apoiou o relator e que, apesar das dificuldades iniciais, conseguiu persuadir o Conselho a fornecer-nos respostas para as questões mais importantes. De que forma poderemos recomendar a quitação de um orçamento, de que forma poderemos afirmar responsabilmente que o orçamento em questão está correcto sem sabermos o que está por detrás dos números? Isso seria completamente absurdo. Na sequência das respostas do Conselho, estamos agora em condições para recomendar a quitação, mas, ao mesmo tempo, incluímos observações substanciais na resolução que a acompanha, que a Comissão do Controlo Orçamental aprovou por uma maioria muito ampla. Queremos e acreditamos nos processos abertos e queremos e acreditamos na transparência e queremos ter inteiro conhecimento do modo como o dinheiro dos contribuintes europeus é gasto.

(A sessão, suspensa às 19h25, até ao início do período de perguntas, é reiniciada às 19h30)

**PRESIDÊNCIA: McMILLAN-SCOTT***Vice-Presidente***12. Período de perguntas (perguntas à Comissão)**

**Presidente.** – Segue-se o período de perguntas (B7-0223/2009).

Foram apresentadas as seguintes perguntas à Comissão.

Questão n.º 25 da deputada **Silvia-Adriana Ticau** (H-0372/09)

Assunto: Medidas da Comissão para assegurar um quadro que motive as empresas a investir na investigação e para encorajar os bancos a financiar tais investimentos

2009 é o Ano Europeu da Criatividade e da Inovação. A Estratégia de Lisboa, adoptada em 2000, tem como objectivo a transformação da economia europeia, até 2010, na "economia mais dinâmica e competitiva baseada no conhecimento". Este objectivo maior deve concretizar-se noutros dois objectivos: o aumento da taxa de emprego até um mínimo de 70% e o aumento do nível dos investimentos na investigação até 3% do PIB, no mínimo, devendo dois terços desse montante provir do sector privado. Infelizmente, 2009, ano marcado pela crise económica e financeira afectou todos os Estados-Membros da UE e limitou o acesso das empresas privadas aos instrumentos de financiamento. O nível dos investimentos na investigação não excede 1,85% do PIB e só cinco Estados-Membros investiram na investigação mais de 2% do PIB. A recuperação económica dos Estados-Membros só se produzirá se a UE conseguir manter a competitividade, o que depende dos investimentos na investigação e na educação.

Que medidas prevê a Comissão para assegurar um quadro que motive as empresas a investir na investigação, em especial na investigação aplicada, e para encorajar os bancos a financiar os investimentos na investigação e na inovação?

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) A política europeia em matéria de investigação e inovação baseia-se essencialmente no Sétimo Programa-Quadro de Investigação, que abrange o período compreendido entre 2007 e 2013, o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação, que abrange o mesmo período, e os fundos de coesão igualmente relativos a 2007-2013. Em preparação para estes três importantes programas, a Comissão apresentou uma estratégia a longo prazo e um plano de acção em 2005 e 2006. O plano de acção foi apresentado em 2005, enquanto a estratégia de inovação abrangente data de 2006. Os resultados destes diferentes programas constam da documentação exaustiva elaborada pela Comissão e têm sido frequentemente discutidos aqui neste Parlamento. Terei todo o prazer, senhora deputada Ticau, em fornecer-lhe, uma vez mais, todos estes documentos. Durante o período de perguntas não é possível explicitar o respectivo conteúdo, mas vou tentar destacar os pontos fundamentais.

Através do Sétimo Programa-Quadro de Investigação, verificou-se um aumento verdadeiramente notável na despesa europeia em investigação e desenvolvimento e foi também criada uma série de novos instrumentos, nomeadamente, as iniciativas tecnológicas conjuntas, que deram provas do seu valor.

O Fundo de Coesão é recente e mais adequado ao objectivo de promover a investigação e a inovação e é realmente notável se olharmos para os números – o montante disponibilizado para essas áreas no Fundo de Coesão e nos Fundos Estruturais para o período referido é de 86 mil milhões de euros, o que, aliás, representa 25% do total dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão. Foi criado um novo instrumento no âmbito da política estrutural europeia, a iniciativa de apoio JEREMIE, que, acima de tudo, trata do fornecimento de acesso mais simples ao capital às pequenas e médias empresas. Estas iniciativas estão a ser desenvolvidas em colaboração com o Fundo Europeu de Investimento.

O programa de promoção da inovação e da competitividade, pelo qual sou responsável, é também, e essencialmente, um programa que cria instrumentos de financiamento. A maior parte do dinheiro é efectivamente utilizado na facilitação do acesso das pequenas e médias empresas aos instrumentos de financiamento que se destinam a melhorar a sua capacidade de inovar.

A senhora deputada sabe certamente que a nossa política europeia de crescimento e emprego não tem muitas metas quantitativas. Temos, porém, uma meta quantitativa que não sofre alterações desde 2000. Essa meta consiste em gastar 3% do produto interno bruto em investigação e desenvolvimento. Podemos desde já afirmar que essa meta não será alcançada. Olhar apenas para as percentagens, no entanto, é um pouco enganador, porque, afinal de contas, os números absolutos relativos à despesa em investigação e

desenvolvimento na União Europeia entre 2000 a 2006 subiram 14,8%. É uma taxa de aumento maior que, por exemplo, a dos Estados Unidos. Apesar disso, temos a dizer que os resultados não são satisfatórios, razão pela qual o Conselho aprovou, já em Dezembro do ano passado, um documento intitulado “Vision 2020” para o Espaço Europeu de Investigação, que se ocupa da questão de saber se seria possível mobilizar um maior financiamento para a política europeia de investigação e desenvolvimento.

Não pretendo esconder a minha preocupação pelo facto de a recessão económica actual ameaçar a estratégia a longo prazo destinada a impulsionar a investigação e o desenvolvimento. A Comissão reagiu muito rapidamente a essa ameaça, em Novembro de 2008. O Plano de Relançamento da Economia Europeia, que complementa as medidas dos Estados-Membros destinadas a combater a crise económica e visa impulsionar e contrariar a difícil situação no sector financeiro, está fortemente centrado nas áreas do investimento em investigação e desenvolvimento e na promoção do investimento. Posso dar-lhe três exemplos: a iniciativa “Fábricas do Futuro”, que está relacionada com a modernização da base industrial da Europa, com 1,2 mil milhões de euros em financiamento; a iniciativa a favor dos edifícios eficientes em termos de energia, à qual foram atribuídos mil milhões de euros; e a parceria para a construção de automóveis respeitadores do ambiente, à qual foram igualmente atribuídos mil milhões de euros para o domínio da investigação, para além de despesas no montante de 4 mil milhões de euros de outras medidas de carácter económico.

A Comissão já iniciou os preparativos para a próxima estratégia de crescimento e de emprego. Sem estar a revelar quaisquer segredos, uma vez que o Presidente Barroso já discutiu esta questão nas suas orientações, posso também afirmar que a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação assumirão um papel absolutamente fundamental na próxima estratégia de crescimento e de emprego.

Gostaria de fazer uma outra observação quanto à inovação. A Europa encontra-se efectivamente numa posição muito favorável no que respeita à política de investigação. Temos boas e, em alguns casos excepcionais, capacidades de investigação. Temos também obtido resultados muito positivos em matéria de desenvolvimento tecnológico. Porém, poderíamos ser seguramente melhores no domínio da inovação. Se entendermos a inovação como a aplicação prática da investigação e do trabalho de desenvolvimento de produtos, serviços, concepções e métodos – por outras palavras, de qualquer área em que seja possível uma aplicação prática – ainda vemos um enorme potencial para a criação de mais crescimento e mais emprego na Europa. Por conseguinte, a Comissão anunciou este ano que irá apresentar uma “lei da inovação”. Neste contexto, uma “lei” é um novo instrumento político que desenvolvemos pela primeira vez relativo às pequenas e médias empresas – irão recordar-se da Lei das Pequenas Empresas (“Small Business Act”) – e iremos apresentar uma “lei da inovação” que reúne medidas legislativas, iniciativas políticas e directrizes politicamente vinculativas num pacote importante.

Procurei dirigir este trabalho de forma a permitir à nova Comissão decidir quando quer apresentar esta lei da inovação. Como entenderão, não posso antecipar essa decisão, que caberá à nova Comissão. No entanto, os trabalhos preparatórios já fizeram bons progressos e penso que posso afirmar com certeza que o Parlamento irá tratar a questão dessa lei da inovação no próximo ano.

Para concluir, permitam-me referir que temos assistido, nos últimos anos, à realização de progressos positivos numa frente ampla, embora muito desiguais. No entanto, neste contexto, há que ter uma visão imparcial da situação. Não podemos, por exemplo, esperar que os novos Estados-Membros despendam, desde já, a mesma proporção do produto interno bruto que os Estados-Membros mais antigos em matéria de investigação, desenvolvimento e inovação. No entanto, apraz-me muito constatar que os novos Estados-Membros, em especial os que têm uma maior necessidade de recuperar o seu atraso, são também os que estão a avançar mais rapidamente, pelo que eu considero a evolução globalmente positiva.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Muito obrigada pelas informações e pela sua resposta. Gostaria de perguntar à Comissão se tenciona realizar conversações com as instituições bancárias europeias sobre a possibilidade de concessão de garantias e empréstimos com uma taxa de juro preferencial a empresas e projectos de investigação e inovação actualmente considerados de grande risco. Além disso, os programas europeus de investigação, como o Sétimo Programa-Quadro, que se candidatam a um co-financiamento de até 50%, não são muito adequados às pequenas e médias empresas. Gostaria de perguntar à Comissão se tenciona alterar estes programas a fim de aumentar a participação das pequenas e médias empresas.

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhora deputada Țicău, esse é um ponto muito interessante e é com grande satisfação que posso dizer-lhe que é exactamente isso que a Comissão pensa e, portanto, assim que tem actuado. Quero reiterar que o problema fundamental para as nossas pequenas e médias empresas é a realização do capital de risco necessário para conseguirem pagar a investigação e o

desenvolvimento. Foram criados dois instrumentos importantes neste domínio, nomeadamente o Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação e o programa JEREMIE.

Em ambos os casos, o assunto em questão é o mesmo, ou seja, a capacidade para mobilizar crédito com uma taxa excepcionalmente reduzida através do Banco Europeu de Investimento e do Fundo Europeu de Investimento, respectivamente, com a ajuda de capital de risco – por outras palavras, a participação directa de capital de empresas – e com o auxílio de garantias, a fim de facilitar o acesso das pequenas e médias empresas a este crédito. São programas de investimento de grande envergadura em que participam muitas centenas de milhares de empresas europeias.

Estou certo de que entende que o Banco Europeu de Investimento e o Fundo Europeu de Investimento não conseguem gerir os pormenores de cada concessão de crédito. É por essa razão que esse processo é efectuado através de intermediários, habitualmente os bancos nos Estados-Membros. De acordo com as informações mais recente de que disponho, em todos os Estados-Membros em que o sistema bancário nacional está integrado nessa política, as empresas que procuram aceder aos fundos provenientes do orçamento comunitário conseguem-nos obter através do seu sistema bancário nacional.

**Paul Rübzig (PPE).** – (DE) A minha pergunta refere-se ao conceito da iniciativa Eurostars, algo que implementámos no programa EUREKA que propiciou, em particular, dotações rápidas e eficientes às pequenas e médias empresas. Considera que o referido programa pode ser alargado? E o que pensa do desafio que se coloca ao Oitavo Programa-Quadro de Investigação, em que se está a discutir a ideia de atribuímos, futuramente, 50 mil milhões de euros à investigação no domínio da eficiência energética, nomeadamente no que respeita às PME?

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhor deputado Rübzig, o senhor já sabe a minha resposta, mas agradeço a pergunta. Sim, sou da opinião que todos os programas de que dispomos destinados a facilitar o acesso aos fundos para as pequenas e médias empresas podem ser alargados. Esses programas estão a criar experiências muito positivas e devemos, por isso, alargá-los. Tenho de apelar à vossa compreensão para o facto de não querer pronunciar-me sobre as prioridades do Oitavo Programa-Quadro de Investigação. Por um lado, trata-se de algo que, tal como sabem, não é da minha responsabilidade, e por outro, não seria adequado antecipar-me à nova Comissão que está prestes a ser formada.

Posso apenas dizer que, na opinião da actual Comissão sobre a premissa fundamental da sua pergunta, nos próximos dez anos, terá de se dedicar especial atenção à nossa política de investigação, desenvolvimento e inovação nos domínios da eficiência energética e das energias renováveis e, num sentido mais lato, no domínio das tecnologias que abrem o caminho para hábitos de vida e uma economia sustentável.

Já me conhece suficientemente bem para saber que sempre frisei que o aumento da eficiência energética é, provavelmente, o tipo de programa de sustentabilidade mais barato e mais eficaz, já que nos permite alcançar inúmeros resultados com relativamente poucos recursos. Portanto, se a nova Comissão apresentar propostas específicas nesse sentido, poderá, efectivamente aproveitar o trabalho preparatório realizado pela actual Comissão e as suas políticas.

**Andreas Mölzer (NI).** – (DE) Senhor Presidente, especialmente na indústria farmacêutica, como é óbvio, a investigação e o desenvolvimento são fundamentais quando se trata de inovação e de luta contra as doenças, o que por sua vez, beneficia os cidadãos da UE. Que medidas tenciona a Comissão tomar contra as empresas farmacêuticas que tentam limitar o comércio paralelo no sector dos medicamentos? Irá classificar essas medidas como anticoncorrenciais?

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhor deputado Mölzer, essa questão simplesmente não se coloca, dado que foi exaustivamente analisada e objecto de decisão no âmbito do pacote produtos farmacêuticos proposto pela Comissão no ano passado. Disparamos de jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia que é clara e inequívoca nesta matéria e que integra o comércio paralelo de medicamentos no âmbito da liberdade do mercado interno, pelo que não existe âmbito jurídico para obviar a essa situação.

O pacote produtos farmacêuticos proposto pela Comissão durante o ano passado não estabelece regras específicas que afectem negativamente de forma alguma o comércio paralelo. Nas propostas muito importantes e de grande alcance que dizem respeito à protecção contra a contrafacção de medicamentos na cadeia de abastecimento legal, aplicam-se exactamente as mesmas regras aos fabricantes de medicamentos que às pessoas que efectuam o comércio paralelo. Não existe qualquer tipo de discriminação. Não sei de ninguém na Comissão que tencione tratar desse assunto.

**Presidente.** – Questão n.º 26 do deputado **Marc Tarabella** (H-0377/09)

Assunto: Informação dos consumidores sobre os preços da energia

A Comissão inaugurou recentemente, em Londres, o "segundo fórum dos cidadãos para a energia". Na sua declaração, a Comissária responsável pela protecção dos consumidores insistiu na importância, para os consumidores de energia, de dispor de facturas de gás ou de electricidade, que constituem o melhor indicador do seu consumo de energia, posto que são simples e precisas e permitem a comparação entre os fornecedores.

Além destas grandes manifestações públicas anuais, pode a Comissão indicar a forma como tenciona obrigar os produtores e fornecedores de energia a alcançar esse objectivo essencial para os cidadãos, quando recusou adoptar a "carta dos consumidores de energia" proposta pelo Parlamento?

**Meglana Kuneva**, *Membro da Comissão.* – (EN) Em resposta à primeira pergunta, do senhor deputado Tarabella, sobre os preços da energia, posso afirmar que com a aprovação do terceiro pacote de medidas relativo ao mercado interno da energia, a importância dos cidadãos neste mercado aumentou consideravelmente. As novas medidas visam melhorar o funcionamento do mercado retalhista de energia e proporcionar uma protecção adicional dos consumidores. Estes temas são discutidos e acompanhados no Fórum dos Cidadãos para a Energia, criado com o objectivo de melhorar o funcionamento do mercado retalhista em benefício dos consumidores individuais.

O Fórum, que conta com a participação dos representantes dos consumidores, da indústria, das entidades nacionais reguladoras da energia e das administrações nacionais, visa melhorar a aplicação da legislação em matéria de energia e pode desenvolver elementos para códigos de conduta com efeitos de auto-regulação e mesmo quase obrigatórios para a indústria. Neste contexto, foi criado, na primeira reunião do Fórum em 2008, um grupo de trabalho para a facturação. As recomendações do grupo de trabalho constituem exemplos de boas práticas em matéria de facturação e foram apresentadas e aprovadas na segunda reunião do Fórum em 2009. No próximo Fórum, que deverá realizar-se no Outono de 2010, as entidades reguladoras da energia e a indústria, fornecerão informações sobre a aplicação das recomendações neste domínio.

O terceiro pacote de medidas relativa ao mercado interno da energia também introduziu um novo instrumento que visa informar os consumidores – a lista de controlo do consumidor europeu de energia. A lista de controlo é uma ferramenta que irá ajudar a informar os consumidores nos Estados-Membros sobre os seus direitos, nomeadamente em matéria de facturação, e apoiar a aplicação e cumprimento da legislação no domínio da energia. Destina-se a fornecer aos consumidores informações simplificadas, exactas e práticas sobre os mercados de energia locais. A harmonização das competências das entidades reguladoras da energia em relação à defesa dos consumidores, que irá resultar no controlo activo do mercado, irá aumentar ainda mais a sua protecção.

**Marc Tarabella (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, na vossa resposta, referem-se, com efeito, ao resultado de um segundo relatório no Outono de 2010 e de um terceiro pacote energético que irá ser acompanhado atentamente.

Entretanto, sabem perfeitamente que os milhares de reclamações apresentadas junto de organizações de consumidores e das entidades reguladoras nacionais dizem respeito à total falta de transparência das facturas de gás e electricidade, tanto em termos de preços como de consumo real. Isto, num momento em que a Comissão e os Estados-Membros estão igualmente a insistir, nos seus planos energéticos, na necessidade de reduzir o consumo e na possibilidade de comparar preços com o objectivo de uma eventual mudança de fornecedor. Foi esse o principal objectivo da liberalização.

Portanto, Senhora Comissária, vou directo ao assunto, perguntando-lhe que medidas – e utilizo aqui o plural – tenciona a Comissão adoptar a curto prazo para dar resposta a essas deficiências. Gostaria também de recordar que a Comissão rejeitou uma Carta dos Direitos dos Consumidores de Energia proposta pelo Parlamento Europeu – foi a senhora deputada De Vits que a propôs – que a Senhora Comissária já tinha, anteriormente, preconizado.

**Meglana Kuneva**, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor deputado Tarabella, a sua pergunta centra-se muito nos motivos pelos quais a adopção da Carta foi abandonada. A consulta pública intitulada "Para uma carta europeia dos direitos dos consumidores de energia" foi lançada em Julho de 2007. Os resultados da consulta revelaram que havia pouco conhecimento dos direitos existentes dos consumidores de energia.

A ideia de uma carta que iria criar um único acto legislativo sobre os direitos dos consumidores, que se encontram actualmente incluídos numa série de directivas europeias e em inúmeros instrumentos de aplicação



nacional, foi rejeitada por motivos de natureza jurídica. Os direitos dos consumidores de energia que estão previstos na actual legislação europeia já são juridicamente vinculativos.

Pergunta por que não pode haver uma factura normalizada para todos os consumidores. O nosso grupo de trabalho para a facturação, criado pelo primeiro Fórum dos Cidadãos para a Energia, confirmou que o direito da indústria à auto-regulação, promovendo a inovação em matéria de facturação, deve ser preservado. Simultaneamente, há que garantir uma maior transparência e comparabilidade dos preços e serviços oferecidos aos consumidores

A exactidão das facturas está estreitamente relacionada com a frequência das contagens. A frequência da leitura dos contadores não é definida pela legislação comunitária. No entanto, esta questão é indirectamente tratada pela contagem inteligente.

Gostaria também de salientar que, durante o Fórum dos Cidadãos para a Energia, aprovámos as recomendações de boas práticas na facturação, que visam fornecer aos consumidores informações simples e claras sobre as facturas de gás e electricidade.

Através do painel de avaliação dos mercados de consumo, onde investigámos os diferentes mercados de consumo, constatámos que o mercado onde se verificava a maior parte das reclamações é o mercado da electricidade. Em segundo lugar surgem os mercados financeiros e em terceiro o transporte local.

Foi por isso que a Comissão lançou um importante estudo sobre o mercado retalhista de electricidade, cujos resultados apresentará ao Fórum em 2010. Este é o segundo nível de aplicação dos resultados do painel de avaliação dos mercados de consumo e acredito que, no futuro, este continuará a ser um dos instrumentos mais fortes para fazermos o nosso diagnóstico sobre a forma como o mercado retalhista está a funcionar, especialmente neste caso, que é de tal interesse e tão importante e que está também estreitamente relacionado com os serviços.

**Chris Davies (ALDE).** – (EN) Permitam-me prosseguir com a pergunta: sabemos que existe um potencial enorme para a poupança de energia nos agregados familiares. Olho para a minha factura de electricidade, olho para ela com interesse porque quero fazer essa poupança e, francamente, acho-a confusa.

Ora, se eu a acho confusa, então suponho que muitos dos meus eleitores também acharão. A auto-regulação não é suficiente. A clareza é um domínio em que a Comissão Europeia poderia verdadeiramente marcar a diferença que acho que seria bem acolhida pela generalidade das pessoas e nos proporcionaria uma ajuda significativa na tentativa de reduzir as nossas emissões responsáveis pelo aquecimento global.

Voltem a levar esta questão à Comissão e reconsiderem.

**Franz Obermayr (NI).** – (DE) No primeiro semestre deste ano, os preços do fuelóleo para os fornecedores de gás caíram até 40%. No entanto, esta circunstância teve apenas um impacto ligeiramente positivo para os consumidores, algo particularmente importante nas estações mais frias do ano.

Que medidas tenciona a Comissão tomar para que os consumidores possam também beneficiar destas oscilações positivas dos preços?

**Meglana Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) Como todos bem sabemos, não é a Comissão que fixa os preços. O que podemos fazer e o que estamos empenhados em fazer é em tornar os preços transparentes.

Numa das directivas recentes, a Directiva “Crédito ao Consumo” de 2007, solicitámos aos bancos o estabelecimento de uma metodologia comum para o cálculo da taxa de juros, com base na qual os consumidores poderiam comparar as ofertas e encontrar a solução que lhes fosse mais favorável. Dispomos de diversas ferramentas para trabalhar; é de práticas comerciais desleais que se trata e é justamente a transparência dos preços que está no cerne dessa directiva.

Temos também uma outra directiva horizontal, sobre condições comerciais desleais, que diz respeito à possibilidade de essas condições estarem associadas ao enriquecimento ilícito e injustificado. Penso que foi isso que quis dizer quando colocou a pergunta sobre os preços.

Estamos a tratar desse assunto e temos também de fazer tudo o que for possível para que a aplicação ocorra igualmente bem em todos os Estados-Membros em toda a Europa, porque todas essas directivas dependem muito do modo como são aplicadas. É por isso que estou a propor à Comissão Europeia uma comunicação sobre a aplicação da legislação. Estamos aqui a desbravar novos caminhos, dado que a aplicação é habitualmente da responsabilidade dos Estados-Membros, mas temos de comparar os resultados e de ter

pontos de referência, e, por sinal – relativamente à pergunta anterior sobre as contagens e a compreensão – é por isso que estamos a incentivar vivamente o projecto do sistema de contadores inteligentes. Pode não ser uma iniciativa pan-europeia, mas países como a Suécia, que detém a Presidência, encontram-se entre os pioneiros neste domínio. Não posso deixar de incentivar todos a olharem para este exemplo e a tirarem dele o máximo partido. Este problema pode levar a outras questões, como a forma de calcular a pegada de carbono que todos nós deixamos devido ao consumo de energia.

No que diz respeito a outras áreas, a Comissão tem vindo a fazer muito mais em matéria de rotulagem no domínio da eficiência energética e de uma maior comparação dos preços, incentivando o uso de índices de consumo, como aconteceu em Itália e noutros países, dado que esse também é um serviço muito positivo, prestado através da Internet, que ajuda os consumidores a lutarem por preços melhores.

No entanto, para que isso aconteça, é necessário que haja disponibilidade e aquisições transfronteiriças. O comércio transfronteiras através da Internet representa actualmente apenas nove por cento na União Europeia, pelo que temos a obrigação de concluir a segunda fase do mercado interno, que diz respeito ao mercado retalhista. Este domínio constitui uma das ligações que faltam no mercado interno e espero sinceramente que o Parlamento e a Comissão acelerem a adopção de uma das directivas importantes propostas no âmbito da directiva relativa aos direitos dos consumidores, que pretende incluir um conjunto de normas que irão proporcionar mais segurança e mais confiança, do ponto de vista dos consumidores e das empresas, para aumentar o nível realmente muito fraco do comércio transfronteiras na Europa.

**Presidente.** – Questão n.º 27 do deputado **Jim Higgins** (H-0401/09)

Assunto: Rotulagem de produtos alimentares para os consumidores

Poderá a Comissão indicar as investigações que realizou ou os relatórios que elaborou sobre os produtos alimentares que alegam ser benéficos para a saúde? Foram realizadas investigações ou experiências sobre uma série desses produtos para verificar a validade de tais alegações, tendo em vista a protecção dos consumidores?

**Androulla Vassiliou, Membro da Comissão.** – (EN) Na sequência do pedido dos Estados-Membros e das partes interessadas, a Comissão propôs o regulamento relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos, que foi aprovado em Dezembro de 2006 pelo Parlamento e pelo Conselho.

O objectivo do regulamento é precisamente garantir que as alegações nutricionais e de saúde relativas aos alimentos são verdadeiras, claras e com base em provas científicas geralmente aceites, por forma a assegurar uma protecção adequada dos consumidores. Assim, a Comissão pretende estabelecer uma lista das alegações de saúde permitidas, bem como actualizar as alegações nutricionais permitidas. O regulamento define os procedimentos de autorização a fim de garantir a utilização apenas de alegações cientificamente fundamentadas.

Esses procedimentos pressupõem a consulta, em primeiro lugar da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, que avalia a fundamentação das alegações de saúde, em segundo lugar, da Comissão, que propõe um projecto de medidas autorizando ou rejeitando as alegações de saúde em conformidade e, em terceiro lugar, dos Estados-Membros, que dão o seu parecer sobre as medidas do comité de regulamentação.

Até agora, a Comissão aprovou quatro regulamentos autorizando ou rejeitando as alegações de saúde. Continuarão a ser adoptadas medidas similares de acordo com a avaliação das alegações de saúde efectuada pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, assegurando assim que os consumidores não são induzidos em erro.

**Jim Higgins (PPE).** – (GA) Gostaria de agradecer à senhora Comissária a sua resposta. Congratulo-me com o estudo e o inquérito sobre a indústria alimentar que está a ser realizado pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos, uma vez que já ficou provado que os compradores estão dispostos a pagar mais por produtos alimentares que tenham benefícios relacionados com a saúde.

Afinal de contas, o mais importante é que temos de cumprir as novas normas e pressionar as diferentes empresas para que sejam totalmente honestas no que diz respeito à quantidade de informações que fornecem, para não mentirem às pessoas que compram esses produtos.

**Androulla Vassiliou, Membro da Comissão.** – (EN) Não posso deixar de concordar com o senhor deputado. É exactamente essa a razão pela qual apresentámos este regulamento.

Devo dizer que ficámos surpreendidos com o número de pedidos recebidos. Estávamos à espera de algumas centenas e recebemos 44 000 alegações. Estas 44 000 foram consolidadas num grupo de 4 000, que apresentámos à Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA) para a emissão de um parecer. É por essa razão que a AESA não está em condições de concluir a análise de todas as 4 000 alegações dentro do prazo estabelecido, ou seja até Dezembro de 2010.

Mas considero que é muito importante para os consumidores que concluamos este processo e que saibam exactamente que quando virem uma alegação num produto alimentar no supermercado que esta é, seguramente, baseada em fundamentos científicos e não é enganosa.

**Janusz Władysław Zemke (S&D).** – (PL) Gostaria de agradecer ao senhor Comissário por estas informações – o que estão a fazer é, efectivamente, muito importante.

Mais de 40 000 empresas apresentaram um pedido de decisão que confirme que seus produtos cumprem os mais elevados requisitos e critérios. No entanto, o que acontecerá se receberem esta confirmação, mas, na prática, passado algum tempo, os produtos não cumprirem todos os requisitos ou todos os parâmetros descritos nos rótulos? O que se irá fazer, especialmente no caso das grandes empresas internacionais? Obtiveram autorização e aprovação e declaram-no no rótulo, mas a realidade é completamente diferente. O que acontecerá então?

**Paul Rübzig (PPE).** – (DE) Gostaria de saber de que modo tencionam, no futuro, colocar no mercado e rotular os produtos regionais que são comercializados localmente, com a frescura e elevada qualidade que lhes são características?

**Androulla Vassiliou, Membro da Comissão.** – (EN) A minha resposta à última pergunta é não; refere-se a uma coisa completamente diferente. Refere-se à origem do produto. Do que estamos agora a falar é de alegações de saúde. Quando um produtor faz uma alegação de que um produto é, por esta ou por aquela razão, benéfico para a saúde, essa alegação tem de ser cientificamente fundamentada.

Quanto à outra questão, a AESA examina, como é óbvio, as alegações feitas no momento do pedido, com base em dados científicos fornecidos no momento em que pedido foi apresentado.

Obviamente, se o pedido for apresentado com base em determinados dados científicos e o produtor alterar posteriormente o produto, trata-se claramente uma questão de fraude e serão tomadas medidas contra esse produtor, porque estará não apenas a induzir o público em erro, mas também a defraudá-lo.

**Presidente.** – Questão n.º 28 do deputado **Gay Mitchell** (H-0366/09)

Assunto: Disparidades em matéria de direitos dos consumidores

Os eleitores dirigem-se recorrentemente aos deputados do PE no contexto de problemas enfrentados em matéria de direitos dos consumidores quando residem ou viajam no território de um outro Estado-Membro. Que diligências empreende a Comissão, a fim de promover o conhecimento e a compreensão dos direitos dos consumidores, que variam consoante os Estados-Membros da União Europeia?

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) A questão tem a ver com as disparidades em matéria de direitos dos consumidores e é extremamente oportuna. Existem, em todos os Estados-Membros, instituições e organizações que têm a missão de promover, junto dos seus cidadãos, o conhecimento e a compreensão dos direitos dos consumidores.

No sítio Web encontra-se disponível uma listagem destas instituições e organizações nacionais. Posso, naturalmente, indicar-vos o sítio Web. É [http://ec.europa.eu/consumers/empowerment/cons\\_networks\\_en.htm](http://ec.europa.eu/consumers/empowerment/cons_networks_en.htm) e contém informações muito interessantes.

A Comissão promove a sensibilização para os direitos do consumidor através de diversos instrumentos. Patrocinamos uma rede de centros do consumidor à escala europeia que proporciona aos consumidores informações sobre os seus direitos quando fazem compras além-fronteiras e que os ajuda a utilizar as vias de recurso quando algo corre mal. Os sítios Web, folhetos e brochuras dos centros explicam aos consumidores quais são os seus direitos, por exemplo, quando fazem compras em linha, alugam um automóvel ou reservam férias num outro Estado-Membro.

A Comissão recomenda, portanto, que os deputados ao Parlamento Europeu aconselhem os seus eleitores a recorrer ao Centro Europeu do Consumidor situado nos respectivos países. Além disso, a Comissão realiza

campanhas de informação nos Estados-Membros que aderiram recentemente à UE a fim de aumentar a sensibilização para os direitos dos consumidores e promover organizações e instituições nacionais onde os consumidores possam encontrar mais ajuda e apoio.

A Comissão promove também o conhecimento dos direitos através das suas iniciativas de educação do consumidor, como é o caso da “Agenda Europa” que tem como alvo os estudantes com idade entre os 15 e os 18 anos e o Dolceta – um sítio Web direccionado para adultos e professores.

Por último, mas não menos importante, em Outubro de 2008, a Comissão apresentou a sua proposta de directiva relativa aos direitos dos consumidores, que está actualmente a ser objecto de negociações no Parlamento e no Conselho.

Esta directiva, caso seja aprovada, irá reduzir a actual fragmentação do acervo no âmbito da defesa dos consumidores e assegurar que todos os consumidores da UE beneficiam de um único e simples conjunto de direitos no domínio do consumo, o que facilitaria a realização de campanhas de educação pan-europeias em matéria de direitos dos consumidores.

A Comissão está presentemente a proceder a investigações e à recolha de dados sobre as informações fornecidas aos consumidores no ponto de venda e tenciona consultar especialistas no domínio do comércio retalhista, organizações de consumidores e outros intervenientes no terreno antes de propor medidas concretas.

Tenho também algumas novidades que são muito importantes para nós. Dispomos de duas novas extensões ao sítio Web informativo Dolceta. Adicionámos-lhe mais duas áreas: uma é a do consumo sustentável e a outra é a dos serviços de interesse geral, pelo que estamos a alargar o leque de informações.

**Gay Mitchell (PPE).** – (EN) Agradeço à senhora Comissária a sua resposta. Posso perguntar à senhora Comissária se está ciente de que as pessoas que, tal como refere, adquirem na Internet, por exemplo, cartões de fidelidade para hotéis, ou o que quer que seja, encontrem problemas reais em encontrar alguém a quem possam apresentar uma reclamação? É possível que seja disponibilizado um apartado, mas raramente existe um número de telefone ou endereço de correio electrónico adequado. Senhora Comissária, irão exigir que quem comercializar produtos tenha um número de contacto directo, através do qual as pessoas que têm dificuldades possam contactar directamente quem lhes vendeu produtos ou serviços defeituosos?

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) Esta questão insere-se no domínio de competências das autoridades públicas nos Estados-Membros. A Comissão poderia solicitar a confirmação da existência de autoridades públicas que se ocupem desta matéria. Dispomos de uma rede de autoridades para esse efeito. Recolhemos informações periodicamente, mas a nossa atenção centra-se, ao nível da subsidiariedade, no que podemos fazer a nível transfronteiriço ou pan-europeu. De outra forma, as disparidades são muito grandes de país para país. É algo que faz parte da educação e, como sabemos, a educação é grandemente da responsabilidade dos Estados-Membros.

Relativamente às reclamações, o que eu faço é reunir todas as reclamações e, no âmbito do Painel de Avaliação dos Mercados de Consumo, ver em que nível essas reclamações se encontram, compará-las com a satisfação do consumidor e, posteriormente, retirar as conclusões necessárias sobre a forma como os consumidores são tratados. O senhor deputado tem toda a razão quando afirma que temos de comparar a quantidade de reclamações que são apresentadas nos diferentes domínios. É por isso que propomos – e estamos a trabalhar nisso – a criação de um formulário de reclamação comum na Europa, porque as informações que actualmente chegam às autoridades públicas no país “X” não são apresentadas da mesma forma que no país “Y”. Se dispusermos desse formulário de reclamação comum, a Comissão não irá tornar-se uma espécie de provedor para a defesa do consumidor, mas irá desenvolver a nossa política a partir dessas reclamações e assumir uma maior relevância para os cidadãos. Creio que se trata de um projecto verdadeiramente importante para o futuro.

Temos realmente direitos bastante limitados para intervir no modo como os Estados-Membros tratam das reclamações a nível nacional e quanto à forma como respondem. Poderíamos criar um painel de avaliação e podemos definir parâmetros de referência, mas não podemos substituir a presença do Estado-Membro em causa.

Tenho muita vontade de continuar na Comissão Europeia, assim como no Parlamento, para analisar e aferir o modo como os consumidores são tratados e de que forma os Estados-Membros estão a investir nesta política. Penso que se trata de um excelente investimento, principalmente agora, que estamos a atravessar

uma fase de dificuldades económicas, para verificarmos de que modo os consumidores são tratados, porque isso fornece informações úteis sobre o mercado.

**Malcolm Harbour (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, queria particularmente estar aqui presente esta noite porque penso que esta será a última oportunidade que a senhora Meglena Kuneva terá de se nos dirigir enquanto comissária e queria colocar duas perguntas.

Em primeiro lugar, a senhora Comissária concordaria comigo em que as informações prestadas aos consumidores, as acções-surpresa de fiscalização e o seu trabalho têm aumentado exponencialmente durante o seu mandato enquanto primeiro membro da Comissão com responsabilidade especificamente centrada nos consumidores?

Em segundo lugar, a senhora Comissária concordaria também comigo relativamente ao facto de ser absolutamente fundamental que, na próxima Comissão, continuemos a ter um comissário dedicado à defesa dos consumidores? Ouvimos rumores preocupantes de que pode não ser o caso da nova Comissão e queria dar à senhora Comissária a oportunidade de nos dar, esta noite, sua opinião.

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) Tive o privilégio de trabalhar com o senhor deputado Harbour, experiência que muito apreciei, por isso, permitam-me agradecer-lhe específica e pessoalmente por esta oportunidade que me foi proporcionada nos últimos três anos. Acredite em mim, vou continuar a ser uma política muito dedicada à economia de mercado porque o mercado não é simples, mas uma espécie de laboratório dos direitos civis. Fico muito feliz por estarmos tão próximos dos direitos que são hoje tão importantes para toda a humanidade, nomeadamente os direitos em matéria de protecção do ambiente.

A pasta da defesa do consumidor é realmente muito importante. Tem a ver com o mercado e com o mercado retalhista, mas algo mais, algo para além disso, nomeadamente a questão dos direitos, da aplicação, das reclamações dos consumidores e da criação de uma política mais relevante.

Estou absolutamente convicta de que o senhor Presidente Barroso irá encontrar o equilíbrio certo, uma vez que afirmou, na sua intervenção, que temos de encontrar as ligações em falta no mercado interno. Considero que uma dessas ligações em falta é o mercado retalhista. Estou absolutamente convicta de que o senhor Presidente irá prestar a máxima atenção às questões dos consumidores de uma forma ou de outra e estou convicta de que a política irá manter-se muito estável. No entanto, não deixarei, naturalmente, de transmitir a mensagem.

**Presidente.** – Questão n.º 29 do deputado **Pat the Cope Gallagher** (H-0412/09)

Assunto: Empresas de aluguer de automóveis

Considera a Comissão admissível a prática das empresas de aluguer de automóveis que exigem aos consumidores o pagamento de um depósito de combustível cheio antes do aluguer, independentemente do facto de o consumidor poder vir a devolver o automóvel com, suponhamos, meio depósito de combustível, e que o consumidor não seja reembolsado?

Será esta prática conforme à Directiva 90/314/CEE<sup>(3)</sup> relativa às viagens organizadas?

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) A Comissão tem pleno conhecimento dessa prática das empresas de aluguer de automóveis e já respondeu a uma série de outras perguntas parlamentares e de reclamações dos cidadãos sobre essa matéria. Pessoalmente, recebo imensas.

Já afirmei antes que tal prática é inaceitável se implicar os consumidores terem de pagar pelo combustível que não utilizaram sem serem clara e previamente informados. A directiva relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados só seria aplicável se os serviços de aluguer de automóveis estivessem incluídos num pacote de férias. No entanto, a directiva relativa às viagens organizadas não regula esta questão em particular. Por outro lado, estas práticas podem ser contrárias à directiva relativa às práticas comerciais desleais e à directiva relativa às cláusulas abusivas nos contratos celebrados com os consumidores.

Em primeiro lugar, nos termos da directiva relativa às cláusulas abusivas nos contratos, as cláusulas contratuais gerais não devem dar origem a um desequilíbrio significativo em prejuízo dos consumidores. Além disso, as cláusulas contratuais devem ser redigidas de forma clara e compreensível. Pode-se alegar-se que uma cláusula que, na prática, leve os consumidores, a pagar por algo que não consumiram é abusiva.

<sup>(3)</sup> JO L 158 de 23.6.1990, p. 59.

Em segundo lugar, a directiva relativa às práticas comerciais desleais obriga os profissionais a agir em conformidade com as normas relativas à diligência profissional. Os profissionais devem ser abertos e frontais relativamente às principais características do serviço prestado. As empresas de aluguer de automóveis que não informem os seus clientes de que o combustível não consumido não será reembolsado podem estar a violar o disposto nesta directiva. Esta prática também pode ser considerada contrária às normas da diligência profissional, que esta directiva obriga os profissionais a cumprir.

No entanto, o senhor deputado deve saber que compete às autoridades nacionais de execução determinar se essas práticas são desleais e agir judicialmente contra as empresas infractoras. A Comissão não possui quaisquer poderes de execução; os consumidores que tenham adquirido serviços transfronteiriços podem, contudo, apresentar uma reclamação junto do Centro Europeu do Consumidor no seu país de origem, que deve ser capaz de ajudá-los a receber reparação de comerciantes noutros países da UE.

Mas considero que temos de fazer tudo o que for possível para que não existam lacunas na legislação e para que os consumidores não se sintam injustiçados, desesperados ou desamparados.

**Pat the Cope Gallagher (ALDE).** – (EN) Permitam-me que agradeça à senhora Comissária pela sua resposta e que lhe deseje as maiores felicidades na actividade que decidir abraçar depois da sua participação nesta Comissão.

Esta prática é recorrente em toda a União, os consumidores que alugam um carro pensarem que fizeram um acordo razoável – entendemos a questão do seguro, que é extremamente importante – mas ficam posteriormente a saber que devem entregar o carro vazio.

Deve existir alguma directiva que as empresas estejam a violar. Considero que não é suficiente a Comissão afirmar que esta situação pode ser resolvida através da comunicação ao centro de consumo nos diferentes países. Penso que se trata de um problema importante. Há que dizer claramente que estamos perante uma prática de extorção. As pessoas que vão de férias limitam-se, frequentemente, a levar o carro até ao seu destino e a regressar; sei que muitos dos meus eleitores consumiram gasolina no valor 15 euros, mas tiveram de pagar por ela 60 euros. É uma diferença de 45 euros, dado que, no caso de um carro médio, encher o depósito de gasolina custa 60 euros.

É algo que penso que devemos tratar e espero que a próxima Comissão e o próximo comissário assumam a responsabilidade e façam algo concreto nesta matéria.

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) Tal como foi dito, cabe às autoridades nacionais a aplicação da legislação pertinente e, independentemente das críticas que possamos fazer às nossas instituições europeias, penso que temos também de ter em mente que estamos a actuar ao abrigo do princípio da subsidiariedade e que existem certas áreas em que a Comissão não pode agir de forma directa.

Penso que seria adequado insistirmos também na responsabilidade dos Estados-Membros; por outro lado parece-me que temos boas notícias do Parlamento, porque a Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores (IMCO) está actualmente a participar na elaboração de um relatório de iniciativa sobre defesa dos consumidores, para o qual é relatora a senhora deputada Anna Hedh. Conforme acordado na última reunião da Comissão IMCO, este relatório de iniciativa irá abranger o painel de avaliação do mercado de consumo e a aplicação da legislação a que nos estamos a referir, relativamente à qual a Comissão já tinha emitido uma comunicação em 2 de Julho de 2009.

Estamos a tratar da aplicação, mas sem os Estados-Membros será muito difícil obter resultados positivos. Mas reconheço plenamente a gravidade do problema – acreditem que partilho da mesma ansiedade, ao receber imensas reclamações e não ser capaz de ter uma linha prática e de resolver o problema em vez de deixar a solução a cargo do Estado-Membro.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Aluguei um automóvel em Frankfurt para o primeiro dia em que estive aqui no Parlamento. O depósito estava cheio e foi pago pela empresa. Tive de devolver a viatura novamente com o depósito cheio. É uma boa prática muito simples. Pode a Comissão garantir ou recomendar a aplicação correcta desta prática em toda a União Europeia? É justa, é transparente e é adequada.

**Malcolm Harbour (ECR).** – (EN) Estamos a falar de um tema que já discuti pessoalmente com as empresas de aluguer de automóveis. Mas existem outras questões para além desta: por exemplo, os pedidos de indemnização por danos de natureza inesperadamente elevada e os automóveis não inspecionados. Gostaria, portanto, de saber se a senhora Comissária concordaria comigo que, ao abrigo das disposições da directiva relativa aos serviços para o fornecimento destes serviços, os Estados-Membros sejam explicitamente

incentivados a promover códigos de conduta adequados para o fornecimento de serviços transfronteiras. Parece tratar-se exactamente do tipo de domínio em que devemos incentivar os Estados-Membros, talvez com o auxílio da Comissão, para levar os operadores de aluguer de automóveis a produzirem, em conjunto, um código de conduta que os operadores respeitáveis teriam de subscrever, que englobaria as questões que os meus colegas estão a debater, para além de outros problemas graves dos consumidores.

**Meglena Kuneva, Membro da Comissão.** – (EN) Parece-me que esta é uma das ideias mais importantes que temos de desenvolver futuramente. Em primeiro lugar, a directiva relativa aos serviços, porque, como é natural, a nossa economia e as nossas vidas dependem em grande medida dos serviços e porque não podemos simplesmente permitir que as empresas com má reputação manchem todo este sector de actividade.

Temos de lutar contra as más práticas e temos de proteger sempre os consumidores. Mas, *est modus in rebus*, temos realmente de determinar a responsabilidade do Estado e da Comissão.

Dispomos de uma rede de autoridades públicas através das quais estamos a realizar acções-surpresa de fiscalização nos Estados-Membros. Se tivermos uma espécie de código de conduta, a que o senhor deputado Harbour fez referência, ou se detectarmos uma violação da legislação relativa às práticas comerciais desleais, os centros e as diferentes autoridades públicas poderão ser aconselhados a investigar todos os serviços de aluguer de automóveis nos Estados-Membros e a limpar o mercado.

Fizemo-lo com as companhias aéreas, cujos sítios Web estavam a oferecer bilhetes, fizemo-lo com toques para telemóveis e fizemo-lo com os produtos electrónicos. Por que não intensificar os nossos esforços e realizar uma espécie de acções-surpresa de fiscalização também no sector do aluguer de automóveis?

**Presidente.** – Questão n.º 30 do deputado **Georgios Papastamkos** (H-0363/09)

Assunto: Programa de acção relativo à redução dos encargos administrativos na UE

Em Janeiro de 2007, a Comissão apresentou o programa de acção relativo à redução dos encargos administrativos na UE, no intuito de avaliar o custo administrativo da legislação da UE, bem como de reduzir, em 25%, os entraves administrativos, até 2012. Refira-se que o programa em questão é financiado pelo Programa Competitividade e Inovação (PCI).

Como avalia a Comissão os progressos até hoje registados no âmbito da aplicação do programa de acção supramencionado e sua influência na competitividade das empresas europeias?

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhor Deputado Papastamkos, essa pergunta proporciona-me a oportunidade de lhe relatar uma história muito gratificante de sucesso. O programa de acção relativo à redução dos encargos administrativos na União Europeia é um dos pilares do programa “Legislar melhor”. Referi pela primeira vez já na Primavera de 2006 que tencionava reduzir os encargos da burocracia das empresas europeias decorrentes das normas europeias em 25% até 2012 e que, nesse sentido, seria necessário que a Comissão apresentasse propostas para o efeito até finais de 2009.

A Comissão não se limitou apenas a apresentar as propostas pertinentes, mas foi mais longe. Fê-lo com base numa quantificação que efectuámos em toda a Europa. Quando não se sabe quais são efectivamente os encargos da burocracia na Europa, qualquer um pode dizer que está a reduzir os encargos em 25%. Foi por isso que organizámos a maior quantificação de sempre, através da qual pretendemos determinar quais são os encargos reais para as empresas europeias decorrentes dos actos jurídicos europeus e da respectiva aplicação, no que diz respeito à documentação, estatística, informação e afins.

Os resultados foram, de uma maneira geral, os que esperávamos. As empresas europeias gastam 124 mil milhões de euros por ano nestas formas de burocracia, que representam aproximadamente metade dos encargos totais com burocracia suportados pelas empresas europeias. Por outras palavras, 50% desses encargos são produzidos aqui em Estrasburgo ou em Bruxelas.

No que respeita à imprensa britânica e aos deputados britânicos desta Câmara, quero acrescentar, especificamente, que seria completamente errado tirar daqui a conclusão de que o próprio mercado interno dá origem a encargos burocráticos no montante de 124 mil milhões de euros. Se não dispuséssemos destas normas europeias, existiriam 27 conjuntos de normas nacionais diferentes em todos estes domínios e os encargos para as empresas europeias – na medida em que participam no mercado interno – seriam muito mais elevados. Pretendo deixar ficar esse ponto bem claro, insistir até, porque estou muito cansado de ouvir observações completamente caluniosas sobre os custos do mercado interno através de determinados meios de comunicação social na Europa. Não obstante, acreditamos que 124 mil milhões de euros é um valor muito

elevado e que, através de uma melhor legislação, podemos atingir plenamente os objectivos da nossa legislação e reduzir os encargos inerentes.

Nesse sentido, a Comissão já apresentou, propostas adequadas e o resultado é o seguinte – gostaria apenas de vos apresentar os valores. As medidas que os legisladores já aprovaram, e que já se encontram em vigor, estão a reduzir os encargos com a burocracia suportados pelas empresas europeias em 7 mil milhões de euros por ano. As economias potenciais resultantes das medidas propostas pela Comissão e que os legisladores ainda não aprovaram ascendem a 31 mil milhões de euros por ano. A Comissão está actualmente a trabalhar noutras propostas que irá apresentar em breve e que irão proporcionar poupanças significativas de mais 2 mil milhões de euros, o que significa que teremos poupanças potenciais no total de mais de 40 mil milhões de euros por ano. Essa medida iria cumprir amplamente a meta de redução de 25% nesses encargos, desde que as medidas sejam efectivamente adoptadas pelos legisladores.

Tenho uma observação final a acrescentar, e que é que o programa está a ser complementado com programas nacionais correspondentes em todos os Estados-Membros. É com satisfação que posso informá-los que todos os 27 Estados-Membros dispõem agora de programas equivalentes em vigor. No entanto, não constituirá para vós surpresa se eu afirmar que nenhum dos Estados-Membros conseguiu, até agora, obter valores indicadores de tão grande êxito como os que vos pude comunicar hoje relativos às medidas propostas pela UE.

**Georgios Papastamkos (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, no programa de acção da Comissão, datado de 22 de Outubro, os senhores faziam referência, entre outras coisas, ao regime que isenta as microentidades das obrigações contabilísticas. Na minha opinião, Senhor Comissário, existem outros obstáculos mais importantes de natureza legislativa, administrativa e fiscal. Poucas microentidades têm qualquer actividade com uma referência transfronteiriça; existem muito mais microentidades que necessitam da segurança do carimbo de um contabilista para poderem aceder a financiamentos bancários e de transparência nas suas transacções. Gostaria de obter uma resposta sua a esta pergunta específica.

**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhor Deputado Papastamkos, o senhor conhece provavelmente a minha opinião, que é, com efeito, ainda um pouco mais radical que a sua. Na minha opinião muito própria e assente, não temos absolutamente nada a ver com as microempresas que não operam no mercado interno – não dizem respeito aos legisladores europeus, nem à Comissão Europeia.

No entanto, Senhor Deputado Papastamkos, saberá que estamos em minoria quanto a esta matéria. Sempre que esta Assembleia se reúne, e, especialmente, durante o período de perguntas, ouço uma série de propostas relacionadas com a conduta das pequenas e micro empresas. Por outras palavras, Senhor Deputado Papastamkos, têm aqui muito trabalho de persuasão a desenvolver.

No entanto, com a introdução do teste PME especial – ou seja, o teste destinado às pequenas e médias empresas – destinado à realização das avaliações de impacto, a Comissão teve o cuidado de velar por que seja considerado de forma muito específica o seu impacto nas pequenas, médias e microempresas e, sempre que possível, o princípio é que as microempresas sejam isentadas do cumprimento das normas.

A este respeito posso citar um exemplo concreto. A Comissão propôs isentar as microempresas do cumprimento dos regulamentos comunitários relativos à prestação de informações financeiras. Esta medida irá permitir a essas empresas poupar 7 mil milhões de euros por ano em encargos. Lamento informar-vos de que a comissão competente do Parlamento Europeu rejeitou a proposta da Comissão e lamento ter de vos comunicar que existe uma oposição organizada a essa proposta – estou seguro de que conseguem imaginar quem está a organizar essa oposição. Apesar disso, a Comissão ainda mantém a sua proposta. Representa um elemento absolutamente fundamental da nossa política relativa às pequenas e médias empresas e da redução dos encargos da burocracia para as microempresas.

**Presidente.** – Questão n.º 31 do deputado **Seán Kelly** (H-0368/09)

Assunto: Turismo nos termos do Tratado de Lisboa

Poderá a Comissão indicar os planos que tem vindo a desenvolver, em termos de acções preparatórias e outras iniciativas, para abrir caminho à definição de uma competência no domínio do turismo por força do Tratado de Lisboa (artigo 195.º do TFUE), partindo do princípio de que aquele Tratado entrará em vigor?

Poderá a Comissão pronunciar-se sobre a possibilidade de desenvolver sinergias com as políticas de turismo e de desenvolvimento regional, com referência específica a regiões da UE marginalizadas, quer do ponto de vista geográfico, quer económico?



**Günter Verheugen, Vice-Presidente da Comissão.** – (DE) Senhor Deputado Kelly, do ponto de vista estritamente jurídico, o Tratado de Lisboa traz uma mudança, na medida em que considera o turismo uma competência de nível 3 da Comunidade, ou seja, a Comunidade pode agir em complemento das actividades dos Estados-Membros, mas não pode impor qualquer legislação de harmonização neste domínio. Na prática, o Tratado de Lisboa não representa qualquer alteração do *status quo*, uma vez que a base jurídica que o Tratado de Lisboa agora proporciona nesta matéria já nós conseguimos há alguns anos através de uma forma de colaboração voluntária com os Estados-Membros. Isso significa que os Estados-Membros concordaram há alguns anos com o desempenho pela Comissão de um papel na política de turismo. Temos, com efeito, sido capazes de tomar uma série de decisões específicas em conjunto com os Estados-Membros.

Todavia, o facto de o turismo passar agora a ocupar o seu próprio espaço nos tratados europeus, significa que o turismo irá ganhar uma maior relevância no nosso crescimento global e na nossa política de emprego. Se eu pudesse fazer com que a próxima Comissão herdasse, por assim dizer, uma coisa de mim, seria isso. Existe um enorme potencial de crescimento neste domínio que poderia ser mais facilmente desbloqueado através de uma colaboração hábil e inteligente entre os Estados-Membros e as instituições comunitárias. É absolutamente claro que a Europa continua a ser o destino mais aliciante para os turistas de todo o mundo. No entanto, temos de proceder a mudanças estruturais imensas. Temos de fazer face à enorme concorrência, especialmente da Ásia. Temos de envidar todos os esforços para que a Europa continue a ser o destino turístico número um do mundo.

Se me perguntassem qual é, na minha opinião, a maior prioridade, diria que todos os fornecedores de serviços de turismo – as regiões, os Estados-Membros e as instituições comunitárias – devem, de uma forma geral, fazer mais para tornar a Europa mais conhecida em todo o mundo como uma marca de turismo e de qualidade. Já demos os primeiros passos nesse sentido e considero que ainda há muito mais a fazer nessa matéria. Espero que, com base no sinal político claro enviado pelo Tratado de Lisboa e pela sua inclusão da política de turismo, assistamos, nos próximos anos, a uma maior exploração aqui no Parlamento, no Conselho e na Comissão das oportunidades que existem para a promoção do turismo europeu e para o aumento da sua visibilidade. Estou absolutamente convicto que se trata de um domínio em que existe uma margem considerável para um maior crescimento e em que, acima de tudo, podemos criar postos de trabalho em regiões da Europa onde não existem alternativas concretas, onde apenas o turismo pode criar emprego de qualidade.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Inicialmente fiquei um pouco surpreendido com as observações de abertura do senhor comissário, mas que posteriormente esclareceu a situação. Fico muito satisfeito, como afirma o senhor comissário, por a nova Comissão poder analisar esta questão. Existem aí grandes oportunidades para desenvolver o turismo de forma adequada em toda a União Europeia e estou muito satisfeito por trabalhar com a Comissão e por fazer o que for possível, porque estamos perante uma oportunidade. É muito importante mostrar que o Tratado de Lisboa está ao serviço das pessoas e que gera emprego, sobretudo no turismo, por isso estou muito satisfeito com a resposta e não vejo necessidade de mais esclarecimentos.

**Jörg Leichtfried (S&D).** – (DE) Sempre que discutimos o turismo a nível europeu – fiquei agora a saber que irá continuar a não haver opções legislativas nesta matéria no futuro – encontramos um problema grave que diz respeito ao turismo, aos transportes e à protecção do ambiente, nomeadamente os períodos de férias europeus, que não foram harmonizados, integrados ou alinhados. Tenho agora uma pergunta que gostaria de lhe colocar; tendo em conta a sua grande e longa experiência como comissário, vislumbra alguma oportunidade de, futuramente, os períodos de férias europeus virem a ser coordenados – talvez não inicialmente regulamentados com uma base legislativa – mas dar-se início a uma tentativa de coordenação que evite este caos de férias que existe actualmente, em que se começa sempre subitamente a um sábado em toda a parte e ao mesmo tempo, e haja mais flexibilidade, podendo o quadro geral, de alguma forma, ser coordenado?

**Nikolaos Chountis (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a minha pergunta complementar irá proporcionar-lhe uma oportunidade de me dar uma resposta, porque as perguntas que quero colocar também já foram reforçadas pelas respostas que foram dadas até este momento. A crise económica mundial também teve um efeito negativo sobre o turismo. Portanto, tendo em conta a importância do produto turístico para a Europa e para certos países como a Grécia, de onde venho, gostaria de lhe perguntar o seguinte: em primeiro lugar, que medidas tenciona a Comissão tomar a fim de reforçar e preservar os postos de trabalho na indústria do turismo na União Europeia? Em segundo lugar, que iniciativas irá a Comissão tomar a fim de reforçar o turismo interno na Europa? E, em terceiro lugar, que medidas irão tomar para atrair turistas de países exteriores à União Europeia?

**Günter Verheugen**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (DE) Senhor Deputado Leichtfried, relativamente à primeira pergunta, dir-lhe-ia que podemos sempre tentar. Durante a Presidência austríaca, fizeram-se uma série de tentativas destinadas a coordenar o início do período de férias, mas sem êxito. Eu defenderia o prosseguimento das tentativas, mas alertaria também para que não se criem expectativas exageradas.

A ideia que predomina em determinadas zonas turísticas de que é possível coordenar os períodos de férias na Europa de modo a que estas zonas turísticas possam estar a operar com capacidade plena durante todo o ano é uma ilusão e, aliás, não contaria, de forma alguma, com o meu apoio. Todos têm o direito de gozar férias na época do ano que mais lhes convém e quando o valor de recuperação está mais elevado. No entanto, tem toda a razão ao afirmar que os países vizinhos deveriam tomar providências para que os seus períodos de férias não tenham sempre de começar no mesmo dia em todo o lado. São medidas que considero exequíveis e não apenas do ponto de vista da política de turismo, que devem ser seriamente tratadas, pura e simplesmente à luz da política ambiental e de transportes.

Quanto à pergunta do senhor deputado Chountis, investigámos exaustivamente o impacto da crise económica no turismo e concluímos, a partir de 50 000 partes interessadas em toda a Europa, que as pessoas ainda estão a ir de férias – não estão a abdicar das suas viagens de férias – mas estão a viajar para destinos menos distantes, a gastar menos e tendem mais a gozar as férias no seu próprio país. Porém, continuam a exigir os mesmos padrões, o que significa que quem vai ganhar neste momento são os que conseguem oferecer um rácio especial preço/serviço.

Quaisquer medidas que a Comissão adopte neste domínio podem apenas surgir em complemento das medidas adoptadas pelos Estados-Membros. Não possuímos uma política de turismo europeia autónoma *per se* e seria excessivo, neste contexto, especificar o enorme número de iniciativas que visam aumentar a sensibilização em todo o mundo, e também na Europa, para os atractivos do continente europeu enquanto destino turístico. Permitam-me referir apenas um exemplo que se revelou, recentemente, muito positivo. Há três anos, lançámos o concurso Destinos Europeus de Excelência (EDEN). Este concurso incentivou as regiões turísticas da Europa a mostrar as suas realizações em determinadas áreas e os três anos de experiência revelaram que possuímos produtos turísticos extraordinários em quase todos os aspectos em toda a Europa. O ponto fundamental consiste efectivamente em chamar a atenção para estes produtos turísticos. Foi por isso que criámos um portal Web que possibilita o acesso universal com um único clique a todas as informações turísticas pertinentes de todos os Estados-Membros.

**Presidente**. – Questão n.º 33 do deputado **Konstantinos Poupakis** (H-0361/09)

Assunto: Participação dos parceiros sociais na elaboração e aplicação das políticas de emprego a nível nacional e europeu

É evidente que a intensidade e dimensão da crise económica geraram consideráveis problemas suplementares quanto à organização e funcionamento do mercado de trabalho nos Estados-Membros da UE, cuja gestão ultrapassa as competências das autoridades nacionais. Uma das repercussões mais graves para os Estados-Membros reside na baixa do emprego e, por conseguinte, na tendência registada na taxa de desemprego, bem como no carácter eminentemente laborioso da criação de novos postos de trabalho estáveis e de qualidade. Além disso, o funcionamento dos mercados de trabalho nacionais atravessa actualmente uma fase de reestruturação, cujas consequências são sentidas pelos trabalhadores, na medida em que as convenções colectivas não são aplicadas na prática, em que a precariedade do emprego regista um aumento e em que as relações de trabalho se deterioram, em virtude da adopção de formas de trabalho flexíveis, o que não é acompanhado, como seria conveniente, de um reforço dos conceitos de segurança e protecção no trabalho.

O que pensa a Comissão sobre a situação descrita? É ponderada a hipótese de uma participação mais activa e de uma implicação dos parceiros sociais na perspectiva da elaboração de políticas que visem garantir a organização e o funcionamento harmonioso do mercado de trabalho, lutar contra o desemprego e reforçar o emprego a nível nacional e europeu?

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como sabem, os Estados-Membros são os principais responsáveis pela criação e aplicação de medidas políticas de resposta à crise e, mais especificamente, pelas suas repercussões no emprego. Apesar disso, a Comissão tem desenvolvido, desde que a crise eclodiu no Outono passado, uma série de iniciativas destinadas a mitigar o impacto da crise económica e financeira no mercado de trabalho.

O plano de relançamento da economia europeia apresentado pela Comissão em Novembro de 2008 e aprovado pelo Conselho tem como objectivo a resolução de questões prementes e apela também ao investimento que deve resultar em benefícios a longo prazo para a União Europeia. O plano de relançamento destaca a importância da aplicação das políticas integradas resumidas à luz do conceito de flexigurança e que visam proteger os cidadãos europeus dos efeitos mais graves da crise. Neste contexto, sublinha a necessidade de sistemas de activação mais sólidos, da reconversão e da melhoria das qualificações e de uma melhor articulação entre as competências disponíveis e as necessidades do mercado de trabalho e salienta a necessidade de apoiar os mais vulneráveis. O objectivo é proteger o emprego e, particularmente, o emprego a longo prazo em vez de postos de trabalho específicos. A experiência mostra que os objectivos fundamentais da flexigurança, ou seja, a capacidade de adaptação às mudanças e a facilitação da transição entre empregos, são extremamente importantes em períodos de crise económica e de crescente instabilidade no mercado de trabalho.

A abordagem integrada fornece uma estrutura política unificada que permite coordenar esforços no sentido de solucionar as repercussões da crise no emprego e no domínio social e pode ajudar a encontrar um equilíbrio entre as medidas a curto prazo que visam colmatar as necessidades a curto prazo, como por exemplo, reduções temporárias do horário de trabalho e reformas a longo prazo que implicam, por exemplo, melhores qualificações e políticas activas no mercado de trabalho.

O plano de relançamento foi seguido da cimeira sobre o emprego que se realizou em Maio deste ano. Nessa ocasião, os principais participantes manifestaram uma vontade comum de atenuar o impacto da crise económica no emprego na UE. Em relação à cimeira sobre o emprego, a Comissão aprovou, em 3 de Junho, uma comunicação intitulada "Um compromisso comum a favor do emprego", que definiu três grandes prioridades de acção: manutenção do emprego, criação de postos de trabalho e promoção da mobilidade, a modernização das qualificações e melhoria da articulação entre as competências disponíveis e as necessidades do mercado de trabalho e a promoção do acesso ao mercado de trabalho. Estas três prioridades-chave foram aprovadas na reunião de Junho do Conselho Europeu.

A Comissão está firmemente convicta de que a cooperação com e entre os parceiros sociais é extremamente importante, especialmente num momento de crise e de reestruturação. Os parceiros sociais desempenham um papel fundamental na criação e aplicação de medidas de relançamento económico. A nível nacional, esse papel resulta das tradições e das experiências relacionadas com a participação dos parceiros sociais na definição e aplicação de políticas para o mercado de trabalho. A nível da UE, prosseguem as consultas sobre as políticas propostas, especialmente no âmbito da cimeira social tripartida. A cooperação com os parceiros sociais da UE intensificou-se este ano relativamente aos preparativos para a cimeira sobre o emprego já referida e à comunicação de 3 de Junho.

**Konstantinos Poupakis (PPE).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, congratulo-me por o senhor Comissário também - assim parece da sua intervenção - considerar a participação activa dos parceiros sociais excepcionalmente importante para a natureza democrática e para a eficácia do diálogo social, especialmente neste momento crítico em que assistimos ao aprofundamento da crise económica, com redução do emprego, desemprego, trabalho precário e muito mais. No entanto, conhecendo a natureza formal dessa participação até à data, gostaríamos de saber se a Comissão tenciona adoptar medidas institucionais específicas destinadas a salvaguardar a participação fundamental enquanto pré-requisito, tanto a nível europeu como a nível nacional, com orientações específicas da União Europeia.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, devo dizer que o artigo 138.º do Tratado define claramente a posição dos parceiros sociais e a respectiva participação na negociação de todas as questões sociais importantes. A Comissão utiliza plenamente esse quadro e têm, por conseguinte, também sido celebrados acordos entre os parceiros sociais em alguns domínios, que foram transpostos ou se encontram em vias de transposição para as directivas europeias.

No que respeita às alterações institucionais e legislativas, os senhores deputados terão certamente conhecimento de que a Comissão já propôs uma alteração à directiva relativa ao conselho europeu de empresa, que foi aprovada no quadro destas negociações e que reforça a posição dos parceiros sociais europeus, especialmente nas negociações sobre a reestruturação a nível transnacional. Terão igualmente conhecimento de que a Comissão apoia a utilização de todas estas formas de intervenção eficaz no mercado de trabalho. Gostaria igualmente de salientar que a Comissão está a ter uma participação muito activa no âmbito das organizações internacionais através da realização de esforços intensos e do apoio à aplicação dos principais tratados e convenções da OIT, tanto a nível global como, naturalmente, a nível europeu. Em todo o caso, ao longo do mandato da actual Comissão, registaram-se avanços na cooperação com os parceiros

sociais e estou certo de que essa colaboração irá prosseguir, porque, tal como já afirmei, o debate com os parceiros sociais está previsto no tratado e é uma característica específica do direito comunitário e constitui, na minha opinião, um avanço incontestável.

**Georgios Toussas (GUE/NGL).** – (EL) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a estratégia da UE para o emprego representa um novo pacote de reestruturações capitalistas destinadas a salvar e aumentar os lucros do capital através da intensificação da exploração dos trabalhadores. O medo e os obstáculos à esperança para os desempregados, mulheres e jovens, por um lado, e os lucros do capital do outro. O que tem o Senhor Comissário a dizer aos desempregados, aos trabalhadores com empregos flexíveis, temporários e precários que trabalharam durante mais de 4 ou 5 anos no sector público e privado, nos muito apregoados estágios, e a quem já foi dado pré-aviso de despedimento? O que tem a dizer às mulheres que, a pretexto da igualdade entre homens e mulheres, foram informadas de que a sua idade de reforma será aumentada 5 a 17 anos, como está a acontecer na Grécia?

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** – (CS) No que respeita à política europeia de emprego, gostaria de dizer que no período antes da crise, o número de pessoas empregadas atingiu o nível mais elevado de sempre na Europa. Isso é, até certo ponto, revelador da influência das políticas europeias de emprego no mercado de trabalho. Relativamente às suas perguntas sobre um sistema de seguro e segurança social no quadro definido pelo Tratado, trata-se de sistemas que são da responsabilidade dos Estados-Membros.

**Bernd Posselt (PPE).** – (DE) Gostaria apenas de agradecer ao senhor Comissário, na sua última intervenção neste Parlamento, o trabalho que desenvolveu. Lamento o facto de não regressar e gostaria de o afirmar aqui publicamente. Tivemos, por vezes, opiniões divergentes, mas foi um bom Comissário.

**Presidente.** – Agradeço a sua observação, Senhor Deputado Posselt. Resisti a fazer as mesmas observações esta noite a os outros comissários. Não estamos absolutamente certos disso: é muito possível que voltem a estar connosco durante mais umas semanas!

Peço desculpa aos colegas que tiveram a gentileza de estar presentes mas que não tiveram a oportunidade de apresentar as suas perguntas.

As perguntas que, por falta de tempo, não obtiveram resposta obtê-la-ão ulteriormente por escrito (ver Anexo).

#### PRESIDÊNCIA: SCHMITT

*Vice-Presidente*

### 13. Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: Bélgica - sector têxtil e Irlanda - Dell - Deslocalização de empresas na UE e papel dos instrumentos financeiros da UE (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a discussão conjunta:

- sobre o relatório do senhor deputado Reimer Böge, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre a proposta de decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, nos termos do ponto 28 do Acordo Interinstitucional de 17 de Maio de 2006 entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre a disciplina orçamental e a boa gestão financeira

- sobre a pergunta oral apresentada pela deputada Pervenche Berès, em nome da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, à Comissão sobre a deslocalização de empresas na UE e o papel dos instrumentos financeiros da UE (O-0120/2009 – B7-0226/2009)

**Reimer Böge, relator.** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, na qualidade de relator da Comissão dos Orçamentos, estou hoje a apresentar a proposta relativa à mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em relação a dois casos específicos, um sobre as candidaturas apresentadas pela Bélgica e outro sobre as candidaturas da Irlanda. Gostaria, no entanto, de começar por sublinhar, uma vez mais, que cabe à Comissão dos Orçamentos analisar se as condições para a mobilização do Fundo de Ajustamento à Globalização foram cumpridas e gostaria, neste momento, de frisar que, nos últimos meses, existiu sempre uma cooperação excelente, nomeadamente em casos semelhantes, entre a Comissão dos Orçamentos e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais. Temos também tido o cuidado de tomar em devida conta as observações e sugestões críticas da Comissão do Emprego e dos

Assuntos Sociais e, com isso em mente, há também que tratar da pergunta oral da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, dada a urgência da realização de inquéritos sobre esta matéria.

Conforme saberão, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização possui um montante máximo de financiamento de 500 milhões de euros por ano que se destinam exclusivamente a fornecer apoio suplementar aos trabalhadores afectados pela globalização que perderam os seus empregos e que foram afectados pelas consequências das mudanças estruturais profundas nos padrões do comércio mundial. Uma vez mais, deixámos claro na resolução que continuamos a contestar a utilização repetida de fundos do Fundo Social Europeu para financiar o Fundo de Ajustamento à Globalização e insisto, Senhor Comissário, para que volte hoje a certificar-se de que isso não acabe por acontecer à custa de pagamentos provenientes do Fundo Social Europeu.

Gostaria muito de instar, mais uma vez, a Comissão a reiterar hoje o compromisso assumido perante nós, na Comissão dos Orçamentos – nomeadamente de se abster, futuramente, de apresentar candidaturas à mobilização do Fundo em conjunto, mas de as apresentar separadamente, pois que cada caso possui uma base ligeiramente diferente e há que evitar a possibilidade de um caso complicado atrasar a aprovação de um outro caso. Espero que possa voltar a confirmar hoje esta questão.

Relativamente às circunstâncias dos dois casos, mesmo levando em conta a alteração das regras – uma vez que estas duas candidaturas foram apresentadas depois de 1 de Maio de 2009 – trata-se da mobilização de um total de cerca de 24 milhões de euros. Este montante destina-se a prestar alguma assistência aos trabalhadores despedidos na indústria têxtil, na Bélgica e na indústria de produção de computadores, na Irlanda. Na Bélgica, registou-se a perda de um total de 2 199 postos de trabalho em 46 empresas da indústria têxtil, todas localizadas em duas regiões limítrofes de nível NUTS II, nomeadamente a Flandres Ocidental e a Flandres Oriental, assim como numa região de nível NUTS II, o Limburgo. Neste contexto, as autoridades belgas solicitaram 9,2 milhões de euros ao Fundo. Relativamente à candidatura da Irlanda, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais apresentou, justificadamente, algumas perguntas complementares que estão a ser debatidas ou que já foram parcialmente esclarecidas através do fornecimento de informações adicionais. A candidatura diz respeito à perda de 2 840 postos de trabalho na empresa Dell nos condados de Limerick, Clare e North Tipperary e na cidade de Limerick, tendo 2 400 das pessoas despedidas sido consideradas elegíveis para assistência. Estão previstos 14,8 milhões de euros para esse fim. Na sequência de um debate intenso na Comissão dos Orçamentos, demos luz verde à mobilização do Fundo em ambos os casos. Gostaria, no entanto, de vos recordar a minha observação inicial em que instava a Comissão a assumir, uma vez mais, uma posição clara quanto a esta matéria e congratulo-me vivamente com o facto de as questões fundamentais da mobilização dos instrumentos financeiros do orçamento comunitário terem sido hoje colocadas na ordem do dia pela Comissão dos Orçamentos.

Peço, assim, ao plenário para apoiar este relatório.

**Pervenche Berès, autora.** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais pretendeu conciliar uma pergunta oral sobre a questão das deslocalizações, nomeadamente das multinacionais, com a análise destes dois pedidos de mobilização do Fundo de Ajustamento à Mobilização porque, no caso irlandês, reconhecemos as dificuldades e as contradições que podem surgir em resultado da utilização desse Fundo. Os membros da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais não pretenderam, em momento algum, transformar em reféns, nem ameaçar que não iriam ajudar os trabalhadores irlandeses que se encontram actualmente em situação difícil devido à estratégia industrial e à deslocalização da Dell.

Observámos apenas que, no caso em questão, apesar de o senhor Presidente Barroso ter anunciado, em 19 de Setembro, a concessão à Dell de um pacote de ajudas de 19 milhões de euros – que estamos a debater esta noite – ou seja, aos trabalhadores despedidos da Dell, a fim de os ajudar a fazer face ao período de reconversão que têm pela frente, a Dell adquiriu no mesmo dia, em Nova Iorque, a Perot Systems, o que lhe permitiu aumentar a cotação das suas acções em bolsa. Alguns dias depois, em 23 de Setembro, a senhora Comissária Kroes aprovou um auxílio estatal no montante de mais de 54 milhões de euros destinado à instalação de uma fábrica da Dell na Polónia.

Interpelámos tanto o senhor Comissário Špidla como a senhora Comissária Kroes sobre esta matéria. Numa longa carta, respondem-nos que eles próprios entenderam que a Dell passaria a possuir dois locais de produção para abastecer o mercado europeu. Ora, o que constato é que a partir do momento em que a Dell renunciou a um destes locais de produção, não mudámos nada no que respeita à nossa avaliação global da estratégia da empresa.

Que conclusão podemos tirar? Que, na Dell, nenhuma das normas europeias a que nos referimos todos os dias, relativamente aos direitos dos trabalhadores ou dos sindicatos, é respeitada. É, portanto, verdadeiramente difícil vermos o orçamento da União Europeia ser utilizado – num momento em que sabemos da dificuldade do processo orçamental, da dificuldade de financiamento do plano de relançamento – em última análise para acabarmos nesta situação paradoxal em que permitimos o aumento da taxa de retorno sobre o investimento dos accionistas norte-americanos, mas colocamos os trabalhadores irlandeses, no seio da União Europeia, na mesma situação que os trabalhadores polacos. Não foi seguramente essa a filosofia que apoiámos quando defendemos a aplicação do Fundo de Ajustamento à Globalização.

O senhor Comissário Špidla não é certamente o único que está aqui em falta, mas considero que este caso nos obriga a analisar atentamente as condições em que o orçamento comunitário é mobilizado para apoiar as estratégias das grandes empresas. Esta questão é tanto mais verdadeira uma vez que no plano de relançamento que foi elaborado sob a responsabilidade do actual Presidente da Comissão, senhor José Manuel Barroso, uma das medidas fundamentais anunciadas relativamente ao emprego era a prioridade dada à manutenção dos postos de trabalho dos trabalhadores que estavam empregados.

Dado que a Comissão foi informada da estratégia da Dell relativamente à existência dos dois locais de produção, quando se colocou a hipótese de optar entre as duas, creio que a adopção de uma estratégia mais proactiva pela Comissão teria conduzido a uma negociação com a Dell destinada à transformação da fábrica irlandesa, dado que a estratégia da empresa foi transformar uma fábrica de computadores de secretária, como a que existia na Irlanda, numa fábrica de computadores portáteis, como a que está actualmente instalada na Polónia. Parece-nos que, se a Comissão quer ajudar as multinacionais num caso como este, devemos ter um direito mais consistente de nos pronunciarmos.

Penso que, na globalidade, estas considerações devem levar a próxima Comissão, e em particular o senhor Comissário Monti, na missão que lhe foi confiada, a elaborar propostas muito mais proactivas sobre o modo como vamos utilizar os fundos comunitários, num momento em que temos de fazer face às deslocalizações que, uma vez mais, lançam os trabalhadores uns contra os outros, os trabalhadores de um Estado-Membro contra os de outro Estado-Membro, enquanto parte de uma estratégia multinacional que não respeita o espírito da legislação social, tal como tencionamos aplicá-la em torno do conceito da economia social de mercado.

**Vladimír Špidla**, *Membro da Comissão*. – (CS) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por agradecer à senhora relatora o seu apoio à proposta da Comissão de mobilizar o Fundo de Ajustamento à Globalização em resposta aos despedimentos no sector têxtil na Bélgica e no sector da produção de computadores na Irlanda. O apoio da senhora relatora é acompanhado de uma série de observações e gostaria de me limitar aqui às perguntas de natureza orçamental, dado que teremos, mais tarde, oportunidade de debater os outros pontos que foram mencionados no relatório.

O primeiro ponto relativo a aspectos orçamentais que refere diz respeito às fontes de financiamento. Diz-nos que o Fundo Social Europeu não pode ser a única fonte de financiamento. O Fundo de Ajustamento à Globalização é, do ponto de vista orçamental, um instrumento especial, uma vez que não possui recursos próprios. A mobilização ocorre em exercícios fiscais, apesar de se centrar sobretudo na designação das rubricas disponíveis e, consequentemente, na tarefa de propor à autoridade orçamental a mobilização de montantes através de revisões ao orçamento. Esse trabalho é realizado caso a caso, consoante as necessidades. É um facto que, até este momento, o Fundo Social Europeu tem sido, tecnicamente, a principal fonte de financiamento. E gostaria de sublinhar aqui a palavra “tecnicamente”, dado que o Fundo Social Europeu não irá ser, de forma alguma, reduzido no final do exercício fiscal. Essa é a questão fundamental.

O segundo ponto que foi mencionado não está exclusivamente relacionado com o orçamento, mas sobretudo com os processos decisórios, dado que a senhora relatora insta a Comissão a apresentar as suas propostas para a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em documentos específicos. A Comissão conhece bem as vantagens desta abordagem específica que elimina completamente o risco de conflito ou de o Fundo vir a ser utilizado como fiador.

No entanto, há que levar em conta os novos critérios de elegibilidade que debatemos este ano e que este Parlamento aprovou. Com esses novos critérios, será necessário, nos próximos meses, esperar um aumento significativo no número de candidaturas e não é certo que a negociação dos documentos pertinentes seja mais rápida se forem apresentados individualmente. Mas, em qualquer dos casos, a Comissão gostaria de afirmar que a abordagem mais vantajosa, que contorna o risco de quaisquer complicações técnicas no processo, é a abordagem caso a caso, que produz uma melhor qualidade. A Comissão constata, pois, o seu

interesse e concorda plenamente em adaptar os seus procedimentos em exercícios futuros. Assim, penso que apresentei uma declaração clara em ambos os casos.

Quanto à segunda questão, a Comissão congratula-se com o facto de o Parlamento ter aprovado a decisão de mobilizar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização em apoio aos trabalhadores que foram despedidos devido às capacidades excedentárias no sector têxtil, na Bélgica, e no sector da produção de computadores, na Irlanda. Neste contexto, foi levantada uma questão sobre uma possível relação entre a deslocalização de empresas dentro da UE, o papel dos instrumentos financeiros da União e os controlos exercidos pela Comissão sobre os auxílios estatais.

Em primeiro lugar, há que dizer que a Comissão está ciente e atenta às consequências negativas da deslocalização de empresas para os trabalhadores, respectivas famílias e regiões. No entanto, não cabe à Comissão intervir na tomada de decisão das empresas nos casos em não tenha havido violação do direito comunitário. A Comissão observa também que não tem poder para impedir empresas específicas de tomarem as suas decisões ou para as protelar e as empresas não têm qualquer obrigação geral de informar a Comissão acerca da legitimidade das suas decisões. Neste contexto, a Comissão está também ciente do desconforto gerado em torno do facto de os auxílios do Estado a nível regional, nomeadamente as possíveis contribuições dos Fundos Estruturais, poderem ser utilizados como meio para desviar investimentos comerciais de outras regiões.

A Comissão observa que o objectivo dos regulamentos comunitários relativos aos auxílios estatais é, entre outras coisas, velar por que a ajuda destinada a influenciar as decisões das empresas quanto à localização dos investimentos seja fornecida apenas às regiões desfavorecidas e por que essa ajuda não seja utilizada em prejuízo de outras regiões. Este problema também é tratado no regulamento que estabelece as disposições gerais dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão e as orientações para o apoio regional para o período entre 2007 e 2013 que visam assegurar a contribuição real e sustentável destes investimentos para o desenvolvimento regional.

Nos termos do artigo 57.º do Regulamento Geral dos Fundos Estruturais, os Estados-Membros devem velar por que os projectos mantenham o investimento ao qual é concedida uma subvenção por um período de cinco anos após a sua conclusão e por um período de três anos no caso das pequenas e médias empresas. Na eventualidade de um projecto ser alterado na sequência de alterações à propriedade das infra-estruturas ou da cessação das actividades de produção e de essa alteração influenciar a natureza do projecto ou as condições em que é aplicado ou em que as mudanças proporcionem à empresa ou ao organismo público uma vantagem desleal, a subvenção deve ser devolvida. Os Estados-Membros são obrigados a comunicar anualmente à Comissão essas alterações fundamentais nos seus relatórios sobre a aplicação dos programas operacionais. A Comissão deve informar os restantes Estados-Membros.

Além disso, durante o período de programação 2007-2013, foi introduzida uma disposição legal especial, que visa assegurar que as empresas que beneficiarem do procedimento para a devolução de montantes pagos indevidamente após uma deslocalização das actividades de produção num Estado-Membro ou para outro Estado-Membro não possam receber as contribuições provenientes dos fundos. Do mesmo modo, o ponto 40 das orientações sobre o apoio regional especifica que o apoio deve ser condicionado à manutenção de um determinado investimento na região em causa durante um período de pelo menos cinco anos a partir da respectiva data de conclusão. Além disso, se o apoio for calculado com base nos custos salariais, os postos de trabalho devem ser mantidos durante um período de três anos a contar da data de conclusão do projecto. Todos os postos de trabalho criados pelo investimento devem ser mantidos na região em causa durante um período de cinco anos a contar da data da respectiva criação. No caso das pequenas e médias empresas, os Estados-Membros podem reduzir esse período para três anos.

Esta disposição tem por objectivo evitar uma corrida às subvenções e o encerramento de fábricas exclusivamente com base na existência de níveis de apoio público mais elevados noutra localidade, tendo em conta o facto de o apoio estatal constituir apenas um dos factores que influenciam as decisões das empresas quanto às deslocalizações e que os outros factores, como, por exemplo, os salários, as competências, os impostos e localização geográfica desempenham frequentemente um papel mais significativo.

Senhoras e Senhores Deputados, parece-me que é obviamente correcto e natural debater as questões que se prendem com a utilização dos fundos europeus a nível estratégico: não pode haver dúvidas quanto a isso. Para concluir, gostaria de afirmar que os fundos que foram ou irão ser utilizados no âmbito do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização vão beneficiar pessoas que tenham sido gravemente afectadas ou trabalhadores individualmente considerados, como os belgas ou os irlandeses ou de qualquer outro país europeu e nunca

reverterão em benefício das empresas. São recursos concebidos para apoiar as pessoas, os indivíduos e não as empresas.

**Elisabeth Morin-Chartier**, em nome do grupo PPE. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de retomar os casos que teremos de tratar no âmbito ao Fundo de Ajustamento à Globalização. Nesse contexto, estamos, naturalmente, a trabalhar em prol dos interesses dos trabalhadores, de modo a aumentar a sua empregabilidade no caso de serem atingidos pelo desemprego no seu sector económico.

Mas, retomemos o caso da Dell, acerca do qual a senhora deputada Berès foi convidada a pronunciar-se. A fábrica localizada na Irlanda centra-se na produção de computadores de secretária. O momento em que a Comissão apoiou a criação, na Polónia, de uma fábrica da mesma empresa, centrada na produção de computadores portáteis, foi o momento que assinalou – porque o mercado funciona desse modo e porque se verifica uma procura muito maior de computadores portáteis – o colapso da unidade de produção irlandesa.

A escolha entre os dois locais de produção já constituía um indicador das dificuldades que iríamos ter de enfrentar em nome dos trabalhadores irlandeses. Portanto, ao estudar cada um dos casos específicos, nós, no nosso grupo de trabalho sobre o Fundo de Ajustamento à Globalização exortámos a Comissão a acompanhar de perto todos os auxílios concedidos a cada uma das fábricas, seja a nível europeu ou a nível dos auxílios regionais, porque as políticas de apoio europeias que estamos a desenvolver não devem ser utilizadas de forma desequilibrada e não devem voltar-se contra os trabalhadores.

Assim, pretendemos que seja prestada, desde o início, uma maior atenção a esses problemas, para evitar que os trabalhadores atravessem dificuldades.

**Alan Kelly**, em nome do grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, em 8 de Janeiro de 2009, o Centro e Oeste da Irlanda e, especialmente, Limerick, Tipperary e North Kerry foram atingidos por um golpe económico sem precedentes. O anúncio da saída da região de mais de 2 000 postos de trabalho da Dell e de milhares de postos de trabalho induzidos representou uma perda de proporções históricas.

A UE atribuiu, através do Fundo de Adaptação à Globalização, um fundo que irá ajudar directamente as pessoas economicamente mais vulneráveis da região. Na nossa votação de amanhã, o montante de 14,8 milhões de euros não representarão uma esmola, mas um estímulo destinado a auxiliar as mais de 2 400 pessoas a recomeçarem as suas vidas. Esse auxílio será muito bem-vindo.

Esse montante será utilizado para a reconversão dos trabalhadores, para contribuir para a criação de empresas e de postos de trabalho, que são extremamente necessários. O facto de termos aqui hoje representantes da comissão de trabalhadores da Dell a assistir a este debate é revelador da profundidade com que este fundo atingiu os trabalhadores da Dell e de como o recebem de braços abertos.

Devo, no entanto, frisar que estamos apenas a meio caminho. Dispomos agora de 18 meses para gastá-lo e apelo esta noite ao nosso ministro com responsabilidade local na Irlanda, a Ministra das Empresas, Mary Coughlan, para intervir pessoalmente e certificar-se da existência de um plano concreto para a aplicação do dinheiro. Trata-se de um fundo de aplicação pontual, destinado aos trabalhadores comuns, e que não voltará a repetir-se. Senhora Ministra Coughlan, por favor, organize-se e aproveite esta oportunidade única que é concedida ao Centro e ao Oeste da Irlanda.

Gostaria de agradecer aos senhores deputados e, especialmente, aos meus colegas, pelo seu apoio à candidatura da Dell e de lhes pedir também para apoiarem as novas candidaturas que venham a ser apresentadas em circunstâncias semelhantes pela Waterford Crystal e pela SR Technics.

**Marian Harkin**, em nome do grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a minha primeira observação é que o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização é uma verdadeira manifestação da solidariedade entre os cidadãos e os Estados da UE. Em segundo lugar, estou, na qualidade de deputado pela Irlanda, extremamente satisfeito por os trabalhadores da Dell que foram despedidos terem agora pelo menos uma oportunidade de olhar em frente e fazer planos para o futuro. Todavia, tal como o senhor deputado Alan Kelly afirmou, é muito importante velar por que os programas ou cursos de formação a implementar sejam concebidos especificamente para dar resposta às necessidades dos trabalhadores e que o objectivo claro da assistência seja a possibilidade de voltar a ingressar no mercado de trabalho ou de criar uma empresa.

Por fim, quero reconhecer o papel do Parlamento na aprovação do fundo para os trabalhadores da Dell. Apesar de algumas das questões muito sérias que aqui foram levantadas esta noite, não transformámos os trabalhadores em reféns e aprovámos o pedido de 14,8 milhões de euros. No entanto, a Comissão deve zelar



por que haja coerência na política industrial da UE e por que o orçamento comunitário não seja utilizado para aumentar o valor accionista de algumas empresas em detrimento dos trabalhadores.

**Marije Cornelissen**, em nome do grupo Verts/ALE. – (NL) A candidatura da Irlanda aos fundos europeus destinados aos trabalhadores que ficaram desempregados após o encerramento da fábrica da Dell na Irlanda suscitou uma série de perguntas que carecem de resposta.

O facto de uma empresa como a Dell encerrar uma fábrica num país e a abrir noutra é, em princípio, o resultado do funcionamento normal das forças de mercado. No entanto, a existência de vários tipos de auxílio estatal altera as coisas. A Dell instalou-se na Irlanda há uma série de anos através do recurso aos auxílios estatais. Agora está a fechar as portas e a abrir uma fábrica na Polónia, uma vez mais com recurso aos auxílios estatais. Entretanto, em vez de dispor de um plano social pago pela Dell em benefício dos trabalhadores irlandeses que a empresa deixou desempregados, estas pessoas estão a recorrer ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. A meu ver, esta situação revela uma incoerência grave na política industrial e de emprego. E, no final de contas, quantos empregos foram criados com todos os auxílios estatais que a Irlanda, a Polónia e a União Europeia injectaram na Dell?

Portanto, a questão que se coloca é saber de que forma irão a Comissão e os Estados-Membros assegurar a coerência da sua política? Além disso, de que modo poderemos velar por que o Fundo de Globalização apoie os esforços que as empresas fazem em benefício dos seus trabalhadores, em vez de os substituir em grande parte?

**Ilda Figueiredo**, em nome do Grupo GUE/NGL. – Senhor Presidente, sempre defendemos que se deve rever a política da União Europeia sobre a deslocalização de empresas e sempre considerámos que o Fundo de Globalização é apenas um paliativo para os trabalhadores vítimas da estratégia das multinacionais ou da falta de uma adequada política industrial que aposte na produção e no emprego de qualidade e com direitos. Por isso insistimos em outras políticas de desenvolvimento e progresso social.

Mas também pensamos que os trabalhadores irlandeses não devem ser duplamente prejudicados por causa da estratégia de lucro e *dumping* social da multinacional Dell, que encerrou na Irlanda e recebeu apoios para se instalar na Polónia.

Por isso apoiamos este relatório.

No entanto, queremos respostas da Comissão Europeia relativamente ao futuro. Queremos uma alteração profunda das políticas seguidas, um eficaz controlo do apoio às multinacionais, uma verdadeira política industrial e uma aposta decisiva na criação de emprego com direitos.

**Seán Kelly (PPE)**. – (GA) Senhor Presidente, em primeiro lugar gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos à Comissão por disponibilizar este generoso fundo aos trabalhadores desempregados da Dell. Gostaria, em particular, de saudar os senhores Gerry Behan e Denis Seehan que estão connosco esta noite.

O mérito é, sem dúvida, da União Europeia e, em particular, da Comissão por terem ajudado os trabalhadores da Dell, pelo que gostaria de lhes prestar a minha homenagem. E gostaria igualmente de louvar os meus antigos colegas, dois dos quais se encontram aqui esta noite, a senhora deputada Marian Harkin e o senhor deputado Brian Crowley, assim como o senhor deputado Colm Burke por ter lançado este fundo já em Maio.

A Comissão introduziu duas grandes alterações que foram muito importantes para nós: a redução 50/50 do financiamento de 35 para o governo nacional e 65 para a Comissão e também a redução dos números de 1 000 para 500, que irá, esperamos nós, permitir, a seu tempo, o acesso da Waterford Crystal e da SR Technics ao financiamento.

Há duas ressalvas que gostaria de acrescentar. Uma delas é que a prorrogação do período de tempo de dois anos deve ser alargada para três, porque muitas pessoas irão estar a frequentar cursos de nível 3 que, normalmente, têm a duração de três anos, e a segunda é que a data de início não deve ser a data da candidatura, mas a data da assinatura aqui no Parlamento e no Conselho.

Posto isto, há apenas dois pontos que gostaria de sublinhar. As pessoas estão muito gratas pelo que aconteceu. Permitiram-lhes que o desespero desse lugar à esperança. Demonstraram solidariedade, em vez de isolamento e este fundo irá ser bem utilizado e não tenho dúvidas de que poderá muito bem ser o melhor fundo e o melhor financiamento já concedido pela Comissão Europeia. Muito obrigado.

**Frédéric Daerden (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, foram mencionados vários pontos, mas a utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização inspira-me dois sentimentos.

Em primeiro lugar, fico satisfeito por ele existir. Os trabalhadores europeus devem ficar a saber que a Europa está aqui para os ajudar nos momentos difíceis como os que estamos actualmente a atravessar. Em segundo lugar, fico satisfeito por a Bélgica ter sido recomendada para a preparação desta questão pela qualidade da cooperação entre os seus parceiros sociais.

Infelizmente, também lamento o modo de funcionamento do FEAG. Em primeiro lugar, o seu êxito é o reflexo da difícil situação económica da Europa, com consequências demasiado conhecidas para a sociedade.

Em segundo lugar, a coerência do fundo com outros instrumentos de auxílio foi questionada no caso da Dell. Neste contexto, apoio plenamente as observações anteriormente feitas pela minha colega, a senhora deputada Berès.

Finalmente, em matéria de orçamento, as dotações para pagamentos para a execução das atribuições deste fundo devem ser transferidas a partir de outras rubricas orçamentais e, tanto quanto sei, de forma sistemática a partir do Fundo Social Europeu. Apesar de isso ser possibilitado pelo ritmo dos pagamentos dos Fundos Estruturais, que não é tão elevado quanto se gostaria, os Fundos Estruturais devem ser utilizados para os fins pretendidos.

Para concluir, devemos ponderar cuidadosamente o financiamento do FEG e sinto que a Comissão está a fazer uma concessão, se não para a atribuição directa ao FEG de uma base financeira plena, em pé de igualdade com os outros fundos, pelo menos, para que já não seja financiada exclusivamente à custa dos fundos sociais estruturais.

**Ivo Belet (PPE).** – (NL) Gostaria de fazer uma breve observação de natureza estrutural sobre os efeitos estruturais do fundo. Como é natural, estamos muito satisfeitos com os projectos que estão hoje a ser apresentados e que serão aprovados amanhã. A razão desta minha breve observação é que, no entanto, ainda existe margem para melhorias em todos eles.

Senhoras e Senhores Deputados, o fundo, por vezes, ultrapassa as marcas, pela simples razão de que o processo é demasiado pesado, Senhor Comissário. Afinal, o principal objectivo do fundo é ajudar os trabalhadores que são afectados e perdem os seus empregos a receberem um apoio rápido e a encontrarem um novo emprego. Esse objectivo nem sempre está a ser atingido, uma vez que somos incapazes de agir com rapidez suficiente e isso é muito frustrante, especialmente para os trabalhadores mais velhos. Com efeito, a recolocação profissional e a assistência exigem uma abordagem rápida e firme, que é, neste momento, completamente inexistente.

Além disso, o Fundo de Ajustamento à Globalização deu provas de falta de flexibilidade e se uma pessoa é um trabalhador que é despedido e tem a infelicidade de vir de uma empresa que não conste da lista, simplesmente não será elegível para receber apoio. Todos os dias, somos confrontados com histórias como esta, de trabalhadores que foram afectados, mas que não são elegíveis e esforçamo-nos por explicar – já que é tão complicado – o motivo pelo qual o fundo não é eficaz.

A meu ver, há que encontrar uma solução prática para este problema o mais rapidamente possível, Senhor Comissário, e necessitamos de uma abordagem muito mais célere e, se possível, de uma fórmula que nos permita adoptar uma forma de trabalho mais prática. Na minha opinião, há que tomar medidas quanto a esta questão nas próximas semanas ou nos próximos meses.

**Markus Pieper (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, o Fundo de Ajustamento à Globalização ajuda as pessoas a obterem mais instrução e mais qualificações. É a faceta social da Europa e é uma faceta positiva. A Comissão, no entanto, também analisou as subvenções concedidas à Dell na Polónia relativamente ao cumprimento das regras dos auxílios estatais. Aprovou um auxílio no valor de 54 milhões de euros concedido à Dell pelo Estado polaco, dado que esse auxílio se destina supostamente a beneficiar a ajuda económica regional.

Esta situação levanta a questão inicial de saber se realmente necessitamos de concorrência entre nós, na Europa, quando se trata do dinheiro público. A resposta é “não”! Devemos mudar as regras dos auxílios estatais para que os subsídios de deslocalização deixem de ser pagos, nomeadamente pelos Estados-Membros.

Gostaria de colocar uma outra pergunta directamente à Comissão: o montante de 54 milhões de euros concedidos pela Polónia à Dell também incluem dinheiro dos Fundos Estruturais? Senhor Comissário, por que motivo a Comissão não emitiu um parecer claro sobre esta situação? Exorto a Comissão a levar a sério o seu dever de controlo no âmbito dos regulamentos que regem os fundos estruturais. A deslocalização de empresas dentro da União Europeia não deve ser paga com dinheiro europeu. O que nos deu hoje, Senhor Comissário, foi uma resposta evasiva. Está a esconder-se por detrás de relatórios do Governo polaco. No entanto, não verificou directamente se os regulamentos que regem os Fundos Estruturais Europeus foram efectivamente respeitados.

Sejamos transparentes e publiquemos todos os subsídios atribuídos ao abrigo dos Fundos Estruturais, tal como acontece com a política agrícola. Só assim poderemos realmente conquistar a confiança na política estrutural da Europa.

**Csaba Óry (PPE).** – (HU) Lembro-me perfeitamente de que quando criámos este Fundo de Ajustamento à Globalização já naquela época se discutia muito que não seria uma boa ideia se, em vez de atenuarem as perdas, os auxílios pagos a partir do fundo ajudassem à reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que tinham sido despedidos, incentivando, por assim dizer, as empresas a tirarem convenientemente partido da possibilidade da deslocalização, cobrindo o fundo as despesas das partes prejudicadas.

O caso da Dell é sintomático, porque a nossa experiência mostra que, em vez de atenuar as perdas e de constituir uma prova de solidariedade, parece funcionar como um incentivo, já que a Dell está a receber assistência, tanto para fazer despedimentos como para proceder à deslocalização. Portanto, o que temos aqui é, nem mais nem menos, do que uma falta de coordenação adequada dos fundos europeus. O Fundo de Globalização faz parte da política de concorrência e dos Fundos Estruturais. Não faz qualquer sentido, nem se retira daí qualquer benefício, já para não dizer que é contrário aos objectivos do fundo utilizarmos esses recursos de forma contraditória, sem qualquer tipo de coordenação. Portanto, gostaria de chamar a atenção da Comissão para a necessidade que há de reflectir sobre a utilização dos fundos públicos europeus de forma coordenada neste tipo de caso, de modo a evitar confusões no futuro.

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a crise económica e financeira afectou e vai continuar a afectar seriamente as indústrias siderúrgica e da construção naval. Galați, a cidade de onde venho, foi atingida pela perda de milhares de postos de trabalho na indústria metalúrgica e nos estaleiros navais.

A utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização constitui uma solução a curto e médio prazo destinada a apoiar os trabalhadores que se encontrem em dificuldades após a perda dos seus postos de trabalho. Gostaria de destacar a necessidade de investimento na modernização das empresas do sector da indústria pesada para que possam, futuramente, reduzir os seus níveis de poluição. Isso permitir-nos-á preservar os postos de trabalho e, conseqüentemente, proteger, a longo prazo, os trabalhadores.

**Brian Crowley (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, tal como os meus colegas, quero agradecer ao senhor Comissário e ao relator pelo trabalho que desenvolveram relativamente a esta matéria. Com efeito, a Comissão recordar-se-á do que aconteceu em Janeiro, quando eu e um dos meus colegas, o senhor deputado Col Burke, nos reunimos com o relator para tentarmos lançar o Fundo de Globalização em benefício dos trabalhadores da Dell.

Penso que é uma indicação clara do quanto nós, a nível da União Europeia, nos esforçamos no que diz respeito ao tratamento das pessoas em primeiro lugar, velando por que os indivíduos estejam no cerne das políticas, tentando assegurar que as suas vidas estão protegidas e que, quando há um problema ou dificuldade, a União Europeia consegue dar uma resposta rápida.

A nível pessoal, quero agradecer ao senhor Comissário a sua participação activa neste processo, não apenas aqui, no Parlamento, ou comigo pessoalmente, mas também por ter ido a Limerick e por se ter encontrado com os trabalhadores.

E gostaria de dizer aos outros colegas, que por vezes tentam levantar falsos problemas no que diz respeito a outras questões, que o Fundo de Globalização, apesar de todas as suas imperfeições, é um aspecto positivo da União Europeia que devemos incentivar a crescer e a prosperar e, mais importante de tudo, de citar o velho provérbio: dá um peixe a um homem e alimenta-o por um dia; ensina-o a pescar e ele poderá alimentar-se para toda a vida. É isso que o Fundo de Globalização nos permite fazer.

**Elisabeth Schroedter (Verts/ALE).** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de retomar a segunda afirmação do senhor Comissário Špidla. O senhor Comissário afirmou que não podemos influenciar as decisões das empresas. Isso não é verdade. É óbvio que influenciámos as decisões das empresas, através do pagamento de subvenções, dos pagamentos dos Fundos Estruturais Europeus e da atribuição de auxílios.

Foi por isso que, quando negociámos este regulamento, o Parlamento debateu exactamente esta questão das deslocalizações. Porém, o Parlamento acabou por ceder, juntamente com o grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) infelizmente também a votar a favor, Senhor Deputado Pieper, e estabeleceu apenas cinco anos no Regulamento dos Fundos Estruturais, que é claramente inadequado, dada a escala das subvenções. O Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia foi o único grupo a afirmar, naquele momento, que necessitamos de pelo menos 10 anos para a parte do regulamento citada pelo senhor Comissário, que se refere ao reembolso por parte das empresas que partem. Tudo o que posso dizer aqui é que este caso mostra que o Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia estava certo.

**Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, ao mobilizar o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, a União Europeia está, mais uma vez, a fazer face a dificuldades económicas de forma solidária. Neste caso, trata-se de dificuldades resultantes de mudanças na estrutura do comércio mundial. Tal como no caso da crise financeira, só uma acção integrada pode ser eficaz no combate aos efeitos da globalização.

Graças aos recursos financeiros destinados a pessoas que perderam os seus empregos, os trabalhadores da indústria têxtil belga e os da fábrica da Dell na Irlanda tiveram a oportunidade de prontamente se reciclarem e encontrarem novo emprego. O Fundo também se destina a promover o empreendedorismo e o emprego por conta própria. Esta ajuda a sectores específicos de diferentes países é uma manifestação oportuna de solidariedade social no seio da UE.

É um facto que a Dell, que justificava a deslocação da sua produção na Irlanda com a necessidade de encontrar um país onde os custos de produção fossem mais baixos, descobriu um tal país ainda dentro das fronteiras da UE, já que encontrou um local na Polónia, na cidade de Łódź. A região de Łódź atravessa uma situação difícil em termos de emprego, e a fábrica da Dell criou cerca de 2 000 novos empregos. Este investimento terá um efeito considerável na melhoria da situação em Łódź e na zona circundante, e acelerará o desenvolvimento em todo o voivodato.

**Pervenche Berès, autora.** – (FR) Senhor Presidente, gostaria de tranquilizar o senhor deputado Crowley. Nenhum membro da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais pôs em causa a eficácia e a utilidade do Fundo de Ajustamento à Globalização. Simplesmente, pensamos que se lhe pode dar uma melhor utilização.

Gostaria também de voltar a um dos comentários do senhor Comissário, que nos disse há pouco que era necessário impedir a traficância de fundos. É precisamente esse o problema com que actualmente nos confrontamos.

Quando, presumo eu, estiver a preparar a transição neste domínio, o que dirá ao próximo Comissário responsável pelo Fundo de Ajustamento à Globalização? É que o caso da Dell tornou patente que existe o perigo de desvirtuamento do processo e de utilização indevida de fundos comunitários e de autorizações concedidas no âmbito da política de concorrência.

**Vladimír Špidla, Membro da Comissão.** – (CS) Senhoras e Senhores Deputados, em minha opinião, o debate desenvolveu-se, fundamentalmente, em torno de duas linhas paralelas. De acordo com a primeira, o Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização cumpre as suas funções, mas existem motivos para melhorar a sua utilização. Foi referida a questão dos prazos, a meu ver algo sobrestimada, já que os Estados-Membros podem reagir de imediato e ser reembolsados posteriormente. Ainda assim, penso que se trata de matéria que tem de ser discutida, e que também é necessário procurar uma solução neste domínio.

Foi igualmente levantada a questão das rubricas orçamentais específicas. É verdade que, quando o Fundo foi criado, isso não era exequível. No entanto, o Fundo pode funcionar dessa forma. Em minha opinião, é, pois, necessário colocar todas as questões que possam ser colocadas e, sempre que conveniente, descobrir, para elas, uma solução melhor do que a adoptada até agora. Contudo, nada disso põe em causa o postulado fundamental de que, em tempos de crise, o Fundo cumpre as suas funções e presta uma ajuda efectiva.

A segunda linha de debate é bastante mais complexa. É a questão da deslocalização, a questão dos subsídios potencialmente concorrentes e uma série de outras questões relacionadas com elas e extremamente complexas. A meu ver, é correcto abordar estes assuntos e é correcto fazê-lo com base num conhecimento profundo

dos factos, motivo por que gostaria de referir alguns relacionados com o caso da Dell e com algumas das nossas ideias sobre o problema em geral.

O primeiro facto é que, de acordo com a OCDE, e contrariando a esmagadora maioria das opiniões expressas, os custos salariais por unidade de produção são consideravelmente mais elevados na Polónia do que na Irlanda. Por conseguinte, os custos salariais na Polónia não são mais baixos, mas sim mais elevados do que na Irlanda. Importa tê-lo em mente, porque tirar conclusões a partir de comparações directas em situações complexas não é um método fiável. Gostaria de fazer notar que, para debater estas questões, é necessário aprofundar algumas das nossas percepções, pelo menos quanto a certos pontos.

A segunda questão é o caso da Dell propriamente dito. É verdade que a Dell iniciou a sua actividade em Limerick em 1991, ou seja, há 18 anos. É igualmente verdade que não existe registo de ter sido subvencionada com fundos europeus para esse efeito. Não existe informação sobre isso, mas não posso excluir a hipótese de a empresa ter recebido apoio dos fundos regionais, porque em 1990 ainda não havia as obrigações e os métodos que nos permitiriam apurar essa informação. É um facto que a deslocalização para Łódź foi decidida pela Dell em 2007. Também o é que o dinheiro do auxílio estatal é dinheiro polaco e que esse auxílio foi notificado em Dezembro de 2007. Não estão, portanto, envolvidos recursos dos Fundos Estruturais europeus. Neste caso – como em todos aqueles em que estão em causa valores superiores a 50 milhões de euros, mas só nesses –, é feita uma avaliação bastante detalhada que abrange as questões relativas ao mercado de trabalho. A Comissão concluiu que estas duas operações, tão distanciadas no tempo, não estão relacionadas. Isso, porém, não altera nada nem põe seguramente em causa o facto de as questões que envolvem a utilização de recursos europeus deverem ser profunda e repetidamente debatidas à luz de informações novas, e de ser, sem dúvida, correcto assegurar um nível de coerência mais elevado. Em minha opinião, o caso da Dell constituiu um bom ponto de partida, mas o debate deve naturalmente prosseguir.

Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer-vos este debate e esta oportunidade de reflectir convosco sobre alguns aspectos relacionados com a utilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. A concluir, gostaria de dizer apenas que, no âmbito das nossas políticas, existe certamente o risco de os recursos estarem a ser utilizados de forma indevida ou deficiente, mas esse é um risco permanente e inerente ao próprio desenvolvimento das nossas políticas. Cabe-nos, pois, ter isso em mente e demonstrar coragem para reavaliar com novos olhos normas de conduta há muito estabelecidas e para alterar esses métodos antigos, enraizados e provavelmente obsoletos sempre que se encontrem soluções racionais e técnicas e haja consenso político.

**Reimer Böge, relator.** – (DE) Senhor Presidente, gostaria de reiterar que, na colaboração entre a Comissão dos Orçamentos e a Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais, ao longo dos últimos meses, não nos poupámos a esforços para, tão rapidamente quanto possível, arrancar com os processos na base de um parecer desta última comissão – que, inclusivamente, criou um grupo de trabalho específico para este fim – e finalmente disponibilizar os fundos, após análise minuciosa, no interesse dos trabalhadores afectados e dos seus familiares próximos.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que, aquando da análise do quadro financeiro plurianual e dos novos instrumentos, no decurso da apreciação e da revisão do orçamento, devemos, a exemplo do que acontece com todos os outros instrumentos, analisar também o funcionamento e o valor acrescentado do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, em particular no que respeita ao impacto na gestão e na interacção das instituições a nível nacional e europeu. Temos de pensar sobre a forma como o modelo desta interacção com o Fundo Social Europeu (FSE) poderia, eventualmente, ser aperfeiçoado. Devemos, por isso, estar abertos a todos os debates que possam levar a uma melhoria.

Quanto às fontes de financiamento, é óbvio, Senhor Comissário, que o que afirmou acerca das dotações de pagamento do FSE está absolutamente correcto do ponto de vista estritamente técnico. Em última análise, porém, gostaria que o panorama geral das obrigações e pagamentos no âmbito do quadro financeiro plurianual, referentes quer aos Fundos Estruturais quer ao FSE, estivesse em conformidade com os montantes globais acordados. Não é admissível que, devido a uma aplicação deficiente ou tardia e a problemas nos sistemas de controlo e gestão destes fundos, o dinheiro acabe por não ser utilizado, e que, depois, todos os anos, peguemos numa parte desse dinheiro para pagar outros programas como este. Isso vai contra os interesses do mandante.

Aceitamos, por agora, o que disse quanto às regras dos auxílios estatais. É claro que, embora num local diferente, fizemos perguntas semelhantes a propósito da fábrica da Nokia em Bochum e da sua deslocalização para a Roménia. Apesar disso, devo dizer que, neste caso, é necessário verificar em detalhe a interacção entre a Comissão e as obrigações informativas dos Estados-Membros. Por vezes, fico com a impressão de que,

nesta matéria, as coisas se passam mais ou menos como no controlo das quotas de pesca: empurram todos um pouco uns para os outros e acaba por não haver um sistema eficaz. Permaneceremos atentos a estas questões, que acompanharemos de perto a propósito de situações semelhantes, e insistimos em que a Comissão actue de acordo com os regulamentos e regras adoptados em 2007.

A terminar, dirijo a todos um pedido: amanhã, votem a favor desta mobilização do Fundo de Ajustamento à Globalização.

**Presidente.** – Está encerrado o debate. A votação terá lugar na quarta-feira, dia 25 de Novembro de 2009.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Iosif Matula (PPE), por escrito.** – (RO) Senhor Presidente, dou o meu apoio ao relatório apresentado pelo senhor deputado Böge, porque penso que muitos trabalhadores europeus que perderam o emprego necessitam de ajuda, incluindo dos fundos comunitários. Os mais de 37 milhões de euros concedidos a 10 275 trabalhadores em 2009 estão muito longe do limite máximo de 500 milhões de euros atribuído anualmente a este fundo europeu. Devo salientar que estes fundos se destinam aos trabalhadores despedidos e não às empresas. A UE não deve apoiar financeiramente a estratégia das empresas que optam pela deslocalização e despedem trabalhadores, especialmente nos casos em que as empresas se deslocalizam para fora da UE ou recebem, em acumulação, auxílios de outro Estado-Membro.

É essencial para nós acompanhar de muito perto a forma como ocorrem as deslocalizações das empresas. O ónus dos custos sociais que o encerramento ou a deslocalização das fábricas implicam não deve recair sobre os contribuintes europeus. Não nos esqueçamos de que o Fundo foi criado para prestar apoio complementar aos trabalhadores despedidos quer na sequência de mudanças estruturais de vulto no sector empresarial global, quer, desde 1 de Maio de 2009, em resultado da crise financeira e económica global. Julgo que o acesso aos fundos europeus também pode redundar numa ajuda significativa aos novos Estados-Membros, permitindo-lhes ultrapassar as dificuldades resultantes da crise económica e as inerentes à sua adaptação à estrutura concorrencial do mercado único europeu.

#### **14. Estado do projecto da zona de comércio livre Euromed (debate)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0116/2009) apresentada pelo deputado Vital Moreira, em nome da Comissão do Comércio Internacional, à Comissão, sobre o estado actual do projecto da zona de comércio livre (ZCL) euro-mediterrânica prevista para 2010 (B7-0222/2009).

**Vital Moreira, Autor.** – Senhora Presidente, Senhor Comissário, esta pergunta foi redigida e proposta antes de sabermos que Catherine Ashton deixaria de ser, entretanto, Comissária do Comércio. Confiamos, porém, que a Comissão estará em condições de responder à nossa pergunta.

Ela tem a ver, como já foi indicado, com o estado actual da área de comércio livre euro-mediterrânica, inicialmente prevista para 2010.

De facto, um dos projectos emanados do Processo de Barcelona, iniciado em 1955, é a criação de uma área de comércio livre no Mediterrâneo em 2010, a qual deverá assentar numa perspectiva regional e incluir uma rede Norte-Sul e uma rede Sul-Sul dessa área de comércio livre, objectivo que, porém, continua muito longínquo, e, por isso, as seguintes perguntas:

Entende a Comissão que a criação dessa área de comércio livre euro-mediterrânica em 2010 constituiu um objectivo realista desde o início? Poderá a Comissão fundamentar a sua resposta com razões substanciais?

Segundo, o Parlamento tem conhecimento de que será adoptado em breve um novo roteiro euro-mediterrânico, bem como, possivelmente, um novo mecanismo para facilitar o comércio e o investimento na região.

Poderá a Comissão fornecer mais pormenores sobre os reais aspectos práticos e as implicações de tal mecanismo?

Terceiro, poderá a Comissão pronunciar-se sobre o estado actual do Acordo de Agadir sobre o contributo da União para a reformulação desse acordo e, de modo mais geral, sobre a dimensão Sul-Sul do Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo?

Quarto, poderá a Comissão informar de que modo incorporou as recomendações contidas na avaliação de impacto de sustentabilidade realizada pela Universidade de Manchester, a fim de ter em conta nas negociações a coesão social e o desenvolvimento sustentável, conforme se preconizava naquele estudo?

Quinto, poderá a Comissão explicar ao Parlamento o que estava em causa na renegociação do acordo de associação com a Síria após o seu congelamento em 2004?

Sexto, poderá a Comissão pronunciar-se sobre as negociações com a Líbia, os objectivos das mesmas e o estado actual dessas negociações?

Sétimo, vários países mediterrânicos manifestaram interesse no aprofundamento e/ou no alargamento dos seus acordos comerciais com a União.

Poderá a Comissão, primeiro, informar o Parlamento sobre essa nova geração de acordos de associação?

Segundo, comunicar ao Parlamento se, à luz das novas competências que o Tratado de Lisboa atribui ao Parlamento no domínio do comércio, a Comissão poderá ter em conta uma resolução anterior do Parlamento na negociação desses novos acordos?

Estas são as perguntas, Sra. Presidente, Sr. Comissário. Dado o interesse actual do Processo de Barcelona e do entorno sul da União, pensamos que a resposta a estas perguntas é de uma enorme actualidade e oportunidade.

**Antonio Tajani**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Deputado Moreira, estou a responder em nome da senhora Comissária Ashton.

Quanto à zona de comércio livre euro-mediterrânica, a sua criação em 2010 constituía um objectivo realista e, no próximo ano, teremos feito avanços consideráveis nesse sentido, embora seja evidente que ainda há muito a fazer para concretizar plenamente o potencial da integração económica na zona euro-mediterrânica.

Registaram-se alguns progressos, sobretudo na dimensão Norte-Sul. A União Europeia celebrou acordos de associação bilaterais com todos os nossos parceiros mediterrânicos – com excepção da Síria –, cujo objecto principal é o comércio de mercadorias. Entretanto, estão em curso outras negociações bilaterais tendo em vista a intensificação do comércio de produtos agrícolas e serviços, a promoção da liberdade de estabelecimento e a criação de um mecanismo vinculativo para a resolução de diferendos. Algumas dessas negociações já terminaram e prevê-se a conclusão de outras para 2010.

Quanto às recentes negociações entre a União Europeia e os nossos parceiros mediterrânicos e ao papel do Parlamento Europeu, posso dizer-vos, ainda relativamente à dimensão Norte-Sul, que esperamos chegar a acordo, na Conferência Ministerial Euro-Mediterrânica sobre o Comércio, em 9 de Dezembro, sobre o roteiro para o comércio euro-mediterrânico para além de 2010, que incorpora o objectivo da transformação gradual dos actuais acordos de associação bilaterais euro-mediterrânicos em acordos de comércio livre de grande amplitude.

Não estamos a falar de negociação de novos acordos de associação, mas sim do alargamento e reforço dos existentes, de modo a abarcar questões como a facilitação do comércio, os obstáculos técnicos e as questões sanitárias e fitossanitárias, bem como os contratos públicos, a concorrência, os direitos de propriedade intelectual, o comércio e os assuntos relacionados com o desenvolvimento sustentável e a transparência.

As negociações bilaterais serão adaptadas à situação de cada parceiro da margem sul do Mediterrâneo. Marrocos poderá ser o primeiro país mediterrânico com o qual iniciaremos negociações no próximo ano. Após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Parlamento terá, obviamente, um papel reforçado em matéria de comércio. A Comissão está pronta para trabalhar em estreita colaboração convosco nas futuras negociações que acabei de referir.

A zona de comércio livre euro-mediterrânica possui também uma dimensão Sul-Sul. Os nossos parceiros mediterrânicos estão a criar uma rede de acordos de comércio livre entre eles, e o Acordo de Agadir, em vigor desde 2007, está igualmente aberto a outros parceiros do Mediterrâneo. Israel e a Turquia assinaram também acordos de comércio livre com os parceiros mediterrânicos, havendo ainda outros acordos em perspectiva.

É ainda cedo para avaliar globalmente o actual Acordo de Agadir. O comércio entre os quatro parceiros aumentou, embora não tanto quanto se previa inicialmente. Isso pode dever-se a várias razões, como a existência de barreiras não pautais, falta de complementaridade entre os vários mercados, ausência de um

mercado regional capaz de atrair investidores e, por último, mas não menos importante, o facto de as empresas não terem conhecimento suficiente das oportunidades oferecidas por estes acordos.

O roteiro para o comércio euro-mediterrânico para além de 2010 deve ajudar a resolver este problema. Inclui, também, uma série de propostas práticas a curto prazo, uma das quais consiste no mecanismo de facilitação do investimento e do comércio euro-mediterrânicos. A criação deste mecanismo proporcionará informação gratuita, actualizada, completa e de fácil acesso sobre comércio, condições de investimento e regulamentação na região euro-mediterrânica, com o objectivo de ajudar as empresas, especialmente as PME, a intervirem nos mercados dessa região.

Quanto à sustentabilidade, como acontece com todas as nossas zonas de comércio livre, a Comissão levou a cabo uma avaliação do impacto na sustentabilidade, concluída em Dezembro de 2007 e que é, e será, utilizada nas negociações actuais e futuras.

No que respeita às questões do comércio, em particular, o Pacto de Estabilidade destacou a importância dos longos períodos de transição definidos nos acordos de associação para a eliminação de pautas industriais pelos países da margem sul do Mediterrâneo e a necessidade de estabelecer períodos de transição semelhantes nas actuais negociações sobre projectos agrícolas.

Também é evidente que, nas conversações em curso sobre serviços e estabelecimento, temos de ter em conta o nível de desenvolvimento dos nossos parceiros da margem sul do Mediterrâneo.

Acresce que muitos desses países beneficiam do apoio da Comissão a programas de reforma fiscal que podem ajudar a reduzir os efeitos negativos da quebra de receitas aduaneiras referida no relatório da avaliação do impacto na sustentabilidade.

Quanto ao acordo com a Síria que já referi, a Comissão iniciou, em 2008, um reexame do projecto de acordo de associação, para decidir se seria ou não necessário proceder a alterações ou actualizações a nível técnico antes da sua conclusão. Bastou uma ronda de negociações para chegarmos a acordo com a Síria sobre as alterações necessárias para ter em conta a adesão da Roménia e da Bulgária à União Europeia e as alterações tarifárias introduzidas na Síria e na União após a suspensão das negociações em 2004. O acordo foi selado em Dezembro de 2008. No mês passado, anunciámos que a União está agora pronta para assinar. A Síria adiou a celebração do acordo para analisar as suas implicações económicas.

Por seu lado, as negociações com a Líbia, iniciadas em Novembro de 2008, em Bruxelas, têm como objectivo a celebração de um acordo-quadro centrado num ambicioso acordo de comércio livre relativo a bens, serviços e liberdade de estabelecimento, e na cooperação no domínio da regulamentação. A celebração desse acordo com a Líbia será a última peça do *puzzle*. De facto, a União terá então celebrado acordos comerciais com todos os seus vizinhos mediterrânicos, ainda que a Líbia não esteja abrangida pela política europeia de vizinhança.

A celebração deste acordo de comércio proporcionará aos exportadores da UE novas oportunidades de exportação para a Líbia e um ambiente regulamentar mais favorável, em particular no sector dos serviços e nos mercados do petróleo e do gás natural. Naturalmente, as negociações com Trípoli estão ainda numa fase inicial, e precisamos de mais tempo para chegar a um acordo.

No decurso do processo, a Comissão prestará especial atenção ao reforço das capacidades nas questões do comércio e afins no seio da administração líbia. Além disso, está actualmente em fase de acabamento uma avaliação do impacto na sustentabilidade relativa à Líbia.

**Georgios Papastamkos**, em nome do Grupo PPE. – (EL) Senhor Presidente, apoiamos a parceria Euromed, estrategicamente relevante, e a consolidação da cooperação política, económica e cultural e da paz, segurança e estabilidade em toda a região. Exortamos os ministros a adoptarem, na próxima conferência, um roteiro para a criação da zona de comércio livre euro-mediterrânica. A abordagem bilateral deve ser acompanhada por uma perspectiva regional. Para além da dimensão Norte-Sul, considero de igual modo muito importante a integração económica regional Sul-Sul, a que tanto o presidente da Comissão do Comércio Internacional, senhor deputado Moreira, como o senhor Comissário Tajani aludiram. Gostaria de salientar, em particular, a necessidade de integrar direitos sociais e ambientais específicos e de introduzir as normas sanitárias que têm de acompanhar a abertura dos mercados. Devem igualmente ser tratadas algumas questões importantes relacionadas com a importação de produtos agrícolas para a União Europeia. Pessoalmente, sou favorável ao reforço do “Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo” e dos programas anunciados no seu âmbito e relativos a sectores estratégicos como a cooperação entre pequenas e médias empresas e a exploração de fontes de energia renováveis. Finalmente, gostaria de referir, com particular destaque, o estabelecimento de



corredores marítimos e a proposta apresentada pela Grécia, no Verão passado, sobre a criação de um observatório dos transportes no Mediterrâneo Oriental sediado nesse país.

**Kader Arif**, *em nome do Grupo S&D*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer ao senhor deputado Moreira a sua intervenção.

Os ministros do comércio dos países da zona euro-mediterrânica vão-se reunir no dia 9 de Dezembro para debater o relançamento da nossa cooperação em matéria de economia e comércio. Em primeiro lugar, gostaria que todos fôssemos claros sobre o seguinte: se o objectivo da zona de comércio livre era, de facto, beneficiar todos os parceiros, a norte e a sul, a fixação do ano de 2010 para a sua criação não foi realista nem tão-pouco desejável, dadas as enormes disparidades existentes entre as margens norte e sul do Mediterrâneo em termos de desenvolvimento.

Além disso, algumas pessoas ainda defendem que, para desenvolver a parceria euro-mediterrânica – que, devo lembrar, é composta por três pilares: política, economia, e sociedade e cultura –, basta-nos arredar as dificuldades políticas e avançar nos aspectos económicos e comerciais. Como terão percebido, não acredito na tese mágica e perigosa de que o comércio pode, só por si, fazer-nos avançar no caminho da integração harmoniosa, da paz e da estabilidade.

E ainda menos acredito quando os factos falam por si. Supunha-se, por exemplo, que, pondo de lado os conflitos políticos, a União para o Mediterrâneo poderia, através de projectos ditos concretos e visíveis, reavivar a cooperação euro-mediterrânica estagnada. Afinal, é a União para o Mediterrâneo que está actualmente em estagnação, e as disputas políticas que tinham sido postergadas voltaram para a assombrar.

Conto-me entre os que continuam a defender fervorosamente o espírito do Processo de Barcelona e os que acreditam que o progresso não é medido apenas através de estatísticas comerciais, as quais, diga-se, são ainda demasiado desfavoráveis para os nossos parceiros a sul e para as suas populações. O comércio pelo comércio – não, decididamente, não acredito nisso.

Porém, num comércio que tenha em vista o desenvolvimento, a redução do fosso entre ricos e pobres, a repartição efectiva da riqueza e a realização da integração regional – nisso sim, consigo acreditar. No entanto, é necessário que as negociações ainda se encaminhem nesse sentido.

É por isso que apelo a todos para que, nesta próxima reunião, sejamos ambiciosos e não nos limitemos a discutir questões técnicas relacionadas com a eliminação de entraves ao comércio, como se fosse esse o objectivo. É inadmissível que se continue a pensar dessa forma.

A integração regional, especialmente na sua vertente Sul-Sul, as respostas a dar à crise económica – que nos atinge duramente com a perda de empregos que acarreta –, as considerações relativas às pessoas, à sociedade e ao ambiente, e a questão dos direitos humanos devem alimentar o debate e voltar a ser as nossas principais preocupações.

**Niccolò Rinaldi**, *em nome do Grupo ALDE*. – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, atendendo à hora, e já que estamos a falar do mundo árabe, permitam-me que comece com uma citação d'As Mil e Uma Noites.

Nesses contos, podemos ler: “Sem honra nem proveito ficará aquele que permanece em casa sem nada fazer. Quantas vezes vi eu lagos estagnados corrompidos pela sua quietude: a água que corre é doce, mas a que está parada rapidamente apodrece”.

Isto dá-nos uma percepção da herança da grande tradição árabe, que nos convida a despertar de uma certa inércia e a reactivar o processo de integração euro-mediterrânica da melhor forma possível, tendo em conta dois factores.

O primeiro factor é o tempo. Actualmente, 50% da população da margem sul do Mediterrâneo tem menos de 18 anos e, daqui a menos de 30 anos, teremos uma zona de comércio livre com quase mil milhões de consumidores e cidadãos. Por conseguinte, não temos muito tempo.

O segundo factor é o tipo de acordos comerciais que queremos oferecer a esses países. Enquanto democratas liberais, queremos acordos comerciais sem estruturas burocráticas nem centralismo e que subtraíam o controlo dos recursos e da riqueza a algumas estruturas oligárquicas que actualmente dominam nos países parceiros.

**Yannick Jadot**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Senhor Presidente, após 15 anos de negociações na vertente comercial do Processo de Barcelona, temos fortes dúvidas de que a negociação de um acordo de comércio livre do tipo Euromed seja a solução correcta para os problemas sociais, políticos e económicos da região.

Conforme foi referido, a avaliação de impacto revelou, principalmente, a existência de consequências negativas potencialmente muito graves quer de natureza social e ambiental, quer em termos de integração regional.

Neste contexto, Senhor Presidente e Senhor Comissário, cremos que a proposta da Comissão – o roteiro para 2010 e anos subsequentes – é demasiado parcial, dada a natureza dos acordos bilaterais de comércio livre, para ir no bom sentido.

Apoiamos o projecto de resolução que está hoje em discussão, designadamente porque levanta todo um conjunto de questões relacionadas com os impactos sociais, os impactos ambientais e os impactos sobre a integração regional e, por maioria de razão, porque, no seu n.º 10, apela a uma revisão dos objectivos dos acordos comerciais tendo em conta, especialmente, as questões sociais e ambientais, mas sobretudo porque, ao reexaminar os acordos, talvez pudéssemos pensar em reintegrar a componente comercial na globalidade do Processo de Barcelona.

**Willy Meyer**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (ES) Senhor Presidente, o meu grupo considera que é impossível dissociar a parte do projecto Euromed referente ao comércio, à imigração ou ao financiamento, da parte política. Por essa razão, o nosso grupo não concorda que a União Europeia atribua a Israel e ao Reino de Marrocos um tão elevado estatuto, porque ambos são zonas de turbulência incompatíveis com uma união para a paz fundada no direito internacional.

Pensamos que a União Europeia e a Comissão Europeia devem ser muito mais exigentes quanto aos valores que nos podem conduzir a um projecto de paz e segurança partilhadas.

Neste momento, por exemplo, uma dirigente sarauí está em greve de fome na ilha espanhola de Lanzarote, porque o Reino de Marrocos não permite a sua entrada nos territórios ocupados. É uma questão importante, que vai exigir a adopção de uma posição firme por parte instituições europeias face ao Reino de Marrocos.

Penso que a União para o Mediterrâneo tem a ver não só com o comércio, mas também com a defesa do direito internacional e dos direitos humanos.

**William (The Earl of) Dartmouth**, *em nome do Grupo EFD*. – (EN) Senhor Presidente, o Partido para a Independência do Reino Unido opõe-se ao Acordo Euromed pelo seguinte: o acordo oferece concessões comerciais, e mesmo subvenções, a países terceiros. E fá-lo, com certeza, directa ou indirectamente, à custa dos contribuintes britânicos. Além disso, quando o representante da senhora Comissária falou sobre o Euromed na Comissão do Comércio Internacional, a que me honro de pertencer juntamente com outras pessoas aqui presentes, disse que – e cito literalmente – “a aplicação de toda a regulamentação da UE está fora de questão”. Mais disse que a aplicação da regulamentação da UE será racional e selectiva.

Em contrapartida, nós, no Reino Unido, aceitamos – e, na verdade, a nossa economia ressentiu-se disso – que todos os regulamentos da UE sejam aplicados e, ainda por cima, aplicados de forma simultaneamente irracional e universal.

Nem sequer nos permitem utilizar o tipo de lâmpadas eléctricas que gostaríamos de ter. Mas não são só as lâmpadas eléctricas. Depois de Lisboa, nós, no Reino Unido, seremos governados, em maior ou menor medida, pelos três *amigos*: o Presidente da Comissão, o recentemente nomeado Presidente do Conselho – que é, de certeza, o avô do Tintim – e, principalmente, a Alta Representante, a senhora Cathy Ashton, que, já com 30 anos de idade, era um dos quatro funcionários remunerados da campanha britânica para o desarmamento (CND).

Este é um assunto sério, e estas são as pessoas a que estamos amarrados, mas os países Euromed não têm de suportar estes três *amigos*.

Há também a questão dos direitos humanos. Neste caso, tenho de perguntar o que se passa. A Síria e a Líbia estão entre os países que vão beneficiar de concessões comerciais e mesmo de subvenções a pagar por todos nós, mas onde estão as garantias em relação aos direitos humanos? Não se vislumbram em parte alguma nestes dois países, que já possuem um longo cadastro manifestamente desprezível. Com a autoridade que me advém do facto de a minha juventude ter decorrido na década de 1960, atrevo-me a dizer que os

proponentes desta parte da resolução devem ter estado a fumar alguma coisa, pelo que nos opomos a esta resolução na íntegra.

**Jörg Leichtfried (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, o comércio livre pode ser uma coisa boa, desde que não nos fiquemos por ele. Acordos deste tipo são muito mais do que isso, e devem sê-lo. Não podem limitar-se à definição de uma zona de comércio livre, antes devem atender, também, aos efeitos duradouros. Devem propiciar o desenvolvimento. Devem proporcionar segurança. Devem ter em vista a prosperidade para todos. Isso é muito mais importante do que garantir que haja uma liberalização sem mácula, que os mercados sejam abertos e que, no final do processo, haja algumas pessoas que tenham tirado proveito dele. Se quisermos tornar o comércio mais livre, o objectivo de todos esses esforços – os nossos e os dos países nossos vizinhos a sul – deve ser o combate ao desemprego. Esses esforços devem visar a criação de novas oportunidades, em especial para as mulheres, os jovens e a população rural. Se é esse o nosso objectivo, então estamos no caminho certo. Se, pelo contrário, o nosso objectivo for apenas liberalizar, abrir e permitir que algumas pessoas tenham lucros, estamos no caminho errado.

**Czesław Adam Siekierski (PPE).** – (PL) Senhor Presidente, o principal objectivo dos acordos euro-mediterrânicos de associação é, em particular para a União Europeia, estreitar a colaboração, principalmente no domínio do comércio, com os países mediterrânicos e reestruturar as economias desses países. Dessa forma, a UE pode ajudar o mundo árabe a transformar-se numa região próspera, o que criará as condições para uma cooperação mais estreita e uma oportunidade para se alcançar a estabilidade na região.

Temos de envidar todos os esforços no sentido de acelerar o processo que se iniciou em Barcelona, prestando especial atenção às questões respeitantes à democracia, à manutenção do Estado de direito, aos valores, à dignidade humana e ao desenvolvimento económico e social. Ainda neste contexto, o reforço do diálogo intercultural terá também um papel importante.

Em minha opinião, a liberalização do comércio de produtos agrícolas na zona euro-mediterrânica pode dar origem a trocas comerciais vantajosas se a UE se concentrar, essencialmente, na exportação de cereais, carne e leite, e na importação de frutas e vegetais dos países mediterrânicos. A execução de um plano de acção tão excepcionalmente ambicioso como a parceria euro-mediterrânica exige grandes esforços e muitas concessões por parte dos Estados que participam no processo.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, há poucas semanas estive numa reunião da Delegação para as relações com o Canadá. O tema era um acordo de comércio livre entre a União Europeia e aquele país. Antes disso, aqui no Parlamento, discutimos um acordo de comércio livre com a Coreia do Sul. Esta noite, estamos a discutir um acordo de comércio livre na zona euro-mediterrânica.

Pode a Comissão dizer-nos quantos acordos de comércio livre estamos a negociar ou negociámos até ao momento? Segundo: qual o benefício líquido para os países da União Europeia? Terceiro: onde estão as oportunidades para as empresas e os empresários do ponto de vista da economia e da criação de emprego?

Finalmente, não estou necessariamente de acordo com as razões aduzidas pelo conde de Dartmouth, mas gostaria que respondessem à sua questão central, pondo de lado as personalidades.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, o tema deste debate tem sido a liberalização do comércio, e eu apresento-me esta noite perante a nossa Assembleia como uma europeia que acredita na cooperação entre as nações, mas não no federalismo do projecto actual.

Para o Reino Unido, Lisboa diminuirá as nossas possibilidades de controlar o comércio e de termos relações comerciais com quem bem quisermos. Além disso, o enfraquecimento da nossa democracia, tanto no Reino Unido como na Europa, ficou patente na semana passada com a nomeação de um Presidente e a consagração de uma Alta Representante para os Negócios Estrangeiros que nunca desempenhou cargos electivos, mas que falará em nome dos europeus em matéria de negócios estrangeiros. É uma situação que, seguramente, a Comissão não pode deixar em suspenso, mas seria interessante ouvir a sua opinião.

**João Ferreira (GUE/NGL).** - Senhor Presidente, relativamente ao estabelecimento de uma zona de livre comércio euro-mediterrânica, não queremos deixar de fazer duas considerações.

Uma geral, que se aplica ao caso dos países do Sul e Leste do Mediterrâneo, assim como à generalidade dos países em desenvolvimento com os quais a União Europeia pretende estabelecer acordos semelhantes, e muito especialmente com os países ACP.

São as palavras que vêm a propósito, do dominicano Lacordaire: entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre, é a liberdade que escraviza, é a lei que liberta. Não podemos com efeito ignorar as evidentes e significativas assimetrias socioeconómicas em presença, bem como o muito diferente estado de desenvolvimento dos sistemas produtivos dos países do Norte e do Sul do Mediterrâneo.

A liberalização do comércio, particularmente em sectores sensíveis como a agricultura e as pescas, tem sido um inquestionável factor de agravamento da actual crise económica e social, pela pressão que introduz sobre os sistemas produtivos mais débeis, sobre o emprego e sobre os direitos sociais, pelo aumento da dependência, particularmente grave no plano alimentar, por comprometer o desenvolvimento livre e soberano de todos os países.

Relembramos ainda a situação – que já aqui foi falada – na Palestina e no Sara Ocidental, que não podemos ignorar no âmbito deste debate.

**Jörg Leichtfried (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, penso que vou demorar menos de um minuto. Também tenho uma pergunta para o senhor Comissário. Concordámos em que os acordos de comércio livre e os acordos comerciais devem contemplar, para além do comércio, outros objectivos que, em última análise, são vantajosos para todos nós. Em que medida este processo significa que nós e os nossos parceiros desfrutaremos de mais democracia, mais direitos humanos e uma repartição mais equitativa da riqueza? Já é possível constatá-lo ou levará mais algum tempo? E, se sim, quanto tempo?

**Kader Arif (S&D).** – (FR) Senhor Presidente, não esperava ter de responder à senhora deputada Dodds, mas gostaria de lhe dizer apenas que deve ler o Tratado de Lisboa, porque, se existe comissão que sairá reforçada com o Tratado de Lisboa, é precisamente a Comissão do Comércio Internacional. Posso, portanto, afirmar que, a partir de então, e nos meses ou anos seguintes, o Parlamento Europeu terá um pouco mais de poder.

O senhor deputado Moreira fez algumas perguntas muito precisas ao senhor Comissário. Ouvi o senhor Comissário Tajani responder: Líbia e Síria. Houve outra questão também rapidamente descartada, que foi a dos direitos humanos, à qual não foi dada uma resposta concreta. Desejo vivamente que se avance nas negociações com a Líbia e a Síria, mas é necessário que, ao mesmo tempo, haja respostas precisas para as questões, interrogações e exigências da UE em matéria de direitos humanos.

Segundo ponto: penso que é impossível falar da zona euro-mediterrânica sem abordar a questão israelo-palestiniana, uma vez que alguns produtos são actualmente importados dos territórios ocupados. Por isso, também gostaria de saber qual a posição da Comissão em relação a este assunto.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de começar por salientar que a ausência da senhora Comissária Ashton não se deve ao cargo que irá ocupar a partir de 1 de Dezembro, mas sim a outros compromissos institucionais relacionados com as suas actuais funções.

Tentarei responder, na medida do possível, a todas as vossas perguntas. As respostas que não conseguir dar serão transmitidas por escrito a todos os deputados, porque farei chegar as vossas questões à senhora Comissária Ashton e aos seus serviços.

Quero deixar claro que o compromisso da Comissão Europeia em relação aos direitos humanos tem sido sempre um elemento central de toda a sua acção. No caso do meu departamento, ou seja, os transportes, também sempre fizemos o possível por, em todas as nossas iniciativas em África, dar prioridade às garantias de estabilidade política e de respeito dos direitos humanos e da lei. Este compromisso faz parte do projecto político da Comissão Europeia. Além do mais, os acordos de comércio livre incluem sempre cláusulas de cooperação.

Gostaria, pois, de tranquilizar todos os senhores deputados quanto ao facto de a Comissão nunca subestimar a importância do respeito dos direitos humanos e a sua obrigação de levantar a questão junto dos países com os quais há negociações em curso. As situações são continuamente acompanhadas, e se isso acontece com países que pediram a adesão à União Europeia, por maioria de razão deverá suceder com países envolvidos em negociações.

No caso da Síria, o acordo de associação segue as linhas gerais do modelo dos restantes acordos euro-mediterrânicos, pressupondo o diálogo e a cooperação regulares nos domínios político, económico e social em muitos sectores. Prevê a implantação gradual de uma zona de comércio livre ao longo de um período de, no máximo, 12 anos, e contém, também, disposições mais gerais e de grande significado aplicáveis a um vasto leque de sectores, incluindo disposições relativas ao comércio que não estão previstas noutros

acordos euro-mediterrânicos de associação. Estou a pensar no amplo dismantelamento pautal no respeitante aos produtos agrícolas, nas disposições relativas aos obstáculos técnicos ao comércio, nas medidas sanitárias e fitossanitárias, na facilitação das trocas comerciais, no direito de estabelecimento, na prestação de serviços, nos contratos públicos e, finalmente, nos mecanismos de resolução de litígios comerciais.

Quanto à Líbia, após um período de difíceis relações com a comunidade internacional, este país tem tomado várias iniciativas no sentido da normalização das relações políticas e económicas com os seus parceiros estrangeiros.

Durante uma viagem à Líbia na qualidade de Comissário dos Transportes, apercebi-me da vontade que existe de reverter uma tendência que sempre existiu no passado. Posso dizer que a Líbia concorda sempre com os objectivos e o conteúdo genérico dos projectos legislativos sobre o comércio de bens, a prestação de serviços, o direito de estabelecimento, as regras do comércio, incluindo as relativas aos contratos públicos, e a cooperação em matéria de regulamentação em muitas áreas do acervo comunitário. A Líbia também se dispôs a aceitar outras cláusulas, mas reitero que, de qualquer modo, a Comissão continuará vigilante.

Espero ter sido tão preciso quanto possível nas respostas às vossas perguntas.

Quanto ao número exacto de acordos de comércio livre que a Comissão está a negociar, daremos uma resposta mais clara e completa por escrito, através dos serviços da senhora Comissária Ashton.

**Presidente.** – Comunico que recebi cinco propostas de resolução<sup>(4)</sup> apresentadas em conformidade com o artigo 115.º, n.º 5, do Regimento.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quarta-feira, dia 25 de Novembro de 2009.

## 15. Segurança e interoperabilidade do sistema ferroviário comunitário (debate)

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a pergunta oral (O-0129/2009) apresentada pelo deputado Brian Simpson, em nome da Comissão dos Transportes e do Turismo, à Comissão, sobre a segurança e a interoperabilidade do sistema ferroviário comunitário (B7-0227/2009).

**Brian Simpson, autor.** – (EN) Senhor Presidente, intervenho em nome da Comissão dos Transportes e do Turismo para apresentar esta pergunta oral, que foi motivada pelos recentes acidentes em Itália e nos Países Baixos, dos quais, lamentavelmente, resultaram vítimas mortais.

No entanto, penso que é correcto salientar que o comboio é ainda um dos meios de transporte mais seguros e que, certamente, é intenção da minha comissão fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para garantir que assim se mantenha. Daí a presente pergunta oral.

Nós, no Parlamento Europeu, sempre levámos muito a sério a segurança ferroviária. O que culminou na recente Directiva relativa à Segurança Ferroviária e vem na sequência de uma longa linha de iniciativas e relatórios em matéria de transportes ferroviários levados a cabo pelo Parlamento ao longo de muitos anos.

Contudo, sentimos alguma frustração que advém da incapacidade, ao longo dos anos, das empresas rodoviárias e dos governos nacionais de actuarem em áreas cruciais. Isso é visível quando se analisa legislação fundamental e, em particular, a aplicação dessa legislação no direito internacional, que tem sido, no melhor dos casos, inconsistente e, na pior das hipóteses, absolutamente proteccionista.

O próprio relatório intercalar da Comissão sobre a aplicação da Directiva relativa à Segurança Ferroviária afirma que as normas e regras nacionais obstam a um sistema ferroviário plenamente integrado. O que, então, levanta a questão sobre se essas regras nacionais estão também a comprometer a segurança.

E quanto à interoperabilidade no sector? São os entraves nacionais que impedem igualmente o progresso neste domínio, ou existe relutância por parte da indústria ferroviária em adoptar o conceito de interoperabilidade?

---

(4) Ver Acta.

Por que razão o progresso no sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS) é tão lento e iremos falhar a tentativa de pôr em funcionamento um sistema de certificação das entidades responsáveis pela manutenção até ao final do próximo ano?

Estas são perguntas para as quais nós, enquanto comissão, procuramos respostas. E, associado a isso, gostaríamos que a Comissão nos informasse sobre quais os entraves e lacunas nacionais que, actualmente, funcionam como travão no processo da interoperabilidade e quais os Estados-Membros que mais impedem esse processo.

Na sequência disso, irá a Comissão utilizar poderes legais à sua disposição para garantir a observância do direito comunitário?

Sei que os problemas, em particular no que diz respeito ao transporte ferroviário de mercadorias, mas não apenas nesse domínio, são da responsabilidade do Conselho. Eu e a minha comissão queremos trabalhar com a Comissão Europeia e a indústria no desenvolvimento de uma rede ferroviária segura, integrada e interoperável.

A minha comissão começa agora a questionar-se sobre se o aspecto da segurança, em particular no que diz respeito aos vagões de frete, está ou não a começar a ser prejudicado pelo insucesso na aplicação da legislação europeia.

Se assim for, então é urgente tomar medidas. Mas é igualmente necessário tomar medidas para a integração e a interoperabilidade para assegurar o pleno desenvolvimento de todo o potencial do transporte ferroviário de passageiros e caso se pretenda, honestamente, que o transporte ferroviário de mercadorias sobreviva.

**Antonio Tajani**, *Vice-Presidente da Comissão*. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, antes de entrar no debate, gostaria de fazer alguns comentários introdutórios que considero fundamentais.

Só depois de as investigações técnicas levadas a cabo por organismos italianos e neerlandeses independentes terem identificado as causas exactas dos acidentes em Viareggio e nos Países Baixos poderemos chegar a conclusões específicas no que respeita a eventuais melhorias na legislação comunitária em matéria de segurança nos transportes ferroviários.

Por outro lado, como foi salientado pelo senhor deputado Simpson, apesar destes dois acidentes, de que temos de retirar ensinamentos em termos de segurança rodoviária – para, precisamente, mostrarmos o nosso empenho neste domínio, organizámos uma série de eventos em que o senhor deputado Simpson também esteve presente –, quero realçar que, não obstante, na Europa, o transporte ferroviário oferece um nível de segurança particularmente elevado quando comparado com outros meios de transporte.

De facto, o relatório sobre o actual primeiro pacote ferroviário, adoptado pela Comissão em 2006, e as estatísticas mais recentes indicam que a abertura do mercado à concorrência não teve quaisquer consequências negativas sobre o nível geral da segurança ferroviária, o qual, pelo contrário, continua a subir. No entanto, temos de estar vigilantes para garantir que esta subida se mantém e, seguramente, não podemos contentar-nos com os resultados já atingidos. Na realidade, a liberalização significa que o número de operadores nas nossas redes continua a aumentar, razão por que devemos avaliar com frequência a qualidade dos operadores presentes.

Na sequência do acidente de Viareggio, a Comissão e a Agência Ferroviária Europeia organizaram inúmeras reuniões com todas as partes interessadas, tendo sido elaborado um plano de acção a curto e longo prazo, com vista a reduzir, o mais possível, o risco de se repetirem acidentes deste tipo. O plano foi adoptado na conferência sobre segurança ferroviária organizada – conforme referi anteriormente – pela Comissão, em 8 de Setembro de 2009.

Passando agora à pergunta sobre a segurança dos vagões de frete, em particular sobre a manutenção dos seus principais componentes, como, por exemplo, os eixos, a Agência Ferroviária Europeia criou uma *task force* composta por peritos da indústria e das autoridades nacionais responsáveis pela segurança, que já se reuniu em três ocasiões.

A *task force* tem um programa de trabalho específico de duas etapas, cujos resultados devem ser publicados em Dezembro de 2009 e Junho de 2010.

A primeira etapa consiste em desenvolver um programa de inspecção urgente, que visa verificar o estado dos vagões em uso, bem como a qualidade dos respectivos eixos. Importa, contudo, que estas medidas não

sejam adoptadas isoladamente a nível nacional, mas sim coordenadas a nível europeu, para que os resultados obtidos sejam aceites em todos os Estados-Membros.

A segunda etapa reconduzirá ao problema mais geral da manutenção dos vagões, para determinar se é necessário harmonizar, e em que medida, os vários componentes do sistema de manutenção, em particular as normas técnicas, os procedimentos e medições e os métodos de teste.

O Regulamento para a Utilização Recíproca dos Vagões em Tráfego Internacional, em vigor antes da abertura do mercado até 2006, dava às empresas nacionais a responsabilidade e a liberdade de determinar todos estes aspectos. A ausência de normas harmonizadas não parece ser aceite no novo enquadramento, que é regulado por especificações técnicas em matéria de interoperabilidade dos vagões e pelo novo acordo privado, o contrato uniforme de utilização dos vagões entre os operadores de vagões técnicos e as empresas de transporte ferroviário.

No que diz respeito à certificação da entidade responsável pela manutenção, a Agência Ferroviária Europeia fará tudo o que estiver ao seu alcance para permitir à Comissão cumprir o calendário estipulado na actual Directiva e adoptar o sistema de certificação até final de 2010.

Longe de constituir mais um obstáculo para os operadores do sector ferroviário, o sistema de certificação, que define as condições a que estes operadores têm de obedecer para serem reconhecidos como entidades responsáveis pela manutenção, oferecerá oportunidades que, até hoje, têm estado disponíveis apenas para algumas empresas.

As práticas ou lacunas a nível nacional que impedem a interoperabilidade dizem respeito, principalmente, à transição do antigo regime, regulado por monopólios ferroviários nacionais, para o novo regime, introduzido pelas directivas relativas à interoperabilidade e à segurança ferroviária. Os entraves em questão estão descritos na Comunicação adoptada em Setembro pela Comissão.

Em 2008, visando eliminar estes obstáculos, a Agência Ferroviária começou a trabalhar na aceitação mútua de material circulante. A este respeito, a Agência está a classificar todas as normas nacionais com base numa lista harmonizada de parâmetros técnicos, antes de avançar para a comparação das normas nos diversos Estados-Membros, a fim de determinar o grau de equivalência. O objectivo consiste em eliminar a prática, comum no sector ferroviário, de recorrer a normas nacionais para impedir a aprovação de material circulante já aprovado noutros Estados.

Além disso, a lentidão dos Estados-Membros e da indústria em se adaptarem ao novo quadro jurídico representa mais uma barreira à interoperabilidade. Na verdade, essa lentidão está a obstar à criação de um espaço ferroviário europeu assente em normas comuns harmonizadas, normas necessárias para o funcionamento optimizado do mercado.

A minha intervenção foi bastante longa, mas as questões eram muitas. Darei início, agora, às conclusões.

Quanto ao Sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS), está em funcionamento e com bons resultados em mais de 2 000 quilómetros. É verdade que as especificações originais apresentavam ambiguidades que deram azo a diferentes interpretações, mas essas ambiguidades foram suprimidas em 2007. A Decisão da Comissão, de 23 de Março de 2008, tornou obrigatório o uso desta nova versão, conhecida como “2.3.0d”.

Os Estados-Membros e o sector trabalham actualmente na modernização dos carris ferroviários relevantes, e o problema das aplicações nacionais incompatíveis está, assim, em vias de solução. Todas as aplicações novas tomam por base a norma compatível.

A Comissão, de acordo com os seus compromissos, apoiará financeiramente o sector para que este proceda à modernização de todos os carris e comboios já adaptados a este sistema, de modo a torná-los compatíveis com a nova versão. Para esse fim, no âmbito do quadro do convite à apresentação de propostas de 2009, foram atribuídos 250 milhões de euros ao ERTMS, parte dos quais serão utilizados especificamente na actualização dos programas informáticos relevantes.

**Georges Bach**, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhor Comissário, tem razão, o sistema ferroviário é bastante seguro quando comparado com outros meios de transporte. No entanto, a par de muitos aspectos positivos, a liberalização arrastou igualmente consigo alguma insuficiência em matéria de segurança, sob a forma de fragmentação das empresas, separação da infra-estrutura e das operações, externalização de trabalho e manutenção, e locação de materiais e de pessoal.

Em minha opinião, importa assegurar que a emissão dos certificados de segurança e autorizações pelas autoridades nacionais responsáveis por este sector estejam em conformidade com o estipulado pela Agência Ferroviária Europeia (AFE). Existem controlos adequados? Está garantido, por exemplo, que a formação do pessoal, as certificações e as condições de trabalho são correctamente controladas? Qual a situação, nesse aspecto, em relação à introdução de uma certificação comunitária normalizada? Qual a situação relativamente à carta de maquinista europeia? Por outro lado, é necessário duplicar os esforços no que se refere ao Sistema europeu de gestão de tráfego ferroviário (ERTMS).

O recente plano de execução a que fez referência deve ser vinculativo e não pode sofrer atrasos devido a considerações de ordem financeira ou nacional. Os esforços relativos à introdução das especificações técnicas de interoperabilidade (ETI) devem ser contínuos e amplos. Isso representará um enorme avanço, principalmente em termos de normalização de materiais, e elevará o nível de segurança em relação à manutenção dos materiais.

Muitos dos acidentes ferroviários e das situações de quase-acidente mais recentes foram originados por falhas de manutenção. Por razões relacionadas com os custos, a intensidade, em particular, está a ser descurada e os intervalos entre manutenções estão a ser alongados. Qual a situação em relação a um sistema de certificação a nível europeu dos trabalhos de manutenção? Penso que se deve fazer tudo o que for possível para evitar que, individualmente, cada Estado-Membro regresse às suas antigas regras e actue de forma independente e divergente. Os postos fronteiriços entre cada Estado-Membro, em particular, representam um risco em matéria de segurança. Que medidas pensa a Comissão tomar para superar este problema a curto prazo? Gostaria de lhe solicitar que, ao fazer a sua avaliação, se certifique de que não irá esquecer os aspectos sociais – estes devem ser tidos em conta.

**Bogusław Liberadzki**, *em nome do Grupo S&D*. – (PL) Senhor Presidente, em primeiro lugar desejo agradecer ao senhor deputado Simpson só pelo facto de apresentar a sua pergunta e felicitá-lo porque essa pergunta tornou-se o tema do nosso debate. É um debate bastante tardio, a uma hora muito avançada da noite, mas é muito positivo estarmos a tê-lo. Quando o tema da pergunta foi apresentado, vimos as palavras: contexto – o sistema ferroviário europeu. Atrevo-me a sugerir aqui que, por agora, ainda não temos um sistema ferroviário europeu.

Porquê? Cada linha férrea possui as suas próprias normas técnicas. No caso de linhas férreas eléctricas, a corrente ou é contínua ou alternada. Se for alternada, a tensão ou é de 15 kV, ou de 30 kV, ou ainda de 35 kV. Posso referir-vos um facto interessante, que é particularmente adequado por estarmos na presença do senhor Vice-Presidente Tajani. No sistema Norte-Sul, há duas linhas férreas que são semelhantes – a da Polónia e a da Itália. Todas as outras apresentam diferenças entre elas. Assim, Senhor Presidente, vamos dar uma oportunidade às linhas férreas. Vamos criar um sistema ferroviário genuinamente europeu, mesmo que o tenhamos de fazer a despeito das poderosas transportadoras ferroviárias nacionais.

**Michael Cramer**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a segurança é um bem sagrado. Carece de prioridade absoluta. O que se passou recentemente em Berlim, onde o sistema de comboios rápidos suburbanos se desmoronou em resultado da prioridade dada aos lucros, deve manter-se um caso absolutamente excepcional. Em Berlim, nos últimos seis meses, tivemos de suportar o que bombas e granadas não conseguiram fazer durante a guerra. Esta situação não pode continuar.

Frequentemente, também, sempre que alguém causa entraves à concorrência, recorre-se a argumentos de segurança. Nesses casos, esses argumentos são criados para impedir, por completo, a abertura de redes, algo que, na verdade, regulámos através de legislação e tornámos obrigatório para todos os Estados-Membros, desde 1 de Janeiro de 2007. A vossa intervenção é, pois, necessária – não podemos permitir que se abusem dos argumentos de segurança.

Evidentemente, a segurança custa dinheiro, mas o investimento na infra-estrutura e na segurança é necessário. O dinheiro está disponível. Gostaria de lembrar a todos que, por exemplo, a isenção de imposto do querosene custa aos contribuintes europeus, anualmente, 14 mil milhões de euros. Se gastassem este dinheiro em segurança, teríamos um mercado ferroviário europeu e segurança garantida, o que está na ordem do dia.

**Jacky Hénin**, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, para preparar a concorrência ferroviária, as directivas europeias impuseram a separação entre a rede ferroviária e as actividades de transporte, impedindo, assim, qualquer tipo de normalização. Resultado: em França, os comboios circulam agora mais devagar na rede secundária do que no início do século XX. Por falta de recursos para a manter, um terço da rede irá ficar em ruínas. Todos os sindicatos do sector ferroviário, todos os peritos afirmam que esta situação conduzirá, fatalmente, a acidentes terríveis.



Mas isso não é suficiente. É sempre necessário aumentar os lucros. Assim, existe disposição para sacrificar a segurança ferroviária ao proibir as normas nacionais de segurança que oferecem maior protecção em contrapartida de uma futura regulamentação europeia minimalista. Mais uma vez sacrificamos o interesse geral europeu para benefício da aversez capitalista.

O modelo adequado para a Europa é o Thalys, porque se caracteriza pela cooperação ferroviária europeia que cumpre a legislação que protege os trabalhadores e as normas de segurança máxima. É totalmente o oposto da concorrência selvagem imposta aos utilizadores dos transportes ferroviários pelas directivas europeias. Com efeito, para a segurança dos utilizadores dos caminhos-de-ferro bem como dos residentes, face ao transporte de mercadorias perigosas, é necessário abolir todos os pacotes ferroviários.

**Jörg Leichtfried (S&D).** – (DE) Senhor Presidente, isto não é, na verdade, surpreendente. Uma coisa podemos afirmar: é que, havendo lugar à liberalização e à privatização, aumenta o número de acidentes e de incidentes. A razão é óbvia, pois onde é necessário gerar lucros elevados, há trabalhadores com baixos salários; é maior a insuficiência em matéria de formação e de obtenção de qualificações, pois isso tem custos; há menos controlos, pois os controlos custam dinheiro; e, no final de contas – temo-lo visto em todo o lado – quando tudo corre mal, os custos de reparação dos problemas provocados pela liberalização e privatização são incríveis para o público em geral.

Neste caso, percorremos o caminho errado. O senhor deputado Bach acredita que seria suficiente analisar esta questão meticulosamente e introduzir mecanismos de segurança aperfeiçoados. Escolhemos o caminho errado e, agora, temos de retomar um caminho que ofereça qualidade, segurança e eficiência. Esse caminho não é, certamente, o de continuar com a liberalização. É o caminho oposto.

**Guido Milana (S&D).** – (IT) Senhor Presidente, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de fazer apenas duas observações.

Penso que não devemos discutir sobre o aumento da privatização, da concorrência, ou seja o que for. É evidente que a lógica de nos precipitarmos para reduzir custos constitui um factor negativo em termos de normas de segurança. Quando se tenta reduzir custos devido ao lançamento de um mecanismo de concorrência importante, é inevitável que as normas de segurança percam peso.

A verdadeira questão é que creio que a Comissão deve dar início a uma fase de maior rigor, assente num papel mais estratégico da Agência Ferroviária Europeia. Deve assumir um papel de maior coordenação, controlo e supervisão das agências de segurança nacionais e deve fazê-lo de forma muito mais expedita, devido, precisamente, às diferenças entre os vários países, a que os meus colegas já aludiram, relativamente às incoerências entre a legislação europeia e a nacional. Em minha opinião, existem enormes atrasos em relação a este aspecto.

O modelo deve ser o da Agência Europeia para a Segurança da Aviação e deve ter os mesmos poderes vinculativos em relação a medidas e à aplicação. Se há algo a pedir hoje à Comissão, é que se mova mais rapidamente nesta direcção.

O senhor Comissário disse que temos de esperar pelos resultados das investigações aos acidentes. Pelo contrário, creio que esses resultados não acrescentarão nada à situação actual.

Outro factor que, provavelmente, não está no âmbito da sua esfera de acção, Senhor Comissário, e que talvez também não faça parte do tema em debate esta noite, é que, com demasiada frequência, a legislação em conjunto não garante que a pessoa vítima de perda ou dano na sequência de um acidente ferroviário – uma vez que a taxa de sinistralidade ferroviária ainda é baixa – receba o reconhecimento imediato de quem tem essa responsabilidade.

**Seán Kelly (PPE).** – (EN) Senhor Presidente, foi afirmado que, em 2009, se gastaram 200 milhões de euros neste domínio. Pergunto-me: do ponto de vista da segurança e da interoperabilidade, pondera a Comissão subvencionar apenas os sistemas ferroviários eléctricos e retirar progressivamente, durante um certo período de tempo, as locomotivas grandes consumidoras de gasóleo – estou ciente de que, no meu país, todos os sistemas ferroviários funcionam desta forma – e fixar uma data-limite para que toda a União Europeia tenha sistemas ferroviários seguros, interligados e respeitadores do ambiente?

**Silvia-Adriana Țicău (S&D).** – (RO) Senhor Presidente, Senhor Comissário, a segurança dos transportes ferroviários depende do investimento feito na manutenção e modernização da infra-estrutura ferroviária e do material circulante. A ausência deste investimento aumentará o número de acidentes ferroviários.

O investimento no sistema ferroviário deve tornar-se uma prioridade, tanto a nível comunitário, através do orçamento RTE-T e dos Fundos Estruturais, como a nível dos Estados-Membros, ao abrigo de dotações nacionais e do co-financiamento de projectos prioritários no domínio do transporte transeuropeu. A interoperabilidade dos sistemas ferroviários é fundamental. O salário adequado do pessoal e a formação e exame dos trabalhadores do sector ferroviário é igualmente fundamental.

No último ano também ocorreram acidentes ferroviários na Roménia. O sector dos transportes ferroviários da região oriental da União Europeia carece de um grande investimento para poder manter e modernizar a infra-estrutura existente, bem como desenvolvê-la. O alargamento dos projectos prioritários 6 e 17 a Bucareste e Constança, a construção de um corredor ferroviário para o transporte de mercadorias neste itinerário, bem como a aplicação do ERTMS, devem ser projectos prioritários das RTE-T.

**Antonio Tajani, Vice-Presidente da Comissão.** – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, creio que muitas respostas às solicitações feitas durante este debate foram dadas na conferência sobre segurança ferroviária, realizada em 8 de Setembro, que convoquei imediatamente após os acidentes em Viareggio e nos Países Baixos, para, precisamente, dar um sinal do forte empenho da Comissão e das instituições europeias em tomar medidas neste sector bastante delicado da segurança ferroviária.

Como é do vosso conhecimento, foram convidados para a conferência representantes de todas as instituições, do Parlamento e do Conselho. Foram analisadas todas as questões centrais do debate desta noite, a começar pela questão das agências e da Agência Ferroviária Europeia.

Partilho a opinião do senhor deputado Milana, porque durante a conferência propus a atribuição de maiores poderes à Agência Ferroviária Europeia. Estou, pois, inteiramente de acordo. Contudo, temos de mudar as regras do jogo e comprometo-me, enquanto for Comissário para os Transportes, a tomar medidas no sentido de viabilizar o funcionamento da Agência Ferroviária Europeia nos mesmos termos que a Agência Europeia da Segurança Marítima ou a Agência Europeia para a Segurança da Aviação.

Outro assunto que abordámos nessa jornada de trabalho, que contou também com a participação de familiares das vítimas, diz respeito à responsabilidade dos operadores na cadeia de transportes e, dessa forma, à questão dos direitos dos que estão envolvidos em acidentes ferroviários. Quanto aos direitos dos passageiros no sector ferroviário, existe legislação que entrará em vigor a 3 de Dezembro deste ano.

Por outro lado, a Comissão está a analisar aspectos relativos às vítimas que não são passageiros, em particular as que não são passageiros, mas são vítimas dos acidentes, como no caso do acidente de Viareggio, em resultado de uma explosão ou do descarrilamento de um comboio, e está a avaliar as respostas que se podem dar a este problema.

Assim, a Comissão tomou fortes medidas no sector da segurança ferroviária, que considera prioritário, incluindo em relação à certificação do pessoal. A UE já adoptou a Directiva 2007/59/CE relativa à certificação dos maquinistas de locomotivas e comboios no sistema ferroviário da Comunidade, e já existe a carta de maquinista europeia, que entrará em vigor em 3 de Dezembro deste ano.

No que respeita aos aspectos sociais que foram referidos, existe o Comité do Diálogo Social, que, em 2005, debateu um acordo sobre o horário de trabalho do tráfego internacional.

Quanto à manutenção e aos sistemas de transportes ferroviários mais respeitadores do ambiente, penso que é necessário modernizar o equipamento e ter uma manutenção eficaz. Como confirmei na minha resposta à pergunta, considero que o sistema ERTMS constitui um projecto importante do ponto de vista tecnológico, no qual a Comissão Europeia investiu com o objectivo de tornar mais seguros os transportes do sector ferroviário. Creio que este é um aspecto importante, que importa não esquecer.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

#### **Declarações escritas (Artigo 149.º)**

**Ádám Kósa (PPE), por escrito.** – (HU) No âmbito do assunto em discussão, penso que é importante compreender que, no que se refere à entidade responsável pela manutenção, o proprietário ou operador deve ser especificado em todos os casos, para que possamos reduzir o risco de acidente. Além disso, devemos considerar, como é prática bem conhecida em França, levantar igualmente a questão da responsabilidade criminal das pessoas colectivas, para que a segurança ocupe um lugar de destaque na função de gestão das referidas entidades.

Quando se tomam decisões estratégicas ao nível do gestor ou proprietário da empresa, os lucros nunca devem constituir uma prioridade em detrimento da segurança e da vida das pessoas. Se ocorrer um grande acidente devido a práticas de gestão negligentes e arriscadas por parte da empresa encarregue da manutenção, a pessoa colectiva pode, justificadamente, ser considerada responsável. De contrário, apenas o gestor de topo abandona prematuramente a empresa, recebendo elevadas compensações e indemnizações, bem conhecidas hoje em dia, e, no final, só o maquinista do comboio vai para a prisão.

O destino da empresa tem de estar igualmente ligado ao do gestor e aos dos trabalhadores, para que se possa garantir um serviço seguro e com a qualidade adequada, em particular no sector de serviços dos Estados. Gostaria de fazer a seguinte pergunta à Comissão: que tipo de proposta pretende apresentar para poder fazer cumprir não só a responsabilidade (compensação) civil, mas também a responsabilidade criminal no que respeita a empresas negligentes de prestação de serviços?

## **16. Utilização das linguagens minoritárias no âmbito da herança cultural europeia comum (debate)**

**Presidente.** – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a utilização das línguas minoritárias no quadro do património cultural europeu.

**Leonard Orban, Membro da Comissão.** – (RO) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o objectivo geral da política da União Europeia em matéria de multilinguismo consiste em relevar a importância de todas as línguas faladas no seu território. De acordo com o artigo 151.º do Tratado, a acção da Comunidade deve incentivar a cooperação entre Estados-Membros tendo em vista o desenvolvimento das suas culturas, simultaneamente respeitando a diversidade nacional e regional e pondo em evidência o património cultural comum.

Baseando-se nestes princípios, a Comissão Europeia está a aplicar, em estreita colaboração com os Estados-Membros, a estratégia de promoção do multilinguismo e da diversidade linguística, que foi gizada no documento aprovado em Setembro de 2008 e contempla todas as línguas faladas na Comunidade. Todas elas são parte integrante do nosso património cultural comum, mas cada língua nacional, regional, minoritária ou de migrantes falada na Europa constitui uma faceta distinta desse mesmo património.

Como bem sabem, a Comissão Europeia sugeriu aos Estados-Membros que ponderassem a inclusão do ensino de línguas regionais e minoritárias nas suas estratégias nacionais de promoção do multilinguismo no seio da sociedade. As decisões tomadas pela União Europeia neste domínio não substituem as medidas anteriormente adoptadas pelos Estados-Membros, antes se destinam a apoiá-las e complementá-las. O principal instrumento de financiamento de que a União Europeia dispõe é o Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida para o período de 2007-2013, que está aberto a todas as línguas faladas na Comunidade, incluindo as regionais e as minoritárias.

Não existe legislação comunitária que regule o uso das línguas nos Estados-Membros, nem, aliás, a adopção de regulamentação neste domínio está prevista em qualquer dos Tratados. O respeito pela diversidade linguística e cultural está consagrado no artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais como uma obrigação que impende sobre a União.

Como sabem, os destinatários dos preceitos da Carta são as instituições e organismos da UE e, quando está em causa a aplicação de legislação comunitária, os Estados-Membros. Por conseguinte, os Estados-Membros continuam a ser os decisores em matéria de política interna relativa ao uso das línguas, incluindo as regionais e as minoritárias. A protecção das pessoas pertencentes a minorias nacionais é inerente ao respeito pelos direitos humanos, ou seja, a um dos princípios sobre os quais a União Europeia foi edificada, conforme se pode ler no artigo 6.º do Tratado da União Europeia.

Os Estados-Membros devem, pois, usar todos os instrumentos legais à sua disposição para salvaguardar os direitos das pessoas pertencentes a minorias nacionais, em conformidade com o ordenamento constitucional de cada um e com as obrigações e compromissos que lhes incumbem por força do direito internacional. Quando falo de direito internacional, refiro-me, por exemplo, à Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, do Conselho da Europa, que oferece um enquadramento geral neste domínio, e às recomendações da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, de que a União Europeia se tem socorrido em diversas ocasiões.

**Edit Bauer**, em nome do Grupo PPE. – (HU) As línguas dos povos da Europa, consideradas enquanto universo cultural, dão forma ao património cultural do nosso continente. Já o senhor Comissário o dissera, e agradeço-lhe que o tenha feito. Não há diferenças entre as línguas, sejam elas faladas por uma minoria ou por uma maioria. Por outro lado, o direito de usar a sua própria língua é um dos direitos fundamentais de qualquer pessoa, como resulta também do artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais. Não é por acaso que as comunidades nacionais são extremamente sensíveis a qualquer violação dos seus direitos neste domínio.

Manifesto-me, em nome de uma minoria composta por mais de meio milhão de pessoas, contra a lei eslovaca da língua nacional, que contém algumas disposições que violam e restringem os direitos dessa minoria. Permitam-me que dê alguns exemplos. O n.º 4 do artigo 8.º da lei estabelece que, nas zonas onde a minoria representa menos de 20% da população, os médicos devem falar com os seus pacientes na língua nacional. O mesmo se aplica aos trabalhadores e utentes dos serviços sociais, bem como aos bombeiros e aos paramédicos quando em serviço, ou seja, quando estão a combater um incêndio ou a transportar alguém para o hospital. Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º, o eslovaco tem de ser usado nos textos publicitários quer de entidades públicas quer de entidades privadas. De acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 8.º, a versão desses textos na língua nacional deve surgir em primeiro lugar e em caracteres maiores ou pelo menos tão grandes como os da versão na segunda língua. Obviamente, a mensagem que isto passa é a de que a primeira língua é mais importante e a segunda subalterna e de segunda categoria.

O artigo 9.º da lei prevê a aplicação de multas desproporcionadas às pessoas colectivas, incluindo pequenas empresas, pelo uso incorrecto da língua. Seja como for, por que razão falar na língua materna há-de ser um delito punível? É evidente que não há maneira correcta de aplicar uma tal lei.

Senhor Presidente, a legislação eslovaca poderia ter integrado na ordem jurídica interna os compromissos decorrentes da Carta do Conselho da Europa relativa às línguas, a que o país aderiu e que ratificou, em vez de adoptar uma lei que lhes é antagónica. Nem tão-pouco aspira ao bilinguismo, já que não exige que os trabalhadores saibam a língua minoritária nem os incentiva a aprendê-la, incluindo os do sector público.

Apenas uma última nota, Senhor Presidente. Regozijo-me pelo facto de o Parlamento Europeu ter incluído este debate na ordem do dia e manifesto o meu enorme apreço pela posição clara assumida pelo Presidente do Parlamento, Jerzy Buzek, e pela mensagem inequívoca da Comissão segundo a qual os direitos das minorias devem ser protegidos, e não restringidos.

**Hannes Swoboda**, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, dada a diversidade de opiniões existente nesta Assembleia, é bom que o seu Presidente seja alguém de ascendência húngara de cuja isenção podemos estar certos, e é bom também que, nesta Europa, se considere absolutamente natural cada um tentar defender o que pensa que está certo, independentemente da sua língua e da sua origem.

Senhora Deputada Bauer, vejo que é crítica em relação à lei da língua. Não é uma lei perfeita, e isso foi, de facto, reconhecido. Seja como for, não viola direitos fundamentais. Há que dizê-lo também. Posto isto, torna-se necessário trabalhar para eliminar as deficiências que subsistem, sobretudo na interpretação da lei. É absolutamente necessário que o nosso debate de hoje seja um claro sinal de que estamos a fazer melhorias não porque queremos virar um grupo populacional contra outro, mas porque queremos que as relações entre eslovacos e húngaros na Eslováquia, e, naturalmente, também entre este país e a Hungria, melhorem. Deve ser essa a nossa preocupação. Especialmente agora que nos aproximamos de eleições, não posso deixar de apelar à moderação, à razão e ao diálogo como forma de abrir caminho a uma solução construtiva.

Muito simplesmente, e não nos iludamos quanto a isso, existem também problemas de ordem histórica. A minha mãe, que nasceu em Miskolc, e eu, que nasci a apenas alguns quilómetros de Bratislava, somos sensíveis a isso e compreendemo-lo. O que mais importa, porém, é que não empolemos nem exacerbemos conflitos que, no fundo, se desenrolam muitas vezes apenas entre as forças políticas, e não entre as próprias pessoas, que até se dão bem.

Tal como existe uma minoria húngara na Eslováquia, também existem, neste país, minorias eslovacas em muitos municípios de maioria húngara. Importa, pois, ter tudo isto em consideração. Um segundo sinal que resultará deste debate é igualmente decisivo. Há uma série de problemas que nos são comuns a todos. A Eslováquia e a Hungria também têm problemas comuns, como o dos romanichéis. Não seria porventura muito mais sensato concentrarmo-nos em resolver todos esses problemas de forma concertada, através do diálogo, tentando dar mais oportunidades a todas as minorias da região? Afinal de contas, todos somos membros de minorias. O nosso objectivo deve ser um inequívoco empenho comum na diversidade linguística – como disse o senhor Comissário – tendo em vista a promoção do multilinguismo, uma vez que as línguas

são um “activo”. Falar várias línguas é uma vantagem, e, quando todos o compreenderem e aceitarem, poderemos aspirar a um futuro melhor.

**Carl Haglund**, *em nome do Grupo ALDE*. – (SV) Senhor Presidente, congratulo-me por a Comissão ter tomado a peito este assunto. A vida na Europa é difícil para muitos grupos minoritários, e uma mensagem enérgica, em especial se vinda da UE, pode ajudar a contrariar a onda de intolerância que tem varrido a nossa parcela do mundo nos últimos anos. Penso que a UE deve fazer compreender a todos os europeus que existe mais-valia em ter e falar outras línguas para além da língua da maioria.

Porquê? Simplesmente porque cada língua transporta consigo um enorme património cultural que enriquece a diversidade europeia. As zonas onde se falam línguas minoritárias são, aliás, mais bem-sucedidas e competitivas do ponto de vista económico. Por conseguinte, para quem quiser fazer negócios nessas zonas, será vantajoso contratar pessoas que falem as línguas locais. São duas boas razões. Quero agradecer à Comissão esta sua iniciativa e não me alongo mais, porque temos pouco tempo.

**Tatjana Ždanoka**, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (EN) Senhor Presidente, agradeço ao senhor Comissário a sua declaração e concordo em que, no actual contexto, o direito comunitário não nos permite legislar em matéria de direitos linguísticos.

Por outro lado, teremos no artigo 2.º do Tratado da União Europeia, a partir de 1 de Dezembro, a afirmação de que a União se funda nos valores do respeito pelos direitos do Homem, incluindo os direitos das pessoas pertencentes a minorias. Provavelmente, não constituirá fundamento jurídico bastante para introduzirmos imediatamente no acervo comunitário o nosso próprio conceito de direitos das minorias. Não obstante, temos hoje direito a uma declaração mais centrada na posição política da Comissão em relação aos direitos das minorias e, em minha opinião, a mensagem deve ser muito simples. Um partido que age contra os direitos dos cidadãos pertencentes a minorias, incluindo o direito à sua própria língua, age contra os valores fundamentais da União.

Se denunciarmos e afrontamos os países terceiros com um cadastro pouco dignificante em matéria de direitos humanos, mesmo não sendo possível à UE impor a esses países obrigações vinculativas, por que razão somos tão relutantes em denunciar os maus exemplos no interior da UE, ainda que não possamos impor obrigações?

O senhor Comissário remeteu-nos para os documentos do Conselho da Europa e da OSCE, mas a Comissão também tem o dever de verificar se os Estados-Membros estão a cumprir as suas obrigações decorrentes desses documentos.

A terminar, faço notar que nós, aqui no Parlamento, não satisfazemos os requisitos do multilinguismo. Eu, por exemplo, não posso falar na minha língua materna, apesar de o russo ser a língua materna de 40% da população do meu país, a Letónia.

**Lajos Bokros**, *em nome do Grupo ECR*. – (SK) O eslovaco é uma das mais belas línguas da Europa, mas raramente é ouvido no Parlamento Europeu.

Como verdadeiro amigo da Eslováquia, apoiante de longa data do seu desenvolvimento e modesto mas activo participante nas suas reformas, terei todo o gosto em ajudar os meus amigos eslovacos a superar esta desvantagem e em contribuir, simultaneamente, para que o eslovaco seja falado e compreendido por um número cada vez maior de pessoas. Acredito firmemente que conseguiremos preservar a diversidade da língua e da cultura eslovacas.

A língua eslovaca não ambiciona desenvolver-se à custa de outras línguas. Precisamente por isso, é incompreensível que uma lei que regula o uso das línguas das etnias minoritárias defina, em relação a elas, um leque de utilizações mais restrito do que o previsto para o eslovaco. Na verdade, na perspectiva desta lei, o uso dessas línguas apresenta-se como uma mera opção, uma alternativa de recurso, e não como um direito positivo que pode ser reivindicado e exercido na vida do dia-a-dia.

Nos escritórios da Eslováquia ainda não se utilizam impressos em húngaro, e não existem sequer traduções oficiais para esta língua das leis e normas jurídicas da República Eslovaca.

As alterações à lei da língua nacional vieram piorar a situação. A sua preparação não contou com a participação de representantes das minorias étnicas. Um dos aspectos mais deploráveis do novo diploma é o facto de não se limitar a regular o uso da língua oficial, interferindo largamente na vida pública, económica e privada.

Outro problema básico da lei da língua oficial é o facto de prever sanções. As alterações a essa lei violam os direitos humanos e as normas fundamentais da União Europeia. Manter a sua actual versão seria contrário aos interesses nacionais da República Eslovaca e do grupo étnico maioritário, porque iria criar suspeições e envenenar o clima de boas relações entre os grupos étnicos que coabitam no território da Eslováquia há mais de mil anos.

A Eslováquia é um país maduro, desenvolvido e autoconfiante que não precisa de conflitos culturais nem de leis para se defender das línguas nativas. Os grupos étnicos locais não constituem uma ameaça à língua ou à cultura da nação eslovaca. Bem pelo contrário, os grupos étnicos que com ela coexistem tratarão de proteger, apoiar e desenvolver com empenho e entusiasmo a língua e a cultura eslovacas se, por seu lado, a nação eslovaca estiver claramente disposta a proteger, apoiar e desenvolver as línguas e a cultura das minorias étnicas.

**Jaroslav Paška**, *em nome do Grupo EFD*. – (SK) Ultimamente, os nossos amigos húngaros têm estado a dar-nos lições sobre a melhor forma de encontrar uma solução ao estilo europeu para a questão do uso das línguas minoritárias na Eslováquia.

Gostaria de fazer uma prelecção sobre o facto de se terem esquecido, aparentemente, de olhar para si próprios e sobre as restrições que, na Hungria, são impostas às minorias relativamente ao uso das suas línguas nativas. Vejamos, por exemplo, o que se passa com a educação das crianças e as escolas. A República Eslovaca permite que as crianças húngaras sejam ensinadas na sua língua materna desde a escola primária até à universidade, passando pelo ensino secundário. Todas as disciplinas são leccionadas em húngaro por professores que falam essa língua. Para as crianças eslovacas da Hungria, porém, ter escolas onde aprendam em eslovaco não passa de um sonho. O Governo húngaro fechou-as em 1961. Desde então, as crianças das minorias étnicas da Hungria não têm onde aprender a usar correctamente as suas línguas nativas, porque o Governo húngaro, ao contrário de outros governos da UE, não lhes faculta ensino nessas línguas. Por conseguinte, as crianças eslovacas da Hungria têm de estudar todas as disciplinas em húngaro e, em acumulação, a sua língua nativa, uma actividade complementar que se torna uma espécie de castigo e um factor óbvio de desencorajamento. O eslovaco é-lhes ensinado por professores que não dominam inteiramente esta língua, por serem falantes de húngaro. Desta forma, a relação das crianças com a sua língua materna e os seus laços culturais é reprimida e acaba por se perder.

O recurso a esta abordagem às minorias étnicas, alegadamente europeia, permitiu à administração húngara reduzir a minoria eslovaca a cerca um décimo da sua população inicial num período de 50 anos. Foi por isso que um antigo provedor de justiça húngaro para as minorias étnicas já reconheceu abertamente que a Hungria continua a tentar assimilar completamente as minorias étnicas.

Tenho muita consideração e amizade pelos deputados da República da Hungria. Os nossos dois países são parceiros na história da Europa há mais de mil anos, e só peço a esses deputados que compreendam que os números não mentem. Em consequência das políticas da administração húngara, a minoria eslovaca da Hungria foi dizimada, ao passo que, graças às políticas correctas da administração eslovaca, a minoria húngara da Eslováquia mantém-se estável em termos populacionais.

**Zoltán Balczó** (NI). – (HU) Para debater este ponto, importa começar por esclarecer o que consideramos que tem valor para a União Europeia. É o que está escrito em documentos ou é aquilo que os Estados respeitam de livre vontade ou porque a União Europeia os obriga a fazê-lo? Uma minoria nacional tem valor? É realmente importante? Na República Checa, os decretos Beneš permanecem em vigor como condição para Václav Klaus assinar o Tratado de Lisboa. Ou seja, mantém-se o estigma da culpa colectiva dos grupos étnicos dos alemães dos Sudetas e dos húngaros. Afinal, uma minoria tem mesmo valor? Uma língua minoritária tem valor? Na Eslováquia, a população húngara nativa é punida se utilizar a sua língua materna. É óbvio que não há uma maneira correcta de aplicar aquela lei. A Europa devia envergonhar-se por ela existir. Isto não deveria ser uma disputa entre a Eslováquia e a Hungria. Deveria ser, isso sim, uma questão a resolver entre a União Europeia, na salvaguarda dos seus valores, e a Eslováquia. Trata-se de um sistema hipócrita que proclama estes valores mas, na prática, não os respeita.

Qual é o assunto deste ponto da ordem do dia? Há, seguramente, alguma relutância em resolver esta questão. Nesta sessão, estamos a tratar de problemas específicos como os da Nicarágua, do Vietname e do Laos, e o das violações dos direitos humanos. Em relação a esta questão, a União Europeia não assume sequer a defesa dos seus valores; está simplesmente a desvalorizá-los.

**Kinga Gál** (PPE). – (HU) Senhor Presidente, Senhor Comissário, considero um êxito o facto de, neste debate proposto pela senhora deputada Edit Bauer e por mim, o Parlamento Europeu estar finalmente a discutir a

questão do uso das suas línguas próprias por parte das minorias nacionais e linguísticas, o que também significa que está a discutir a discriminatória lei eslovaca da língua. Por outro lado, registo com especial agrado que, desta feita, a Comissão adoptou uma posição inequívoca em relação aos direitos dos falantes de línguas minoritárias.

Quero agradecer ao senhor Comissário Orban, especialmente por ter incluído a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, do Conselho da Europa, entre as cartas de direitos e os documentos úteis a que fez referência. Considero também particularmente importantes a visita do Presidente Buzek a Bratislava e o facto de ter emitido uma declaração sobre este assunto. Afinal de contas, todos nós, os que há anos nos debruçamos, nesta Câmara, sobre a questão dos direitos humanos, consideramos vergonhoso que, no momento em que o Tratado de Lisboa vai entrar em vigor, haja cidadãos pertencentes a minorias a quem não é permitido usar a sua língua materna na terra em que nasceram e exercer os direitos que a democracia garante. Com efeito, aquela lei considera que o exercício do direito fundamental de usar a língua materna pode configurar um crime. Isso significa que os membros das minorias são cidadãos de segunda categoria na sua própria terra natal. Só para lhe dar uma comparação, Senhor Deputado Paška, estamos a falar de cerca de 530 000 húngaros, no caso da Eslováquia, e de vinte a trinta mil eslovacos, no caso da Hungria.

Seja como for, queria apenas dizer, em resposta ao senhor deputado Swoboda, que falamos, neste caso, de uma minoria que luta contra a maioria pelo mais fundamental dos direitos humanos. Não se trata de dois países que lutam um contra o outro. A União Europeia não pode deixar de intervir e de se pronunciar contra a lei eslovaca ou qualquer outra que dificulte o uso das línguas minoritárias e a protecção da identidade das minorias, porque essas leis violam todos os instrumentos internacionais, incluindo os preceitos básicos agora reforçados no Tratado de Lisboa e na Carta dos Direitos Fundamentais.

Gostaria apenas de lembrar a todos que a Eslováquia já foi alvo de duras críticas a nível internacional em 1995, quando a lei da língua foi inicialmente aprovada. Em consequência disso, e, mais concretamente, por ter passado a ser uma das condições para o início do processo de adesão à União Europeia, a Eslováquia teve de suprimir as disposições relativas às sanções. Há dez anos, portanto, a União Europeia opôs-se abertamente àquilo que agora tem tanta relutância em denunciar.

**Boris Zala (S&D).** – (SK) É com orgulho que afirmo que a Eslováquia deu um contributo significativo para a diversidade linguística e a preservação do património cultural linguístico.

Eis alguns factos: a minoria húngara conta com cerca de 700 escolas onde o ensino é ministrado em húngaro. Todas as minorias têm o direito de usar a sua língua nos processos judiciais, missões oficiais e topónimos, e há programas de rádio e de televisão na sua língua materna. O Estado concede apoio financeiro às actividades culturais das minorias e aceita o uso da língua materna nas relações comerciais, contratuais e outras.

Os deputados húngaros nesta Câmara estão a atacar a lei eslovaca da língua. As suas afirmações não passam de puras mentiras, falsidades e invenções de um nacionalismo húngaro ferido. Devem merecer o nosso repúdio, Senhoras e Senhores Deputados. A lei eslovaca da língua, bem pelo contrário, respeita integralmente as normas internacionais, como foi confirmado pelo mais competente dos observadores, o comissário Vollebæk, da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa. A nossa lei da língua concorre para a eliminação da discriminação contra as minorias e para a segurança e a saúde dos nossos concidadãos, ao mesmo tempo que cria espaço para a sua integração plena. Além disso, a Eslováquia subscreveu a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias e, consequentemente, mantém um elevado grau de diversidade linguística em correspondência com todas as minorias do país.

**Sergej Kozlík (ALDE).** – (SK) A República Eslovaca mantém padrões elevados no que respeita às minorias étnicas e, ao mesmo tempo, aplica uma das leis da língua nacional mais moderadas da Europa.

Apesar disso, está sob permanente pressão dos deputados húngaros, que não hesitam em recorrer a mentiras e falsidades para condicionar a opinião pública europeia. Assistimos a isso em quase todas as sessões do Parlamento Europeu desde o alargamento de 2004. A Hungria, que eliminou quase por completo as minorias no seu território, está a tentar interferir grosseiramente nos assuntos da República Eslovaca. É algo totalmente inaceitável.

Estou em crer que as instituições europeias não agirão em relação a este assunto como um elefante numa loja de porcelanas. A Eslováquia resolverá os problemas relacionados com o uso da língua nacional recorrendo a instrumentos culturais e respeitando as tradições europeias. A regulamentação das alterações à lei da língua reafirma a opção por uma abordagem subtil ao conjunto dos grupos étnicos e nacionalidades existentes da Eslováquia.

**Valdemar Tomaševski (ECR).** – (PL) Senhor Presidente, congratulo-me com o facto de, enquanto deputado pela Lituânia, poder falar nesta Assembleia em polaco, a minha língua materna. Penso que este privilégio deve constituir a regra não só no Parlamento Europeu, mas também em todos os países da UE, porque a diversidade e a pluralidade culturais e linguísticas são muito importantes na hierarquia de valores da Europa. Devemos fazer o possível para que as minorias nacionais, em particular as autóctones, não se sintam discriminadas nos domínios referidos na declaração de hoje da Comissão. Assim, a Comissão tem pela frente a tarefa urgente de resolver os conflitos relacionados com o uso das línguas minoritárias em todos os países da UE, sem excepção. As soluções construtivas para estes problemas já adoptadas na Finlândia, Itália, Polónia, Dinamarca, República Checa e muitos outros países facilitam bastante essa tarefa. Precisamos apenas de medidas eficazes e sobretudo imediatas da Comissão neste domínio.

**Diane Dodds (NI).** – (EN) Senhor Presidente, é bom ouvir falar da necessidade de diversidade e multilinguismo, mas quero fazer uma breve chamada de atenção para o que se passa na minha região no Reino Unido.

A língua minoritária dos escoceses do Ulster faz parte do património cultural da Irlanda do Norte e é reconhecida pelo Reino Unido nos termos previstos na Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, do Conselho da Europa.

Em conformidade com o disposto na Lei sobre o Acordo de St Andrews, o Executivo da Irlanda do Norte está encarregado de propor uma estratégia para a língua e a cultura dos escoceses do Ulster. Na preparação dessa estratégia, o ministro da Cultura está a tomar em consideração a Carta Europeia e outros instrumentos internacionais, designadamente a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. Entretanto, está a preparar também a estratégia de enquadramento da promoção de um futuro comum e melhor para a Irlanda do Norte baseado na igualdade, na diversidade e na interdependência.

Lamentavelmente, o Sinn Féin usou a cultura – a língua, em particular – como arma da sua campanha contra o Estado, gerando polémicas e conflitos. Trata-se de um abuso e de uma utilização perversa da língua. Resta-nos esperar que o futuro comum e melhor a que a estratégia se refere permita ultrapassar o legado desta guerra cultural.

**Alejo Vidal-Quadras (PPE).** – (ES) Senhor Presidente, gostaria de chamar a atenção para os esforços que esta Câmara vem desenvolvendo em prol das línguas minoritárias e regionais no domínio das comunicações por escrito entre os cidadãos e o Parlamento. Os cidadãos podem dirigir-se ao Parlamento e receber resposta numa dessas línguas.

Outra coisa bem diversa, Senhor Presidente, é a pretensão de alguns de usarem, nas suas intervenções nas sessões plenárias, línguas regionais, minoritárias ou que são uma das línguas oficiais em algumas regiões dos Estados-Membros. Tal não é viável num Parlamento que mantém um sistema de multilinguismo integral de 23 línguas que consome mais de um terço do seu orçamento e ocupa mais de metade dos seus funcionários.

Existem línguas dessas no Reino Unido, no Luxemburgo, na Estónia, em Chipre, em Espanha, na Suécia e na Finlândia, e a lista não fica por aqui. Significa isto, Senhor Presidente, que teríamos de utilizar entre 35 e 40 línguas no plenário, o que é simplesmente inviável em termos financeiros e logísticos. Por conseguinte, Senhor Presidente, a insistência neste ponto pode trazer vantagens eleitorais, mas não faz qualquer sentido e é totalmente irrealista. Serve apenas para gerar um desencanto injustificado em muitos cidadãos irreprensíveis.

**Csaba Sándor Tabajdi (S&D).** – (HU) Senhor Presidente, a lei eslovaca da língua nacional viola cinco direitos fundamentais consagrados na Carta dos Direitos Fundamentais, que entra em vigor em 1 de Dezembro.

Em primeiro lugar, discrimina em razão da etnia, ao tratar os membros da comunidade húngara de meio milhão de pessoas como cidadãos de segunda categoria e a sua língua materna como um língua também de segunda categoria. Em segundo lugar, interfere grosseiramente na vida pessoal dos cidadãos, como salientou a senhora deputada Edit Bauer. Em terceiro, é antidemocrática, porque incute o medo nos cidadãos. Em quarto lugar, infringe as disposições de dois instrumentos do Conselho da Europa que a Eslováquia aceitou no acordo de adesão. Finalmente, significa que a Eslováquia enveredou pelo monolinguismo e pela assimilação linguística, preterindo o bilinguismo e o multilinguismo, que, como disse o senhor Comissário Orban, a UE defende.

Se a UE tolerar a violação destes cinco direitos fundamentais e não se pronunciar sobre eles, fica sem autoridade moral para criticar a China, a Rússia e outros países. Não podemos ter dois pesos e duas medidas.



**Izaskun Bilbao Barandica (ALDE).** – (ES) Senhor Presidente, a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias, adoptada pelo Conselho da Europa e 47 Estados europeus, incluindo todos os Estados-Membros da União Europeia, estabelece que as línguas regionais ou minoritárias devem ser protegidas, porque, em alguns casos, estão em risco de desaparecer.

Penso que esta posição contribui para a preservação e o desenvolvimento das tradições, da diversidade e do património cultural do nosso continente, que devemos manter. Além disso, protege o direito fundamental das pessoas que falam essas línguas, como asseverou o senhor Comissário.

O senhor Comissário disse que os Estados-Membros devem utilizar todos os instrumentos disponíveis para assegurar que todas essas línguas são usadas, mas nós sabemos que isso não acontece. O multilinguismo não está assegurado em todos os Estados-Membros, tal como o não está o bilinguismo onde existem línguas oficiais, e o problema é que não percebemos as línguas minoritárias como parte do património da União, do nosso património.

Gostaria, porém, de sugerir uma reflexão sobre o conceito de língua minoritária, porque há línguas dos Estados-Membros que são línguas oficiais no Parlamento Europeu mas têm menos falantes e são menos conhecidas do que algumas línguas regionais que, por o serem, não têm esse estatuto. Estamos, portanto, a violar os direitos linguísticos de 40 milhões de europeus, e a protecção desses direitos – o senhor Comissário também o reconheceu – é uma questão de princípio.

Há 700 000 bascos que falam euskera, uma língua de origem desconhecida que é a mais antiga da Europa, e aproximar a Europa do povo basco implica, entre outras coisas, fazer sentir a esse povo que a sua saudação “*gabon*” é tão digna de respeito como as nossas “boas-noites”, “*buenas noches*”, “*good evening*” ou “*bonsoir*”.

**Kay Swinburne (ECR).** – (EN) Senhor Presidente, como deputada ao Parlamento Europeu pelo País de Gales, não poderia deixar de sentir uma grande simpatia pelas numerosas línguas minoritárias da Europa, tanto mais que o galês, uma das línguas europeias mais antigas ainda faladas, é a minha língua materna.

Em termos numéricos, a situação dos falantes de língua húngara na Eslováquia é muito semelhante à dos falantes de galês no País de Gales, que são mais de meio milhão. Correspondem a 20% da população do País de Gales, mas a menos de 2% da população do Reino Unido.

Após várias centenas de anos de recriminações mútuas entre falantes de inglês e de galês no País de Gales, e de argumentos muito semelhantes aos actualmente esgrimidos entre os falantes de eslovaco e de húngaro, foi possível estabelecer uma coexistência pacífica no País de Gales.

O ressurgimento da língua galesa ao longo dos últimos 15 anos, desde a descentralização de poderes, tem sido surpreendente. A atitude construtiva em relação à língua trouxe enormes benefícios a nível cultural.

No País de Gales, o segredo tem sido o pragmatismo. O desejável é que as pessoas possam falar na língua em que se sentem mais à vontade, desde que isso não acarrete encargos ou custos excessivos. Embora tencione terminar a minha intervenção em galês, não quereria, por exemplo, que os contribuintes suportassem o acréscimo de custos correspondente a serviços de tradução simultânea no Parlamento que beneficiariam apenas dois deputados de língua galesa. Seja como for, a diversidade deve ser enaltecida.

(A oradora falou em galês)

**Anna Záborská (PPE).** – (SK) Gostaria de me manter concentrada no tema do debate. Não vou falar da lei eslovaca sobre o uso da língua nacional, porque penso que é um assunto da Eslováquia.

Em 1 de Janeiro de 2010, completar-se-ão 22 anos sobre o dia em que uma pessoa sábia e geralmente respeitada salientou que o respeito pelas minorias e pelas suas culturas é a base para a construção da paz. Devemos ser firmes na defesa do direito das minorias à preservação e ao desenvolvimento das suas culturas. As minorias têm o direito de usar as suas próprias línguas, e esse direito deve ser consignado em lei. Caso contrário, perder-se-á um património cultural muito valioso. Foram estas as suas palavras por ocasião do Dia Mundial da Paz.

A riqueza cultural da Europa está nas suas nações, que sobreviveram até hoje. A situação é muito diferente nos Estados Unidos da América, onde essa riqueza se amalgamou numa massa informe. Na Europa e na União Europeia, são faladas muitas línguas, e isso faz sentido no projecto de uma comunidade de Estados-nação.

Temos de falar de regras sobre o uso das línguas minoritárias, porque as regras são necessárias, mas não devemos privar a Europa dessa riqueza. Seja qual for o país, a questão do uso de uma língua minoritária surge quando existe relutância em comunicar ou como sintoma de outros problemas. As minorias devem poder sentir-se bem no país onde vivem e, por isso, serei sempre firme na defesa de qualquer língua minoritária, mas sempre enquanto língua de uma minoria. Penso que este é, também, o ponto de vista da Comissão.

**Ramon Tremosa i Balcells (ALDE).** – (EN) Senhor Presidente, quero manifestar a minha profunda discordância em relação à atitude do Governo espanhol de não permitir o uso da língua catalã neste Parlamento. A língua catalã foi banida e perseguida durante a ditadura de Franco; agora, é a democracia espanhola que demonstra a sua fraca qualidade ao não permitir a utilização oficial do catalão nesta Câmara.

Todas as línguas são iguais, do mesmo modo que todos os seres humanos o são. A Europa é um excelente exemplo de boas práticas, já que assegura às línguas oficiais minoritárias um tratamento em pé de igualdade.

O catalão é falado por dez milhões de pessoas, mas não o podemos usar nesta Câmara. Se o catalão fosse reconhecido e pudesse ser usado neste Parlamento, a situação da língua catalã em Espanha melhoraria decisivamente, e a nossa reivindicação no sentido de se pôr termo ao monolinguismo centenário do Parlamento espanhol sairia reforçada.

Como deputado catalão ao Parlamento Europeu, que está agora ciente de que esta é uma exigência clara e muito significativa do povo catalão, solicito uma especial atenção da Comissão Europeia para a questão da normalização da língua catalã neste Parlamento.

**Metin Kazak (ALDE).** – (BG) Senhor Comissário Orban, mais de 60 000 cidadãos búlgaros ouvem as notícias na televisão nacional da Bulgária em turco, a sua língua materna. Este serviço noticioso em turco, com uma duração de apenas cinco minutos, é transmitido pela maior empresa pública de comunicação social da Bulgária desde 2001, ano em que foi ratificada a Convenção-Quadro para a Protecção das Minorias Nacionais. A Bulgária considera, portanto que, de momento, cumpre a norma fundamental da União Europeia relativa à protecção dos direitos das minorias.

Gostaria, contudo, de chamar a sua atenção para a votação realizada em 5 de Novembro, que visava o cancelamento da emissão do serviço noticioso em turco. É o resultado de uma provocação e da pressão nacionalista. O cancelamento do programa privará o maior grupo minoritário da Bulgária do direito à informação na sua língua materna. Seria uma manifestação de intolerância e discriminação que poria em causa a coexistência tradicionalmente pacífica entre grupos étnicos na Bulgária, que é frequentemente apontada como um exemplo para os Balcãs.

É por esta razão, Senhor Comissário, que insisto numa resposta da Comissão sobre o modo como avalia o respeito dos órgãos de comunicação social públicos pelo direito das minorias de comunicarem livremente na sua língua materna e participarem plenamente na vida social e política do seu país natal.

**Ádám Kósa (PPE).** – (HU) Obrigado por me ter dado a palavra. Gostaria de chamar a vossa atenção para uma iniciativa da União Europeia que vai na direcção certa. Estamos a falar de uma minoria – os surdos – cuja língua materna é a linguagem gestual e que já foi reconhecida como tal em 10 Estados-Membros da União Europeia, o último dos quais o meu país, a Hungria. A lei considera que a linguagem gestual, para além de ser a nossa língua materna, é também um instrumento de protecção dos nossos direitos culturais de minoria. Quero também chamar a vossa atenção para o facto de a Eslováquia estar à frente nesta questão, uma vez que a utilização da linguagem gestual eslovaca foi reconhecida já em 1995. E quanto aos húngaros? É meu dever salientar que não pode haver duplicidade de critérios na União Europeia. Se uma pessoa surda de origem eslovaca pode utilizar linguagem gestual, deixem os cidadãos eslovacos usar a sua língua materna.

**Monika Flašíková Beňová (S&D).** – (SK) Estou bastante desiludida com o facto de, apesar de um número crescente de problemas sociais nos Estados-Membros da UE estar a afectar individualmente cada cidadão, independentemente da sua nacionalidade, serem sempre as questões relacionadas com o duelo entre os deputados eslovacos e os deputados húngaros que são levantadas nas sessões plenárias desta instituição, como acontece hoje, quando faltam 10 minutos para a meia-noite.

Nem a lei da língua nem qualquer das outras questões já aqui levantadas pelos deputados húngaros tem efeitos prejudiciais sobre os membros das minorias étnicas. Senhor Presidente, os direitos das minorias da Eslováquia, étnicas e outras, estão inteiramente protegidos e obedecem a normas excepcionalmente exigentes. Estendemos a mão aos nossos amigos da Hungria, em sinal de amizade, porque queremos ter boas relações

de vizinhança e porque nos preocupa bastante que o Parlamento Europeu esteja a ser repetidamente usado de forma inadequada para manifestações de ódio contra a República Eslovaca.

**Michael Gahler (PPE).** – (DE) Senhor Presidente, li a lei eslovaca do princípio ao fim. O senhor deputado Swoboda tem razão, porque, entre as pessoas, existe geralmente boa cooperação na vida quotidiana, incluindo no sul da Eslováquia. Também por isso a nova lei da língua desse país é desnecessária, uma vez que a língua eslovaca não está ameaçada na Eslováquia.

Infelizmente, a lei discrimina os cidadãos locais de forma parcial, já que os checos estão frequentemente em melhor posição do que os húngaros. Por que razão não concede, pelo menos, um tratamento igual a checos e húngaros? Estas alterações à lei só podem ser explicadas pela composição invulgar do actual Governo de coligação eslovaco e pelas tentativas do camarada Fico de arrebatar os votos do nacionalista SNS e do populista HZDS, invocando, para o efeito, supostas ameaças húngaras. É com satisfação que informo que este tipo de comportamento não seria possível durante o Governo de coligação liderado por Mikuláš Dzurinda. Nessa altura, os três partidos membros do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos), incluindo o partido da minoria, trabalhavam em conjunto e não uns contra os outros – e esse deve ser, sem dúvida, o objectivo.

**Kinga Göncz (S&D).** – (HU) Também concordo com os que disseram que, na Eslováquia, as pessoas sempre viveram lado a lado em perfeita harmonia, até que, por qualquer razão, surgiu esta situação que está a perturbar o equilíbrio e a dificultar a coexistência.

Permitam-me que refira alguns pontos sobre a Eslováquia relacionados com a lei da língua e que ainda não foram abordados. Não quero repetir o que já foi dito. Por um lado, a Eslováquia define-se como um Estado-nação, quando sabemos – e já aqui foi referido hoje – que existe no país uma comunidade húngara que corresponde a cerca de 10% da sua população, para além de outras minorias.

A lei da língua gera um desequilíbrio. O seu problema não é apenas o facto de proteger a língua eslovaca e não as línguas minoritárias, que, normalmente, deveria proteger, como resulta de um elevado número de bons exemplos na Europa. Também não é, certamente, uma lei coerente e uniforme que proteja as minorias, ao contrário do que, como muitas vezes dissemos, era necessário para manter o equilíbrio. Um aspecto muito importante do debate de hoje, que foi um debate muito útil, é o facto de termos ouvido falar de muitos bons exemplos. Espero sinceramente que, a partir de agora, a Eslováquia também se mova nessa direcção.

**László Tőkés (PPE).** – (HU) *Békesség Istentől! Pace vou Bőzí pokoj s Vami! Peace to you from God!* A paz do Senhor esteja convosco! Quero desejar-vos paz em húngaro, romeno, eslovaco e inglês na nossa Europa multilingue. Pude fazê-lo no Parlamento Europeu, mas seria arriscado fazê-lo na Eslováquia, por causa da lei da língua nacional. Num Estado-Membro da UE, as pessoas podem ser multadas por falarem uma língua que não seja a língua oficial, o que inclui o uso de uma das línguas oficiais da Europa, o húngaro. É um escândalo e uma vergonha completa.

Olhem para o mapa da Eslováquia que tenho à minha frente. Graças aos Acordos de Schengen, a fronteira que separa a Eslováquia da Hungria foi desmantelada, como aconteceu com a Cortina de Ferro. Porém, o Governo chauvinista pós-comunista eslovaco ergue agora novos muros entre as pessoas, as barreiras linguísticas.

Gostaríamos de agradecer ao Presidente Jerzy Buzek a sua missão à Eslováquia com o objectivo de resolver este assunto. Nesta questão de interesse público, o Parlamento Europeu não deve adoptar uma posição dúbia e confortável de não intervenção, deve sim fazer valer os seus regulamentos e os requisitos que defende no domínio dos direitos humanos, dos direitos das minorias e dos direitos linguísticos.

**Katarína Neveďalová (S&D).** – (SK) A minha intenção inicial era responder ao senhor deputado Bokros, mas o senhor Presidente não me deu a palavra. Queria dizer que aceito que o Parlamento eslovaco não traduza todas as leis para as línguas minoritárias, que, a propósito, são onze e não apenas uma, e que, quanto à dimensão da minoria húngara, composta por meio milhão de pessoas, importa lembrar que temos outra minoria de meio milhão de pessoas, a dos romanichéis, que não se queixa. Gostaria de perguntar se o Parlamento húngaro traduz todas as leis para as línguas minoritárias e se existem traduções em eslovaco. Seja como for, apreciei bastante o facto de o senhor deputado ter aproveitado a oportunidade para falar em eslovaco.

Senhor Deputado Tőkés, a Eslováquia está a construir pontes – e preocupa-me bastante que senhor deputado esteja sempre a referir isso –, mas as pontes também têm de ser construídas do lado da Hungria. Preocupa-me

bastante o facto de, enquanto nova deputada ao Parlamento Europeu, ter de responder constantemente a questões relacionadas com as relações entre a Eslováquia e a Hungria e não poder abordar os assuntos que efectivamente me interessam.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para agradecer ao senhor Comissário, dado que sou membro da Comissão da Cultura e da Educação. O seu trabalho é realmente excelente e é também muito bom podermos utilizar 23 línguas europeias, entre elas o eslovaco.

**László Surján (PPE).** – (HU) Li na imprensa eslovaca aquilo que o senhor deputado Gallagher nos disse. Di-lo-ia, pois, na imprensa eslovaca se quisesse chamar a atenção para o facto de o actual conflito não poder ser apresentado como um conflito entre dois Estados ou entre dois povos. Há problemas com uma determinada lei.

É com gosto que subscrevo o apelo do senhor deputado Swoboda no sentido de nos encaminharmos numa direcção pacífica e tranquila, à procura de uma saída. Se ao menos ele não tivesse dito que esta lei não viola direitos fundamentais. Se, por exemplo, uma mãe que está a segurar pela mão o seu filho de 4 anos no hospital de uma cidade eslovaca é repreendida por usar o húngaro para tranquilizar a criança, que está assustada com o que o médico lhe vai fazer, não podemos dizer que os seus direitos não são violados. Também não podemos dizer que isto não está previsto na lei. O problema está precisamente na formulação da lei. De facto, a lei proíbe estas conversas nos hospitais onde a língua húngara é pouco representativa.

Penso, pois, que há problemas muito graves nisto. A Eslováquia colheu o que semeou na sequência da chegada ao poder de um partido extremista. Os húngaros, por seu lado, não exterminaram as suas minorias, mas mantiveram-nas separadas.

**Monika Smolková (S&D).** – (SK) Tenho de protestar contra o orador anterior. Trata-se, pura e simplesmente, de mentiras, falsidades e inverdades. Gostaria de lhe pedir que finalmente estudasse a lei da língua, porque não é parecida com a sua. Na Eslováquia, temos uma outra lei da língua, que é diferente, e estamos a falar de duas leis distintas.

Sou de Košice, uma cidade cosmopolita de 250 000 habitantes, incluindo muitos húngaros, checos, rutenos, ucranianos, romanichéis e, obviamente, eslovacos. Há quatro anos, os eleitores concluíram que, na região de Košice, a coligação entre nós – sociais-democratas – e os representantes da minoria húngara estava a funcionar muito bem. Como representante da região, gostaria de afirmar que a nossa cooperação é exemplar. Na nossa região, húngaros e eslovacos vivem em paz, e ninguém pensa em difamar ou atacar os outros por causa da sua nacionalidade. Na vida quotidiana das pessoas não existem conflitos, e nas áreas mistas não há problemas de nacionalidade. Digo-o com toda a seriedade. Se alguns políticos experimentados de certos partidos não tivessem levantado o problema por motivos que só a eles interessam, a questão da minoria étnica húngara não teria chegado ao Parlamento Europeu, porque, na verdade, não existe.

**Csaba Sógor (PPE).** – (HU) Francesco Capotorti. Quando a Organização das Nações Unidas estava a preparar a Convenção que mais tarde ficou conhecida como “Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio”, o genocídio linguístico e cultural foi debatido a par do genocídio físico como um crime grave contra a humanidade.

Em 1948, o genocídio linguístico foi definido, no n.º 1 do artigo 3.º, como a proibição de um grupo utilizar a sua língua nos contactos diários ou na escola, ou da edição de livros e distribuição de outras publicações na língua desse grupo.

Infelizmente, a Eslováquia não é o único país da União Europeia que se encontra nesta situação, mas é o exemplo mais típico de genocídio linguístico – ou seja, linguicídio – perpetrado num país da UE. Não é razão para nos congratularmos, já que, neste aspecto, a Roménia, a Grécia e a França podem ser incluídas na mesma lista que a Eslováquia. Obrigado.

**Leonard Orban, Membro da Comissão.** – (RO) Gostaria de começar por me centrar na essência da política de multilinguismo que tentámos promover durante este período. Por um lado, tentámos garantir que todas as línguas faladas na União Europeia são respeitadas e enaltecidas, sejam elas línguas nacionais, regionais ou minoritárias, ou línguas faladas por cidadãos oriundos de outros continentes. Por outro, tentámos assegurar que esta celebração da diversidade atinge o objectivo que todos almejamos, ou seja, a preservação e consolidação da unidade da União Europeia, isto é, da nossa unidade. Estamos a falar, se quiserem, da aplicação mais directa do princípio da “unidade na diversidade”. Não posso ignorar, nesta minha intervenção, as

observações do senhor deputado Swoboda, que nos exortou a, no nosso trabalho, olharmos para aquilo que nos une e não para o que nos divide.

Devemos respeitar todos, mas devemos igualmente ter a sensatez de encontrar uma forma de nos compreendermos uns aos outros e de comunicarmos e interagirmos uns com os outros. Esta é precisamente a razão por que o multilinguismo teve e tem um papel extremamente importante no reforço do diálogo intercultural. Precisamos de dialogar e não o podemos fazer sem as línguas.

Tive oportunidade de visitar todos os Estados-Membros. Tive também oportunidade de viajar em zonas e regiões onde, lamentavelmente, ainda existem disputas e conflitos e, infelizmente, as línguas são por vezes feitas reféns de alguns interesses políticos que não se inspiram na unidade da UE. Também afirmei claramente: temos de encontrar soluções que nos permitam comunicar e interagir. É por esta razão que, como disse anteriormente, mesmo nas situações em que as soluções parecem estar mais afastadas, o facto de aprendermos e falarmos as línguas das comunidades ao lado de quem vivemos abre-nos caminhos que nos podem levar a entendermo-nos uns aos outros. Por conseguinte, em situações deste género, e tem havido inúmeros casos, creio que podemos progredir em termos de entendimento mútuo.

Por exemplo, a capacidade de falar a língua de uma região onde as minorias nacionais estão em maioria, ou seja, a capacidade de falar a língua dessas minorias, juntamente com a capacidade das minorias nacionais de falarem a língua do Estado nacional, estabelece pontes e define pontos de entendimento que podem ajudar-nos.

Quero fazer algumas observações sobre os esforços que estamos a fazer para apoiar todas as línguas faladas na União Europeia. Estamos a financiar um conjunto extenso de projectos relacionados não só com as línguas oficiais, mas também com numerosas línguas regionais e minoritárias. Existe um sem número de exemplos concretos em que a Comissão Europeia apoiou redes de organizações destinadas a promover quer as línguas regionais e minoritárias, quer as línguas menos faladas na União Europeia em geral. No entanto, também financiamos projectos relacionados com línguas minoritárias e regionais específicas. Existem, ainda, exemplos concretos da forma como apoiamos essas línguas. Já o disse, mas quero reiterar que a estratégia relativa ao multilinguismo adoptada em 2008 visa todas as línguas faladas na União Europeia. Não temos barreiras. Consideramos cada uma dessas línguas um trunfo da União Europeia ou, se preferirem, parte integrante do actual património cultural da UE.

É evidente que também gostaria de dizer algumas palavras sobre as alterações à legislação relativa ao uso do eslovaco na Eslováquia. Congratulamo-nos com o facto de, neste momento, estarem a decorrer conversações entre os primeiros-ministros da Hungria e da Eslováquia sobre as opções que lhes permitam encontrar soluções comuns baseadas no entendimento mútuo. Do ponto de vista da Comunidade, quero salientar que, dado o vasto âmbito de aplicação dessa lei, de momento não nos é possível avaliar o que essa aplicação poderá implicar. É precisamente por essa razão que a aplicação dessa legislação é decisiva, sobretudo a forma como é feita. Sobre este ponto, quero sublinhar que a Comissão Europeia levará a cabo uma análise exaustiva no decurso da qual será examinada em detalhe a forma como a legislação vai ser aplicada.

Gostaria de terminar salientando, mais uma vez, que, embora confinados aos poderes relativamente limitados que temos, estamos empenhados em apoiar todas as línguas usadas na União Europeia, sejam elas oficiais, regionais ou minoritárias, como o galês, relativamente ao qual temos exemplos concretos da forma como o estamos a apoiar, ou o catalão, a cujos falantes a Comissão Europeia tentou abrir-se, chamando, para esse efeito, a sua atenção. Temos, por exemplo, páginas e informações bastante detalhadas na Web, em catalão, sobre as políticas comunitárias. O mesmo acontece com o basco e muitas outras línguas. Pretendo demonstrar que esses esforços permitem mostrar de que forma queremos apoiar esta política, que considero uma política importante da União Europeia e que é, aliás, uma das que está na base da sua criação.

**Presidente.** – Está encerrado o debate.

#### ***Declarações escritas (Artigo 149.º)***

**Jim Higgins (PPE)**, *por escrito.* – (EN) Saúdo a atitude construtiva da Comissão Europeia e estou ciente de que se avançou no reconhecimento das línguas minoritárias. No entanto, ainda há muito a fazer para colocarmos as línguas minoritárias em pé de igualdade com as línguas dominantes na UE. Presentemente, a interpretação do irlandês nas sessões plenárias é feita apenas para inglês, e já tive de parar a meio de uma intervenção de um minuto em irlandês para a retomar em inglês, devido a falha dos serviços de tradução. Ainda só existe formação adequada de tradutores de irlandês na National University of Ireland (NUIG), em Galway, e nas organizações profissionais dos advogados irlandeses; embora isto represente um progresso, solicito à Comissão que disponibilize mais financiamento para a criação de outros cursos de tradução de

irlandês reconhecidos, a fim de permitir que haja um número suficiente de intérpretes de irlandês a que as instituições europeias possam recorrer para oferecer um serviço completo de tradução de irlandês, em conformidade com o previsto no artigo 146.º do Regimento do Parlamento Europeu. O senhor Comissário disse que “não podemos consolidar o diálogo intercultural sem o multilinguismo”, mas este não será uma realidade sem serviços de formação adequados.

**Alajos Mészáros (PPE)**, *por escrito.* – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, como húngaro da Eslováquia, afirmo peremptoriamente que a lei eslovaca da língua é uma má lei. Não porque viola o sistema de valores europeu, mas porque interfere violentamente no direito de algumas centenas de milhares de cidadãos europeus livres ao uso da sua língua materna e limita o livre exercício desse direito de forma inaceitável. O medo de ser punido e a formulação vaga da lei da língua levam a que os cidadãos não se atrevam a usar a sua língua materna mesmo nos locais onde podem fazê-lo. Por outro lado, o uso de duas línguas é tornado obrigatório mesmo quando nada o justifica.

O Governo eslovaco, que está, também ele, a aderir a ideais nacionalistas, justificou a lei da língua com uma alegada necessidade de estabelecer algum equilíbrio entre o uso do eslovaco e do húngaro nas regiões meridionais da Eslováquia. Como foi dito, isto deve ser interpretado como querendo dizer que os eslovacos que vivem num distrito habitado por húngaros têm o direito de receber qualquer informação oficial na sua língua. Contudo, a inversa só é verdadeira se a minoria representar pelo menos 20% da população. Um equilíbrio perfeito! E pensar que tudo isto se passa na Europa, no século XXI.

**Rareș-Lucian Niculescu (PPE)**, *por escrito.* – (RO) As minorias acrescentam valor ao país se puderem preservar os seus valores culturais. Daí que seja tão importante preservar as culturas minoritárias. Penso que, neste aspecto, a Roménia, o Estado-Membro que represento, possui um dos mais modernos sistemas de leis de protecção das minorias. Na Roménia, as minorias podem dirigir-se aos tribunais na sua língua materna. Têm escolas onde o ensino é ministrado nas línguas maternas. Todas as 19 minorias da Roménia estão representadas no Parlamento. Nas zonas onde as minorias representam pelo menos 20% da população, as autoridades locais também têm de publicar os documentos nas línguas das minorias. Todas as deliberações são publicadas em romeno e na língua das minorias da região. Penso que a legislação romena neste domínio pode ser apresentada como um exemplo de boas práticas e uma referência sempre que se fala de direitos das minorias e do uso das suas línguas.

## **17. Entrega de documentos: ver Acta**

## **18. Ordem do dia da próxima sessão: Ver Acta**

## **19. Encerramento da sessão**

**Presidente.** – (A sessão é suspensa às 00H10)